

# GÊNEROS JORNALÍSTICOS EM DIÁLOGO:

ABORDAGENS  
EPISTEMOLÓGICAS E EMPÍRICAS

Clarissa Josgrilberg Pereira  
e Marli dos Santos  
(Organizadoras)



# GÊNEROS JORNALÍSTICOS EM DIÁLOGO:

ABORDAGENS  
EPISTEMOLÓGICAS E EMPÍRICAS

Clarissa Josgrilberg Pereira  
e Marli dos Santos  
(Organizadoras)



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
REGIONAL DE BLUMENAU**

**REITORA**

Marcia Cristina Sardá Espindola

**VICE-REITOR**

Marcus Vinicius Marques de Moraes



**EDITORA DA FURB**

**CONSELHO EDITORIAL**

Edson Luiz Borges

Tarcísio Alfonso Wickert

Carlos Roberto Oliveira Nunes

Wanda Helena Mendez Muniz Falcão

Marcelo Diniz Vitorino

Sérgio Luiz Althoff

Tiago Pereira

**EDITOR-CHEFE**

Ruan Rosa

**Capa e design:** Joyce Moser

**Revisão Ortográfica:** Rute Josgrilberg

Ficha catalográfica elaborada por Everaldo Nunes - CRB 14/1199  
Biblioteca Universitária da FURB

---

G326g

Gêneros jornalísticos em diálogo: abordagens epistemológicas e empíricas / Clarissa Josgrilberg Pereira, Marli dos Santos (organizadores). - 1. ed. - Blumenau: edfurb, 2025.

295 f. : il. ; PDF ; 14 Mb

E-book: PDF.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-88581-47-6

1. Jornalismo. 2. Jornalismo – Aspectos sociais. 3. Jornalismo eletrônico. 4. Jornalismo trabalhista. 5. Jornais - Seções, colunas, etc. - Histórias em quadrinhos. 6. Crônicas. 7. Entrevistas. 8. Inteligência artificial. I. Pereira, Clarissa Josgrilberg. II. Santos, Marli dos. III. Título.

---

CDD 070

# APRESENTAÇÃO

*Clarissa Josgrilberg Pereira  
e Marli dos Santos (Organizadoras)*

Refletir sobre abordagens brasileiras nos estudos dos gêneros jornalísticos e apresentar os resultados das discussões sobre essa temática são os principais objetivos desta obra, idealizada e organizada, inicialmente, pelos pesquisadores Francisco de Assis e Marli dos Santos. A proposta foi concretizada a partir de uma chamada pública para submissão de resumos ampliados de pesquisas e ensaios que comporiam os capítulos do livro. Após a seleção, os trabalhos aprovados foram desenvolvidos como segunda etapa, denominada como primeira entrega parcial e foram apresentados em um seminário online, criado, exclusivamente, para debater os textos reunidos nesta publicação. Cada capítulo contou com um debatedor, responsável por uma leitura prévia e pela mediação crítica das discussões.

Todo esse processo foi cuidadosamente pensado pelos organizadores com o propósito de garantir qualidade acadêmica e diversidade de olhares sobre uma temática fundamental: a reflexão contemporânea sobre os gêneros jornalísticos. No decorrer do trabalho, o pesquisador Francisco de Assis transferiu a coordenação editorial à professora Clarissa Josgrilberg Pereira, que assumiu a continuidade da organização em parceria com a professora Marli dos Santos. Após mais de um ano de trocas intensas e amadurecimento coletivo, chega a público esta obra, fruto de um percurso colaborativo e comprometido com a complexidade do tema.

A coletânea está estruturada em dois eixos centrais de contribuição. O primeiro eixo é o teórico-epistemológico, que se destaca especialmente nas entrevistas, realizadas por Tyciane Vaz, com três importantes teóricas do jornalismo, Lia Seixas, Monica Martinez e Adriana Barsotti, que apresentam suas perspectivas sobre a evolução dos gêneros jornalísticos, sobre a atualidade das classificações e a respeito da experiência comunicativa como aspecto fundamental para se pensar os gêneros na atualidade; nas reflexões ancoradas nos aportes de Juan Gargurevich, que também inspiraram os estudos sobre jornalismo e gêneros na América Latina (Pedro Aguiar Lopes de Abreu), apresentando em continuidade um segundo texto, de autoria de João Batista de Abreu e Pedro Aguiar Lopes de Abreu, com foco no contexto histórico, na militância e na trajetória de vida e obra do autor – pouco mencionada em estudos brasileiros. Ainda nesse eixo, o terceiro capítulo (Cicélia Pincer Batista e Gean Oliveira Gonçalves) problematiza “testemunho, subjetividades e pensamento decolonial” na epistemologia de gêneros; e apertinência da revisão teórica sobre a evolução do gênero opinativo em contexto de desinformação, elaborada por Maria Elisabete Antonioli.

O segundo eixo é o empírico, com análises que abordam a configuração dos gêneros e seus formatos à luz de processos como o hibridismo, a convergência midiática e as interferências da inteligência artificial. Assim, as pesquisas e reflexões consideram a notícia e sua transitoriedade “em novos arranjos comunicacionais” (Mirian Meliane Nunes); o gênero informativo e suas “estratégias de comunicabilidade” no telejornalismo, tendo em vista os conteúdos digitais (Ana Carolina Rocha Pessoa Temer); o importante experimento no ensino de jornalismo que problematiza a

escrita autoral e o uso de Inteligência Artificial (Clarissa Josgrilberg Pereira e Magali Moser); e, por fim, dois textos que problematizam a linguagem dos quadrinhos como narrativa jornalística (Vinícius Pedreira Barbosa da Silva) e o jornalismo sindical e seu status de gênero jornalístico, à luz do conceito gramsciano do intelectual orgânico (Adriana Cristina Alves do Amaral).

Entendemos, assim, que esta obra oferece contribuições significativas tanto para pensar uma teoria brasileira dos gêneros jornalísticos quanto para o debate sobre as práticas contemporâneas do jornalismo. Os textos aqui reunidos apresentam embriões de uma reflexão articulada entre teoria e prática, com potencial para fomentar um jornalismo crítico, ético e sintonizado com as transformações da comunicação na atualidade. Agradecemos as ricas contribuições dos autores presentes nesta obra.

# PREFÁCIO

## As infinitas variações do Jornalismo

*Antonio Hohlfeldt*

Professor convidado da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenador do GP Gêneros Jornalísticos da INTERCOM – Sociedade  
Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

O jornalismo está na própria gênese da INTERCOM. Os primeiros grandes debates realizados pela entidade, desde o histórico encontro de Santos, discutiram aquela que era a prática mais importante naquele contexto brasileiro, além de constituir o objeto principal de pesquisa daqueles pioneiros da associação. Por isso, os primeiros grupos de pesquisa que surgiram giravam em torno do jornalismo e de seus mais variados aspectos.

Ao longo de mais de meio século de existência, a INTERCOM tem se reorganizado constantemente, buscando melhor alcançar e sensibilizar seus associados e participantes, sobretudo nos congressos regionais e anuais. Assim, os grupos de pesquisa se fazem e desfazem, mas é certo que dois núcleos jamais poderão ser apagados: o do Jornalismo e o das teorias ou da epistemologia da comunicação. Esses dois formam o núcleo duro da INTERCOM, sua alma, sua essência.

A emergência das chamadas tecnologias da comunicação e da informação, além das redes sociais, tem levado muitas pessoas – inclusi-

ve dentro do campo da Comunicação Social – a duvidar da sobrevivência do Jornalismo enquanto prática, e do jornalista enquanto seu agente. Por isso, um volume como este – Gêneros jornalísticos em diálogo: Abordagens epistemológicas e empíricas – provoca, ou deveria provocar, em todos os que atuam nesse campo, um sentimento muito especial.

A pandemia da Covid-19, a invasão da Ucrânia, o massacre de Gaza, o período bolsonarista no Brasil e agora o trumpismo nos Estados Unidos, entre tantos outros acontecimentos – verdadeiros pesadelos deste ainda novo século XXI – apenas evidenciam aquilo que não deveria necessitar de comprovação: o jornalismo é fundamental. Sem jornalismo, a sociedade humana não sobrevive.

É evidente que existem muitas práticas jornalísticas. Por isso, falamos em gêneros jornalísticos, tanto em sentido estrito quanto em sentido amplo. Este livro, fruto de uma chamada pública para a apresentação de artigos, está bem estruturado conceitualmente. De um lado, apresenta reflexões teóricas, a partir de uma multifacetada entrevista com três reconhecidas pesquisadoras do tema, seguidas de quatro artigos que discutem a perspectiva latino-americana do gênero jornalístico – com ênfase no peruano Juan Gargurevitch –, além de abordagens sobre decolonialidade e a presença da opinião no jornalismo nacional.

A segunda parte do livro enriquece a primeira ao discutir alguns gêneros ou práticas que se reivindicam como gêneros, promovendo debates ricos sobre tais possibilidades: a crônica (lembrando que, historicamente, trata-se de um relato sobre longo período e figuras de elite, especialmente reis,

embora hoje fale também de pessoas comuns); a notícia (como a menor unidade narrativa com maior organicidade no jornalismo); o perfil (gênero que se expande e chega às biografias, cada vez mais produzidas por jornalistas); o jornalismo em quadrinhos, que conquista interesse mesmo entre não adeptos do jornalismo tradicional; e, por fim, uma provocação: o jornalismo sindical.

O que salta da leitura deste volume é a importância das reflexões teóricas historicamente produzidas por autores como Luís Beltrão, José Marques de Melo e Manuel Carlos Chaparro. Partindo dos primeiros esboços de Beltrão, passando pelo enriquecimento feito por Melo e pelas críticas de Chaparro, a perspectiva se amplia mais recentemente com Francisco de Assis. Essa tradição teórica se torna referência inevitável para os estudos aqui apresentados, ainda que, eventualmente, haja discordâncias pontuais.

Assim, este volume — que tive o privilégio de conhecer antecipadamente graças à generosidade das organizadoras Marli dos Santos e Clarissa Josgrilberg Pereira — alcança um resultado admirável: evidencia aquilo que, como já mencionei, não deveria necessitar de comprovação. O jornalismo é uma prática essencial à sociabilidade. Mais do que isso: as diferentes práticas jornalísticas, expressas em seus múltiplos gêneros — que mudam com o tempo, mas não deixam de ser jornalismo — comprovam a vitalidade da profissão. O mais entusiasmante é perceber que a discussão em torno dos gêneros comprova a dinâmica das práticas jornalísticas, que se transfiguram conforme temas, plataformas, públicos e formatos, sem nunca deixarem de ser, em essência: JORNALISMO

# SUMÁRIO

## PARTE 1 – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

<b>ENTREVISTA COM LIA SEIXAS, MONICA MARTINEZ E ADRIANA BARSOTTI:</b> Percepções sobre a evolução dos gêneros jornalísticos: aspectos epistemológicos e experiências comunicativas no jornalismo, Tyciane Vaz; Lia Seixas; Monica Martinez; Adriana Barsotti .....	<b>11</b>
<b>Teorias latino-americanas dos gêneros jornalísticos:</b> genealogia, continuidades e diferenças, Pedro Aguiar Lopes de Abreu .....	<b>31</b>
<b>Juan Gargurevich:</b> um mestre na utopia de conciliar ensino e jornalismo, João Batista de Abreu e Pedro Aguiar Lopes de Abreu .....	<b>48</b>
<b>Testemunho, subjetividades e pensamento decolonial: para se pensar a pertinência de uma epistemologia dissonante dos gêneros jornalísticos,</b> Cicélia Pincer Batista e Gean Oliveira Gonçalves .....	<b>76</b>
<b>O Protagonismo da Opinião no Jornalismo Brasileiro,</b> Maria Elisabete Antonioli .....	<b>106</b>

## **PARTE 2: : REFLEXÕES A PARTIR DA EMPÍRIA: PERMANÊNCIAS E NOVAS CONFIGURAÇÕES**

<b>A Crônica Como Exercício do Jornalismo</b> , Daniel Azevedo Muñoz e Luciano Victor Barros Maluly .....	<b>131</b>
<b>A transitoriedade do formato notícia em novos arranjos comunicacionais</b> , Mirian Meliani Nunes .....	<b>154</b>
<b>A evolução do Gênero Informativo no Telejornalismo: estratégias de comunicabilidade e a permeabilidade dos conteúdos digitais</b> , Ana Carolina Rocha Pessoa Temer .....	<b>179</b>
<b>O ensino do Perfil Jornalístico: uma análise comparativa entre a escrita autoral e aquela que faz uso da Inteligência Artificial</b> , Clarissa Josgrilberg Pereira e Magali Moser,.....	<b>210</b>
<b>Jornalismo em quadrinhos: um gênero híbrido ou uma área do Jornalismo?</b> , Vinícius Pedreira Barbosa da Silva.....	<b>238</b>
<b>A prática do jornalismo sindical sob a ótica do conceito de intelectual orgânico- entre a técnica e o engajamento</b> , Adriana Cristina Alves do Amaral .....	<b>267</b>
<b>AUTORES</b> .....	<b>291</b>

# PARTE 1

CONTRIBUIÇÕES  
TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

# ENTREVISTAS

## Percepções sobre a evolução dos gêneros jornalísticos: aspectos epistemológicos e experiências comunicativas no jornalismo

*Lia Seixas, Monica Martinez  
E Adriana Barsotti*

Entrevistas realizadas por Tyciane Vaz  
(Universidade Metodista de São Paulo)

Os gêneros jornalísticos desempenham um papel fundamental na organização da produção e distribuição de informações no campo jornalístico. Desde os estudos pioneiros de Tzvetan Todorov, que estabeleceu uma teoria ampla sobre os gêneros literários e suas transformações, passando pelas contribuições de Manuel Carlos Chaparro e José Marques de Melo, até as pesquisas mais recentes, o estudo dos gêneros continua sendo válido nas investigações acadêmicas sobre o jornalismo.

Com o avanço das novas mídias digitais, surgem desafios para a definição e análise dos gêneros jornalísticos, à medida que as plataformas digitais transformam a forma como a produção jornalística é consumida e distribuída. No entanto, a essência dos gêneros permanece, refletindo mudanças nas práticas de produção. Os gêneros, adaptados ao novo contexto digital, continuam a atender às expectativas do público e às exigências do jornalismo contemporâneo, sem perder sua base funcional.

Sou de uma geração de pesquisadores influenciada pela obra de José Marques de Melo, orientador no mestrado e doutorado na Universidade Metodista de São Paulo. Durante esse período, tive a oportunidade de aprofundar meus estudos sobre os gêneros jornalísticos sob sua orientação, o que me permitiu compreender as contribuições que os estudos dos gêneros têm para a formação teórica do jornalismo.

Esta seção de entrevistas busca contribuir para essa reflexão, reunindo as perspectivas de três importantes pesquisadoras brasileiras sobre a relevância e as transformações dos gêneros jornalísticos. As entrevistas com **Lia Seixas**, **Monica Martinez** e **Adriana Barsotti** nos oferecem uma visão analítica sobre o tema, com abordagens teóricas, e sobre os impactos das novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. As entrevistas ocorreram por correio eletrônico (email) sendo que as questões selecionadas de acordo com a trajetória e a contribuição específica de cada pesquisadora ao campo dos estudos dos gêneros. Portanto, algumas questões são respondidas por todas e outras não.

Com seus diferentes enfoques e metodologias, essas pesquisadoras proporcionam um panorama diversificado, essencial para compreendermos como os gêneros jornalísticos estão sendo reinterpretados e moldados pela sociedade atual.

# Fundamentos teóricos: a relevância da classificação dos gêneros

**1. Todorov afirma que “um novo gênero é sempre a transformação de um ou vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação” (1981, p. 48). Você considera que, com a evolução e a diversidade das mídias digitais, podemos considerar que as operações mencionadas por Todorov ocorrem simultaneamente?**

**Monica Martinez** - Sim, as mídias digitais intensificam as transformações dos gêneros conforme descrito por Todorov. Inversão, deslocamento e combinação são processos simultâneos e interdependentes no ambiente digital. Por exemplo, o jornalismo de dados combina narrativas tradicionais com visualização interativa de informações, enquanto a ascensão dos podcasts transforma gêneros audiovisuais e radiofônicos em novas formas híbridas.

**Lia Seixas** - Sim, é possível, mas Todorov se dedicou à ordem linguística da superfície discursiva. Gênero, na minha visão, é gênero discursivo. O gênero deve ser analisado também por elementos ou até propriedades da ordem do ambiente (midiático, no caso do jornalismo) e do campo (Bourdieu, 1997) do qual fazem parte. Eu não diria que são transformações de antigos gêneros, pois podem se efetivar, no ato de reconhecimento, como mesmo gênero. Um post no Instagram, creio, encaminha o usuário-leitor para o ‘match’ da notícia, de um gênero informativo. Um post de Instagram performa, isso sim, nova composição, mas isso não quer dizer que se trata de novo gênero.

Aqui está em jogo a noção de gênero. Para o mercado jornalístico brasileiro, gênero pode ser uma notícia, uma reportagem, um perfil, um podcast, um videocast. Para parte da academia brasileira, gênero é aquele formato que se realiza de dada maneira a partir da sua função ou finalidade. Na minha visão, funciona como o jogo Tangram, aquele quebra-cabeça chinês de sete peças. Unidas, as peças viram uma figura. Unidas de outra maneira viram outra. Pode ser um gato. Pode ser um coelho. Para mim, há uma combinação regular de peças, que são os critérios. Eu sugeri quatro: lógica enunciativa, força argumentativa, identidade discursiva e potencialidade do mídiun (Seixas, 2009). Talvez existam cinco. Cada combinação permite um gênero. No fundo, está o conceito de formação discursiva (Foucault, 1969).

A força da finalidade está, não em seu objetivo ou intencionalidade, mas na sua dimensão de reconhecimento, como explicam analistas do discurso (Maingueneau, 2001). No ato da leitura (Iser, 1996), ocorre determinado reconhecimento, que sofre influência das funções sociais (Schudson, 1997) do jornalismo em vigência em dada sociedade.

A lógica de uma mídia, seja digital ou audiovisual, influencia na constituição do gênero discursivo, mas não a determina. A multimídia, por exemplo, é uma característica da mídia digital, porém uma longform não se realiza como outro gênero, mas como uma grande reportagem, assim como aquelas do impresso. Existem elementos fundamentais do jornalismo, como o valor da atualidade, que transpassam as composições discursivas jornalísticas. Por isso, defendemos que a resenha é a crítica do jornal (Seixas; Carvalho, 2019) e que a crônica não é

discurso jornalístico, mas jornalico (Brin; Charron; De Bonville, 2004, Seixas, 2020).

**2. A classificação dos gêneros jornalísticos, por muito tempo, foi um tema central nos estudos sobre jornalismo. José Marques de Melo estabeleceu um modelo que estruturou a compreensão sobre as formas narrativas da imprensa, baseado na perspectiva funcionalista, além de Chaparro, que também propõe uma estruturação, amparada nas ciências da linguagem. Como você avalia a atual pertinência dessas classificações? Quais aspectos dessa categorização são úteis para compreender o jornalismo contemporâneo?**

**Adriana Barsotti** - Considero-as úteis para o ensino de jornalismo. É preciso, porém, ensiná-las para depois desconstruí-las. Do ponto de vista epistemológico, creio que a maior fragilidade está na falsa oposição entre os gêneros informativo e opinativo. Entretanto, ela é útil para ensinar os alunos a distinguirem um editorial ou artigo de opinião de uma reportagem, por exemplo. As classificações fornecem repertório para o jornalista produzir o gênero textual que dele se espera nas redações. Elas ajudam o jornalista a honrar o contrato de comunicação com seus pares e com os leitores. Elas estabelecem limites entre o permitido e o proibido em cada gênero, muito embora, no jornalismo contemporâneo, tais fronteiras e interdições sejam menos rígidas e menos suscetíveis a classificações.

**Lia Seixas** - Na minha opinião, a compreensão das funções sugeridas por Marques de Melo – informativo, opinativo, interpretativo, diversional e

e utilitário (Marques de Melo; Assis, 2014) - é válida, porém a noção de função precisa ser tensionada dentro da visão sistêmica que a contém. Isso quer dizer que a função é, na verdade, finalidade reconhecida (como trabalha Maingueneau, 2001) e que a função da composição discursiva sofre intervenção das finalidades da instituição jornalística em dada sociedade.

Se realizar como finalidade reconhecida quer dizer que se trata de um saber social (Shultz, 1996) de dada sociedade em determinado período de tempo. O saber social é relativo à materialidade discursiva, mas também: 1) às finalidades da instituição jornalística; 2) ao estatuto do 'autor-jornalista', do produto e da organização jornalística; 3) à força argumentativa, que se trata da mesma questão com a qual se preocupou Chaparro, quando defende que as "ações jornalísticas são duas: relatar a atualidade e comentar a atualidade (Chaparro, 2000, p. 177); e 4) à mídia, enquanto mídiun, ou seja, ambiente com dada dinâmica e características.

Uma das finalidades é a vigilância social, definição que Marques de Melo dá para o gênero informativo. Será que a finalidade de informar (Schudson, 1997) é frequentemente reconhecida como a ação de vigilância social do jornalismo? Diversos arranjos jornalísticos (Nonato; Filho; Figaro, 2018) criaram produtos sem o objetivo de vigilância social ou sem a condição de produção para vigilância social. Vigilância social é condição de possibilidade apenas de organizações com inserção em órgãos estatais. Esta finalidade, na minha opinião, seria de dimensão institucional, ao invés de finalidade do regime do gênero discursivo, embora seja através do gênero que se efetive a finalidade institucional. Dimensão institucional

quer dizer do horizonte de expectativas (Gadamer, 2002) de dada sociedade.

O que considero não ser produtivo no pensamento de Marques de Melo é a ideia de formato dentro de gênero. Embora eu entenda a dificuldade de se classificar, formato está fundamentado na dimensão da materialidade discursiva, apenas. Tem outro elemento que devemos pensar: o objeto de realidade (Seixas, 2009). O objeto de realidade parece exigir linhas nos formatos. Nota, notícia e reportagem contém, respectivamente, fato (hard news) sem fator-notícia, fato (hard news) e acontecimento (soft news). O objeto de realidade limita as opções de gênero.

Para mim, Chaparro (2000) tem razão quando diz que existe informação e opinião em todos os gêneros discursivos. Analisamos a relação entre discurso e realidade de uma proposição, através das noções de lógica enunciativa e força argumentativa, que depende do saber social e da identidade discursiva. Um objeto de acordo é consenso para o saber social. Uma proposição constituída de objeto de acordo se realiza, no ato da leitura/acesso, como informação. Uma proposição constituída de objeto de desacordo, naturalmente inverificável, se realiza, frequentemente, como crença. Aqui está o perigo da pósverdade, da crença verdadeira justificada (Lisboa; Benetti, 2015).

Um trecho da nossa tese (Seixas, 2009) sugere uma explicação das relações entre o tipo de objeto e o compromisso discursivo realizado através da proposição:

[...] Os compromissos condicionados por objetos de desacordo e conexões entre os mais variados objetos (acordo e desacordo) são os opinativos. Aqueles cujos objetos são as articulações entre objetos de acordo podem ser realizados como assertivos ou opinativos, dependendo do participante (leitor). O importante é que o compromisso realizado trata de responsabilidades em função do objeto de realidade tratado e re-construído. Enquanto o assertivo compromete o enunciador e o locutor com a adequação do enunciado à realidade, o opinativo com promete o enunciador e o locutor com a crença (subjéctiva, portanto) na adequação do enunciado à realidade (p. 188-189).

### **3. Considerando o pensamento de que a cultura é acessível em formato de gêneros, podemos considerar uma epistemologia brasileira ou latino-americana para gêneros jornalísticos?**

**Lia Seixas** - Excelente questão. A cultura tem sido deixada de lado. As finalidades da instituição jornalística também são influenciadas pela cultura das sociedades. As finalidades são finalidades reconhecidas. Portanto, o reconhecimento é orientado culturalmente. No entanto, creio que - me permitindo fazer uma reflexão sem estudo – existem finalidades que atravessam o mundo, como informar. Existe também a dinâmica de se considerar como referência os produtos jornalísticos existentes nas sociedades mais ricas e poderosas do norte global. Então, creio que é possível haver mesmo gêneros, mas uma epistemologia, não sei. Na América Latina, um exemplo clássico é a crônica. Na Espanha, consideramos um gênero jornalístico, pois se aproxima de uma reportagem, no sentido de notícia com mais interpretação. Mas no Brasil,

é literária, porque não tem compromisso com a realidade. Pode ser ficção. O compromisso com a realidade se inscreve na lógica enunciativa, um dos quatro critérios de definição de gênero, na nossa opinião.

**Monica Martinez** - Sim, podemos considerar uma abordagem epistemológica brasileira ou latino-americana para os gêneros jornalísticos, baseada em particularidades históricas e culturais da região. Elementos como a crônica, o jornalismo literário e a reportagem interpretativa apresentam características próprias na América Latina, especialmente pelo viés autoral, narrativo e interpretativo, que diferem do modelo anglo-saxão. Essa perspectiva pode ser analisada dentro de uma epistemologia do Sul Global, que valoriza práticas e formas de conhecimento alternativas ao cânone ocidental.

## Possibilidade de transformações nos gêneros jornalísticos

**4. A digitalização da mídia e as novas formas de consumo de informação alteraram a forma como os gêneros são produzidos e distribuídos. Que mudanças principais você apontaria nos gêneros jornalísticos nas últimas décadas? Ainda nesse contexto, algum gênero perdeu espaço ou foi significativamente transformado? Há estabilizações consagradas pelo ato comunicativo que resistem, como diz Todorov?**

**Adriana Barsotti** - Acredito que ainda seja possível identificar e classificar os gêneros informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário nos meios digitais apesar do hibridismo crescente entre eles. Nos

Nos últimos 30 anos, desde o surgimento da web, creio que tanto o informativo quanto o opinativo e o diversional ganharam espaço. Com a instantaneidade do jornalismo digital, a produção de notícias “em tempo real” foi intensificada, com grandes coberturas de hard news ao vivo. O surgimento da figura do influenciador digital, por outro lado, sinalizou a demanda do público por opinião. E as listas das notícias mais lidas ou que “viralizaram” demonstram que a audiência valoriza o gênero diversional. Como o jornalismo hoje é metrificado, surgiram editorias exclusivamente para a produção de notícias com esse perfil.

**Monica Martinez** - A digitalização ampliou as formas de produção e distribuição dos gêneros jornalísticos. Houve transformações significativas, como a ascensão do jornalismo de dados e das narrativas interativas; a popularização da notícia em formatos curtos, como newsletters e postagens nas redes sociais; a intensificação do jornalismo explicativo e do fact-checking, como resposta à desinformação. Por outro lado, e diferentemente do que se diz, as pesquisas mostram que campos como o do Jornalismo Literário ganharam espaço, pois a reportagem em si resiste em formatos multimídia e narrativas imersivas nos ambientes digitais.

**Lia Seixas** - Essa é outra pergunta como estofo de tese.

Sim, há estabilizações que resistem. As estabilizações que aparecem na superfície do discurso têm razões na dinâmica da instituição social, de suas práticas sociais. As finalidades das instituições precisam ter certa estabilidade social. Os objetos de realidade têm estabilidade. Se pensar-

mos em nota, notícia e reportagem, a notícia (podendo compor notificação, web notícia, notícia do Instagram) e a reportagem (reportagem multimídia, longform) têm várias formas, enquanto a nota, que no impresso pode figurar independentemente, precisa, na web, de outro formato, coluna, para existir. A entrevista, por sua vez, parece ter tomado novos formatos, como o podcast e videocast, além da ping-pong, do programa de entrevista da TV. Talvez possamos dizer que não houve necessariamente transformação da entrevista, mas novas formas de fazer com áudio ou vídeo, enquanto código semiológico. Fazendo exercício de reflexão com vocês, eu penso até que, talvez, com a combinação exigida pelo programa de áudio sem limite tecnológico ou midiático de tempo, o chamado podcast, a entrevista poderia ter mais de uma finalidade. Talvez a entrevista-podcast se realize como gênero interpretativo, pois pode colocar um assunto em análise. Se trouxermos o exemplo do podcast “O Assunto”, do G1, a base é entrevista com expert. É como um programa de entrevista da TV fechada. O podcast “123 segundos”, produzido pela BandNewsFM, não tem fundamentos em entrevistas, mas sim em notícias. É outro produto. Outro gênero. Tem outra finalidade reconhecida. Sistema de transmissão e estocagem e código semiológico (Debray, 1993) são os mesmos. Apenas isso.

**5. A digitalização da mídia e as novas formas de consumo de informação alteraram a forma como os gêneros são produzidos e distribuídos. Que mudanças principais você apontaria nos gêneros jornalísticos nas últimas décadas? Ainda nesse contexto, algum gênero perdeu espaço ou foi 1.significativamente transformado? Há estabilizações consagradas pelo ato comunicativo que resistem, como diz Todorov?**

**Monica Martinez** - A digitalização ampliou as formas de produção e distribuição dos gêneros jornalísticos. Houve transformações significativas, como a ascensão do jornalismo de dados e das narrativas interativas; a popularização da notícia em formatos curtos, como newsletters e postagens nas redes sociais; a intensificação do jornalismo explicativo e do fact-checking, como resposta à desinformação. Por outro lado, e diferentemente do que se diz, as pesquisas mostram que campos como o do Jornalismo Literário ganharam espaço, pois a reportagem em si resiste em formatos multimídia e narrativas imersivas nos ambientes digitais.

## Jornalismo interpretativo e opinativo

**6. Com o avanço da desinformação e a fragmentação das audiências, cresce a demanda por análises mais aprofundadas? Como equilibrar a necessidade de opinião e análises com a ideia de objetividade no jornalismo?**

**Adriana Barsotti** - Os canais a cabo de notícias são um bom exemplo de conciliação entre opinião e notícia. A objetividade jornalística não está em xeque na contemporaneidade por conta da fragmentação das audiências ou da desinformação, mas sim por suas limitações, por representar os valores de homens brancos e heteronormativos. Foi o que revelou o relatório *Beyond Objectivity*, produzido pela Walter Cronkite School of Journalism. O *Journalism Manifesto*, assinado pela Barbara Zelizer, pelo Pablo Boczkowski e CW. Anderson, aponta que uma das principais fragilidades do jornalismo contemporâneo é o distanciamento

dos jornalistas de seus públicos. Wolf já apontara que o valor-notícia menos estudado era o público. Com o jornalismo metrificado, é possível conhecer a fundo os interesses do público.

## O impacto das plataformas digitais na estrutura dos gêneros

**7. Regatando uma das ideias de McLuhan, alguns consideram que o “meio é a mensagem”. Em ambientes digitais, em que o acesso é ubíquo, podemos dizer que as formas caóticas presentes na web cada vez mais impossibilitam uma estabilização dos gêneros? Isso seria consequência inevitável de um imperativo contemporâneo, da sociedade hiperconectada?**

**Monica Martinez** - A lógica das mídias digitais fragmenta a comunicação e acelera mutações nos gêneros, tornando mais difícil sua estabilização. No entanto, essa instabilidade não significa a ausência de padrões, mas sim a adaptação constante das formas comunicativas. Gêneros como o jornalismo investigativo, por exemplo, continuam sendo reconhecidos, mas incorporam novos elementos, como interatividade e análise algorítmica de dados.

**Adriana Barsotti** - Em 2008, O Globo fez uma campanha de reposicionamento da marca com o slogan “Muito além do papel de um jornal”. Para sinalizar que o jornal estava em todas as plataformas – papel, computador e celular -, os anúncios diziam que se a informação estivesse na água, O Globo engarrafaria ela para você. Se estivesse no mar, O Globo

engarraria ela para você. Se estivesse no mar, o Globo surfaria nela para você. A ideia era na direção oposta à de McLuhan: o jornal te entregaria a mesma informação independentemente do meio de veiculação. E é claro que o meio importa, ele condiciona tanto a produção quanto o consumo. Não diria que são formas caóticas presentes na web, são apenas outras formas. E que essas formas permitem uma fluidez entre os gêneros.

**8. As redes sociais alteraram profundamente a lógica da produção e do consumo de informação. Conteúdos jornalísticos competem diretamente com postagens de influenciadores, memes e até fake news. Qual o impacto da perda de literacia da recepção em relação aos gêneros jornalísticos, à experiência dos gêneros de maneira geral? Ou podemos falar que são diferentes experiências que ainda precisam ser compreendidas e teorizadas?**

**Lia Seixas** - Não sei se podemos dizer que houve perda da literacia em relação aos gêneros jornalísticos, embora com os limites mais borrados do que sempre em função da mídia digital. Eu não conheço nenhum trabalho brasileiro que tenha feito este estudo da literacia para gênero jornalístico. Eu diria, inclusive, que esta pesquisa é urgente.

**Monica Martinez** - A competição entre conteúdos jornalísticos e outras formas de comunicação (memes, influenciadores, fake news) gera desafios à literacia da recepção. A capacidade de distinguir gêneros jornalísticos de outras narrativas é fundamental para evitar a desinformação. No entanto, pode-se argumentar que estamos diante de experiências comunicativas diferentes, que exigem novas teorizações para

entender como o público as processa e atribui credibilidade.

**Adriana Barsotti** - Não acredito que se possa falar em perda de literacia da audiência em relação aos gêneros porque os próprios jornalistas estão subvertendo os cânones profissionais. Já existe até a conceituação da figura do Newsfluencer pelo Edward Hurcombe O autor avaliou em que medida as características “autênticas” e relacionais dos newsfluencers podem ajudar a tornar o jornalismo mais acessível ao público jovem, ou se estas características são irreconciliáveis com o rigor e a imparcialidade jornalísticos.

## Inteligência artificial e a automação no jornalismo

**9. Softwares de inteligência artificial, como o CHATGPT, já são capazes de produzir textos jornalísticos rapidamente, especialmente notícias e até análises sobre acontecimentos. Como você avalia o impacto da automação na prática jornalística? A prática jornalística humana é um aspecto primordial para que possamos pensar em gêneros jornalísticos?**

**Adriana Barsotti** - O jornalismo sempre se adaptou às novas tecnologias. Foi assim com o telégrafo, que permitiu reduzir o intervalo de publicação entre o acontecimento e a notícia. Foi assim com as rotativas a vapor, que permitiram aos jornais publicarem mais várias edições por dia. O telefone provocou uma nova divisão do trabalho nas redações: surgiram os redatores, que ficavam na redação para redigir as notícias que eram transmitidas, da rua, pelo repórter. Para avançarmos no tempo, a internet

fez com que o jornalismo se adaptasse aos meios digitais e hoje já temos aplicativos de notícias para os *smart watches*. Acredito que a IA generativa poderá auxiliar os jornalistas em seu trabalho, mas não substituí-los. Dois vencedores do Pulitzer em 2024 revelaram ter usado IA em suas reportagens. Uma delas treinou uma ferramenta personalizada de aprendizado de máquina para vasculhar milhares de arquivos de más condutas policiais em Chicago. Já o *NYTimes* treinou um robô para identificar crateras de 2.000 bombas em Gaza. Nos dois casos, no entanto, as ferramentas apenas auxiliaram os jornalistas em sua apuração. A produção textual coube aos jornalistas. Acredito que a potência da narrativa humana não será substituível.

**Monica Martinez** - A inteligência artificial tem potencial para transformar o jornalismo, especialmente na produção de notícias factuais e automatizadas como já tem feito, como resultados de jogos de futebol etc. No entanto, a prática jornalística humana continua essencial, pois envolve julgamento crítico, interpretação e contextualização – aspectos que as máquinas ainda não conseguem replicar com profundidade. A construção dos gêneros jornalísticos, portanto, depende não apenas da tecnologia, mas também da intencionalidade humana na mediação da informação.

**Lia Seixas** - Para que se responda essa pergunta, precisa-se de uma análise mais aprofundada. Existem *templates* criados desde 2014 (por Associated Press com o Wordsmith). Estamos em 2025. Podemos dizer que os *templates* trabalham, em geral, com uma ordenação predefinida de determinados dados predefinidos. Como exemplo, tem-

plates da Bloomberg com o Cyborg para artigos sobre finanças. Título, um parágrafo de abertura com lucro e espera, receita comparada ao ano anterior, impacto, aspas do CEO. É possível se definir as informações para uma 'notícia de última hora'. Neste sentido, pode-se, talvez, ter uma tipologia indicada por editoria, relação temporal.

Por outro lado, existem os aspectos da construção histórica e social de um gênero jornalístico. A mudança de formatos não significa necessariamente mudança de gênero. O reconhecimento pode-se dar com mesma finalidade reconhecida. A concepção de gênero tem a ver com estabilidade das instituições sociais, estatutos de participantes ativos (produção e recepção), além do mídiu e do tipo de relação entre discurso e realidade. É preciso se analisar quais destes elementos sofrem mudanças pela I.A. Uma pesquisa a ser feita pela literatura brasileira.

## Os Estudos Acadêmicos sobre Gêneros Jornalísticos

**10. Sobre os desafios em sistematizar conceitos diante das transformações constantes do campo. Como a pesquisa acadêmica pode contribuir para uma compreensão mais dinâmica e atualizada dos gêneros jornalísticos? E de que forma a teoria do jornalismo pode acompanhar essas mudanças?**

**Lia Seixas** - Creio que a pesquisa acadêmica em gênero jornalístico deve se preocupar, não só com o discurso, mas também com estatuto dos participantes ativos, o que quer dizer o público, os acessos. Como discuti-

mos no GP de Gêneros Jornalísticos no encontro nacional da Intercom em 2023, deveríamos fazer estudos de recepção, etnografia com *surveys*, entrevistas. Os estudos de gêneros, há mais de meio século estão voltados para a análise do produto. A finalidade reconhecida, que se trata da finalidade realizada no ato da comunicação, tem sido estudada apenas na dimensão da produção. A nova 'arquitetura comunicacional midiática' (Fausto Neto, 2010) trouxe novo desafio para os gêneros jornalísticos, já que, em muitos casos, o acesso e a produção correm na mesma situação de comunicação.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 143 pp, 1997.

BRIN, Colette; CHARRON, Jean; de BONVILLE, Jean. **Nature et transformation du journalisme** : théorie et recherches empiriques. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval, 2004.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 2000.

DEBRAY, Régis. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FAUSTO NETO, Antonio. **As bordas da circulação**. Revista Alceu: Rio de Janeiro, v. 1 n.20 -p. 55 a 69 jan./jun. 2010.

FOUCAULT, M. **Larqueologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método II**: complementos e índice. Tradução Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

ISER, W. **O Ato da Leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução de Johannes Kreschmer São Paulo: Ed. 34, 1996.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Márcia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. BJR, v.11, n.2, p. 10-29, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

NONATO, C.; FILHO, F. & FIGARO, R. **Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia**. Revista Líbero, n. 41, pp. 100-115, 2018.

SCHUTZ, Alfred. **Collected Papers IV**. Helmut Wagner, George Psathas, and Fred Kersten, (orgs). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, [1934]1996.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom, 2009.

SEIXAS, Lia; CARVALHO, Emiliana. **Resenha, a crítica do jornal**. Galáxia, São Paulo, n. 40, p. 132-144, PUC-SP, 2019.

SEIXAS, Lia. Por uma outra classificação: redefinição de gênero jornalístico. Marques de Melo, José; Assis, Francisco. **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais (orgs.). Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2021.

SCHUDSON, Michael . The sociology of news production. In: BERKOWITZ, Dan (Ed.). **Social meanings of news**: a textreader. Thousand Oaks: Sage, 1997. p. 7-22.  
TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Tradução Ana M. Leite. Lisboa: Edições 70, 1981.

## Perfis das entrevistadas:

**Adriana Barsotti Vieira**, professora Adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), professora do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Filiada à Rede JorTec, da SBPJor. Membro do Conselho Editorial da agência Lupa, de *fact-checking*. E-mail: [adrianabarsotti@id.uff.br](mailto:adrianabarsotti@id.uff.br).

**Lia Seixas**, professora de jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Escreveu o livro *Redefinindo os gêneros jornalísticos*, resultado de sua tese de doutorado, em 2009. Membro do Laboratoire de Pratiques et Identités Journalistiques (Lapij) da Université libre de Bruxelles (ULB), do comitê editorial da Brazilian Journalism Research (BJR) e coordenadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo ([www.njor.ufba.br](http://www.njor.ufba.br)). Email: [liaseixas@gmail.com](mailto:liaseixas@gmail.com).

**Monica Martinez**, docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso). É líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Literário e Narrativas de Transformação Pessoal e Social (JORLIT). Professora visitante da École des Hautes Études en Sciences de l'Information et de la Communication (Celsa) da Sorbonne Université (França, 2020), é pesquisadora associada ao Laboratoire des Pratiques et Identités Journalistiques (LaPIJ-ULB, Bélgica), e membro da Rede Groupement d'Interêt Scientifique (GIS Journalisme) E-mail: [monica.martinez@prof.uniso.br](mailto:monica.martinez@prof.uniso.br).

# Teorias latino-americanas dos gêneros jornalísticos: genealogia, continuidades e diferenças

*Pedro Aguiar Lopes de Abreu*  
(Universidade Federal Fluminense)

A classificação dos gêneros jornalísticos em língua espanhola é diferente das consagradas na esfera lusófona. Embora haja diversos pontos de contato, não só em função da proximidade linguística, mas também do intercâmbio intelectual e acadêmico entre as comunidades ibero-americanas, algumas diferenças fundamentais saltam à vista. Entre os primeiros proponentes de uma taxonomia dos gêneros jornalísticos na América Latina, estão a mexicana María Julia Sierra Macedo (com *Haciendo Periodismo*, de 1964), o boliviano Raúl Rivadeneira Prada (com *Periodismo*, de 1977), o brasileiro Luiz Beltrão (com vasta obra analisada por Alfredo Vizeu, 2007) e o peruano Juan Gargurevich Regal (n. 1934), jornalista, professor e pesquisador.

Autor de uma das obras de referência no estudo dos gêneros jornalísticos na América Latina, Juan Gargurevich tem uma rara trajetória equilibrada entre a carreira em redação, a docência e a investigação acadêmica. Em seu livro *Géneros periodísticos*, originalmente encomendado e publicado pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, CIESPAL, no Equador, em 1982, Gargurevich categoriza, historiciza e analisa os gêneros mais expressivos usados na imprensa, tomando como referência o jornalismo em língua espanhola, não só da América Latina, como também da Espanha. Não por acaso, seu título

repete o da obra do espanhol Martín Vivaldi, o clássico *Géneros periodísticos*, de 1973, e busca sintetizar as diferentes proposições dos autores precedentes, ao mesmo tempo em que demarca o contraste com as construídas por autores norte-americanos adotados nos cursos de formação pela região nos anos 60, 70 e 80 do século XX – Fraser Bond, John Hohenberg, Stanley Johnson.

Na obra, os gêneros elencados por Gargurevich são a entrevista, a crônica, o “testemunho”, a “campanha” ou folhetim (*folletón*), a coluna ou resenha, o editorial, a reportagem e os “gêneros gráficos”: fotojornalismo, legenda, infográficos e caricatura. De fato, nem todos correspondem precisamente aos seus cognatos em português (caso do *folletón*, que em vez de ficção seriada, como usado no Brasil, equivale à ideia de “série de reportagens”). Entretanto, guardadas as diferenças significativas com as tradições do jornalismo lusófono (como Chaparro, 2008, e Seixas, 2009), o esforço de sistematização de Gargurevich fornece uma base empírico-conceitual que se soma e dialoga com outras taxonomias propostas por autores brasileiros, como Marques de Melo e Assis (2016), Lage (2005), Silva (2007) e Messagi Jr. (2009), contribuindo, em seu conjunto, para uma verdadeira escola latino-americana de estudos neste tópico.

Por oposição, os primeiros estudos anglófonos e norte-americanos dos gêneros jornalísticos, presentes em pesquisas acadêmicas (Bleyer, 1916), em compêndios normativos (como o apócrifo britânico “How to Write for the Press”, de 1899; Ross, 1911; e Harrington, 1915, este último muito citado por Gargurevich) ou em manuais de redação (dos quais o da agência Associated Press foi um dos primeiros, elaborado ainda em 1900

para circulação interna, e, nos EUA, alcançou estatuto de referência generalizada entre as redações), limitam-se a elencar tipologias reprodutíveis, com menos diversidade e mais recurso a fórmulas estagnadas. A tradição latino-americana, nesse ponto, mostra-se mais aberta a diálogos com outros domínios, como a Linguística, e atualizada em função dos gêneros realmente praticados nos meios de comunicação.

Este capítulo se concentra nas discussões de Juan Gargurevich sobre a genealogia de três gêneros específicos no contexto latino-americano: a *crónica* (diferenciada da crônica luso-brasileira), a relação e a notícia.

## *Relación e crónica, da Idade Média ao presente*

Ao longo de seu trabalho como historiador do jornalismo hispano-americano, Gargurevich salientou a genealogia entre os gêneros medievais ibéricos e os modernos gêneros jornalísticos. Até certo ponto, Gargurevich remonta às origens (em alguns casos, na Antiguidade Clássica) e situa contextos de desenvolvimento e mudança ao longo dos estágios da imprensa latino-americana. A título de exemplo, o autor traça a linha de continuidade entre os diálogos de Platão, o jogral do medievo ibérico, os recitais da Renascença espanhola (citando *La Celestina, ou Tragicomedia de Calisto e Melibea*) e as primeiras entrevistas realizadas nos mercúrios coloniais sul-americanos, órgãos de divulgação do Iluminismo entre a elite *criolla* (Gargurevich, 2000, p. 68-70). Faz o mesmo com a notícia, desde os avvisi da Veneza renascentista, passando pelas relaciones do século XVI, trazidas à América pelos tipógrafos coloniais e por ordens católicas como a dos jesuítas, até ganharem forma industrial na *penny press* de Nova York nos anos 1830 (Gargurevich, 2000, p. 24-26). Embarca,

finalmente, na polêmica<sup>[1]</sup> atribuição do formato canônico da notícia (lide, pirâmide invertida e objetividade) aos despachos das agências de notícias europeias e norte-americanas, ingressadas no mercado latino-americano entre o final do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial (Gargurevich, 2000, p. 29-30).

Dois gêneros tipicamente ibero-americanos são a *relación* e a *crónica*. São classes de textos que remontam ao contexto do final da Reconquista, quando o feudalismo da nobreza românica se instalava nas terras recém-retomadas aos mouros e as proezas desses conflitos eram contadas nos salões de castelos e nas tabernas. Entre eles estão a trova, o jogral, as canções de gesta, as cantigas e os cantares, todos exclusivos do medievo (Rizzini, 1968, p. 11-15). Mas a *relación* e a *crónica*, apesar de serem contemporâneas um tanto mais jovens que os gêneros estritamente medievais, ainda antecedem a imprensa e tiveram seu auge justamente no processo de exploração e conquista da América.

Quando dizemos que antecedem à imprensa, referimo-nos não à prensa, como tecnologia de imprimir com tipos móveis (já em emprego

---

<sup>[1]</sup> A polêmica em questão foi iniciada por Schudson (2010, p. 14) que, em sua história social da imprensa nos EUA de 1978, questionou a relação de causalidade entre o “estilo telegráfico” dos textos de agências de notícias e as técnicas discursivas do lide, da pirâmide invertida e da objetividade, ou seja, das rotinas produtivas das agências e de sua incorporação pelos editores nos jornais com a mudança na maneira de escrever. A preocupação do autor, sociólogo de formação, era fugir do determinismo tecnológico como explicação para práticas sociais. Entretanto, Rogers (1986, p. 29-30) discordou de Schudson e reiterou que a relação causa/efeito das agências e a moderna estrutura da notícia “parecia confirmar-se nos fatos históricos”. Ambos admitem, porém, que os despachos da Associated Press e de suas concorrentes regionais durante a Guerra de Secessão (1861-1865) foram os primeiros a empregar sistematicamente esses recursos estilísticos no jornalismo.

imprensa como instituição social da modernidade, só aparecidos no século XVII. E, embora tenham sobrevivido no século XVI, a *relación* e a *crónica* transmutam-se, na era da “revolução da cultura impressa” (Eisenstein, 1998), naquilo que Gargurevich (2000, p. 25, p. 108-109) propõe ser a moderna reportagem.

Em toda a Espanha, assim como no resto da Europa, floresceu a indústria dos “avisos”, que eram especialmente confeccionados com base em cartas. Mas, no século XVI, já com a imprensa de Gutenberg introduzida no reino, surgiram as “relaciones”. A primeira delas, segundo José Acosta, foi a que deu notícia da queda de Constantinopla, em 1454. A partir de então, “sempre que surgia uma situação de relevância, o narrador e o impressor trabalhavam em conjunto. Da mesma forma, o poder começou a se beneficiar da invenção, seja para fins privados de monarcas que desejavam divulgar suas grandezas, seja para propagar determinados fatos”. As relações tornaram-se regulares e eram avidamente adquiridas por aqueles que acompanhavam as conquistas espanholas na América; Sevilha transformou-se no centro jornalístico espanhol e foi lá que se fundou a primeira sociedade impressora da Espanha. Logicamente, foi também lá, no centro da conquista, que apareceram os primeiros jornalistas espanhóis. (Gargurevich, 2000, p. 25; tradução nossa)

Segundo Gargurevich (2000, p. 25), a “mais famosa das relações da época” foi a carta em que Cristóvão Colombo relata aos reis católicos de Castela e Aragão, em latim, sua chegada àquilo que ele ainda supunha ser a Ásia, e não um novo continente. Com o título *Insulis Indiae supra Gangem nuper inventis* (Ilhas da Índia para além do Ganges recentemente descobertas), a carta de Colombo foi provavelmente impressa em 1493, em Roma, na tipografia do bávaro Estêvão Planck. Só pelo título, que

expressa o erro do navegador genovês em julgar que tinha alcançado a Indonésia (“ilhas para além do Ganges”), a “avó da reportagem” não sobreviveria a uma moderna checagem.

Parte da rica tradição ibérica deu origem, no início do século XVI, às *relações* (em espanhol, *relaciones*), comumente tratadas na pesquisa brasileira como um gênero da literatura de informação quinhentista. Entre os exemplares mais célebres desse gênero, estão a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, de Bartolomeu de Las Casas (1552), a *Relación de las cosas de Yucatán*, do bispo franciscano Diego de Landa (1566) e, em português, a *Relação do Piloto Anônimo* da esquadra de Pedro Álvares Cabral (1500). Em todos os casos, assim como fora a queda de Constantinopla, todas as relações citadas são narrativas de acontecimentos, não meras paisagens ou etnografias.

São relações, no mesmo sentido, as quatro cartas do navegador florentino Américo Vespúcio (1501), também aos reis católicos e parcialmente redigidas no Brasil; a *Relación del primer viaje alrededor del mundo* (1525), do vicentino Antonio Pigafetta, cronista que acompanhou Fernão de Magalhães na circunavegação; o registro do frade dominicano espanhol Gaspar de Carvajal sobre a primeira expedição a descer o rio Amazonas, da nascente à foz, a *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río grande* (1541); e o livro do hessiano (alemão) Hans Staden sobre seu cativeiro entre os tupinambás, “A Verdadeira História dos Selvagens Nus e Ferozes Devoradores de Homens encontrados no Novo Mundo, a América” (*Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landschafft der Wilden Nacketen, Grimmigen Menschfresser-Leuthen in*

*der Newenwelt America gelegen...*, 1557)<sup>[2]</sup>. Com algum esgarçamento conceitual, seria possível encaixar na lista também os dois relatos de missionários franceses sobre a aventura da França Antártica e a guerra que a derrotou: *As Singularidades da França Antártica* (1558), do frade capuchinho André Thevet; e *História de uma Viagem Feita à Terra do Brasil* (1578), resposta do calvinista Jean de Léry à anterior. O que todos têm em comum é o relato testemunhal e descritivo pormenorizado, sem devaneios, mas enriquecido por situações anedóticas (quase sempre acompanhadas de diálogo) que, no conjunto, conduzem uma narrativa de fatos.

Em 1551, mesmo ano da fundação da Universidade de São Marcos, em Lima, a da América, o espanhol Juan Díez de Betanzos y Araos escreveu uma relação que Gargurevich (2000, p. 108) cita muito brevemente, mas tem um valor histórico crucial na definição dos gêneros pela classificação hispano-americana: trata-se da *Summa y narración de los Incas*, redigida em castelhano, mas baseada em entrevistas colhidas pelo autor com personagens e testemunhas das campanhas militares de Francisco Pizarro e Diego de Almagro contra Atahuallpa e seus sucessores Túpac Hualpa e Manco Cápac II, especialmente a batalha de Cajamarca (1532). Casado com uma viúva de Atahuallpa, Angelina Cuxirimay Ocllo, Betanzos foi um dos primeiros espanhóis a aprender a escrever em quéchua e, por

---

[2] Por pura curiosidade, é divertido notar como Gabriel García Márquez brinca com os longos títulos das relações do século XVI ao batizar o seu *Relato de um Náufrago*, que no original em espanhol, publicado como folletón no *El Espectador* de Cartagena, em 1955 e editado como livro, em 1970, se chamava *Relato de un naufrago que estuvo diez días a la deriva en una balsa sin comer ni beber, que fue proclamado héroe de la patria, besado por las reinas de la belleza y hecho rico por la publicidad, y luego aborrecido por el gobierno y olvidado para siempre*.

isso, exerceu a função de intérprete de Pizarro (Aranda, 2012, p. 73). Nesse ponto específico, o método de entrevista utilizado nessa relação aproxima a obra de Betanzos da reportagem como a conhecemos.

Do lado brasileiro, frequentemente se inclui no rol a Carta de Pero Vaz de Caminha, muito embora ela careça de narrativa de acontecimentos episódicos e anedóticos, de riqueza ilustrativa, como são os anteriores. Daí que atribuir à carta de Caminha o título de “primeira reportagem” no Brasil, como fazem alguns afoitos, é evidente exagero.

Talvez o exemplo mais didático dessas distinções seja a noção hispânica de *crónica* – aparentada, mas não sinônima, do gênero crônica em português. Da forma como usada no jornalismo de língua espanhola, especialmente em jornais, revistas e agências de notícias, a *crónica* assemelha-se mais a uma reportagem, especialmente do subgênero “interesse humano”, com toques literários e uma liberdade maior de exposição do autor na narrativa. É, de fato, um falso cognato, ou “falso amigo”, a semelhança entre as duas palavras, pois induz a uma sinonímia que não se verifica na prática.

Gargurevich (2000, p. 109) retorna aos exemplos do século XVI para enfatizar que as *relaciones* e *crónicas* tinham como denominador comum o aspecto de narrarem “fatos reais, eventos ocorridos durante um determinado período, histórias contadas ‘do início ao fim’, e com uma característica fundamental: referiam-se a acontecimentos verdadeiros (independentemente da interpretação que o relato pudesse conter)”. Mas uma característica particular da crônica quinhentista ibérica e hispânica, à diferença da *relación* (que permitia idas e vindas em reminiscências), é

manter o relato de fatos estritamente em ordem natural, isto é, cronológica. Daí que o étimo grego relativo ao tempo, *chronos*, ainda justifica o emprego do termo (Gargurevich, 2000, p. 111).

É assim que os cronistas são, sem dúvida, os autores das primeiras peças jornalísticas peruanas no século XVI, por ocasião da passagem dos corsários ingleses pelas costas do Pacífico. Em 1577, Francis Drake saqueou o Callao. E, mais tarde, em 1594, o pirata Hawkins foi derrotado por Don Beltrán Castro de la Cueva e capturado. O vice-rei da época ordenou a edição da crônica desse feito sob o título de “Relación”, e desde então ela é considerada a notícia pioneira do jornalismo do Vice-Reino do Peru. (Gargurevich, 2000, p. 109)

Entre 1609 e 1615, enquanto os primeiros jornais propriamente ditos saíam em Estrasburgo, Antuérpia e Volfembutel, três crônicas escritas em espanhol por incas catequizados foram concluídas no Peru e enviadas para a Espanha: os *Comentarios Reales de los Incas* (1609), de Garcilaso de la Vega; a *Relación de Antigüedades deste Reyno de Perú* (1613), de Juan de Santa Cruz Pachacuti Yamqui Salcamaygua; e a *Primer nueva crónica y buen gobierno* (1615), de Felipe Guamán Poma de Ayala. Todas elas recorriam ao testemunho, à observação, à descrição e à reprodução de falas para construir suas narrativas. A de Poma de Ayala, em especial, era ricamente ilustrada à mão pelo autor. Para Gargurevich, antes de etnografias, tais trabalhos são precursores dos textos jornalísticos de gênero informativo escritos por nativos sul-americanos.

Com as independências da América Hispânica e o desenvolvimento de uma cultura jornalística própria no continente, os gêneros entre a imprensa da Espanha e a de suas ex-colônias foram-se distanciando,

sustenta Gargurevich (2000, p. 110), especialmente sob o peso da influência dos estilos dos Estados Unidos em seu “novo quintal”. Mas, na antiga metrópole, “o gênero continua sendo cultivado quase que solitariamente, resistindo tenazmente, por um bom tempo, a também ser ‘invadido’ pelos eficazes métodos norte-americanos”.

E é justamente na Espanha que o gênero *crónica* se consolida como um dos principais no jornalismo diário. Eis como o manual da agência de notícias EFE, o *Libro del estilo urgente* (2011), descreve que a *crónica*

é um gênero informativo caracterizado pela redação de qualidade, o estilo descritivo e a contribuição particular do jornalista, que deve resultar do acompanhamento e da proximidade com o tema. Os testemunhos diretos, o contato com os protagonistas da informação, a investigação, a profundidade, o ângulo próprio, a redação cuidada, bem como a originalidade dos temas, o molho local [no original, las notas de color o de ambiente] são elementos definidores dessas peças, que tornam mais agradável e enriquecem a produção informativa geral. Devem ser amplas, completas e, sempre que possível, acompanhadas de conteúdos em outros suportes, como fotos, áudios e vídeos. (EFE, 2011, p. 207-208; tradução nossa)

Já o manual de estilo do jornal espanhol *El País* (2014, p. 60-61) faz questão de ressaltar que, “à diferença da reportagem”, a *crónica* guarda semelhança com a notícia porque “se constrói só com fatos relevantes, e se evitam os dados acessórios”.

A crônica é um texto de estilo interpretativo baseado em uma notícia e, portanto, parte de um fato imediato. Trata-se do gênero com maior presença no jornal impresso. A crônica deve conter

elementos noticiosos —será intitulada, via de regra, como uma informação; ou seja, com um fato recente— e pode incluir, tanto no título quanto no texto, interpretações que não contenham juízos de valor. O autor deve, no entanto, explicar e fundamentar tais interpretações, e construí-la de modo que a informação prevaleça sobre a interpretação. Não é tolerável, por outro lado, o comentário que reflete opiniões pessoais ou hipóteses arriscadas. (El País, 2014, p. 60-61; tradução nossa)

Se soa estranho, para um leitor brasileiro, que a *crónica* seja “o gênero com maior presença no jornal impresso” (no contexto espanhol, decerto), deve-se tomar a afirmação como mais uma evidência da distinção entre *crónica* e *crônica*, bem como entre *crónica* e reportagem, a despeito da nomenclatura compartilhada. Afinal, se o manual instrui para que “opiniões pessoais” e “juízos de valor” sejam excluídos, não se permitiria que numa *crónica* aparecessem as impressões personalíssimas de um João do Rio, a picardia de um Nelson Rodrigues ou o humor inventivo de um Luís Fernando Veríssimo, para citar três referenciais (de diferentes gerações) da *crônica* na imprensa brasileira.

Numa edição anterior (1996), o manual do jornal madrilenho exemplificava a diferença com uma situação concreta:

Em um estilo estritamente noticioso (válido para informações pouco extensas), uma sessão parlamentar na União Soviética seria retratada com parágrafos textuais de quem tenha discursado. Uma *crónica*, por outro lado, explica as expressões, contextualiza-as, avalia-as, reflete as surpresas e descreve o ambiente. (El País, 1996, p. 29; tradução nossa)

Ou seja: a estilística normativa do jornalismo hispânico encoraja na

*crónica* a inclusão de interpretações, explicações e avaliações, desde que estas se ancorem na factualidade observada, enquanto veta expressamente arroubos literários que misturem fato com ficção. Por todas as suas características formais, Gargurevich propõe (2000, p. 112-114) que a *crónica* hispânica equivale ao *feature* da classificação anglófona de gêneros (como a de Harrington e a de Fraser Bond, que, no entanto, teve *feature* traduzido em sua edição brasileira de 1959 como “variedades”), ainda que se afaste do que hoje se chama de “jornalismo literário” ou de “escrita criativa”, mesmo que de não ficção, por rejeitar o emprego e recursos narrativos próprios da criação ficcional.

Discípulo de Gargurevich, o pesquisador Winston Orrillo empregou esse entendimento da *crónica* ao analisar a obra do poeta e jornalista peruano César Vallejo (1892-1938), homem de letras célebre no modernismo hispânico. Segundo Orrillo (1998, p. 37), a compreensão atual da *crónica* nasce no contexto do modernismo literário, quando se consagra a distinção entre gênero literário e gênero jornalístico, entre criação e produção, entre arte (protótipo da “literatura pura”, da “verdadeira arte”) e “jornalismo como bem de consumo e sujeito a normas de venda”, direcionado às massas. É inevitável lembrar da proposta frankfurtiana de separação entre “alta cultura” e “baixa cultura” (Cf. Kellner, 2001, p. 44-47), com toda a problematização que hoje exige, mas, no contexto da radicalidade modernista dos entreguerras, tal distinção convergia com a proposta de ruptura com as amarras culturais herdadas ainda dos antigos regimes.

## Notícia de agências como paradigma

Em sua obra, o professor peruano cita recorrentemente as agências de notícias como instituições catalisadoras da definição dos gêneros e técnicas de redação do contexto industrial – lide, pirâmide invertida e a estrutura que Lage (2005) chamou de “tópico-documentação”. De acordo com Gargurevich (2000, p. 29), o paradigma da forma industrial da notícia foi o despacho da Associated Press sobre o atentado a Abraham Lincoln no Teatro Ford, em Washington, em 14 de abril de 1865, quando o presidente dos EUA foi baleado por John Wilkes Booth, veterano das tropas do sul derrotadas na Guerra de Secessão. O despacho do correspondente Lawrence Gobright, da AP, dizia sumariamente: “Washington. – O Presidente foi baleado em um teatro esta noite e acredita-se que esteja mortalmente ferido”. Lincoln morreria no dia seguinte.

O novo estilo foi adotado por todas as agências de notícias e chegou à América Latina através do cabo submarino. Por volta de 1870 ou pouco depois, os países americanos já contavam com terminais de linhas submarinas e seus jornais, com contratos assinados com a agência Havas-Reuter. Marca-se, então, uma grande diferença entre a redação que provém do exterior e a que é produzida nos jornais locais. Muito lentamente, os jornalistas imitam a técnica do sumário e da cronologia, aprimorando-a especialmente quando recebem uma enorme massa de informações sobre os incidentes da Primeira Guerra Mundial – que se inicia em 1914. A grande mudança final – a “Pirâmide Invertida” – é desenvolvida principalmente pela agência Associated Press e também se difunde rapidamente na área de influência da agência. O método de redação foi, além disso, divulgado pelo conhecido “Manual de Estilo”, que também

será copiado ou adaptado em praticamente todo o mundo.  
(Gargurevich, 2000, p. 30)

As “áreas de influência” da AP, de 1918 em diante, foram justamente o Caribe e a América do Sul, nas quais a agência de Nova York ingressou depois que a United Press furou o bloqueio que o cartel das três grandes agências europeias – Havas francesa, Reuters britânica e Wolff alemã – impunha ao continente desde 1875. E o já citado manual de estilo, conhecido em inglês como *AP Stylebook*, embora não tenha sido traduzido para o espanhol (em contraste com o da United Press, que foi editado em espanhol, em 1944, para orientar a produção do *El Repórter Esso* na região), serviu de orientação para vários dos manuais de jornalismo norte-americanos, mencionados no início do capítulo, adotados nas redações e, posteriormente, nas faculdades de jornalismo da América Latina.

Decerto, desde o lançamento original de seu manual de gêneros jornalísticos para o Ciespal, em 1982, muito já se produziu de reflexão sobre o tema, mas Gargurevich não voltou a tocar no assunto em seus livros subsequentes. Cantavella Blasco (2010), que entrevistou o professor peruano em 2009 para a revista espanhola *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, questionou-o quanto a isso.

A própria *relación* de Betanzos, a primeira a usar entrevistas, ficou perdida por quatro séculos, até ser encontrada por uma historiadora peruana em um arquivo na Espanha e publicada pela primeira vez em Madri em 1987 (Aranda, 2012, p. 73). Com seu característico humor, Juan Gargurevich respondeu que preferia concentrar-se em produzir novas obras e evitava a ideia de atualizar livros já lançados, pois “sempre teve

horror a *remakes*".

## Referências

AN EDITOR. **How to Write for the Press:** a practical handbook for beginners in journalism. Londres: Horace Cox, 1899.

ARANDA, Blanca. **Textualidad e identidad:** por uma teoria de la intertextualidad en los Andes. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Línguas Românicas) – Universidade do Oregon, EUA, 2012.

BLEYER, Willard Grosvenor. **Types of News Writing.** Cambridge (EUA): The Riverside Press, 1916.

CANTAVELLA BLASCO, Juan. El peruano Juan Gargurevich, en la avanzada de los estudios teóricos e históricos sobre periodismo. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, v. 16, p. 97-106, nov.2010.. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP1010110097A>, acesso fev./2025.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'Aquém e d'Além-Mar:** travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

EFE. **Libro del estilo urgente Agencia EFE.** Madri: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2011.

EISENSTEIN, Elizabeth. **A Revolução da Cultura Impressa:** os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

EL PAÍS. **Libro de estilo El País.** 11ª ed. Madri: El País, 1996.

EL PAÍS. **Libro de estilo El País.** 22ª ed. Madri: El País, 2014.

FRASER BOND, Frank. **Introdução ao Jornalismo.** Rio de Janeiro: AGIR, 1959.

GARGUREVICH, Juan. **De Periodistas a Comunicadores:** crónica de una transición. Lima: La Voz, 2014.

GARGUREVICH, Juan. **Géneros periodísticos.** v. 19. Quito: Ciespal, 2000.

HARRINGTON, Harry Franklin. **Typical Newspaper Stories.** Boston: Ginn and Company, 1915.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e Formatos Jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 39, n. 1, p. 39–56, jan. 2016. DOI: 10.1590/1809-5844201613

MESSAGI JR, Mário. **O Texto Jornalístico no Centro de uma Revisão da História da Imprensa no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Unisinos, São Leopoldo, 2009.

ORRILLO, Winston. **César Vallejo: los géneros periodísticos**. Lima: Editorial San Marcos, 1998.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ROGERS, Everett. **Communication Technology: The New Media in Society**. Nova York: Free Press, 1986.

ROSS, Charles G. **The Writing of News: a handbook, with chapters on newspapers correspondence and copy reading**. Nova York: Henry Holt & Co., 1911.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os Gêneros Jornalísticos: nova proposta de classificação**. Covilhã (Portugal): Livros LabCom, 2009.

SIERRA-MACEDO, María Julia. **Haciendo Periodismo**. Técnicas e formación periodística. México, Editorial Porrúa, 1964.

SILVA, Pollyanna Honorata. **Os Gêneros Jornalísticos e as Várias Faces da Notícia**. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2007.01>

MARTIN VIVALDI, Gonzalo. **Géneros periodísticos**. 6ª Ed. Madri, Espanha: Ediciones Paraninfo, 1980.

VIZEU, Alfredo. **Beltrão, os estudos e as teorias do Jornalismo**. Intercom - Revista

Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2007. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/698/69830987002.pdf>, acesso em fev./2025.

# Juan Gargurevich: um mestre na utopia de conciliar ensino e jornalismo

*Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.*

*Paulo Freire*

*Este texto é dedicado a todos aqueles que vivenciam a utopia de buscar o ponto de união entre o jornalismo e o ensino, sejam eles 'taitas' ou 'guaguas'<sup>[3]</sup>.*

*João Batista de Abreu*

*João Batista de Abreu*

*Pedro Aguiar*

(Universidade Federal Fluminense)

Este capítulo apresenta um panorama sobre a trajetória do jornalista, professor e pesquisador peruano Juan Gargurevich no cenário da América Latina. Sua trajetória é marcada pela investigação crítica, a luta, os percalços e o esforço para mostrar que é possível conciliar, durante tantas décadas, o jornalismo e o magistério superior, sempre com competência e dignidade.



Juan Gargurevich na biblioteca de casa, em 2024. Foto: jornal *La Republica*

<sup>[3]</sup> O idioma quéchua classifica como taita aquela pessoa respeitada na comunidade pelos exemplos e ensinamentos que traz. Os guaguas equivalem às crianças ou aos filhos da aldeia.

Na língua quéchua, ainda muito falada no Peru, a palavra *amauta* significa mestre, sábio e designa muito bem Juan Gargurevich Regal, que não é apenas um jornalista, historiador e professor universitário; é também um personagem da história da nossa América Latina, representante do pensamento que simboliza a resistência nos campos da comunicação e da educação. Do alto de seus 91 anos e sete décadas como jornalista profissional, segue lecionando e contando histórias na *Universidade de San Marcos*, em Lima, em aulas remotas.

Natural da cidade portuária de *Mollendo*, ao sul de *Arequipa*, o jovem Juan transferiu-se cedo para a capital, onde estudou no Colégio San Agustín e depois na Universidade Nacional Mayor de San Marcos, a primeira universidade da América do Sul, fundada ainda no período colonial pelos espanhóis para fazer frente à influência das culturas incaicas<sup>[4]</sup>.

Hoje é professor emérito das universidades de *San Agustín*, em Arequipa, e Ricardo Palma, em Lima, além de doutor Honoris Causa da *Universidade Nacional Hermilio Valdizan*, na cidade de Huanuco, na Cordilheira dos Andes.

Começou a trabalhar na redação do jornal o diário *La Crónica*, em 1954, aos 20 anos. Cinco anos mais tarde, em 1959, transferiu-se para o *Correo*

---

<sup>[4]</sup> O Peru tem 34 milhões de habitantes, o quarto país em população da América do Sul, abaixo apenas de Brasil, Colômbia e Argentina. Possui uma área de cerca de 1,3 milhão de quilômetros quadrados, pouco maior que o estado do Pará. Além dos descendentes de colonizadores espanhóis e imigrantes de vários países, entre eles o Japão, as principais etnias indígenas são os incas, os aimarás e os boras, que habitam a Amazônia peruana.

de Tacna e, depois, para *Expreso*, *Extra*, *La Voz* e o *Diário de Marka*. Em 1975, fundou e dirigiu a revista *Marka*, de perfil progressista. Foi correspondente da Agência Latino-americana de Serviço Especial de Notícias (Alasei), presidente do Clube de Jornalistas peruanos, vice-presidente da Federação Latino-americana de Jornalistas e vice-presidente do Conselho de Formação Profissional da Organização Internacional de Jornalistas.

Casou-se há 55 anos com a psicóloga Pierina, escreveu 30 livros, fez política, defendeu os direitos dos jornalistas profissionais em tempos de autoritarismo, foi obrigado a viver no exílio em Moscou, na então União Soviética, com a mulher e os filhos pequenos. Quando seu país passou a respirar ares mais democráticos, regressou e manteve a sina de lutar como alguém que sabe que tem uma missão a cumprir.

A maior parte de seus artigos publicados na imprensa peruana e internacional trata da importância do exercício do jornalismo com isenção, ética e liberdade de expressão. Os livros se concentram na história do jornalismo na América Latina, sobretudo no Peru, e na análise crítica do papel do jornalista na contemporaneidade.

O primeiro deles, *Mitos e verdades dos diários de Lima*, faz uma análise da imprensa da capital peruana antes e depois do golpe militar em 1968, liderado pelo general Juan Velasco Alvarado, que estabeleceu um regime populista e pôs em prática medidas nacionalistas como a imposição do mar de 200 milhas<sup>[5]</sup> – antes do regime militar brasileiro – para proteger a pesca na costa

---

<sup>[5]</sup>Desde 1947, após a 2ª Guerra Mundial, Chile e Peru vinham defendendo a norma que estabelecia a plataforma continental com a distância de 200 milhas do mar territorial.

peruana dos navios pesqueiros japoneses, que atravessavam o Oceano Pacífico atraídos pelas corrente marítima de Humboldt. O Governo Velasco também impôs a reforma agrária em diversos territórios peruanos, tanto em terras áridas do litoral do Pacífico Norte, quanto em terras férteis da serra, fomentando a criação de cooperativas de agricultores.

Descontente com a forte pressão dos grandes proprietários, expropriou os principais jornais, entregando-os à gestão de sindicatos de trabalhadores. Antes mesmo da expropriação, o general Velasco Alvarado fez o seguinte discurso no segundo aniversário do governo, no dia 3 de outubro de 1970, em que critica a linha editorial dos grandes jornais peruanos, segundo ele, defensores dos interesses da oligarquia peruana. Ele se queixa de que “os jornais reacionários enchem suas páginas de mentira. Por trás de quem assim escreve movem-se a mão e o dinheiro da velha oligarquia que nós afastamos do poder”.

Os jornais reacionários desancaram uma campanha intensa contra o governo das Forças Armadas. Quem são esses jornais? São, como eles dizem, órgãos de expressão? Porta-vozes da opinião pública? Não. São apenas propriedades e instrumentos de círculos econômicos da oligarquia afastada do poder. Não representam nem os interesses, nem o pensamento, nem os desejos do povo peruano. Quem lhes deu o direito de falarem nome do país? Quem os nomeou porta-vozes das maiorias? (Velasco apud Gargurevich, 2021, p. 22-23).

Em novembro de 1971, o governo Velasco inicia o processo de intervenção nas emissoras de rádio e televisão, algumas delas sob o

comando de grupos estrangeiros.

A Lei de Telecomunicações põe ao alcance do Peru o serviço e a importância dos meios modernos de comunicação de massa, destinados a cumprir uma missão social e não de privilégio particular. Meios que devem contribuir com o processo de desenvolvimento do país em vez de freá-lo em benefício de uns poucos (Velasco a Gargurevich, 2021, p. 27).

No artigo *Los medios masivos de información en el Peru (1980-2012)*, Gargurevich traça um painel detalhado das razões que levaram o governo Velasco a intervir nos meios de comunicação hegemônicos. Lembra que desde a década de 1970 percebia-se o enorme desequilíbrio informativo no mundo, com o predomínio das agências internacionais financiadas por grupos econômicos dos Estados Unidos e de nações da Europa Ocidental, que se mantinham como as principais fornecedoras de notícias das empresas de comunicação do Hemisfério Sul. O tema assumiu característica de denúncia quando inúmeros estudos comprovaram que o olhar que os países do Hemisfério Sul tinham sobre si mesmo provinha do jornalismo do Hemisfério Norte.

Os chamados “Países não Alinhados” fundaram então um grande conglomerado informativo, que reunia uma série de agências nacionais do continente para compor um sistema noticioso alternativo que revelasse a verdadeira realidade do Sul. O Peru participou deste esforço com a agência Andina.

Tudo isso veio acompanhado de uma discussão sobre a pertinência de formular políticas próprias de comunicação, entendidas como ações go-

vernamentais destinadas a regular os conteúdos informativos e orientá-los ao desenvolvimento, mas sem adotar o modelo socialista, que subordina os meios ao governo e ao partido único.

No entanto, pressões dos grupos empresariais privados em todo o continente acabaram por desestimular essa nova política de comunicação. No Peru, quando o presidente Fernando Belaunde Terry – que fora deposto pelo general Velasco Alvarado em 1968 – retornou à presidência da República em julho de 1980, revogou a intervenção e devolveu a propriedade dos jornais aos antigos donos.

## Gêneros Narrativos

O interesse de Juan Gargurevich pelas técnicas e classificações narrativas da linguagem jornalística levou-o a lançar, em 1982, o livro *Generos periodisticos*, pela editora do *Centro de Estudios Superiores para América Latina* (Ciespal), com sede em Quito, no Equador. Desde a década de 1970, o Ciespal, mantido com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e entidades vinculadas à social-democracia europeia, passou a estimular obras e práticas sociais que valorizassem o pensamento latino-americano independente, que se afastassem da dicotomia entre Estados Unidos e União Soviética, em plena Guerra Fria.

O objetivo da obra era mostrar as diferenças de linguagem e narrativa editorial entre as diversas modalidades de suportes e estilos jornalísticos, discutindo as especificidades e limitações do jornalismo impresso frente aos meios audiovisuais.

Logo na abertura, na parte de agradecimentos, o autor revela sua personalidade afetiva e de despojamento quanto ao papel do mestre e a relação com os estudantes.

Vários profissionais de imprensa, jornalistas de grande experiência, assim como professores de jornalismo, leram estas proposições e fizeram correções e sugestões valiosas. A todos eles meu agradecimento. Mas o principal reconhecimento deve ser dirigido aos meus alunos da Escola Superior de Jornalismo Jaime Bausate y Mesa, de Lima, que ouviram meus cursos de técnicas jornalísticas e foram realmente aqueles que deram forma didática a meus textos (Gargurvich, 1982).

No mesmo livro, Juan Gargurevich alerta para a importância da apuração no processo de produção jornalística, o ofício de aprender a tomar notas, saber ouvir as fontes, compreender o discurso e entender as contradições desse mesmo discurso. Critica as escolas de Jornalismo da época que, segundo ele, não ensinavam adequadamente as técnicas como a arte de saber anotar, deixando a cada repórter principiante a decisão de adotar um método próprio.

A imagem popular do repórter é a de um homem rabiscando anotações com rapidez em um pequeno bloco de anotações e depois correndo em busca de um telefone público para transmitir a notícia. A realidade não é de todo distinta. Qualquer repórter, ao abordar a cobertura de um fato que justifique a cobertura jornalística, costuma assumir postura de tomar notas (Gargurevich, 1982, p 57).

Mais de 40 anos depois, a polêmica sobre como apurar corretamente, sem dar margem a interpretações equivocadas, continua em voga. O bloco de anotações cedeu lugar ao celular em muitos casos, mas a dinâmica de anotar as principais informações e frases e buscar checá-las mais tarde,

esta continua de pé.

Sobre os gêneros jornalísticos na América espanhola e no Brasil, vale ler o artigo *Teorias Latino-americanas dos Gêneros Jornalísticos: Genealogia, Continuidades e Diferenças*, de Pedro Aguiar Lopes de Abreu, que também faz parte deste livro. O autor traça um painel detalhado sobre a evolução dos gêneros narrativos nas Américas.

A América representa a mescla de diversas etnias e, como território, existe muito antes da chegada dos colonizadores europeus. Os antigos livros didáticos de historiografia insistem em falar de “descoberta da América”, uma visão eurocêntrica que contagia a aprendizagem.

Na década de 1920 o pensador peruano marxista José Carlos Mariátegui observava que em pleno século XX, a cidade de Lima – fundada em 1535 pelo colonizador espanhol Francisco Pizarro – não ostentava nem uma estátua sequer em reconhecimento a figuras indígenas, como Atahualpa ou Tupac Amaru, qualquer que fosse a etnia. A constatação do sociólogo e amigo de Antonio Gramsci está no livro *Peruanicemos al Peru*, publicado em 1970, quatro décadas após sua morte precoce, em 1930.

Teórica e praticamente o conservador crioulo (nacional) comporta-se como um herdeiro da colônia e como um descendente da conquista. O nacional, para todos nossos saudosistas, começa na fase colonial. O indígena é em seu sentimento, ainda que não seja na sua tese, o pré-nacional. O conservadorismo não pode conceber nem admitir apenas uma peruanidade: a formada nos moldes de Espanha e Roma. O sentimento da peruanidade tem graves consequências para a teoria e a prática do próprio nacionalismo que inspira e engendra.

Primeiro limita a quatro séculos a história da pátria peruana. E quatro séculos de tradição parecem muito pouca coisa a qualquer nacionalismo, mesmo o mais modesto e sonhador. Nenhum nacionalismo sólido aparece em nosso tempo como uma elaboração de apenas séculos de história. Para se respaldar numa antiguidade mais respeitável e ilustre, o nacionalismo reacionário recorre invariavelmente ao artifício de anexar não só todo o passado e toda a glória de Espanha, mas também todo o passado e a glória da latinidade. As raízes da Nacionalidade resultam ser hispânicas e latinas. O Peru, como essa gente quer fazer representar, não descenderia do inca autóctone; descenderia do império estrangeiro que impôs há quatro séculos sua lei, religião e idioma (Mariátegui, 1970, p. 73-74).

Mariátegui alerta para a necessidade de reconhecer e valorizar as culturas indígenas como forma de estimular o crescimento do país.

A política realmente nacional não pode prescindir nem ignorar o índio. Ele é o cimento de nossa nacionalidade em formação. A opressão contra a civilização indígena o anula, praticamente, como elemento de progresso. Os que empobrecem e deprimem o índio empobrecem e deprimem a nação. Explorado, zombado, embrutecido, o índio não se torna um gerador de riqueza (Mariátegui, 1970, p. 15).

Podemos dizer que Gargurevich é um discípulo de Mariátegui? Um dos pontos em comum seria a sensibilidade em resgatar a história do Peru com um olhar diferente do colonizador. A preocupação do professor de Jornalismo com a história da comunicação levou-o a escrever um artigo acadêmico sobre “los pregoneros”, aquelas pessoas com algum letramento que, desde o século XVI após a chegada dos colonizadores,

faziam a intermediação entre os atos do Vice-Reino do Gran Peru, como ordenamentos urbanos, aplicação de multas condenações, execuções e ofertas de transações comerciais afixados em pontos estratégicos da capital colonial e em cidades do interior. Os “pregoneiros” (pregoeiros) transmitiam estas informações oralmente à população não letrada.

Os pregões eram lidos na praça da Inquisição (em Lima), diante do Palácio do Governo e do Arcebispado, no Cabildo (conselho municipal) e nos largos de Santo Domingo, San Agustín, La Merced, San Pedro e Concepción. Citaremos finalmente a determinação que os inquisidores fizeram anunciar em 16 de outubro de 1749: “Manda o Santo Ofício da Inquisição que todos os vizinhos e moradores das casas e tendas sediadas desde o local do dito Santo Ofício até a igreja de Santo Domingo que as limpem e cerrem para o domingo 19 do presente mês de outubro. Pena de 10 pesos de multa e outras arbitrarias”. (Palma, 1997, p. 1255)

O livro descreve o episódio da execução do líder inca que liderou uma rebelião contra os colonizadores espanhóis, em 1572. O príncipe Tupac Amaru, quarto e último imperador inca, foi preso, julgado e decapitado na praça central de Cuzco, em frente à catedral da Igreja católica, sob a alegação de se haver insurgido contra os reis de Espanha. Os próprios sacerdotes acreditavam na sua inocência, pediram clemência, mas o vice-rei manteve a condenação.

Apaream o pobre Príncipe de uma mula, com uma corda no pescoço e as mãos atadas. À frente um pregoeiro ia anunciando a sua morte e o motivo da condenação. Dele diziam ser um tirano que traiu a Coroa e a Santa Igreja Católica. O Príncipe, sem entender o pregão, perguntou aos religiosos que o acompanhavam o que aquele homem estava dizendo. Contaram

que o matariam por ser inimigo do Rei, seu senhor. Então mandou que chamassem o pregoeiro e quando estava perto lhe disse: “Não digas isso porque sabes que é mentira” (Garcilaso de La Vega Apud Gargurevich, 2012, p. 849).

Em 1781, dois séculos depois da morte de Tupac Amaru I, a Coroa mandou executar Tupac Amaru II, líder da maior revolta anticolonial do continente no século XVIII, ao reunir diversas comunidades indígenas contra o domínio espanhol.

Qualquer semelhança à execução do inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, o alferes Tiradentes, enforcado e esquartejado no Largo da Lampadosa (hoje Praça da República), Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1792, por ordem da Coroa portuguesa, não foi mera coincidência, conforme a biblioteca digital do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Portanto, condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas Gerais, a que, com barço e pregação, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça ... (Val; Viana, 2008, p. 16)

O abismo entre o Estado e a população desassistida costuma ser um aspecto característico de sociedades marcadas pelo autoritarismo, sobretudo quando a sede da monarquia fica a um oceano de distância. A oralidade é marca registrada das culturas indígenas e de comunidades distantes dos grandes centros urbanos. Qualquer semelhança com o papel do rádio na primeira metade do século XX no continente não seria

exagero. Falar para as camadas populares, de origens e etnias variadas, sempre foi um desafio na América Latina pela diversidade cultural.

A América não foi o único continente a abrigar personagens como os pregoeiros. Na Idade Média, os menestréis perambulavam pelas aldeias da Europa comunicando em prosa e verso os feitos, decisões e recomendações dos senhores feudais, muitas vezes recebendo contribuições em cobre para exaltar mais os feitos que os desencantos.

Como militante classista, presidente do Clube dos Jornalistas peruanos e vice-presidente da Federação Latino-americana de Jornalistas, Gargurevich desenvolveu uma visão crítica sobre o papel da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)<sup>[4]</sup>. Criada em 1943, em plena 2ª Guerra Mundial, em congresso realizado em Havana, com a bênção do ditador cubano Fulgencio Batista, a entidade tornou-se porta-voz dos interesses dos donos de veículos de comunicação no continente, particularmente dos proprietários de jornais norte-americanos.

No artigo *Fundação da SIP, toda uma história*, o jornalista analisa as contradições de um organismo que diz falar em nome da liberdade de imprensa, mas silencia diante das contradições próprias do exercício cotidiano do jornalismo profissional.

Os jornalistas latino-americanos conhecem bem a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) porque não

---

[6] A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) até hoje é um órgão corporativo de abrangência internacional que representa os interesses dos donos de veículos hegemônicos de toda a América.

pertencem a ela nem são convocados para suas reuniões. É uma entidade de proprietários de empresas jornalísticas que defendem interesses que vão mais além das associações de classe dos repórteres. Mantém, sem dúvida, algo em comum com os jornalistas: pedem liberdade de expressão, mas com visões distintas. Enquanto a SIP é uma só voz multiplicada por seus sócios e muito bem organizada, os jornalistas reclamam por liberdade para a diversidade de opiniões. Os sócios da SIP têm apenas uma definição: para eles, a liberdade de imprensa exige liberdade de empresa, uma é impossível sem a outra. Já os jornalistas clamam por condições que permitam democratizar a liberdade de opinião. (Gargurevich, 2015, p. 01)

O autor, porém, reconhece o poder político da entidade patronal no cenário internacional por conta do *lobby* que consegue promover contra ou a favor de governos do continente, para fazer valer seus interesses comerciais, mas enfatiza que a conduta monolítica da entidade defensora dos interesses da imprensa dos Estados Unidos acabou comprometendo historicamente a independência do jornalismo latino-americano.

A SIP é uma organização importante e de grande influência na América Latina. Quando se manifesta sobre um tema que os afeta, centenas de jornais unem suas vozes de condenação ou bajulação, participando na construção de uma imagem externa sobre um governo, presidente ou partido (Gargurevich, 2015, tradução nossa).

Posições críticas desta natureza e a militância em entidades internacionais como a Federação Latino-americana de Jornalistas e o Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET) mereceram atenção especial por parte até mesmo do Serviço Nacional de Informação (SNI) do Brasil. No 1º Simpósio Internacional Sobre a Nova Ordem Infor-

mativa, realizado no Rio de Janeiro pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre os dias 7 e 11 de dezembro de 1983, os agentes do SNI registraram:

Pelos depoimentos apresentados, ficou evidente que o ILET é mais uma organização de fachada do MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI) e que tem como real objetivo o estímulo dos movimentos revolucionários destinados à implantação do socialismo (...) Os participantes estrangeiros narraram experiências vividas em seus países e teceram considerações sobre o ALTERCOM<sup>[789]</sup> Várias publicações do ILET foram distribuídas aos presentes.<sup>[1011]</sup> (Arquivo Nacional do Brasil)<sup>[12]</sup>

Entre os participantes estrangeiros, a listagem incluía o endereço em Lima do jornalista Juan Gargurevich, mas não era a primeira vez que o nome do professor peruano chegara aos dossiês da espionagem brasileira. Dois anos antes, um punhado de documentos em português e inglês, selecionados pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério

---

[7 8 9] O ALTERCOM era um projeto de mídia alternativa. FONTE: Arquivo Cronológico de Entrada 41249/84, Serviço Nacional de Informações, Informação 0141, 22 de fevereiro de 1984, pp7-9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/84041249/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_84041249\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84041249/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84041249_d0001de0001.pdf)

[10 11] Arquivo Cronológico de Entrada 41249/84, Serviço Nacional de Informações, Informação 0141, 22 de fevereiro de 1984, pp7-9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/84041249/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_84041249\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84041249/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84041249_d0001de0001.pdf)

[12] Notas da Divisão de Segurança e Informação de órgãos públicos do Governo Federal do Brasil durante a ditadura civil-militar, disponíveis no site do Arquivo Nacional. Levantamento realizado com a contribuição de um pesquisador que investiga a ação dos órgãos de inteligência durante a ditadura civil-militar no Brasil.

das Relações Exteriores do Brasil, fazia referência aos inimigos internacionais do regime.

Organizado pelo "INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDIOS TRANSNACIONALES" (ILET) e pelo "CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO", realizou-se nos dias 07, 08 e 09 DEZ 83, no RIO DE JANEIRO, o Encontro Internacional "COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NA AMÉRICA LATINA: REDES E PERSPECTIVAS DE AÇÃO' O evento contou com a participação dos correspondentes do projeto "ALTERCOM-UNIDAD DE DOCUMENTACIÓN PARA PRENSA ALTERNATIVA" e de estudiosos e jornalistas brasileiros, num total de 25 pessoas. (Anexo 01). O projeto ALTERCOM, segundo seus autores, é um serviço documental informativo organizado pelo ILET. (...) Da relação de participantes fazia parte Juan Gargurevich. A seguir o endereço: Prolongación Arenales, 183, Lima 27 - Peru<sup>[13]</sup>. (Arquivo Nacional do Brasil, 1984)

Em outro documento de quatro páginas, este do Centro de Informações do Exército (CIE), o texto refere-se ao simpósio como porta de entrada para a propagação do comunismo no Brasil e cita a agência de notícias *Alasei* como porta-voz dessas ideias. Gargurevich fazia parte da *Alasei* como correspondente internacional. O relatório cita o nome de 16 participantes, entre jornalistas, advogados, políticos e sindicalistas presentes à ABI.

---

[13] Fonte : Arquivo Cronológico de Entrada 15290/84, Serviço Nacional de Informações, Informe 0440, 15 de fevereiro de 1984, pp1-4. Disponível em [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/eee/84015290/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_eee\\_84015290\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/84015290/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_84015290_d0001de0001.pdf)

Mesmo desprovido de ostensiva conotação subversiva e contestatória, aparentando mais uma reunião de classe para examinar caracteres técnicos ligados à profissão, o I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A NOVA ORDEM INFORMATIVA representou mais uma tentativa para aumentar o poder de influência da "esquerda" nos meios de comunicação social. A ALASEI tem seu funcionamento esperado como uma forma de abrir espaço para a difusão de notícias em consonância com as teses favoráveis à NOMIC e em contraposição ao atual fluxo internacional da Comunicação, particularmente nas Américas Central e do Sul. Com a ALASEI funcionando, muitos temas poderiam ser mais facilmente manipulados em prol da causa comunista. (Arquivo Nacional do Brasil, 1984)

Na esteira da nova ordem da informação, a agência *Alasei* foi fundada em 1980 por meio de uma parceria entre Cuba, Nicarágua, Venezuela, Bolívia e Argentina, tendo como um dos jornalistas independentes fundadores o peruano Juan Gargurevich. A proposta era fazer frente à cobertura das agências conservadoras de notícias, apoiadas pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O monitoramento de eventos públicos no Brasil continuou a ser executado pelos órgãos de inteligência do Brasil, mesmo após a revogação do Ato Institucional nº 5 (1º/1/1979) e a decretação da Lei de Anistia, em setembro do mesmo ano. O simpósio da NOMIC (Nova Ordem Internacional de Informação) aconteceu em dezembro de 1983, apenas 14 meses antes do fim do regime militar.

Vale lembrar que o então presidente da República, João Batista Figueiredo, fora diretor da agência do SNI no Rio de Janeiro entre 1964 e

e 1966 e chefe da Casa Militar no Governo Garrastazu Medici.

Com a frase escrita a lápis na capa, *Subversão e terrorismo – Repressão ao terrorismo*, o documento revelava-se um compêndio de notas e recortes. Em seu anexo I, no entanto, fazia um verdadeiro estado da arte sobre as tendências nas organizações comunistas internacionais. Entre sindicatos e movimentos sociais, na seção dedicada às associações internacionais da imprensa, havia uma pequena referência a Juan Gargurevich e a sua então mais nova publicação: *Headline War, subtitled The CIA and Journalism in Latin America*. Esse documento, sob a guarda do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, pode ser acessado pela Internet.<sup>[14]</sup>

Recentemente, pesquisadores brasileiros de Ciências Sociais conseguiram identificar 8.330 telegramas despachados por agentes do Centro de Informações do Exército (CIEX) lotados no exterior, atuando dentro das embaixadas, para monitorar ações de brasileiros exilados e estrangeiros vistos como inimigos do regime militar.

O prontuário curricular, como jornalista e militante comunista em um continente conturbado como a América do Sul dos anos 1970 já levava Gargurevich a enfrentar alguns constrangimentos. Em agosto de 1975, então diretor da revista independente *Marka*, ele foi deportado pelo governo Velasco Alvarado para a Argentina, juntamente com outros 27

---

<sup>[14]</sup> Arquivo Cronológico de Entrada BR DFANBSB Z4.REX.IPS.595 - Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, 1981. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_z4/rex/ips/0595/br\\_dfanbsb\\_z4\\_rex\\_ips\\_0595\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/rex/ips/0595/br_dfanbsb_z4_rex_ips_0595_d0001de0001.pdf)

cidadãos peruanos, entre políticos, intelectuais, economistas e jornalistas, de acordo com matéria publicada pelo Jornal do Brasil (7/8/1975, p. 9)<sup>[15]</sup>.

Mas o exílio em Buenos Aires durou pouco. No mês seguinte, um golpe de Estado derrubou o governo do general Velasco e o novo presidente, o também general Moralez Bermudez, anulou a deportação dos adversários políticos do governante anterior.

O que parece contraditório nesse processo político é que, apesar da perseguição a determinados jornalistas e políticos, o Governo Velasco foi o primeiro a financiar a divulgação da obra do pensador marxista José Carlos Mariátegui em edições populares.

## Histórias que a rua nos conta

Eterno apaixonado pelo jornalismo, apurações corretas e texto preciso e criativo, Gargurevich publicou, em 2005, o livro *Mário Vargas Llosa, repórter a los 15 años*, homenagem ao consagrado escritor peruano levado pelo pai a trabalhar no jornal *La Crónica* durante as férias escolares. Na época (1952) o pai de Mário representava os interesses do império construído pelo magnata do jornalismo norte-americano Randolph Hearst em território peruano. O adolescente gostou da brincadeira.

---

<sup>[15]</sup> Em 1975, a editoria internacional do Jornal do Brasil era um dos poucos veículos hegemônicos brasileiros que abriam espaço para a discussão sobre o debate da Nova Ordem Internacional do jornalismo.

Prêmio Nobel de Literatura, referência do gênero realismo mágico latino-americano e professor universitário, Vargas Llosa relata o ambiente intelectual e boêmio das redações de jornal predominantes nas décadas de 1950 e 1960. O escritor bebeu na fonte das histórias que a rua nos conta, sobretudo nas reportagens policiais do vespertino. O trabalho como repórter inspirou muitas de suas histórias.

Não foi o primeiro; tampouco será o último que passa das crônicas estritamente apegadas à realidade para a ficção que apresenta em romances inspirados em histórias reais de vida. Não existe nada ou ninguém mais próximo do drama que o jornalismo e os jornalistas, aqueles que chegam ao lugar da notícia com a missão de transmiti-la em seguida aos leitores, ouvintes ou telespectadores. Grandes escritores contemporâneos seguiram a mesma rota inicial, mas não são muitos os que persistiram no jornalismo, como faz o incansável Vargas Llosa, que se dedica à crônica narrativa, como uma espécie de novo jornalismo que conta e explica (Gargurevich, 2005, p. 11).

A primeira cobertura de Vargas Llosa para o *La Crónica* foi na noite de 7 de janeiro de 1952, quando o jovem foi ao aeroporto de Lima entrevistar o novo embaixador brasileiro no Peru, Caio Mello Franco, que acabara de chegar do Rio de Janeiro. A matéria foi editada na página 3 no alto à esquerda, com direito a foto.

Desde ontem se encontra nesta capital o doutor Caio de Mello Franco, novo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Brasil no Peru. O distinto diplomata e sua esposa, senhora Yolanda de Mello Franco, chegaram às 7 da noite, em um avião internacional da Braniff Airways que cumpriu a travessia desde o Rio de Janeiro. (Gargurevich, 8/1/1952, p. 24).

No livro sobre o Vargas Llosa jornalista, o professor Juan Gargurevich manda um recado aos jovens iniciantes – válido até os dias de hoje – alertando que a aprendizagem não termina quando se recebe o diploma de curso superior. Segue até o fim da carreira. “Não se aprende um ofício em pouco tempo. São necessários anos de experiência, muita sala de redação e exposição aos fatos que se convertem em notícia para adquirir a destreza que nos ilumina quando nos debruçamos por aquilo a que chamamos grande reportagem” (2005, p. 11).

A qualidade e a adaptação do ensino de Jornalismo à prática profissional e, particularmente, à realidade social sempre foi uma preocupação do professor Gargurevich. Em artigo publicado na revista acadêmica *Fórum* (Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo), em 2003, sob o título *Qué periodismo y como enseñarlo: una reflexión urgente*, ele reflete sobre os questionamentos impostos à formação universitária no Peru, a partir de uma provocação do jornalista e escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez que, em 1994, liderou a criação de la *Fundación del Nuevo Periodismo Iberoamericano* (FNPI).

Citando o empresário Joseph Pulitzer, que ajudou a financiar o surgimento da primeira Escola de Jornalismo na Universidade de Columbia (Nova York) no início do século XX, o autor do artigo pergunta:

Quais devem ser as características de um bom jornalista? As universidades peruanas preparam profissionais com essas particularidades ou virtudes? Essas perguntas costumam presidir a discussão que se repete há anos em cada centro de estudos. Mas precisamos saber se essas questões foram efetivamente identificadas e – aqui vem o

ponto central – se a universidade tem realizado esforços para lançar seus egressos no campo profissional com os conhecimentos exigidos para que obtenham êxito (Gargurevich, 2003, p. 12).

O professor acrescenta uma questão vital: “A Universidade está sintonizada com as demandas sociais, como a compreensão das necessidades e demandas da sociedade” (Gargurevich, 2003, p 12). No mesmo artigo, ele cita as críticas feitas em congresso da SIP por Gabriel Garcia Márquez a propósito das deficiências na formação dos jornalistas, ao priorizar mais aspectos circunstanciais do que as necessidades intrínsecas ao exercício profissional no cotidiano.

Vinte anos depois, a pergunta é: avançamos em algo que torne nossos egressos dispostos a enfrentar um mercado cada vez mais influenciado por conhecimentos e práticas que vêm do Hemisfério Norte?

Em artigo publicado no jornal carioca Tribuna da Imprensa em 9 de agosto de 1984, sob o título “A história que a imprensa esconde”, o jornalista, escritor e crítico de cinema Argemiro Ferreira exalta as qualidades do professor Gargurevich como profundo pesquisador da história do jornalismo.

Ex-diretor da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Argemiro cita a frase do professor peruano ao receber o Prêmio Nacional de Jornalismo Genaro Carnero: “A história dos jornais não está nos jornais, como também não está ali a história do Peru” (Ferreira, 1984, n.p.).

## Taitas e guaguas

O idioma quéchua classifica como *taita* aquela pessoa respeitada na comunidade pelos exemplos e ensinamentos que traz. Uma espécie de pai. Os *guaguas* (pronuncia-se guauas) equivalem às crianças ou aos filhos da aldeia.

Em mais de 60 anos de magistério superior, Gargurevich ajudou a formar centenas de licenciados em todas as universidades por onde passou. Alguns deles se tornariam também professores de disciplinas de Comunicação e Jornalismo. Vários professores de universidades peruanas não foram necessariamente alunos de Juan Gargurevich, mas reconhecem em seus livros, artigos e no trabalho como jornalista um verdadeiro *taita* como os incas.

A professora Maria Mendoza Michilot, hoje na Universidade de Lima, trabalhou 27 anos (1995-2023) como colega de Juan Gargurevich na Universidade de San Marcos. Eis seu depoimento, enviado em fevereiro de 2025 especialmente para este artigo.

“ Poucos jornalistas mostram um itinerário tão variado e complexo como o de Juan Gargurevich no que diz respeito ao ‘o que fazer’ profissional, que vai desde a cobertura e redação de notícias e colunas de opinião até os textos voltados para o jornalismo de televisão. Um salto espetacular dos impressos em preto e branco, em cores e, no outono de sua vida, as redes sociais e outras publicações guardadas na nuvem.

*O destino quis que, depois de se haver aposentado, voltasse à sala de aula. Como entusiasmado editor de blogs e consumidor de redes so-*

*ciais não teve dificuldade em se familiarizar com as ferramentas da Internet para se encontrar com os alunos no ciberespaço, em aulas remotas ou presenciais.*

*Hoje, por sua larga trajetória no jornalismo e no magistério, Juan Gargurevich é considerado uma ave rara quando vislumbramos o futuro incerto trazido pela inteligência artificial. Mas qualquer que seja o rosto do futuro, ficarão sempre as dezenas de livros impressos e eletrônicos depositados na nuvem, que nos ajudam a compreender o passado, o presente e, quem sabe, o futuro do novo mundo das comunicações. ”*

Outra guaguá é a poeta, escritora e jornalista Sonia Luz Carrillo, 76 anos, professora de Literatura da Universidade de San Marcos. Em depoimento por email, ela destaca a contribuição acadêmica de Gargurevich para a produção intelectual em seu país.

“ O aporte específico de meu amigo e colega é o de haver pesquisado e organizado em livros a história da atividade jornalística no Peru. Definitivamente, sua contribuição foi atribuir o conceito de processo e colocar em relevo tantos trabalhos individuais quanto associativos. Pessoalmente, recordo com carinho dos meus primeiros momentos como docente na área de Comunicação. Já exercia o jornalismo desde muito jovem, mas minha carreira universitária começou pela literatura. Quando surgiu minha primeira oportunidade no campo do ensino da Comunicação, Juan mostrou-se muito generoso comigo, oferecendo-me livros e artigos que tiveram enorme utilidade. ”

Mais um guagua de Gargurevich no magistério superior é Christian Wiener Fresco, hoje docente do setor audiovisual na Universidade de San Marcos. Não chegou a ser aluno dele, mas diz que aprendeu muito com seus livros.

“ Eu o conheci como o mais importante historiador peruano de *Jornalismo*. Livros como ‘Mito e verdade dos diários de Lima’, ‘A razão do jovem Mariátegui’ e ‘Introdução à história dos meios de comunicação no Peru’ foram fundamentais ao logo desses anos para conhecermos a realidade do jornalismo no país, num período de muitas mudanças e discussões sobre seu universo e poder. ”

## Procura-se talento

Quando se aposentou em San Marcos, foi dar aulas na Faculdade de Ciências e Artes da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica, a PUC de Lima, onde assumiu o decanato do curso de Jornalismo. Na porta de seu gabinete, uma frase bem-humorada alertava os visitantes: “Só dê um passo à frente se tiver talento”.

Ao término do contrato de trabalho, há 10 anos, voltou para casa, mas não propriamente para sua moradia no bairro de San Izidro, onde hospeda milhares de livros num gabinete nos fundos da residência. Regressou, sim, para a *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, onde se formou e continua a dar aulas. Juan Gargurevich é uma dessas figuras que merecem o codinome mestre ou *amauta*.

Em seu último livro, *Velasco y la prensa*, lançado em 2021, o texto de

abertura cita a metáfora do Zumbayllu, extraída do romance Rios profundos, do escritor e antropólogo peruano José Maria Arguedas, que narra o conflito entre o colonizador espanhol e o ancestral inca. Zumbaylu seria o peão, que gira em torno de seu eixo e tem a magia de gerar luz e som que encantam as crianças à sua volta.

A pesquisadora Isabelle Tauzin Castellanos explica que o giro do brinquedo simboliza simultaneamente o passado e o futuro, que dialogam através do movimento. A obra de Juan Gargurevich pode ser compreendida como um peão que, por meio da volta de 360 graus, nos ensina a compreender as contradições do jornalismo e da América Latina. Ao contrário da carreira acadêmica, que estabelece uma hierarquia entre o doutorado e o mestrado, dentro da sala de aula predomina uma lógica diferente. Os estudantes reconhecem a figura do mestre acima de tudo, porque é dessa relação de ensino-aprendizagem que se transfere e, sobretudo, se produz conhecimento. O jornalismo e a América Latina agradecem.

## À sombra do jequitibá

Na entrevista ao jornal *La República*, em setembro de 2024, concedida ao repórter Carlos Paucar, Gargurevich manifesta otimismo com a profissão. Quando o repórter lhe pergunta se devemos festejar o Dia do Jornalista – comemorado no Peru em 1º de outubro – ele se mostra incisivo. “Não vejo por que surgiu esse costume de não festejar porque existem problemas. Sempre houve problemas. Ser jornalista sempre foi difícil. Difícil para conseguir emprego, comunicar-se, manter a autonomia, independência e

ganhar bem.” (Paucar, 2024)

Sobre os riscos de desemprego pela Inteligência Artificial, ainda na entrevista ao repórter, Gargurevich argumenta: “A IA não pode seguir o passo dos jornalistas, que sempre serão melhores. Ela pode sim ser uma referência, mas o ChatGPT não vai à rua”, observa o veterano professor, para valorizar o trabalho do repórter investigativo.

Do alto de seus 91 anos, plenos de lucidez, segue lecionando, mas a saúde e a idade recomendam aulas remotas. Mesmo assim, no aconchego de sua casa, no bairro de San Isidro, tem disposição para manter ativo um blog. Para quem desejar visitá-lo: <https://tiojuan.wordpress.com/>.



Imagem 2 – Blog do Juan (<https://tiojuan.wordpress.com/>)

Como diz o escritor uruguaio Eduardo Galeano, inspirado no poeta e cineasta argentino Fernando Birri, nosso homenageado segue cultivando

utopias no horizonte da vida. “A utopia está lá no horizonte. Eu me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar” (Galeano, 1994).

Se tivesse que ser comparado a uma árvore, Juan Gargurevich bem poderia ser um jequitibá, tronco centenário erguido em meio à floresta que simboliza a utopia do cerrado e da Mata Atlântica que resiste heroicamente ao avanço da ganância colonial do século XXI. O jequitibá dá frutos e sombra a quem o cerca; Gargurevich nos oferece conhecimento e paixão pelo jornalismo. O desmatamento representa a censura e a ignorância.

## Referências

FERREIRA, Argemiro. **A história que a imprensa esconde**. Coluna publicada no jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 09/8/1984. Disponível em : [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_04&pesq=%22Juan%20Gargurevich%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16984](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=%22Juan%20Gargurevich%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16984). Acesso em: 16 jan. 2025.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Ciudad de Mexico, Siglo XXI, 1994.

GARGUREVICH, Juan. **Mitos y verdades de los diarios de Lima**. Editora Gráfica Labor, 1972.

GARGUREVICH. **Géneros periodísticos**. Quito: Ciespal, 1982.

GARGUREVICH. **Vargas Llosa, reportero a los quince años**, Lima: Editorial Planeta, 2005

GARGUREVICH. Los pregoneros, in GUERRA, Martiniéri Margarita; SANCHEZ, Rafael. **Homenaje a José Antonio del Busto Duthurburo**. Lima: Fondo Editorial de PUCP, 2012

GARGUREVICH. Fundación de la SIP, toda una história. Lima: **Revista PUCP**, 2015.

GARGUREVICH. Los medios massivos de información en el Peru. **Revista Conexión**, Lima, Fondo Editorial/ PUCP, 2012.

GARGUREVICH. Qué periodismo y como enséñalo. São Paulo, **Revista Fórum** (ECA/USP), 2003.

GARGUREVICH. Velasco y la prensa (1968-1975). Lima, Fondo Editorial/ PUCP, 2021

GERAB, Kátia; RESENDE, Maria Angélica Campos. **A Rebelião de Tupac Amaru - luta e resistência no Peru do século XVIII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

JORNAL DO BRASIL. **Peru amplia expurgo de setores oposicionistas**. Caderno 1<sup>a</sup>, 07/-8/1975, p. 9. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19750807&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 10 mar 2025.

MARIATÉGUI, José Carlos. **Peruanicemos al Peru**. Lima: Amauta, 1972.

PALMA, Ricardo. **Anales de la Inquisición de Lima**. Lima: Congreso de la República, 1997.

PAUCAR, Carlos. La inteligencia artificial no puede describir ni a Chibolín ni a Dina. Entrevista de Juan Gargurevich para o jornal La República em 30/9/2024). Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2024/09/30/juan-gargurevich-la-inteligencia-artificial-no-puede-describir-ni-a-chibolin-ni-a-dina-1415809>

VAL, Andréa Vanessa da Costa; VIANA, Carine Kely Rocha. Nota Histórica. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, n° 187, p. 13-18, out./dez. 2008. Disponível em: <https://bd-login.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/536/1/NHv1872008.pdf>. Acesso em: 10 mar 2025.

### **Agradecimentos a:**

- *Argemiro Ferreira, jornalista e crítico de cinema*
- *Eduardo Heleno, jornalista e professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense*
- *Lena Benzecry, programadora visual*
- *Luciana Barros, jornalista*
- *Marcus Aurélio Carvalho, jornalista e radialista*

# Testemunho, subjetividades e pensamento decolonial: para se pensar a pertinência de uma epistemologia dissonante dos gêneros jornalísticos

*Cicélia Pincer Batista*  
(Escola Superior de Propaganda e Marketing)

*Gean Oliveira Gonçalves*  
(Centro Universitário FIAM-FAAM)

## Introdução

O que existe de semelhante entre uma **reportagem** sobre a sucessão de violências contra uma garota morta aos dois anos de idade e em decorrência das muitas omissões quanto a pedidos de proteção e tutela de seu pai; o **perfil** de uma mulher mantida, por mais de 20 anos, em condições de escravização por uma família composta por profissionais médicos, psicólogos e um procurador da Justiça do Trabalho; uma crônica que narra como uma jornalista se deparou com a tortura perpetrada contra seu pai por uma Junta Militar enquanto apurava as tantas e bárbaras violações cometidas durante a ditadura militar; e um **podcast jornalístico** que reconstitui a revelação de uma cova clandestina nos fundos de um cemitério municipal, localizado na periferia de São Paulo, com restos mortais de mais de mil militantes de oposição ao regime militar e, oficialmente, dados como desaparecidos?

Para além da omissão do Estado, por meios de suas instituições, trata-se

de diferentes gêneros e formatos com que o jornalismo publicizou histórias que se apoiam em narrativas de teor testemunhal de traumas e eventos catastróficos sobre homofobia, racismo estrutural, machismo, tortura, ocultação e vilipêndio de corpos. Trata-se, pois, de várias formas de violência perpetradas pelo Estado brasileiro, em diferentes, mas não tão distantes épocas e que, para os propósitos deste texto, colocam em questão os vários modos como o jornalismo exerce o seu papel, historicamente construído, de dar visibilidade a acontecimentos de importância e natureza pública em seus diversos gêneros e formatos.

Assim, quando consideramos que a noção de gênero jornalístico diz respeito à forma narrativa e discursiva, a partir da finalidade ou propósito que o texto cumpre no pacto de comunicação com o interlocutor, ou seja, a compreensão da estrutura textual, parece-nos relevante contemplar nos estudos dos gêneros jornalísticos características como o testemunho – como ato-experiência entre proximidade, oralidade narrativa e capacidade reflexiva (Seligmann-Silva, 2009) – e as subjetividades – aspectos constitutivos tanto do repórter e da sua matriz histórica e cultural (Moraes, 2022) quanto dos diversos outros atores com os quais ele dialoga na gesta coletiva que é o fazer jornalístico.

Tem-se em vista aqui uma espécie de virada epistêmica que vem marcando, também, os estudos do Jornalismo, especialmente a partir de meados da segunda década deste século XXI e que problematiza a persistente hegemonia de uma tradição eurocêntrica, calcada num universalismo que se apresenta como desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica, histórica e cultural.

Trata-se, portanto, de movimentos político-acadêmicos de interrogação sobre as vozes autorizadas das falas públicas e do conhecimento, calcados nas perspectivas da decolonialidade e da interseccionalidade - entendidas como um modo de expressão e de ação por parte de sujeitos historicamente minorizados, que lutam por sua existência social e pelo reconhecimento de sua identidade e de sua voz.

A narrativa humana é atraída por eventos dramáticos. Constantemente temos que narrar episódios de doença, fome, guerra, genocídios, conflitos de ódio e morte. Nos séculos XX e XXI, o jornalismo fez parte da construção de uma interpretação coletiva sobre acontecimentos como as duas Grandes Guerras Mundiais, o Holocausto, as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, as ditaduras militares da América Latina, o genocídio em Ruanda, os ataques de 11 de setembro, a pandemia de Covid-19, entre outros. Nessas circunstâncias, mais do que em outras, importa o testemunho; importa a voz e a experiência daqueles que podem contar o que se passou ou o que está a ocorrer em determinada circunstância. Em suma, a narrativa de teor testemunhal.

Bosi (1995) diz que a escrita do testemunho tem a ver com uma "voz-em-situação", feita a partir de um realismo problemático, cujas situações vividas e pessoas apresentadas são difíceis de penetrar. Sabe-se pelo contato que toda memória é precária, seletiva; o foco da escrita permite silêncios, estranhamentos, incongruências, sem pretender a confissão total, que é difícil de alcançar e talvez incompatível com o que pode o testemunho. Todavia, expressa melhor e de forma inesperada, dignidade humana e compaixão pelo outro.

Para o autor, o testemunho não é documento histórico, não é feito por historiador, nem por jornalista profissional. Mas por que não o poderia? A resposta talvez esteja no fato da escrita do testemunho dispor de uma considerável margem de liberdade, poder saltar passagens desprovidas de interesse, poder ampliar insignificância, repetir até cansar, mencionar de relance, tudo isso, se parecer conveniente ao narrador. O testemunho se contenta com sua parcela de verdade, não a deseja.

Neste capítulo, recorreremos ao pensamento decolonial para pensar a pertinência do testemunho e das subjetividades como elementos que podem dar à produção jornalística uma forma menos tecnicista e mais humanizadora das relações que norteiam uma sociedade marcada por ideologias masculinistas, racistas, cis-heterossexistas, classistas e geocolonizadoras. Nesse esteio, procuramos pensar a possibilidade de ser a narrativa de teor testemunhal uma espécie de “transgênero” a responder às demandas sociais, profissionais e epistêmicas que se colocam atualmente para o Jornalismo.

## Jornalismo, criação da modernidade e da colonialidade

Entre as finalidades assumidas pelos agentes do campo jornalístico, consta a proposição de apresentar a pluralidade de ideias, posições e sujeitos da sociedade (Reginato, 2018). Essa percepção é compartilhada entre cidadãos, jornalistas e veículos jornalísticos como uma das responsabilidades sociais do jornalismo, atrelando-se esse papel à ação de narrar a sociedade e a política da coexistência, isto é, como Hannah Arendt (2002) compreende a política, a possibilidade de aparecimento na

esfera pública para tratar de assuntos do cotidiano da vida humana.

Boa parte da teorização do jornalismo corrobora com essa questão ao afirmar o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos, como narrativa dialógica e polifônica, amparada em um método que prevê fontes plurais capazes de fornecer relatos de credibilidade. Assim, expressar a diversidade social, ao gerenciar pontos de vista e relatar vivências/experiências de outras comunidades, parece fundamental para a epistemologia do jornalismo. Todavia, o jornalismo é parte do processo de significação de um mundo marcado pelo sistema colonialidade/capitalismo/cis-hetero-patriarcado (Grosfoguel, 2016).

Albuquerque (2022, p. 8), ao se perguntar o que **decolonizar o jornalismo**, afinal quer dizer, afirma que a "colonização é, primariamente, um processo que tem como fim a exploração econômica de uma sociedade por outra", valendo-se, para tanto, "do controle político e intelectual [...]". Ele chama a atenção, também, para o fato de a maior parte dos estudos decoloniais enfatizar os efeitos do processo de colonização sobre os sujeitos a eles submetidos, pouco se voltando "ao papel que os agentes colonizadores e o modus operandi da colonização desempenham nesse processo" (Albuquerque, 2022, p.7).

Nesse sentido, o autor sinaliza, ainda, o fato de se priorizar, nos estudos decoloniais, a colonização como um fenômeno exclusivamente europeu; o que tende a obliterar o projeto colonial capitaneado pelos Estados Unidos, surgido "nas cinzas da colonização europeia, no contexto da Guerra Fria" (Albuquerque, 2022, p.8). Com base numa ideologia da modernização e na

valoração da sociedade capitalista em contraste com outros modelos de sociedade, o projeto de dominação estadunidense, perpetrado a partir da segunda metade do século XX, encontrou, no sistema de mídia e no sistema acadêmico, duas grandes forças de disseminação e validação, especialmente nos países do chamado Sul Global. Vale lembrar, por exemplo, que não é mera coincidência o fato de que, a partir dos anos 1950, o processo de modernização da imprensa brasileira tomou como modelo e referência o jornalismo de objetividade estadunidense.

Anteriormente, o jornalismo brasileiro foi orientado e afetado pelo modelo europeu – primeiramente pela censura e proibição direta de atividade de imprensa no Brasil Colônia e, posteriormente, pela institucionalização do jornalismo no Brasil, guiado pela perspectiva de imprensa republicana europeia, que pouco sustentava discursos abolicionistas e de superação das desigualdades raciais – e que até a atualidade lega uma acanhada ou quase inexistente abordagem das políticas de combate ao racismo em conteúdos jornalísticos ou na linha editorial da imprensa comercial brasileira.

Assim, ao nosso olhar, na reflexão sobre os gêneros jornalísticos, é fundamental atravessar os paradigmas epistemológicos que regem como jornalistas selecionam determinados acontecimentos e os transformam em notícias, reportagens e outros formatos do contar e testemunhar o presente.

É válido lembrar, que Cremilda Medina (2008) observa, a respeito da noção de paradigma, que se trata dos princípios que regem os discursos e

as práticas, uma concepção que orienta o pensamento e a ação. No caso do jornalismo, a mentalidade positivista e cientificista trouxe ao domínio do relato informativo o diagnóstico da realidade objetiva como caminho para tratar do contexto urbano e industrial que atravessava a experiência do século XX. Ela menciona, por exemplo, o alemão Otto Groth, como alguém influenciado por tal doutrina, uma vez que ele propõe leis que regem o fenômeno do jornalismo, o que credenciaria a constituição de uma nova ciência – a Ciência dos jornais.

Nos cânones do jornalismo moderno, assumiu-se o texto jornalístico a partir de características específicas que o diferenciam de outros gêneros textuais. Manuais de redação jornalística, parcela dos docentes e profissionais da área afirmam o texto jornalístico como aquele que busca relatar os fatos de forma objetiva, sem opiniões pessoais ou julgamentos por parte do autor, ou seja, com uma postura neutra do jornalista, apresentando diferentes pontos de vista sobre o assunto abordado, sem favorecer nenhum lado. A linguagem jornalística é tida aqui como clara e direta, com informações verdadeiras e verificáveis, simples e acessível, visando à compreensão por um público amplo. Essas características ajudariam a garantir que a narrativa jornalística cumpra sua função informativa e educativa, servindo como uma ponte entre os fatos e as pessoas.

Porém, o jornalismo, como apontam as professoras Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2021), está intrinsecamente relacionado com as condições epistemológicas construídas com a concepção filosófica do cientificismo, a partir do privilégio epistêmico dos homens ocidentais – na

forma cartesiana-positivista-masculinista – responsáveis pela concepção do que seria “o Outro” e pela posterior negação deste nos espaços legítimos de fala e de conhecimento. As notícias, as reportagens e demais gêneros jornalísticos privilegiam, no processo, essa voz masculina branca, como capaz de informar objetivamente os acontecimentos e a quem também é endereçada a mensagem final, que, muitas vezes, orienta a formação de visões consensuais que obliteram rupturas, diferenças e conflitos; reforça o “sistema central de valores”, que, a parafrasear Caetano Veloso (1989), reitera o “macho adulto branco sempre no comando” a “riscar os índios, nada esperar dos pretos”.

Em estudo sobre as bases de construção da Ciência e do Jornalismo, Cremilda Medina (2008) explica que a notícia – formato central do gênero informativo e produto central das teorias do jornalismo – é uma operação sutil. A perseguição aos fatos incentivada pelos meios de comunicação e o comportamento obsessivo relativo a todas as instâncias de apuração não dá garantias aos profissionais de explicar e divulgar objetivamente os acontecimentos. Ou seja, o processo envolve intersubjetividades. Dessa maneira, ela defende o papel ilustre da reportagem para despertar complexidade e o fluxo relacional que a notícia não dá conta.

Retornando ao paradigma objetivista do jornalismo, o resultado é que o estudo dos gêneros jornalísticos é realizado, muitas vezes, a partir de matrizes já explicitadas. Lembremos que o estudo dos gêneros jornalísticos – ou seja, a proposta de criar e analisar classificações textuais de jornalistas e veículos de informação – nasce do esforço que subsidia o ensino e as práticas do jornalismo na atualidade (Marques de

Melo; Assis, 2020). A esse respeito, Irene Machado (2001, p. 6) apresenta o estudo dos gêneros como uma necessidade específica: “explicitar os modos pelos quais as mensagens se organizam em meio à profusão de códigos, de linguagens e, conseqüentemente, de mídias”.

Assim, quando a noção de gênero jornalístico diz respeito à forma narrativa e discursiva, a partir da finalidade ou propósito que o texto cumpre no pacto de comunicação com o interlocutor, ou seja, a compreensão da estrutura textual, parece-nos relevante contemplar nos estudos dos gêneros jornalísticos características como o testemunho.

## Epistemologia decolonial e subjetividades

A questão do conhecimento e, mais especificamente, das vozes autorizadas do conhecimento são temas centrais nas reflexões de vários autores decolonialistas que, entre outros aspectos, chamam a atenção para a persistente hegemonia de uma tradição eurocêntrica de pensamento, calcada num universalismo abstrato, desencarnado e que se apresenta como “sem pertencimento a qualquer localização geopolítica e desinteressado” (Bernardino-Costa, 2018, p. 125).

Em texto conjunto com Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020, p. 10), o autor vai definir a decolonialidade como um projeto político-acadêmico que tem como um dos seus objetivos e riquezas justamente a capacidade de elucidar historicamente a “colonialidade do poder, do ser e do saber”, propondo, ainda, estratégias de transformação

da realidade. Em sentido semelhante, a filósofa panamenha Linda Alcoff (2016, p. 129), ao defender a necessidade de uma epistemologia decolonial revolucionária, destaca que a própria noção de epistemologia implica questionamentos sobre a natureza política do conhecimento:

Essas circunstâncias políticas incluem como a autoridade e a atribuição de autoridade são distribuídas, como certos lugares, processos e metodologias são valorizadas enquanto outros são desprezados e como a produção de teoria espelha a produção de desigualdades sociais.

Nesse sentido, a ênfase ao racismo como princípio organizador do projeto de dominação da colonialidade se torna fundamento imprescindível para a constituição das noções de geopolítica e de corpo-política como crítica ao cientificismo eurocêntrico como matriz epistêmica privilegiada na modernidade ocidental:

Pedra angular do eurocentrismo e do cientificismo é a formulação “Penso, logo existo”, de Descartes, elaborada em 1637. [...] No momento da formulação do Discurso do Método, Descartes inaugura uma tradição de pensamento que se imagina produzindo um conhecimento universal, sem determinações corporais nem determinações geopolíticas.[...] Mesmo que Descartes não tenha definido quem é esse “eu”, não há dúvidas de que ele se refere ao homem europeu, mais especificamente àquele encontrado acima dos Montes Pirineus, como argumentaria Hegel no princípio do século XIX (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, 2020, p. 11-12).

Em diálogo com Sylvia Wynter e Enrique Dussel – filósofa, escritora e ativista jamaicana e filósofo argentino, respectivamente, e dois dos expo-

entes da chamada filosofia da libertação e do pensamento decolonial latino-americano –, Alcoff entende como uma das mais urgentes tarefas do conhecimento contemporâneo discutir a histórica e sistemática desautorização da perspectiva interpretativa e dos saberes dos pobres do Sul global:

A recusa à epistemologia [vem sendo] motivada por falta de reflexão política da epistemologia. [...] Isso é uma rejeição da tentativa da epistemologia em colonizar as reivindicações de conhecimento e manutenção da hegemonia ocidental no domínio da racionalidade, das virtudes intelectuais e da verdade (Alcoff, 2016, p. 132).

Assim, a tarefa da epistemologia decolonial consiste não somente em ‘desemaranhar’ o processo de conhecimento da exclusiva legitimação calcada no cientificismo, no positivismo, na autoridade masculina, no elitismo acadêmico e no eurocentrismo como, e sobretudo, em retomar uma tarefa que vem sendo relegada a segundo plano, mesmo por teóricos sociais críticos e que Alcoff define como “obstáculo epistemológico”, entendido como a

[...] recusa a se engajar no trabalho reconstrutivo da epistemologia para seguir além do ceticismo crítico e reconstruir a maneira de fazer verdadeiras reivindicações responsáveis pela realidade política, assim como confiáveis e adequadas à complexidade da realidade. O projeto de “mudar a geografia da razão” requer este trabalho reconstrutivo, bem como reclama de nós o **desvelamento e a reavaliação dos conhecimentos rejeitados** e o **esclarecimento dos fundamentos de nossas próprias demandas de adequação ou de progresso epistêmico** (Alcoff, 2016, p.133; grifos nossos).

Pode-se dizer que a persistência desse obstáculo epistemológico oblitera ou desconsidera não apenas tradições dissonantes do eurocentrismo, mas, sobretudo, dificulta a afirmação do lugar de fala, das experiências vividas constitutivas de subjetividades dissonantes (e tantas vezes precarizadas) e de seus processos de validação como princípios fundantes do conhecimento. Daí que Alcoff (2016, p. 135) preconiza a necessidade de uma epistemologia política, a que chamaremos também de ‘dissonante’, de natureza crítica e construtivista, que possibilite às teorias sociais se engajarem significativamente com uma das maiores dificuldades vividas pelos pobres globais: “alcançar um amplo, mais abrangente e mais adequado entendimento de tudo o que está relacionado com a experiência daqueles que são frequentemente ignorados”.

A urgência e relevância de tal tarefa pode ser sintetizada na convicção enfaticamente expressa por Alcoff (2016, p.135-136): “o que está em jogo em nossa luta é não menos do que a verdade sobre o mundo”. Daí porque, além do obstáculo epistemológico, faz-se mister, para a epistemologia política decolonial, acolher a importância epistêmica das identidades, entendidas como “experiências vivenciadas, localizadas e posicionadas por meio das quais tanto indivíduos como coletivos trabalham para construir um sentido em relação às suas experiências e às narrativas históricas”.

Uma vez que identidades podem e devem ser compreendidas, portanto, como “pequenas teorias cujas adequações à experiência podem ser julgadas, testadas e avaliadas”, alinhar a discussão sobre elas à necessi-

dade de superação do obstáculo epistemológico pode conduzir a uma perspectiva mais abrangente e fecunda, superando a lacuna apontada por Albuquerque (2022). É o que aponta ainda Alcoff ao afirmar que

A identidade social é relevante para o julgamento epistemológico não porque a identidade determina o julgamento, mas porque pode, em algumas instâncias, produzir o acesso à percepção dos fatos que podem ser relevantes para a formulação de várias reivindicações de conhecimento. [...] O que uma pessoa pode ver subdetermina o conhecimento ou articula interesses, mas a correlação entre possibilidades de percepção e identidades requer que levemos a identidade em consideração ao formularmos corpos de tomada de decisão ou instituições de produção de conhecimento (Alcoff, 2016, p. 141).

Importante ressaltar que a afirmação de uma dimensão epistêmica para as identidades não significa uma mirada como mônadas; como blocos monolíticos e homogêneos. Antes, a importância epistêmica da identidade requer a compreensão de que experiência e localização importam para o conhecimento:

A crítica da política identitária tem mantido muitos “escravos” da acusação de um essencialismo político grosseiro e de falta de sofisticação teórica. Acredito que a inclinação anti-identidade tão prevalente na teoria social de hoje [...] debilita nossa habilidade de articular o que está errado com a hegemonia teórica do Norte global (Alcoff, 2016, p.136).

Além do caráter reducionista, a persistência da associação de movimentos identitários a essencialismo, fetichismo e a-historicidade – cara inclusive a intelectuais autointitulados como de esquerda – tende a

obliterar um dos modos fundamentais como operam os projetos político-epistêmicos de colonialidade, qual seja a separação entre embates políticos de classe e embates políticos das identidades. Trata-se de uma separação que opera também nos processos institucionalizados de validação e reconhecimento dos saberes. Ao discutir os princípios de uma epistemologia feminista negra, Patrícia Hill Collins (2020, p. 146 - 147) exemplifica de modo muito claro e assertivo as consequências dessa separação:

Abordagens positivistas buscam criar descrições científicas da realidade por meio de generalizações objetivas. [...] elas advogam que a ciência genuína só pode ser alcançada se todas as características humanas, exceto a racionalidade, forem eliminadas do processo de investigação. Seguindo regras metodológicas estritas, os cientistas buscam se distanciar dos valores, interesses particulares e emoções geradas por sua classe, sua raça, seu sexo ou por outra situação específica. [...] Tendo em vista o longo período de exclusão das mulheres negras da sociologia até 1970, o conhecimento sociológico sobre raça e gênero produzido em sua ausência e a importância dessa ausência para a autodefinição da sociologia enquanto ciência, as mulheres afro-americanas que atuaram como agentes de conhecimento [...] precisaram, ao mesmo tempo, questionar as próprias estruturas sobre as quais buscaram assentar sua legitimidade.

A autora destaca ainda que a natureza política da epistemologia reverbera também nas abordagens interpretativas (paradigmas) e nos princípios mais amplos de construção da pesquisa e nas técnicas de aplicação dos paradigmas (metodologia), uma vez que a ela (à epistemologia) cabe avaliar o conhecimento ou o porquê de

considerarmos algo verdadeiro: “a epistemologia atenta para a maneira com que as relações de poder estabelecem quem é considerado confiável e por que o é” (Collins, 2020, p. 140).

Assim, as questões epistemológicas não apenas não são neutras, como junto a instituições e normas, que, por sua vez, promovem e absolutizam epistemologias ocidentais eurocêntricas, constituem duas partes interligadas e indissociáveis dos processos sociais de legitimação do conhecimento. Daí que, segundo Hill Collins (2020), a subsunção a uma comunidade acadêmica controlada por uma elite branca, majoritariamente masculina, heteroaletiva e portadora da cidadania estadunidense levou muitas pesquisadoras afro-americanas a se objetificar, desvalorizando suas vidas emocionais e sua motivação para aprofundar o conhecimento sobre mulheres negras e para confrontar detentores de maior capital simbólico e de maior poder acadêmico.

Em diálogo com outros autores como bell hooks, Frantz Fanon, Stuart Hall e Philomena Essed, a portuguesa Grada Kilomba também discute as relações entre conhecimento e poder, revelando as ligações intrínsecas entre conceitos como erudição, ciência e autoridade racial. Para a escritora e artista negra, “só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?” (Kilomba, 2019, p. 12-13, grifo no original).

Kilomba enfatiza a necessidade de se tomar a pesquisa como interação sujeito-sujeito e na importância de eles (os sujeitos) partilharem do mesmo grupo social como forma de se evitar a reprodução de hierarquias desvinculantes no processo de conhecimento. Baseada em experiências, autopercepções e negociações de identidades descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito, mais do que uma forma privilegiada de pesquisa, trata-se de percurso necessário quando se busca entender, reconstruir e recuperar narrativas de experiências porque garante aos entrevistados a chance de ser aqueles que contam suas histórias, aqueles que são os produtores de conhecimento:

Tem-se o direito de ser um sujeito – político, social e individual – em vez da materialização da Outridade encarcerada no reino da objetividade. Isso só se torna concebível quando existe a possibilidade de expressar a própria realidade e as experiências a partir de sua própria percepção e definição, quando se pode (re)definir e recuperar a própria história e realidade (Kilomba, 2019, p. 82, grifo no original).

Tais questões evocam, de modo mais amplo, o lugar da subjetividade como condição epistemológica essencial, uma vez que, como lembra hooks (2017, p. 42), sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. Assim, a afirmação da subjetividade, aliada à importância do lugar de fala e da experiência vivida, corresponde à corporeidade e pertença geopolítica do conhecimento, tanto mais necessária quando se considera com Grada Kilomba (2019, p. 51, grifos no original) que

Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos “de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” (HALL, 1992, p. 252), mas raras vezes os sujeitos. [...] Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós.

Assim é que, como destaca a escritora e ativista negra bell hooks,

Hoje em dia, quando a “diferença” é tema quente nos círculos progressistas, está na moda falar de “hibridização” e “cruzar fronteiras”, mas raramente encontramos exemplos de indivíduos que realmente ocupem posições diferentes dentro das estruturas e partilhem ideias entre si, mapeando seus terrenos, seus vínculos e suas preocupações comuns no que se refere às práticas de ensino (HOOKS, 2017, p. 173, grifos no original).

Ao analisar criticamente a prática pedagógica tradicional e, inspirada no educador brasileiro Paulo Freire, ao ressaltar a importância do fazer educativo na construção da autonomia dos sujeitos sociais, hooks (2017, p. 120) destaca o fato de que “as pedagogias críticas abraçam a experiência, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimento válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado”. Tal perspectiva parece-nos fecunda para se pensar também as potencialidades de uma epistemologia crítico-política e dissonante para o jornalismo.

## Virada no jornalismo e efeitos nos gêneros textuais

Como apontado anteriormente, a virada epistêmica que vem marcando os estudos do Jornalismo problematiza a persistente hegemonia de uma tradição eurocêntrica de pensamento, calcada num universalismo abstrato, desencarnado e que se apresenta como desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica, histórica e cultural. Ela envolve, portanto, movimentos político-acadêmicos de interrogação sobre as vozes autorizadas das falas públicas e do conhecimento, calcados nas perspectivas da decolonialidade e da interseccionalidade - entendidas como um modo de expressão e de ação por parte de sujeitos que lutam por sua existência social e, portanto, que não a querem sem reconhecimento de sua identidade e de sua voz. Ou seja, para além de sua recente figuração entre temas até então considerados marginalizados nas esferas públicas, não apenas reconhecem a tríade capitalismo, colonialismo e patriarcado como base da dominação, mas, sobretudo, demandam formas de conhecimento, reconhecimento, categorias analíticas e de compreensão sobre como sujeitos socialmente marginalizados constroem reconhecimento e visibilidade social e segundo suas vozes e modos de expressão.

No Jornalismo, tais perspectivas colocam em xeque, dentre outras, textualidades que, em sua maioria, adotam o apagamento das marcas de presença do autor e o distanciamento temporal e espacial do fato, de modo a sedimentar o efeito de verdade e a captação objetiva dos acontecimentos. Manifestações dessa ampliação das práticas e cânones

profissionais podem ser vistas tanto em iniciativas do chamado jornalismo manifesto (politicamente engajado e comprometido) e de interesse humano por grupos subalternizados, quanto no jornalismo de referência, que também pode conter brechas de ruptura com a ordem convencional, pode ser lócus de um jornalismo mais sensível e autoral, comprometido com a coleta polifônica e com a compreensão possível de um povo, de um território e de um tempo.

Alude-se aqui tanto a veículos cujo projeto jornalístico e linha editorial acham-se indissociáveis das lutas das mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, indígenas, pessoas com deficiência etc. – que temos localizado em mídias digitais como Alma Preta, Agência Mural de Jornalismo, Agência Diadorim, Revista AzMina, Sumaúma, para citar algumas – quanto a iniciativas de criação de projetos de diversidade por parte de um jornal como a *Folha de S. Paulo*, por exemplo.

O linguista búlgaro-francês Tzvetan Todorov (2019) reconhece nos gêneros sua natureza fluida e em constante transformação. Todorov argumenta que os gêneros literários são convenções sociais que mudam ao longo do tempo. Eles são construções culturais, mais do que entidades naturais, e servem como um contrato entre o autor e o leitor. Os gêneros não são estáticos, mas dinâmicos. Eles evoluem ao longo do tempo, influenciados por mudanças culturais, históricas e sociais. De acordo com o autor, o surgimento de novos gêneros ocorre pela transformação ou hibridização dos gêneros existentes.

Para Lia Seixas (2013), consoante com o linguista, o principal elemento

que fundamenta a classificação de gêneros jornalísticos no Brasil é a finalidade que este cumpre (informativa, opinativa, interpretativa, utilitária – prestar serviço ao cotidiano – e diversional – entreter e divertir). Todavia, na composição textual, é possível ver sequências narrativas, descritivas, dialogal, expositiva e argumentativa, o que torna a determinação do gênero um desafio diante da variabilidade de intenções e posições da autoria. Na tipologia convencional, pode ser difícil compreender determinado texto como jornalismo interpretativo ou como jornalismo diversional, por exemplo. A reportagem pode ser para alguns informativa, interpretativa ou até mesmo diversional – se é marcada pela estética do chamado jornalismo literário.

Este cenário tem sido acentuado diante da produção de conteúdo digital em que o consumo de informação se dá mais em plataformas e redes sociais digitais do que em sites ou aplicativos jornalísticos, nos quais se confunde o que é conteúdo proveniente de fontes jornalísticas com outros materiais, o que inclui a desinformação, em um contexto que poucos usuários diferenciam opinião de informação. Interessa-nos, assim, observar a autoria que dá forma – assim como o faz Cremilda Medina em *A arte de tecer o presente* (2003), em busca de uma poética da interpretação.

Ao propor a autoria como uma espécie de “atravessamento”, a autora aponta para a reflexão sobre matrizes epistemológicas que se sobrepõem a quaisquer taxonomias e/ou estilística de gêneros. Afinal, “o real imediato se mostra um desafiador emaranhado de fatos; [e] é preciso munir-se de disciplina mental para interpretá-los” (2003, p. 125). Neste

texto, tomaremos as narrativas de teor testemunhal como eixo em diálogo com o qual indagaremos sobre contribuições reais e potenciais de uma epistemologia dissonante para os gêneros jornalísticos.

## Narrativa de teor testemunhal, novo gênero?

Ao enunciar, no início do presente texto, exemplos de práticas jornalísticas que testemunham o trauma da homofobia que opera contra a ideia de uma família homoparental, a escravização persistente de corpos negros e a violência de regimes políticos de exceção ainda mantida em segredo familiar ou invisibilizada em âmbito coletivo, observamos a possibilidade de o jornalismo de testemunho se constituir como uma espécie de arquitetura narrativa transversal que orienta a organização e expressão dos demais gêneros jornalísticos (informativo, opinativo, interpretativo) ou como gênero que se vale de formatos específicos, ainda que associados aos demais.

A reportagem "As várias mortes de Sophia", de João Batista Jr, publicada pela revista Piauí, em julho de 2023, tem como ponto de partida a reconstituição da cena da entrada da menina numa Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, até os poucos minutos depois, quando foi atestada a sua morte. O jornalista narra o diálogo da mãe e do padrasto, presos em flagrante, em virtude da violência sexual infantil e das lesões que o corpo da garota apresentava. A narrativa continua com Jean Carlos Ocampo da Rosa, pai biológico de Sophia, que já percebia hematomas nela e que recorreu às diferentes

instâncias do Estado (o sistema de saúde, a delegacia, a Defensoria Pública, o Conselho Tutelar), na tentativa de reverter a guarda da menina. Como pano de fundo, a homofobia se afigura como fio condutor, silenciado, mas contundente para o desfecho trágico, já que Ocampo e seu companheiro nunca foram tratados como um casal e este fator parece fundamental para as sucessivas negações de reconhecimento da paternidade de Ocampo e dos seus direitos e responsabilidades de proteção à criança. O testemunho do pai e o trauma da violência são combinados com uma escrita sensível e reflexiva do repórter, que busca oferecer ao leitor uma visão o mais exata possível do sofrimento de um pai e de sua busca por dignidade e memória para Sophia.

O perfil “Sorriso: uma biografia”, de Angélica Santa Cruz, veiculado também pela Piauí, em agosto de 2024, trata do caso de uma trabalhadora doméstica brasileira – Deolina Ana de Jesus – que foi submetida a condições de trabalho análogas à escravidão, na casa de um representante do Judiciário brasileiro, um desembargador e sua esposa, destacando um problema social persistente no país. Com uma abordagem também sensível, como a comparação entre a baiana Deolina e a escritora mineira Carolina Maria de Jesus, autora do livro “Quarto de despejo”, o perfil revela a perpetuação de uma estrutura de desigualdade e subserviência como características do racismo estrutural brasileiro. Assim, o texto transcende o caso individual, refletindo um problema social ainda não superado no Brasil e que se ancora em testemunhos e depoimentos de outras trabalhadoras domésticas da casa, que são fontes frequentemente tratadas como alternativas e um tanto desacreditadas como legítimas e autorizadas.

A crônica “Apurando, descobri como meu pai foi raptado ao me buscar na creche e torturado na ditadura”, de Ludmila Pizarro, para a Agência Pública, em março de 2024, descortina segredos e silêncios ainda persistentes sobre a ditadura militar. A narrativa apresenta o relato pessoal de uma filha que investiga as cicatrizes da ditadura militar brasileira e as descobre em sua própria família. Ao revisitar a história de seu pai, sequestrado e torturado enquanto tentava buscá-la na creche, Ludmila expõe as feridas abertas desse período sombrio. O texto revela segredos e silêncios que pairam sobre a repressão e a violência estatal, mostrando como as histórias da ditadura continuam a impactar as gerações seguintes e a memória nacional.

Os seis episódios do podcast jornalístico "Vala de Perus", do jornalista Camilo Vannuchi - em parceria com o Instituto Herzog e Rádio Guarda Chuva e transmitidos em serviço digital de áudio entre novembro de 2020 e janeiro de 2021 - também resgatam as histórias das vítimas da ditadura militar no Brasil, mais especificamente sobre pessoas perseguidas, torturadas e tidas como desaparecidas, que foram enterradas em uma vala clandestina, sendo um testemunho impactante das agruras daquele período. Por meio de entrevistas, relatos de familiares e documentos históricos, Vannuchi expõe o sofrimento das famílias que, décadas depois, ainda buscam respostas e justiça para seus entes desaparecidos. O podcast reabre as discussões sobre o impacto duradouro da ditadura, destacando os processos de identificação dos corpos e a luta pela preservação da memória. Dessa forma, a série é uma forma de testemunhar os vestígios da ditadura no presente.

Essas narrativas jornalísticas reforçam o que Bosi (1995) – no campo da

Literatura e em diálogo com *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos – explica sobre o testemunho como zona de fronteira; ora aspirando certo grau de objetividade e como mimese das coisas, ora é foco singular de visão e elocução; subjetivo, portanto. Não é pura ficção nem pura historiografia.

Márcio Seligmann-Silva (2008), por sua vez, caracteriza o testemunho como uma atividade elementar para quem volta de ou vive uma situação radical de violência e que desencadeia a necessidade de narrar. A narrativa testemunhal permite, em primeiro lugar, aos companheiros de experiência (memória do sobrevivente) e àqueles que não a viveram diretamente (religamento ao mundo) compartilhar o acontecimento. Permite, portanto, restituir um sentido coletivo ao que foi experienciado individualmente.

Nessas situações, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e de memória coletiva. Aqui, a já “extremamente complexa tarefa de narrar o trauma adquire mais uma série de determinantes que não podem ser desprezadas mesmo quando nos interessamos, em primeiro plano, pelas vítimas individuais” (Seligmann-Silva, 2008, p. 67).

Em ensaio precedente, Seligmann-Silva (1998) apresenta a **literatura de testemunho** como um gênero destinado a representar eventos traumáticos e catástrofes para toda e qualquer situação que desafie a compreensão e extrapole descrições coerentes dos fatos. Neste gênero, não se exige uma linearidade cronológica, já que o próprio trauma requer o

uso de fragmentos que resultam na suspensão da temporalidade. É comum ainda que a narrativa seja apresentada no presente, o que torna ainda mais vivaz o relato. Para o autor,

a literatura do testemunho [...] talvez seja uma das maiores contribuições que o século XX deixará para a rica história dos gêneros literários. E mais: essa literatura difere das duas grandes linhas que governaram a produção literária até hoje: ela não visa nem a imitação (da natureza, da história, ou mesmo de ideais) nem a criação "absoluta" (como na doutrina romântica que levou à busca da "arte pela arte"). Nem privilégio do sujeito, nem do objeto: antes ela implica numa apropriação das lições do romantismo (e da ironia romântica: não existe um eu estável, nem um mundo independente de nós, nem uma linguagem independente do mundo) e na afirmação da necessidade de se construir um passado que está fadado a ficar em ruínas (a estética das ruínas, aliás, como é bem conhecido, também é romântica nas suas origens). Indivíduo e mundo são construídos simultaneamente através dessa literatura (Seligmann-Silva, 1998, p. 20).

O termo "literatura de testemunho" ganhou ênfase e amplitude, assim como nos textos de Seligmann-Silva, em outros estudos. Como gênero literário, se caracteriza pela narração de experiências pessoais e coletivas de eventos traumáticos, dolorosos ou socialmente relevantes. É escrita por sobreviventes, testemunhas oculares, ou até mesmo por terceiros que registram a história de alguém que vivenciou essas experiências. Assim, propiciando voz aos atingidos, aos silenciados, a grupos minoritários, a literatura de testemunho preserva a memória histórica de eventos significativos, como guerras, ditaduras, genocídios, violações de direitos

humanos, entre outros, além de ser uma possibilidade de partilhar com o leitor aquilo que tem um peso traumático inenarrável e intangível. O que bem percebe Seligmann-Silva (1998) como uma nova “ética da representação”, que despreza a indiferença política.

Concomitantemente, a partir da década de 1970, o jornalismo passou a ser disputado por uma série de narrativas cuja experiência do narrador é parte do fato a ser comunicado, bem como por narrativas que privilegiam a inserção de vozes, que até então não eram parte dos discursos oficiais e majoritários. De modo que uma guinada subjetiva atravessa o jornalismo (Serelle, 2009) e ela seria responsável por trazer aos relatos o que normalmente escapa à percepção objetivista.

O autor percebe essa guinada subjetiva como processo que deu voz, por meio do testemunho, àqueles até então excluídos dos discursos majoritários do jornalismo. Emergem, assim, obras em que o jornalismo se entrecruza ao testemunho e à proposta da literatura [ou narrativa] de teor testemunhal. Serelle (2009) aponta, no jornalismo, para a verdade testemunhal como aquela que faz o acontecimento parecer que conta a si mesmo. Os relatos tornaram-se, desde o final do século passado, uma forma de cura, de libertação dos direitos oprimidos da primeira pessoa, em que a experiência comunicada, de lastro biográfico, acabaria por livrar o sujeito da alienação. A retórica testemunhal proporciona seus efeitos de realidade pela ênfase no detalhe e na notação que reforçam o “tom de verdade íntima” [...] (Serelle, 2009, p. 39).

Diferentemente, da proposta do realismo histórico ao jornalismo mo-

derno – cuja seleção e disposição da informação é feita com base em um senso do real assente no afastamento do enunciador do acontecimento, pela postura de isenção e independência –, a perspectiva de testemunho posiciona jornalistas como parte das histórias, não apenas como aquele que a registra na condição de observador, mas como parte da autoria-mediação do testemunho.

“Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho. O dialogismo do testemunho o transporta para o campo da pragmática do testemunho” (Seligmann-Silva, 2008, p. 72). Para o autor, o testemunho pode funcionar contra os atos de negação do ocorrido, na atualidade ou no futuro. Tal perspectiva aponta para a necessidade de se refletir sobre a relação entre narrativa jornalística e experiência, principalmente quando se considera que os estudos do jornalismo, mesmo aqueles que focalizam as questões da narrativa, são, em sua maioria, ainda fortemente marcados por uma concepção objetivista e instrumental da linguagem, – mesmo quando se a quer negar.

Neste sentido e a considerar as reflexões e exemplos aqui apresentados é que se pode dizer que as narrativas de teor testemunhal – trabalhadas a partir de perspectivas e matrizes epistêmicas decolonialistas e interseccionais – apresentam possibilidades muito profícuas de diálogo, compreensão e expressão das várias demandas de sujeitos e coletivos que ainda têm no jornalismo, em relação transversal com seus mais variados gêneros, uma condição e esperança de reconhecimento de sua existência social.

# Referências

- ALCOFF, Linda. M. A epistemologia da colonialidade de Mignolo. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 33-59, 2017.
- ALCOFF, Linda. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 1, pág. 129-143, 2016.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. **Lumina**, v. 16, n. 3, p. 5-19, 2022.
- ARENDRT, Hannah. **O que é política**. 3ª ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ASSIS, Francisco de. Dez anos depois, algumas considerações a fazer: ensaio sobre a necessidade de uma epistemologia dos gêneros jornalísticos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 45, 2022, João Pessoa. Anais. São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0804202221472162ec689989f52.pdf>.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas; vol. 1)
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 117-135, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROFOSGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. (Coleção Cultura negra e Identidades). 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2020.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 309-322, 1995.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Epistemologia feminista negra**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROFOSGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. (Coleção Cultura negra e Identidades). 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2020, p. 139-170.
- GROFOSGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019.

MACHADO, Irene. Por que se ocupar dos gêneros? **Revista Symposium**, ano 5, n. 1, 2001. p. 5-13.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org..). **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola, 2020.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente** – narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. Summus Editorial, 2008.

MIRANDA, José Bragança de. **Analítica da actualidade**. Lisboa: Vega, 1994.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiana; DA SILVA, Márcia Veiga. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Mídia e Zeitgeist**, p. 113-138, 2021.

REGINATO, Gisele Dotto. D. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 25, n. 3, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3.29349. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/29349>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **LETRAS** - Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), janeiro-junho, 1998.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Metamorfoses** - Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros, v. 10, n. 2, p. 176-203, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 30, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>.

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia** (São Paulo), v. 13, p. 165-179, 2013.

SERELLE, Marcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 2, p. 33-44, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso** [livro digital]. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

VELOSO, Caetano. **O estrangeiro**. In: VELOSO, C. Estrangeiro. New York: Polygram/Philips, 1989. 1 CD. Faixa 1.

# O Protagonismo da Opinião no Jornalismo Brasileiro

*Maria Elisabete Antonioli*

(Vice-coordenadora do GP Gêneros Jornalísticos da INTERCOM)

## Introdução

O presente capítulo, por meio de uma revisão bibliográfica, tem o objetivo de refletir e discutir o gênero opinativo, conforme classificação de José Marques de Melo (1985), utilizado, com muita frequência, atualmente, pelos jornalistas, em virtude das facilidades proporcionadas pelo ambiente virtual, que se configura como um espaço propício para que cidadãos também expressem suas opiniões e participem de debates públicos.

Embora os valores do jornalismo possam ser considerados perenes, a práxis jornalística tem se alterado no decorrer dos anos em função do avanço das tecnologias da informação e comunicação, mais conhecidas como TICs, que proporcionam novas formas de produção e recepção, além de possibilitar a participação da sociedade no ambiente virtual, especialmente por meio das redes sociais. Nesse contexto, a presença dos gêneros na produção jornalística é manifestada em todos os seus formatos e, no presente trabalho, destaca-se o gênero opinativo, que ganhou protagonismo no século XXI devido às inúmeras possibilidades que os jornalistas têm de expor suas opiniões e comentários, principalmente no espaço virtual.

Além dos veículos tradicionais, que agora estão também inseridos na

web, como a mídia impressa, o rádio e a televisão, a opinião do jornalista é difundida nos veículos nativos digitais, como blogs, sites e nas redes sociais. Nesse sentido, observa-se o papel do jornalista, frequentemente considerado um formador de opinião e capaz de intervir na esfera pública por meio de seu discurso, embora nos últimos anos, o jornalismo e seus profissionais tenham enfrentado uma crescente onda de descrédito e desconfiança por parte do público. Esse fenômeno é alimentado por uma série de fatores que, juntos, minam a credibilidade das fontes de informação tradicional. A proliferação das redes sociais, a disseminação de desinformação e o aumento da polarização política são alguns dos principais motivos por trás dessa crise de confiança.

Nesse contexto, muitas pessoas cada vez mais emitem opiniões que, quase sempre, são interpretadas como textos informativos por uma parcela expressiva da população. Isso pode resultar em desinformações, uma vez que a linha entre opinião pessoal e notícia factual nem sempre é clara. Em diversos casos, o autor faz uso de estratégias discursivas, como a escolha cuidadosa de palavras, a construção de narrativas apelativas ou o uso de argumentos persuasivos, para influenciar a maneira como a mensagem é recebida e interpretada, direcionando o público para uma determinada visão de mundo. Em muitas situações, o objetivo pode ser manipular percepções ou reforçar preconceitos, o que torna ainda mais desafiador para o leitor distinguir entre informação e opinião confiável e vieses ocultos. A ausência de uma curadoria editorial e a facilidade de disseminação de informações nas plataformas digitais aumentam o risco de que conteúdos não verificados ou deturpados ganhem credibilidade e se propaguem rapidamente.

Considere-se, ainda, que, nesse ambiente, o profissional convive com outros atores, conforme sinaliza Manuel Carlos Chaparro (2007, p. 16): “O controle da notícia pertence, hoje, a quem produz os acontecimentos, fatos, as falas, ou seja, conteúdos discursivos que o jornalismo socializa”. Além disso, há que se considerar que o jornalista, atualmente, deixou de ser o único emissor e coabita com outras pessoas potencialmente produtoras de informação. Nessa perspectiva, como sinaliza Henry Jenkins (2009), é por meio da cultura da convergência em que os cidadãos também são produtores de mensagens. A disseminação de informações por meio das plataformas digitais e das redes sociais permite que indivíduos relatem eventos em tempo real, compartilhem suas perspectivas e expressem opiniões.

Observa-se que, mesmo com a crescente desconfiança de uma parte da população nos últimos anos, indiscutivelmente o jornalismo é essencial para a sociedade. Um exemplo foi a cobertura jornalística ocorrida durante a pandemia. O jornalista cumpriu sua função ao fornecer informações confiáveis, orientar a população e fiscalizar ações governamentais e sanitárias. Em meio à enxurrada de desinformação que circulava nas redes sociais e em outras plataformas, os profissionais tiveram um papel essencial na checagem de dados e divulgação de orientações baseadas em ciência e fatos. Jornalistas atuaram na linha de frente ao traduzir, para o público, dados complexos sobre a doença, vacinas e medidas de prevenção, ajudando a combater o pânico, as teorias da conspiração e os rumores infundados. Além disso, a cobertura jornalística foi vital para expor desigualdades no acesso à saúde e a vacinas, bem como para cobrar transparência e responsabilidade das autoridades em suas

decisões. Mesmo diante da crise de credibilidade, a pandemia mostrou que, em momentos críticos, o jornalismo profissional continua sendo uma ferramenta essencial para a manutenção da saúde pública, da democracia e do debate informado. Em tempos de desinformação e descrença, o jornalismo ético, baseado em fatos e na verificação rigorosa, reafirma sua importância como pilar democrático da sociedade, fornecendo os recursos necessários para que as pessoas tomem decisões informadas e conscientes.

## A opinião no jornalismo

No jornalismo, José Marques de Melo (1985) separou os gêneros jornalísticos em distintas categorias, classificando o gênero informativo e o opinativo de forma independente. Conforme Lia Seixas (2009, p. 80), as tradições inglesa e norte-americana focam na distinção entre o que é intencionalmente informativo e o que é explicitamente opinativo. A pesquisadora complementa: “O jornalismo informativo é, em última instância, o que se considera na teoria americana como o paradigma da objetividade, caracterizado pela separação entre fato e opinião”. Observa-se também que, mesmo o gênero opinativo, requer um acurado levantamento de informações, pois a qualidade da opinião depende de uma base fundamentada.

José Marques de Melo e Francisco Assis (2016) colaboram com a questão ao afirmarem que toda produção da mídia é uma produção de formatos.

Há multiplicidade de fazeres, de intenções, de dizeres, enfim, de mecanismos pelos quais a indústria midiática se comunica com seus receptores, sujeitos que, por sua vez, esperam – cobram, em alguns casos – essa diversidade de formas, pois delas dependem para o seu agir no meio social (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 47.).

Os pesquisadores citados anteriormente, apoiados nos funcionalistas Lasswell (1987) e Wright (1968) e contribuição de Raymond Nixon (1963), mencionam as funções dos gêneros jornalísticos. Para o gênero opinativo, a função é ser “um fórum de ideias”. Em comunhão com os pesquisadores, Beltrão (1986) cita que uma das funções da comunicação de massa é a:

Função informativo/jornalística, através da captação, interpretação e difusão de informações, e opiniões sobre fatos, ideias e situações atuais, de interesse e importância para a segurança e orientação de cada indivíduo e da sociedade como tal (Beltrão, 1986, p. 146).

Em sua obra intitulada “Jornalismo Opinativo”, Beltrão (1980, p. 19) esclarece que a opinião nos jornais apresenta três categorias específicas – a do editor, a do jornalista e a do leitor – que, segundo ele, irão “oferecer à comunidade a manifestação corporificada do tão discutido fenômeno social da opinião pública”. O pesquisador também aborda os comentaristas que, além dos jornalistas, são convidados especialistas em assuntos específicos, professores, profissionais com expertises diversas, políticos e outros, que comumente escrevem para jornais impressos e online.

Embora neste século a opinião no jornalismo tenha se expandido por

meio das mídias digitais, sua gênese ocorreu exatamente no período da criação da imprensa no Brasil no século XIX.

## A OPINIÃO NO JORNALISMO DE ONTEM

Conforme aponta José Marques de Melo (2006, p. 68), o jornalismo brasileiro, nos seus primórdios, foi sustentado pelo modelo português, determinado por influências francesas e britânicas. Para o pesquisador, “os laços franceses e ingleses, principalmente os franceses, foram depois cultivados pelo Brasil, adquirindo maior identidade do que com os desdobramentos ocorridos na expressão jornalística lusitana”. Posteriormente, o maior impacto foi do jornalismo norte-americano, consolidado pela importação de tecnologia. Cremilda Medina (1982) colabora com esse apontamento ao afirmar que a notícia, a reportagem sobre fatos e situações se definem nos Estados Unidos, enquanto na maior parte da Europa, nos séculos XVIII e XIX, prevalece o jornalismo opinativo.

Luiz Beltrão (1980) explica que o predomínio da opinião no jornalismo brasileiro teve início no período regencial e se estendeu até meados de 1880, quando os jornais ganharam um caráter mercantilizado. Marques de Mello (2012) também comenta que no século XIX o jornalismo opinativo ocupou um lugar hegemônico e coexistiu com o informativo durante o século XX.

Hipólito da Costa, criador do primeiro jornal que circulou no Brasil em

1808, o “Correio Brasiliense”, editado em Londres, era um feroz crítico da coroa portuguesa e expressava sua posição por meio de vigorosos textos opinativos. De acordo com Juarez Bahia (1990), o programa do jornal consubstanciava as ideias de seu criador.

Deve ser considerado, ainda, o jornal A Gazeta do Rio de Janeiro, criado também em 1808, reputado como um veículo oficial e inaugurando a Imprensa Régia. Tanto o surgimento do “Correio Brasiliense” como o do jornal “A Gazeta do Rio de Janeiro” caracteriza a chegada de uma imprensa tardia, conforme destacado por José Marques de Melo (2006, p. 77), pois “o Brasil foi um dos últimos países das Américas a contar com o funcionamento da imprensa”.

Foi por intermédio do “Correio Brasiliense” que tornou-se possível identificar as marcas da opinião, já que “A Gazeta do Rio de Janeiro” era um jornal que se limitava a publicar notícias a respeito da Corte e da Europa.

Conforme Juarez Bahia:

Hipólito da Costa luta no Correio por princípios liberais e democráticos, contra as práticas obscurantistas e despóticas. Defende mudanças substanciais no sistema político, administrativo, econômico e social vigente no Brasil e em Portugal. Quer a emancipação de seu país, não por métodos violentos, mas por meios legais (Bahia,1990, p. 27).

Opinião e política eram indissociáveis na imprensa de opinião, considerada por Juarez Bahia (1990, p. 61) como berço do jornalismo

político. Segundo o autor, “até a Proclamação da República manterá o seu caráter contestador e revolucionário, atuando em quase todas as províncias”. Os jornalistas não hesitavam em expressar suas opiniões sobre questões políticas, econômicas e sociais. O “Correio Braziliense”, por exemplo, era notável por opiniões contundentes, que muitas vezes desafiavam as autoridades.

Observa-se que esse jornalismo político, referenciado por Juarez Bahia, apresentava características que o diferenciam daquele considerado atualmente, ou seja, uma área especializada do campo do jornalismo, direcionada à cobertura de assuntos relacionados à política, encontrando-se presenteem todos os gêneros e formatos aqui jornalísticos. O gênero opinativo, em questão, apresenta forte exposição em assuntos relacionados à política por meio da expressão de jornalistas especializados.

As palavras de Nilson Lage (2005) a respeito desse aspecto referem-se ao período do primeiro Império e da Regência, momento em que os jornais eram temporários e marcados por uma intensa polêmica que envolvia ofensas pessoais e interesses de toda ordem.

Marialva Barbosa afirma que a fundação do “Aurora Fluminense”, por Evaristo da Veiga, e do “Jornal do Commercio”, em 1827, marca um tempo em que a imprensa busca no discurso político a base de sua produção editorial e, no momento seguinte, surgem debates que envolvem questões republicanas e abolicionistas. Os jornais ampliam as discussões por meio de um jornalismo exclusivamente opinativo. Para a autora:

[...] a imprensa agora faz da opinião o mote mais geral para a transformação das palavras e dos brados em letras impressas. Letras demolidoras, insultos insanos, ecoando como gritos do mundo oral de onde provêm e para onde voltam. O objetivo é formar opiniões. E para isso o grito de forma desassombrada é a forma mais eficaz para fazer valer as ideias (Barbosa, 2010, p. 59).

Ainda conforme palavras de Juarez Bahia (1990), a imprensa, no período compreendido entre 1808 e 1880, teve uma atividade panfletária que, pela força da opinião, aparecia em uma página ou em diversas páginas dos jornais. Segundo ele:

É um jornalismo feito por panfletários, por autores que polemizam, divergem, desafiam, conciliam, lutam, instigam, ensinam, constroem, destroem. Eles sobrevivem por muitas gerações como jornalistas apenas, alguns como estadistas. Seus efêmeros jornais também (Bahia 1990, p. 84).

O pesquisador diz que o jornalismo ideológico e derivado de um partido ou de uma convicção filosófica não sobrevive muito tempo ao Império, pois logo no começo da República, a imprensa se desvincula dos partidos e faz uma opção industrial. É um jornalismo mais noticioso e menos opinativo.

Luiz Beltrão (1980) informa que a opinião na imprensa cresceu na independência e explodiu em 1827 a partir de um decreto ministerial que aboliu a censura, dando lugar também aos pasquins, de características específicas.

É através dessa imprensa flamejante que podemos documentar a evolução política do Brasil, é graças a ela, com todos os seus exageros e paixões desenfreadas que se consolida a Independência, que se apressa a maioria, que se extingue a escravatura, que se cumpre a destinação republicana e democrática da nação (Beltrão, 1980, p.36).

Nelson Werneck Sodré (2011) comenta que, no início da imprensa brasileira, a produção de um jornal era feita por uma única pessoa.

A regra, na época, era do jornal de um só assunto, feito de fio a pavio por uma só pessoa, escrito por um só jornalista ou panfletário, quando não confundindo, na mesma pessoa, o impressor e o redator, caso que não foi raro, uma vez que o impressor era também um partidário, em grande número dos casos, e não apenas um profissional (Sodré, 2011, p. 241-242).

Muitos jornalistas são destaques no início da imprensa. Entre eles: Hipólito da Costa, *Correio Braziliense* (1808); Luís Augusto May, *A Malagueta* (1821); José da Silva Lisboa, *Conciliador do Reino Unido* (1821); João Soares Lisboa, *Correio do Rio de Janeiro* (1822); Cipriano Barata, *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (1823); Bernardo Pereira de Vasconcelos, *O Universal* (1825); Evaristo da Veiga, *A Aurora Fluminense* (1827); Pierre Plancher, *Jornal do Commercio*, (1827); Antonio Borges da Fonseca, *O Repúblico* (1830); Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821); Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva, *O Brasil* (1840).

A caricatura também chega aos jornais e conquista seu espaço. A pri-

meira oficialmente, é publicada no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, em 1837 e, conforme Juarez Bahia (1990, p. 124), no início do século XX já compõe o formato editorial em jornais e revistas. “Os de maior expressão reproduzem, na primeira e nas páginas internas mais importantes, caricaturas, charges e desenhos que opinam, noticiam e documentam.”

José Marques de Melo (1985, p. 121) esclarece que a caricatura foi introduzida na imprensa por dois fatores socioculturais: “o avanço tecnológico dos processos de reprodução gráfica e a popularização do jornal como veículo de comunicação coletiva”. O pesquisador pontua que um dos pioneiros da caricatura no jornalismo foi o padre Lopes Gama, do jornal Carapuceiro, de Pernambuco.

A difusão da caricatura nos jornais foi significativo, proporcionando ao jornalismo opinativo uma ferramenta de expressão crítica e provocativa, com destaque para o exagero de traços.

A caricatura, ora como charge, ora como cartum, ora como traço de humor ou sátira, não perde seu lugar nas páginas principais e até se incorpora, nos grandes jornais em todo o mundo, à linha editorial. Valorizada como parte da opinião, assume uma característica própria, de iniludível peso político, ideológico (Bahia, 1990, p. 128).

José Marques de Melo (2006, p.71) também faz referência à caricatura, que “assume o papel de intérprete do comportamento coletivo, ironizando o cotidiano, satirizando seus personagens, bem ao estilo maroto da gozação nacional”.

A crônica, outro formato do gênero opinativo, chega aos jornais no século XIX, quando novas publicações de conteúdos diversos foram incorporadas e os escritores passaram também a ocupar os espaços dos jornais. Luís Augusto Fischer (2003, p.42), ao afirmar que a crônica é “um gênero específico, estritamente ligado ao jornalismo”, ainda esclarece que “o primeiro cronista parece que foi Francisco Otaviano de Almeida em folhetim do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, na precisa data de 2 de dezembro de 1852”. Joaquim Ferreira dos Santos (2007, p.14) informa que “o jornal Espelho Diamantino produziu a partir de 1828 a pré-história da crônica brasileira ao manter uma seção fixa para registrar os usos e costumes do período”. Dentre os cronistas citados pelo pesquisador, seguem os do período de 1850 a 1920: Machado de Assis, João do Rio, Lima Barreto, José de Alencar e Olavo Bilac.

Rubem Braga também é personalidade expoente nas crônicas brasileiras. Inclusive, quando foi para a Itália a fim de cobrir a Segunda Guerra Mundial, escreveu muitas crônicas como correspondente do Diário Carioca, na Itália, registrando os lugares pelos quais passou, pessoas que conheceu e o horror das batalhas travadas.

José Marques de Melo (2006, p. 201.) entende que a crônica se constitui em gênero plenamente definido e seu lugar no jornalismo luso-brasileiro é o das páginas de opinião. “A crônica, na imprensa brasileira e na portuguesa, é um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real.”

Para o pesquisador (1985), a crônica assume contornos brasileiríssimos e privilegia o relato poético com um sentido politicamente definido.

Luiz Beltrão também se manifesta a respeito:

Quanto à crônica, é a forma de expressão do jornalista/escritor para transmitir ao leitor seu juízo sobre fatos, ideais e estados psicológicos pessoais e coletivos. É menos ambiciosa que o artigo e menos rígida, pois na exposição e interpretação do tema abordado não se eleva em generalizações teóricas (Beltrão, 1980, p. 66).

Com essa aproximação entre o jornalismo e a literatura, jornalistas e escritores encontraram espaços que propiciaram a exploração de uma narrativa que permitiu a incorporação de técnicas literárias para expressar fatos, atualidades, histórias e os contextos mais amplos que moldam os eventos. Nessas narrativas, a opinião do autor está presente por intermédio de suas percepções, reflexões sobre o mundo ao seu redor. Cremilda Medina (1982) comenta que os escritores fizeram do jornalismo uma profissão suplementar por meio de uma linguagem particularizada.

A partir de 1880, as empresas jornalísticas deram início a uma fase rumo à industrialização e à rentabilidade, como organizações inseridas no sistema capitalista. Contudo, a opinião não foi apagada dos jornais e, mesmo sem a ênfase de sua primeira fase, continuou a ser veiculada.

De acordo com Álvaro Costa e Silva (2018), Olavo Bilac concentrou sua atividade jornalística entre 1897 e 1908. Nesse período, assinou cerca de 900 textos opinativos que trataram de temas como urbanização, saúde,

escândalos políticos, ingerência da religião no Estado, malversação do dinheiro público, carestia, segurança urbana, deficiência do transporte, relações internacionais, emancipação feminina, violência sexual, invasão de privacidade, questões que continuam a ser tratadas atualmente na pauta jornalística.

Marialva Barbosa (2010, p. 150) comenta sobre as mudanças nos textos jornalísticos que ocorrem também a partir de 1880, com a chegada dos bacharéis em direito às redações. “O jornalismo se apresenta para o estudante de direito como espécie de lugar natural para o exercício da prática profissional, uma vez que é cada vez mais identificado com imparcialidade e neutralidade.” A autora destaca as características que fazem parte do texto jornalístico após 1880, a partir do discurso jurídico, caracterizado pela retórica da imparcialidade ao lado da neutralidade. Conforme Barbosa, essa neutralização é conseguida por características sintáticas como o predomínio das construções passivas e das frases impessoais.

A autora também se refere ao jornalista advogado como aquele que possui a missão de disseminar noções e valores, assim como privilegiar informações. “Essa trajetória da profissão explicaria, sob certo aspecto, as marcas distintivas do discurso jurídico que passam a se fazer presentes, a partir de então, no próprio discurso jornalístico” (Barbosa, 2010, p.151). Já Cremilda Medina (1982, p. 130) defende que, “enquanto advogado vai ao jornal alimentar-se e alimentar o ambiente de polêmicas jurídicas, a redação é também um prolongamento dos palcos da Justiça, seja ela pública ou privada”. Além disso, a autora afirma que os vestígios dessas

linguagens são notados no jornalismo latino-americano.

Os jornalistas que são destaques nessa nova fase: Assis Chateaubriand, curso de direito em Recife, redator do Diário de Pernambuco; Fernando Mendes de Almeida, curso de direito em Recife, proprietário do JB; João Ferreira, curso de direito em São Paulo, redator do Diário RJ; José Matoso M. Forte, curso de direito no Rio de Janeiro, redator do O Dia; Vitor Vianna, curso de direito no Rio de Janeiro, redator do Correio Paulistano.

José Marques de Melo (1985, p. 77) afirma que “desde o momento que a imprensa deixou de ser um empreendimento de uma só pessoa e assumiu a condição de uma organização complexa, dotada de equipe de profissionais, a expressão da opinião fragmentou-se, seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes”. Para o pesquisador, o gênero opinativo, a partir de então, emerge de quatro núcleos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor.

É interessante mencionar que o gênero opinativo ganhou distinção nos jornais alternativos que surgiram durante a ditadura militar. Esses veículos adotaram uma postura crítica e manifestação de resistência à repressão instaurada no período e configuraram-se como espaços importantes para a oposição política e social, desafiando as narrativas oficiais, denunciando os abusos de direitos humanos e criticando as políticas do governo militar. Opinião, de Raimundo Pereira; PIF-PAF, de Millôr Fernandes; O Pasquim, de Jaguar; e Versus, de Marcos Faerman, entre outros jornais de resistência ganharam destaques por suas críticas e exposição de temas que não recebiam cobertura da grande imprensa.

A respeito da caricatura nesses jornais, José Marques de Melo menciona:

Na trajetória do jornalismo brasileiro contemporâneo, o jornalismo caricato ressurgiu com intensidade no fim da década de 60, reunindo vários desses artistas do traço, que se organizaram para editar o semanário Pasquim, espaço de resistência ao militarismo da vida nacional e núcleo forjador da moderna caricatura brasileira que, com a abolição da censura no Governo Geisel, voltou a florescer como em outros tempos (Marques de Melo, 1985, p. 126).

O autor ainda destaca que “o modelo do OPasquim constitui uma síntese do jornalismo caricato: o traço e o texto, lado a lado, ironizam o cotidiano, satirizam os protagonistas da notícia, registram com humor a emergência de um novo projeto da sociedade” (1985, p.126-127).

A tradição da caricatura no Brasil se desenvolveu ao longo do tempo e se estendeu até os dias atuais, assim como outros formatos do gênero opinativo, contribuindo para a disseminação da opinião no jornalismo brasileiro.

## A opinião no jornalismo de hoje

Século XXI: jornalismo digital, webjornalismo, jornalismo na internet, jornalismo na web, ciberjornalismo, jornalismo eletrônico e tantas outras denominações para designar o jornalismo veiculado em um espaço virtual, que revolucionou os modos de produção dos jornalistas, a partir do fim do século passado. Em seguida, é por meio da cultura da convergência, conceito popularizado por Henry Jenkins (2009), que diferentes mídias,

tecnologias e plataformas convergem e novos formatos de produção de conteúdos são criados, também com a participação dos cidadãos e não apenas dos profissionais. É nesse espaço que os jornalistas, o jornalismo e as mídias estão presentes e é onde houve uma transformação radical na maneira como as notícias são produzidas, disseminadas e consumidas. É também nesse ambiente virtual que os profissionais têm acesso a uma variedade de ferramentas e plataformas que ampliam suas possibilidades de criação e conexão com seu público, agora na condição de interlocutor, produtor e compartilhador de informações. É a chamada interatividade.

A produção de conteúdo vai além do texto tradicional e incorpora elementos como imagens, vídeos, gráficos interativos e podcasts. Essa diversificação não apenas enriquece as narrativas jornalísticas, como também atende aos diferentes gêneros e formatos jornalísticos. Jornalistas que escrevem textos opinativos, embora muitas vezes sejam desacreditados e até ofendidos por certas pessoas, a cada dia ganham credibilidade de seus leitores que reconhecem o seu trabalho individual com transparência e responsabilidade na divulgação de informações. Cada profissional traz em sua bagagem experiências e visões de mundo que enriquecem o debate público. Lia Seixas dá um exemplo de dois colunistas:

Se no impresso procurava-se a coluna de Jânio de Freitas ou Elio Gaspari, no webjornalismo basta clicar no nome do colunista. A escolha do nome como primeiro texto na hierarquia hipertextual explícita (com esta nova mídia) a importância da autoridade do jornalista neste tipo de produto. A força do estatuto do autor está na capacidade de análise da realidade e de colher informações novas e pertinentes. A perda de autonomia do autor devido ao hiper-

texto nada representa diante da autoridade que o estatuto dá ao colunista (Seixas, 2004, p. 14.)

Com as redes sociais, uma transformação adicional significativa ocorreu, possibilitando o compartilhamento instantâneo de informações diversas e jornalísticas, ao mesmo tempo que trouxe novos desafios, como a propagação de desinformação. Os textos opinativos passaram a circular também nesse novo espaço, abrindo novas possibilidades para os jornalistas. A viralização desses conteúdos, impulsionada pelo compartilhamento nas redes sociais, possibilita que informações atinjam um público global em questão de minutos.

Hoje, as opiniões sobre diversos assuntos são expressas no espaço virtual por inúmeros atores sociais, inclusive jornalistas. Aqueles profissionais que pertencem a veículos tradicionais como rádio, TV e jornais também se manifestam na web por meio de blogs ou sites dos veículos. Além disso, utilizam o X, antigo Twitter, para chamar a atenção de seu público sobre os fatos que estão acontecendo em tempo real. Conforme Lia Seixas (2011, p. 10), “nesta ferramenta, a potencialidade da troca sincrônica na interatividade do médium digital aparece como uma potencialidade imprescindível para o sucesso do perfil e pode operar em seu nível máximo”. Antes concentrada nos veículos tradicionais, agora a opinião do jornalista passou a ser compartilhada pelas redes sociais, amplificando sua posição a respeito de determinado tema de forma rápida e muitas vezes sendo compartilhada pelo público, o que acaba por potencializar a publicação. Além disso, os empreendimentos jornalísticos que já nasceram no ambiente digital, conhecidos como nativos digitais, também contam com a participação de jornalistas que in-

formam e opinam.

Acrescenta-se, ainda, que, nos últimos anos, as questões relacionadas à política são muito discutidas pela sociedade, tendo em vista a divisão partidária que se estabeleceu e o gênero opinativo na política ganhou notoriedade, impulsionado pelo ambiente virtual e pelas redes sociais. Diversos sites, portais jornalísticos, quer sejam nativos digitais ou oriundos de veículos tradicionais, mantêm uma série de articulistas que, diariamente, comentam, analisam e manifestam suas opiniões a respeito de diversos fatos que ocorrem no Brasil e no mundo. No caso da rádio CBN, por exemplo, comentaristas dirigem-se diariamente aos ouvintes pela emissora e seus comentários podem ser ouvidos, também, no portal da rádio a qualquer momento. Os jornais podem ser ouvidos pelo rádio ou assistidos no YouTube. O mesmo acontece com emissoras de TV, nas quais é possível assistir aos comentários de articulistas no YouTube. Blogs também são valorizados por jornalistas, principalmente para publicarem suas opiniões. Nos blogs, o jornalista tem a oportunidade de construir sua marca pessoal e ganhar reconhecimento como especialista em determinado assunto. Além da construção de sua presença on-line, o jornalista interage diretamente com seu público.

Ricardo Noblat, que mantém o Blog do Noblat há 20 anos e aborda principalmente temas políticos, é um dos mais conhecidos jornalistas que utilizam essa plataforma para publicar análises dos acontecimentos do cenário político brasileiro. O jornalista sedia seu blog no Metrôpoles. Muitos outros também utilizam blogs, como Miriam Leitão no O Globo e Andréia Sadi no G1. No X (antigo Twiter), Noblat tem 1.244.629 seguido-

res Miriam Leitão tem 3.130.147 e Andreia Sadi tem 1.299.422. No Instagram, Noblat conta com 25.100 seguidores, Miriam Leitão com 123.000 e Andreia Sadi com 771.000. Os dados são de 1º de março de 2025.

Esses números corroboram o protagonismo da opinião nos dias de hoje. Contudo, é necessário refletir, também, sobre o jornalismo opinativo mediante outros aspectos e não apenas em termos do crescimento por meio do ambiente digital e de redes sociais. É preciso observar o complexo cenário em que o jornalismo atua, influenciado por diversos fatores que afetam tanto a produção como a recepção das informações jornalísticas. O cenário social é um deles. A polarização existente na sociedade, o fácil acesso a informações e a ausência de letramento midiático de uma parte da população, resultam na perda da confiança no jornalismo, entre outros graves fatores. Por outra via, esse cenário desafia os jornalistas a refletirem sobre os fenômenos jornalísticos. Repensar criticamente os processos de produção jornalística e, no presente caso, o jornalismo opinativo possibilita observar que esse gênero pode, inclusive, colaborar para a educação midiática dos cidadãos. A opinião no jornalismo apresenta potencial para combater a desinformação, por meio da análise das informações falsas e distorcidas e apresentação de argumentos racionais e baseados em fatos. Jornalistas podem utilizar o gênero opinativo para ajudar as pessoas a entenderem a diferença em relação ao gênero informativo, a identificar informações enganosas e a compreender como essas narrativas são criadas e disseminadas.

É fundamental que a sociedade perceba que o gênero opinativo traz

pontos de vista bem embasados, com referências a fatos, dados e pesquisas. As opiniões, portanto, são baseadas em evidências, e as pessoas não devem aceitar qualquer informação sem questionamento. Nesse sentido, o profissional deve se aproximar cada vez mais do público e explicar como se produz o jornalismo. O jornalismo profissional segue princípios fundamentais como a busca pela verdade, a verificação dos fatos e a busca pela imparcialidade. No entanto, para a maioria da população, as etapas do processo jornalístico são invisíveis. Explicar como os jornalistas atuam no processo de uma matéria de opinião – desde a apuração dos fatos até a checagem e análise – colabora para aumentar a confiança do público e empodera os cidadãos a questionar a procedência e a qualidade das informações que recebem.

Um dos grandes desafios do jornalismo atual é competir com a velocidade e a superficialidade das informações que circulam nas redes sociais, onde o foco está, muitas vezes, em cliques, curtidas e viralização e não na precisão dos fatos. Quando a sociedade entende que o jornalismo responsável envolve uma série de checagens, entrevistas e cruzamento de dados, ela passa a valorizar a diferença entre uma notícia bem fundamentada e uma manchete sensacionalista ou sem base factual. Ajuda a entender a diferença entre o fato, a opinião, a informação e a desinformação.

O diálogo constante entre o jornalista e o público também é uma estratégia eficaz para combater a desinformação. Ao se aproximar da audiência, o jornalista pode identificar dúvidas recorrentes, mitos ou boatos que estão circulando e, com base nisso, produzir conteúdos que

esclareçam os fatos de forma acessível e compreensível. Isso fortalece o papel do jornalismo como uma ferramenta educativa e protetora contra a propagação de desinformações.

A educação sobre o processo de produção jornalística fortalece o jornalismo como um pilar essencial da democracia. Uma sociedade que compreende o papel do jornalista na busca pela verdade e na promoção da transparência governamental é menos propensa a aceitar a censura ou o autoritarismo. Ao valorizar o jornalismo ético, a sociedade se protege contra regimes que tentam controlar a informação e manipular a opinião pública. Hoje não basta apenas emitir uma opinião. É preciso explicar como o processo de produção de uma matéria opinativa ocorre. Essa transparência sobre a produção jornalística também promove o letramento midiático.

## Considerações finais

Ao retomar as palavras de José Marques de Melo (1985), renomado pesquisador dos gêneros jornalísticos no Brasil, as raízes do gênero opinativo são predominantemente europeias, conforme o modelo português e influências francesas e britânicas. Um gênero que, no século XXI, adentrou o ambiente virtual e as redes sociais por intermédio da participação dos jornalistas, os quais, muitas vezes, disputam a atenção da audiência com outros sujeitos que coabitam nesse espaço. Sujeitos que, muitas vezes, informam, desinformam e opinam. Nesse cenário, é importante salientar a relevância da atuação do jornalista ao produzir e veicular informações e opiniões confiáveis e qualificadas.

No contexto contemporâneo, em que as redes sociais e plataformas digitais se tornaram espaços essenciais para a disseminação de informações, a presença do gênero opinativo ganhou ainda mais protagonismo, pois o jornalista tem a oportunidade de, por meio de sua narrativa noticiosa, analisar fatos, argumentar sobre eles, expor sua opinião para um número expressivo de pessoas, influenciar a percepção do público sobre determinados assuntos e combater a desinformação. A interação instantânea proporcionada pelas redes sociais amplifica a disseminação dessas opiniões e possibilita debates e reflexões mais abrangentes. É a opinião, emitida por um jornalista, que garante a qualidade do que é transmitido para sua audiência. Portanto, é uma opinião fundamentada em análise, princípios éticos, respeito aos fatos e compromissada com a credibilidade da informação.

## Referências

BAHIA, Juarez. **Jornal História e Técnica**. História da Imprensa Brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: MaudX, 2010.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BELTRÃO, Luiz. Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

COSTA E SILVA, Alvaro. **Nos cem anos da morte de Olavo Bilac, jornalismo do autor merece ser mais lido**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/12/nos-100-anos-de-morte-do-autor-jornalismo-de-olavo-bilac-merece-ser-mais-lido.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**. Buscas práticas para uma

teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

FERREIRA DOS SANTOS, Joaquim. **As cem melhores crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FISCHER, Luís Augusto. **Literatura brasileira: modos de usar**. São Paulo: Editora Abril, 2003.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2009.  
LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.  
MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Ed. Forense/Universitária, 1982.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. São Paulo: Intercom-RBCC. V.39, n.1, 2016.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**. Proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom Books 2009.

SEIXAS, Lia. **Gêneros jornalísticos digitais: um estudo das práticas discursivas no ambiente digital**. São Bernarndo do Campo: COMPÓS, 2004. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2004/autores/lia-seixas?lang=pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SEIXAS, Lia. **Os gêneros jornalísticos no Twitter: um estudo comparativo de organizações jornalísticas**. Porto Alegre: Intexto, UFRGS, v.02, n.25, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/22880>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

# PARTE 2

REFLEXÕES A PARTIR DA EMPIRIA:  
PERMANÊNCIAS E NOVAS  
CONFIGURAÇÕES

# A Crônica Como Exercício do Jornalismo

*Daniel Azevedo Muñoz*  
(Universidade Autônoma de Madri)

*Luciano Victor Barros Maluly*  
(Universidade de São Paulo)

## Introdução

A crônica é um dos gêneros textuais mais complexos da nossa literatura e, quando aplicado ao jornalismo, ganha uma dimensão ainda maior. Se pensarmos na definição de José Marques de Melo: “A crônica, na imprensa brasileira e portuguesa, é um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real” (Marques de Melo apud Castro; Galeno, 2002, p. 147). Acrescenta-se, ainda, a presença do cronista dos fatos como um ator de formação histórica, sempre em consonância com o mundo que o revolve, segundo Walter Benjamin (2020) e Cremilda Medina (2006). Com estas bases, chega-se à síntese de um gênero jornalístico com um valor historiográfico e documental ímpar.

A nobre arte do jornalismo se revela no gênero das crônicas especialmente por se manter amorfa entre dois pilares: a liberdade de expressão e o compromisso do jornalista com o seu público. Justamente da mescla livre desses valores se produzem relatos que falam com o público em termos informativos, mas também emocionais (subjetivos por natureza). Nomes como Armando Nogueira, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Fernando Sabino, Ignácio de

Loyola Brandão, Lygia Fagundes Telles, Luís Fernando Veríssimo, Manoel de Barros, Mario Prata, Martha Medeiros, Nelson Rodrigues, Otto Lara Resende, Rubem Braga, Ruy Castro, entre tantos autores, ganharam notoriedade, no jornalismo e na literatura. Até hoje, o atributo de cronista é uma marca que determina um grande escritor, por conseguir agradar ao público tanto por meio de textos curtos, como também com obras de tirar o fôlego, de diversos tamanhos.

A crônica é uma das ferramentas primordiais para o exercício do jornalismo. Como um manifesto do presente-momento, além de uma memória ao passado e um espelho ao futuro, possibilita uma interpretação avessa ao formalismo do noticiário tradicional, que na ilusão de trazer apenas informação, descaracteriza a expressão daquela na circunstância do instantâneo. A crônica é um retorno da importância da subjetividade da relação e da interpretação frente ao binômio informação/opinião.

Na universidade brasileira, a discussão sobre os gêneros e formatos jornalísticos ganhou dimensão após os estudos de Luiz Beltrão (1980), Marques de Melo (1985), Manuel Carlos Chaparro (2008), entre outros. Tanto é verdade, que a questão está vinculada ao conteúdo programático e à grade curricular da maioria dos projetos político-pedagógicos dos cursos de Jornalismo no país.

Docentes costumam abordar a questão dos gêneros jornalísticos como um fenômeno intrínseco ao processo de ensino. Na base desse ensino, a divisão entre opinião e informação segue forte como uma ferramenta

didática, conduzindo o debate de uma maneira simples e objetiva, facilitando, assim, o entendimento do estudante diante de sua futura e presente atividade diária. Entretanto, a evolução desse aluno obriga os cursos a considerarem que um mundo além das *hard news* é um imperativo para o jornalista em formação, especialmente na contemporaneidade da liquidez dos fatos, proporcionada pelas redes sociais. Para além de apresentar o ocorrido, a docência prepara este estudante como um jornalista que irá ter a subjetividade necessária para interpretações complexas, vitais nos momentos mais tensionados da mesma agenda diária.

A aplicação de diversos formatos da arte da crônica em sala de aula oferece uma dimensão categorizada diante do fazer jornalístico. Sendo assim, o professor conduz a teoria e a prática conjuntamente e, com isso, torna-se possível explicar o conceito simultaneamente à produção do jornal-laboratório (Lopes, 1989). Dependendo da mídia, se analógica ou digital, observam-se possíveis variantes com o propósito de adaptação ao texto escrito. Isso ocorre no caso de meios audiovisuais, que necessitam de recursos para a adaptação ao rádio, à televisão, à internet e aos demais meios de transmissão.

Em decorrência de sua condição figurativa exemplificada, muitos observam a crônica como um exercício possivelmente antagônico à reportagem, justamente por possibilitar uma condução poética, seguindo o ensinamento de Marques de Melo (1985). Como um contraexemplo à esta noção, excessivamente simplificada, demonstramos a aplicação da crônica no âmbito do trabalho jornalístico no curso de Jornalismo do

Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), especialmente quanto à realização de produtos multimídia voltados ao ensino do Jornalismo. Essa atividade foi realizada em conjunto com a Universidade Autônoma de Madri, na Espanha, por meio de uma parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP.

A atividade citada é realizada pelos alunos da disciplina de Radiojornalismo, que produzem programas em áudio, transmitidos pela Rádio USP e disponibilizados na forma de podcast no portal do Jornal da USP. Ao mesmo tempo, elaboram crônicas que são publicadas em formato de e-book, pelo Portal de Livros Abertos da Universidade de São Paulo, integrando a série “Crônicas para ler e ouvir”, publicadas entre 2021 e 2025.

Essa metodologia ambicionou trazer para o âmbito da produção dos laboratórios de jornalismo a subjetividade desses gêneros, costumeiramente relegados somente à velha guarda da profissão. A ideia central parte do princípio de que os meios estão vinculados aos conteúdos, pois, sem esse propósito, o Jornalismo se revelaria como uma prática alienante sem relação com o cotidiano.

A manifestação da subjetividade do cronista aparece para além do jornalismo, tendo também um papel documental, de espelho histórico, que é não só desejável, como necessário para os jornalistas e para os posteriores historiadores que olharão o momento de criação desses

relatos, com a distância do tempo percorrido. Afinal, a mídia é uma das fontes primárias mais essenciais para a construção da História Moderna e Contemporânea, especialmente quando é capaz de trazer aspectos da Memória de maneira eficaz e fiel, algo que se vê mais real nesse formato que não rechaça a subjetividade e a poética dessa ciência/arte do jornalismo.

A consolidação desse formato, para além de um momento de maturidade dos jornalistas é, inclusive, um estandarte sobre sua importância, para garantir que a qualidade dessa arte se mantenha nos formatos mais objetivos da profissão. A proposta de ensino do Jornalismo pela crônica já foi aplicada em outras disciplinas do curso de Jornalismo da ECA-USP, notadamente na especialidade do Jornalismo Esportivo, oferecida na disciplina: “Conceitos e gêneros do Jornalismo” e “Jornalismo Esportivo: a pauta além do futebol”, que também conta com a produção de cadernos em formato e-book. O resultado dessa prática auxilia o aluno no desenvolvimento do texto jornalístico, cujo conteúdo, tradicionalmente, é composto pelas informações coletadas por técnicas de pesquisa, de entrevista e através de visitas *in loco*. Em conjunto, o exercício da crônica também aguça a memória, pois se realiza por meio de diálogos e analogias com a pauta inicial, sempre auxiliada pela bagagem acumulada de conhecimentos históricos e vivências culturais por parte desse profissional.

O propósito final, em resumo, é aproveitar o máximo do conhecimento do autor (jornalista) para com o tema, sem ficar preso somente às amarras das informações já disponibilizadas em outras mídias. Sendo

assim, foge-se da padronização da notícia como forma e conteúdo, possibilitando teores diferenciados para a interpretação do público, oferecendo visões mais amplas e subjetivas. Este capítulo visa discutir o caráter híbrido dos gêneros e formatos neste âmbito, assim como a percepção dos agentes que os operam, para que o ensino e o consumo da crônica sejam colocados como uma ferramenta essencial no ensino do Jornalismo contemporâneo, permeado pelas inescapáveis variáveis da tecnologia, da credibilidade e da subjetividade.

## Memória, relatos e recordações – ferramentas em busca de histórias (e análises) para o desenvolvimento do Jornalismo

Na terceira tese sobre o conceito de História – na numeração referente à cópia pessoal do autor, Benjamin (2020, p.68) fala sobre o cronista, “que narra os acontecimentos sem distinguir os grandes dos pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que já ocorreu pode ser considerado perdido para a História”. Nessa cópia, datilografada pelo próprio pensador alemão, ele mesmo substituiu o inicialmente utilizado termo conhecimentos por acontecimentos. Em uma ação já conhecida dos que estudam seu trabalho, Benjamin substitui a terminologia utilizada em nome de uma maior precisão do que deseja teorizar, o que faz com maestria, especialmente em um idioma com tantas matrizes de complexidade etimológica como o alemão, em que escreveu originalmente suas teses. No entanto, o convite a se imaginar que os acontecimentos relatados possam também ser conhecimentos, nos oferece uma ferramenta de compreensão mais ampla do que seria o

resultado do cronista de Benjamin.

Afinal, no contexto benjaminiano, o cronista é ninguém menos do que aquele que narraria a realidade e o horror do terrível momento em que vivia quando pensou nos conceitos de construção da História. Em sua eterna fuga das forças nazistas, o pensador alemão refletia que esse cronista seria a pessoa que, ao se fazer presente, mantinha viva parte da história que jamais poderia ser esquecida pela História. Deixando de lado uma visão clássica da História, como um relato capaz de universalizar, Benjamin expande os conceitos para determinar que o relato histórico é nada menos que um território em disputa. Nesse espaço, o cronista é aquele que traz um pedaço da realidade que se tentaria esquecer, caso se olhasse as coisas, talvez, na objetividade crua demais de um relato que se diria mais jornalístico. Contudo, cabe o questionamento, já que o relato do cronista benjaminiano não seria tão jornalístico quanto um relato frio e externo que poderia nascer de alguém que não estava presente diante da História desvelando-se?

A partir dessa interpretação, extrapolamos as teses benjaminianas para compreender o papel da tão conhecida crônica jornalística brasileira. Uma velha conhecida dos jornais durante os anos de tormenta e de censura que foi desaparecendo uma vez que, com a Nova República, o jornalismo brasileiro foi tornando-se mais profissional. Ou talvez, em nome de uma expressão benjaminiana de prezar por uma exatidão etimológica, se poderia, quiçá, substituir o termo profissional, por institucional.

O professor Bernardo Kucinski, em sua obra “A Síndrome da Antena Para-

bólica: Ética no jornalismo brasileiro” discorre largamente sobre o conceito de autocensura no jornalismo brasileiro (Kucinski, 1998). Entre os diversos exemplos apontados pelo professor, observamos que autocensura ocorre em múltiplos casos em que a pressão sobre a informação relatada é subjetiva, não objetiva. Entenda-se aqui a diferença entre uma pressão de sofrer mal olhados ou represálias profissionais (subjetivas), contra a chance de ser detido pela política e sofrer o terrorismo de Estado que se aplicava durante a Ditadura Militar Brasileira (objetivas). Medina (2006) alcança uma síntese explicativa sobre esse fator, esclarecendo que pressões de censura a quaisquer relatos não somente vêm de um governo autoritário, mas também do modo com o qual um profissional do jornalismo aprendeu a exercer sua profissão, além de seus valores culturais e sociais. Além disso, torna-se indissociável a censura de qualquer informação jornalística, quando não por todos os fatores citados, também pela dita sociedade civil, que determina o que é jornalismo ou não, quando busca o que consumir de informação.

Assim, compreende-se que, quando o Estado era uma fonte de censura, os jornalistas não buscavam criar fontes de cerceamento e provavam libertar-se não somente do que o Estado queria esconder, mas também dos formatos que se diziam que não eram do bom exercício da profissão. Não somente, justamente pelo momento ser tantas vezes de terror, esses jornalistas se desprendiam da completa objetividade porque sabiam que somente a crônica (talvez não soubessem, mas era benjaminiana nesse caso) os libertaria de narrar o que verdadeiramente era a realidade que circundava e sufocava o país. Já o jornalismo que veio depois desse período, especialmente para aqueles que não se formaram nos mais duros

anos de chumbo, perdia esse matiz, por vê-la talvez como subjetiva demais para um período de calmaria.

Contudo, assim como deixava Benjamin quase que uma mensagem na garrafa para o futuro com sua obra, é válido questionar se não é deveras perigoso um país que não conta mais com jornalistas que sabem lidar com períodos em que a subjetividade se torna necessária para a real compreensão da informação, especialmente quando ela se torna vital ao simples exercício cívico de uma sociedade. Também com isso em mente, além até do intrínseco valor que a crônica tem para a construção da Memória e da História de um período, o ensinar dessa ciência/arte prepara a nova geração de jornalistas para uma realidade menos institucional da notícia, em que esse conhecimento e essa técnica possivelmente se tornarão extremamente úteis ao exercício da profissão.

Benjamin também nos brinda com o seguinte excerto: “A verdadeira imagem do passado escapa *rápido* (grifo no original). Só podemos apreender o passado como imagem que, no instante de sua cognoscibilidade, relampeja e some para sempre” (Benjamin, 2020, p. 69). No exercício de produção da crônica, recorda-se isso na docência ao demonstrar aos alunos que um momento não é repetível em sua captação. Se não pelo texto ou pela recordação, o que se visa relatar (ou gravar, no caso de material audiovisual) somente vai se mostrar da forma que apareceu ao receptor uma única vez. A arte da crônica também ensina o jornalista a traduzir estes momentos para o nível de informação. Por isso, a título de um exemplo, para além de uma reportagem sobre o que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, os lampejos de áudios e

vídeos captados naquele fatídico dia, além das crônicas dos que puderam ver com os próprios olhos, tem valor histórico imensurável, além de valor jornalístico notável (e jurídico, neste caso específico, também).

Em sua sexta tese, Benjamin também relata sobre a construção do passado para além da historiografia que busca congelá-lo como uma fotografia, que seria a verdadeira face de um acontecimento, explicando que o apoderar-se de um momento vem de tê-lo como recordação enquanto “relampeja no instante de um perigo” (Benjamin, 2020, p.70). Nessa parte de seu não terminado e eternizado livro, Benjamin provavelmente deixa sua mais sombria imagem para um futuro em que os cronistas não possam capturar a realidade de um momento de terror. Sem esses lampejos de memória que vêm da própria época, a História que se poderá construir anos depois talvez não tenha vestígios daquela imagem que o cronista poderia capturar naquele momento singular.

## Técnica de ensino

Para o universo do rádio, Benjamin é conhecido no Brasil por meio dos textos “O que os alemães liam, enquanto seus clássicos escreviam” e “Dois tipos de popularidade: observações básicas sobre uma radiopeça” (1986), assim como pelo estudo de Celso Loge (1989), que foi publicado na Revista Comunicações e Artes com o título de “A tomada da Bastilha e do Rádio por Walter Benjamin”. Neles, tem-se uma base voltada à divulgação científica que, em suma, possui elementos que auxiliam na narrativa e, por conseguinte, na construção da crônica.

Um desses pontos é a reconstrução (ou reconstituição) de diálogos, como o próprio Benjamin observa no experimento sobre a radiopeça:

Quanto à radiopeça literária, não lhe seriam de muita utilidade diálogos artificialmente construídos a partir das citações ou leituras de passagens de livros ou cartas – tampouco quanto a audácia duvidosa de colocar na boca de Goethe ou Kleist diante do microfone a linguagem do autor do roteiro. E já que uma coisa é tão duvidosa quanto a outra, existe apenas uma saída: enfrentar diretamente a problemática científica. Foi essa a intenção da minha tentativa. Não aparecem em cena os campeões da cultura alemã em pessoa, e nem considerou como certo apresentar ao ouvinte uma mostra do maior número possível de obras. Para alcançar a profundidade, partiu-se propositalmente da superfície. Tentou-se apresentar aos ouvintes algo que existia de fato em formas tão frequentes e tão comuns que era possível construir o tópico: não a literatura, mas a conversa literária da época (Benjamin, 1986, p.86).

Já a segunda proposta benjaminiana se baseia na possibilidade de promover o entretenimento, com base em contextos, como esclarece Loge:

A palestra radiofônica de Walter Benjamin para o público infante-juvenil revela a Bastilha como um instrumento do poder, destinada a ser, no século XVIII, não só um lugar de presos políticos e presos policiais, bem como o espaço de lazer da nobreza parisiense. Benjamin entremeia à narrativa do homem da máscara de ferro observações sobre: formas de detenção e tratamento dos detentos, sistemas de comunicação entre eles, prevenções contra escândalos, corrupção administrativa, finalizando com a história da administração da justiça. A intenção benjaminiana era popularizar as ideias científicas decorrentes de uma prática de democratização do rádio (Loge, 1989, p.17).

Em tese, a crônica é fruto do conhecimento, com base na memória, pesquisa e criação do autor. A liberdade é uma palavra controversa no Jornalismo por envolver questões políticas, ideológicas e de estilo. Em torno desse processo, está o jogo de palavras como prova do trabalho do autor. Ao ganhar forma, o texto revela as habilidades daquele que escreve bem e conquista o gosto do público. O enredo emociona e traduz o cotidiano pela narrativa. Assim, o autor se aproxima pela linguagem concreta e usual. A estrutura se mantém, como se o objeto fosse seguir uma ordem já pré-estabelecida no ensino e na prática do Jornalismo. A crônica subverte essa estratégia porque sua natureza é disforme.

A dita liberdade determina o desenvolvimento da ideia, como se não existisse um começo, um meio e um fim. Há a ruptura da prosa, como se o imaginário compusesse as informações da pauta. A escrita da crônica é conduzida por palavras nem sempre usuais ao público, oferecendo, assim, também uma quebra semântica no conjunto de notícias e opiniões que integram um jornal, independente do meio de divulgação desta.

Desse modo, a inspiração para escrever a crônica decorre de um estímulo, ou seja, de uma pauta como objeto. Nesse sentido, o autor a conduz como uma causa ocasionada por uma chamada, que pode ser obrigatória (como na solicitação de um professor ou editor) ou simplesmente fruto de um incômodo (como as que nascem de usuais questões do cotidiano).

Observe que o primeiro contato com o texto opinativo acontece já nos primeiros anos escolares. Quem não se lembra de temas das redações como: O que você quer ser quando crescer? ou Descreva a sua família. E,

assim, a cada etapa da vida escolar (até o vestibular e o ingresso no Ensino Superior), somos desafiados a escrever sobre assuntos que aguçam a memória e recuperam informações assimiladas. O conhecimento é exteriorizado pelo conjunto de palavras que compõem o texto autoral. Com isso, aparece a visão do mundo que estamos propondo ao leitor. No Jornalismo, essa vem de uma revelação para além da redação, que implica em realizar um exercício baseado em aspectos da narração, descrição e dissertação. Ou seja, recupera-se um trabalho já feito, especialmente no Ensino Médio e na preparação do aluno para o ingresso no Ensino Superior.

O exercício da crônica no curso de Jornalismo é simples, pois permite ao aluno perder o medo da escrita. O início da prática da docência, nesse modelo, é quase tão básico quanto o processo de recuperação de um período anterior, reprimido por um conjunto de preparos que chegam primeiro ao aluno de Jornalismo, para desenvolver seu olhar e seu texto noticioso. Para além desse retorno, acrescentam-se as características de interpretação e análise social explicitadas ao longo deste capítulo, fazendo com que esse estudante seja exposto ao Jornalismo do cronista com toda capacidade de criar um texto (ou material multimídia) que sirva não somente para dar vida a um relato que ele traz com a sua subjetividade, como para oferecer uma visão que fale com a subjetividade coletiva e sirva a uma função jornalística desse modo. Assim, essa é uma prática que poderia ser utilizada até no começo do curso ou também quando o aluno já estivesse se tornando viciado no padrão estabelecido pelos textos informativos, mais especificamente, quando seu texto já estiver saturado das técnicas da utilização do *lead* e de informações

pontuais na tão conhecida pirâmide invertida. Pede-se, portanto, que o estudante desperte a criatividade por meio da recuperação de temas que abordam algum detalhe que o marcou na infância e/ou na adolescência, como uma atividade física ou prática esportiva; ou uma expressão cultural que lhe despertou curiosidade, entre tantas outras diversas situações possíveis. Também é possível conduzir o exercício da crônica através de uma pauta atual, desde que esta seja conduzida com cuidado, para evitar clichês, especialmente com o excesso de uso do dito discurso predominante.

Dessa maneira, a atenção do professor é fundamental para a construção do processo de docência quanto à técnica/arte da crônica jornalística e, especialmente, no momento em que, fatalmente, as dúvidas dos estudantes surgirão. Geralmente os alunos se debruçam sobre esse tipo de trabalho sem muitos problemas, porém as dúvidas vão surgindo logo depois, no decorrer da disciplina.

A partir do relatado, propõe-se que se organize essa experiência didática da seguinte maneira: começar com uma aula inicial sobre a crônica no Jornalismo, a qual deve apresentar os conceitos básicos e os textos de autores consagrados.

Oferecer obras de autores reconhecidos é essencial para o aluno descobrir os clássicos da literatura e do jornalismo brasileiro, da prosa à poesia. Ao mesmo tempo, apresentam-se aos alunos textos publicados e inéditos, de pessoas que utilizam as mídias sociais para compartilhar as suas produções, como exemplos da crônica também na sua expressão

mais popular. A partir de então, os estudantes observam que o Jornalismo e a Literatura são ambientes abertos de produção e de divulgação. A barreira do medo, por fim, pode ser quebrada.

Como na experiência realizada na ECA-USP, as disciplinas são voltadas ao Radiojornalismo, é imperativo que se ilustre não somente com materiais em texto, como também com conteúdo em formatos audiovisuais, de preferência já transmitidos pelas emissoras de rádio e/ou em forma de *podcasts*.

Em conjunto, arquivos sonoros recuperados por pesquisadores ou disponibilizados por estações de rádio, universidades e instituições públicas e privadas, são materiais que precisam ser compartilhados com os estudantes e colegas. Não podemos esquecer de apresentar esse material – sejam os audiovisuais ou mesmo os impressos – oriundos de livros como “Histórias que o rádio não contou: da galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no Mundo”, de Reinaldo C. Tavares (2014); “Rádio: oralidade mediatizada – o spot e os elementos da linguagem radiofônica”, de Júlia Lúcia de Oliveira Albano da Silva (1999); “Hora da Ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz Magalhães”, de Sérgio Carvalho (1994); entre outras referências com anexos em áudio. Da mesma forma, é interessante ilustrar aulas sobre este tema com conteúdo de produções que marcaram o século XX, como “Documentos Sonoros – Nosso século”; “Jingles inesquecíveis: seleção dos jingles mais marcantes da história da publicidade brasileira”, da ESPM/Meio & Mensagem; “O Rádio no Brasil”, da BBC Brasil, assim como produtos que foram desenvolvidos por músicos, locutores e/ou comuni-

cadores de destaque, como: Almirante, Ademar Casé, Alvarenga e Ranchinho, Fiori Gigliotti, Osmar Santos, entre tantos outros nomes consagrados do rádio brasileiro.

Também podemos destacar alguns programas marcantes do jornalismo brasileiro, como o “Repórter Esso”; o “Grande Jornal Falado Tupi”; o “Pulo do Gato” (de José Paulo de Andrade, da Rádio Bandeirantes); “O homem do tempo” (de Celso Vernizzi, da Rádio Jovem Pan) etc. Além disso, vale o resgate de importantes programas da Rádio USP, notadamente os programas que resgatam a memória do rádio: “O samba pede passagem”, de Moisés da Rocha; “Biblioteca Sonora”, de Marcelo Bittencourt e “Memória”, de Milton Parron<sup>[1]</sup>; entre outros que surgiram como um esforço de divulgar conhecimentos científicos, como o exemplo de “Cantores Bons de Bico”, do Núcleo José Reis.

Também devem ser recordadas como referências a alunos de Jornalismo as difusões de obras de radiodramaturgia e teatro, que são basilares, como a obra prima “A Guerra dos Mundos”, de Orson Welles, junto a tantos outros programas que ganharam o público pela originalidade de seus apresentadores e produtores. Por fim, é importante construir uma base cultural e de referências também com outros tipos de produtos, como alguns filmes que marcaram época. Pode-se exemplificar com: “A Era do Rádio”, de Woody Allen (1987); “Talk Radio”, de Oliver Stone (1988); “Bom dia, Vietnã!”, de Barry Levinson (1988); “Uma onda no ar”, de Helvécio Ratton (2002); “Vermelho como o céu”, de Cristiano Bortoni (2007) e “Os

---

<sup>[1]</sup> Esse programa foi também veiculado à época pela Rádio Bandeirantes.

piratas do Rock”, de Richard Curtis (2009).

Não se recomenda que se apontem as discussões sobre gêneros e formatos jornalísticos logo no primeiro exercício, justamente para evitar confusões e dúvidas que travariam o processo criativo logo no início. Ou seja, recomenda-se que a concentração seja, a priori, total na execução da própria crônica.

Após a explicação do exercício proposto e quando todos os estudantes já estiverem pautados, começa-se a apresentar as classificações dos relatos jornalísticos com base em autores brasileiros já citados, especialmente os já referenciados neste capítulo: Chaparro e Marques de Melo.

Como já revelado, nesse ponto costumam surgir alguns questionamentos sobre o trabalho, particularmente pela liberdade inerente à execução da crônica. Nesse caso, o esclarecimento das dúvidas é feito pela análise crítica de crônicas conhecidas. Quer-se dizer: os exemplos servem de referência para a própria produção. Pede-se apenas para os estudantes elaborarem as crônicas, independente da forma, que estarão sujeitas, uma vez prontas, a uma correção e a comentários. Procura-se manter a originalidade no processo de correção e comentários, mantendo o estilo do produto com o mínimo de interferência. Na forma, são apenas assinalados problemas gramaticais, clichês, frases feitas etc.

Após o término do texto escrito, no caso da disciplina de Radiojornalismo, a fase seguinte é construída por locuções. A proposta torna-se, então, trabalhar a voz e, por conseguinte, a interpretação do texto. Para a

montagem da então radiocrônica, se realiza uma pesquisa de elementos sonoros, especialmente utilizando-se de músicas e arquivos e efeitos sonoros. Esse passo é fundamental para poder começar em seguida o trabalho de edição. Caso seja necessário, outros formatos informativos e opinativos também podem ser inseridos numa radiocrônica, criando, assim, um produto híbrido, como é atualmente observado em vários *podcasts* de sucesso, como o “Praia dos Ossos”. O uso desse hibridismo é vanguarda nesse formato e foi estudado no âmbito da dissertação de mestrado de Clara Cavalcanti Rellstab, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP, em 2023. Todas essas técnicas se aplicariam igualmente para disciplinas que buscassem incluir o formato da crônica mesmo em outros meios de transmissão, como o telejornalismo, por exemplo.

Voltando ao exemplo da disciplina de Radiojornalismo da ECA-USP, o exercício didático finaliza produzindo duas versões de uma mesma obra. Como resultado, os textos escritos são publicados em um e-book pelo Portal de Livros Abertos da Universidade de São Paulo, na série “Crônicas para ler e ouvir”, e as radiocrônicas são incluídas em uma série de episódios mais amplos de Radiojornalismo, transmitidos pela Rádio USP dentro do programa Universidade 93,7 e disponibilizados em forma de *podcast* pelo Jornal da USP.

## Considerações Finais

A crônica, tanto no Jornalismo como no seu relato para a posteridade, não rechaça a subjetividade e oferece caminhos distintos para que se criem memórias do tempo-presente e se transmitam situações complexas com

mais qualidade que, muitas vezes, a objetividade de uma escrita completamente noticiosa poderia oferecer. Por isso e por muitos outros fatores, deve ser recuperada no ensino do Jornalismo para que a próxima geração de jornalistas possa se reconectar com essa técnica/arte. Como um relato congelado de momentos difíceis, a crônica foi muito utilizada na época em que o jornalismo é aviltado por forças de censura, mas foi esquecida quando esse mesmo jornalismo pensou que gozava de uma institucionalidade nova e inviolável.

Com a volatilidade do consumo da informação na contemporaneidade, surgem as ditas correntes em diversas plataformas, que são alimentadas e retroalimentadas pelo mundo invertido, repleto de mentiras travestidas de notícias. Sendo assim, a recuperação da crônica no labor jornalístico torna-se uma urgência, especialmente considerando-se o modelo benjaminiano do cronista e a função que ele pode exercer em momentos de instabilidade.

Além disso, o exercício da crônica fomenta a criatividade e, por conseguinte, auxilia o jornalista a encontrar e a desenvolver o seu estilo de escrita. Conduz o profissional a mesclar o texto autoral com o padrão estabelecido por recursos como o *lead*, a pirâmide invertida, o texto manchetado, entre tantos outros que encontramos nos livros de Jornalismo.

Recordações e conjecturas formam a base de suporte para a composição de uma boa crônica, porque estabelecem relações entre o passado e o futuro, com o estado de espírito sendo o ferrolho para a conexão com o

presente. Ou seja, o sentimento do autor no momento da produção é que determinará o resultado daquele jogo de palavras.

O bom jornalista é aquele que conta uma boa história é uma das frases mais repetidas pelos professores de Jornalismo. Talvez ela seja verdadeira, mas o jornalista também é um sujeito bem-informado ou, simplesmente, o profissional com uma boa memória. Esses são apenas alguns componentes desse ofício cheio de artifícios e versatilidade. O jornalista é a antessala do historiador e o grande arquivo das Memórias coletivas que ainda não encontraram seus caminhos até as grandes bibliotecas do mundo. Nesse cenário, o jornalista que apenas se atém às manchetes e esquece de seu papel de cronista, oferece um cenário incompleto ao futuro historiador que buscará em seu labor reconstruir as Memórias e a História de um período. Também por isso, esse formato é de suma importância. Afinal, a função do cronista é reconstruir um ambiente, estando ele próximo ou distante no momento do relato.

A classificação dos gêneros jornalísticos facilitou o trabalho dos professores e dos editores. De um lado, o aluno teve a oportunidade de experimentar atentamente diversos formatos específicos; do outro, o público começou a separar a informação, a opinião e o relato. O trabalho jornalístico, no entanto, jamais separa essas características por completo (Medina, 2006) e assim nasce uma discrepância entre o modelo e o que é esperado dele.

Dessa forma, a recuperação de um Jornalismo que não teme o subjetivo e que contempla um leitor que saberá interpretar a informação, a emoção

e a opinião em um grande relato de cronista é um caminho para o (re)fortalecimento do jornalismo no seu papel de catalisador do exercício da Democracia e da manutenção da sociedade civil, além de sua função de arquivista do presente, para que a História, depois, traga seu relato completo, com o passar dos anos. Portanto, o ensino da crônica nos cursos de Jornalismo é urgente como uma mensagem do passado ao futuro, em um momento de terror benjaminiano, que cresce quando certos fatores são ignorados.

## Referências

BARROS MALULY, LUCIANO VICTOR [ET. AL.]. **CRÔNICAS PARA LER E OUVIR**. SÃO PAULO: ECA-USP, 2021. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.LIVROSABERTOS.SIBI.USP.BR/PORTALDELIVROSUSP/CATALOG/VIEW/730/648/2404](https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/view/EW/730/648/2404). (ACESSO EM: 28 DE FEVEREIRO DE 2025).

BARROS MALULY, Luciano Victor; AZEVEDO MUNÔZ, Daniel; OLIVEIRA TÔZO, Carla de. **Crônicas para Ler e Ouvir: Número 2**. São Paulo: ECA-USP, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/view/1095/1000/3699>. (Acesso em: 28 de fevereiro de 2025).

BARROS MALULY, Luciano Victor [et. al.]. **Crônicas para Ler e Ouvir: Número 3**. São Paulo: ECA-USP, 2023. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/book/1199>. (Acesso em: 28 de fevereiro de 2025).

BARROS MALULY, Luciano Victor [et. al.]. **Crônicas para Ler e Ouvir: Número 4**. São Paulo: ECA-USP, 2024. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/book/1379>. (Acesso em: 28 de fevereiro de 2025).

BARROS MALULY, Luciano Victor [et. al.]. **Crônicas para Ler e Ouvir: Número 5**. São Paulo: ECA-USP, 2025. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/book/1512>. (Acesso em: 28 de fevereiro de 2025).

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENJAMIN, Walter. 1892-1940. "O que os alemães liam, enquanto seus clássicos escreviam/ Dois tipos de popularidade: observações básicas sobre uma radiopeça". In: Bolle, Willi (Org). **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos**. São Paulo: Cultix/Edusp, 1986, p. 63-86.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. São Paulo: Alameda, 2020.

CARVALHO, Sérgio. **Hora da Ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz**. Santa Maria: UFSM, 1994.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e Literatura: A sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques D'aquém e D'além Mar: Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

FERNANDES LOPES, Dirceu. **Jornal-laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público**. São Paulo: Summus, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LOGE, Celso. **A tomada da Bastilha e do Rádio por Walter Benjamin**. Revista Comunicações e Artes (22), p.17-28, São Paulo, nov. 1989.

MARQUES DE MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEDINA, Cremilda. **O Signo da Relação: Comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

OLIVEIRA ALBANO DA SILVA, Júlia Lúcia de. **Rádio: oralidade mediatizada – o spot e os elementos da linguagem radiofônica**. São Paulo: Annablume, 1999.

RELLSTAB, Clara Cavalcanti. **É rádio, mas também é cinema e jornalismo: Um estudo sobre os roteiros nos podcasts narrativos a partir de Praia dos Ossos**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 166p, 2023.

TAVARES, Reinaldo C. **Histórias que o rádio não contou: da galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Paulus, 2014.

UNIVERSIDADE 93,7 – PORTAL JORNAL DA USP: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sinopses/universidade-937/> Acesso em 5 de outubro de 2023.

UNIVERSIDADE 93,7 – ECA/USP: <http://www.usp.br/radiojornalismo/> Acesso em 5 de outubro de 2023.

# A transitoriedade do formato notícia em novos arranjos comunicacionais<sup>[2]</sup>

*Mirian Meliani Nunes*  
(Universidade de São Paulo)

O campo da comunicação, especialmente na área do Jornalismo, sofre com o avanço da desinformação em diferentes ambientes midiáticos e várias frentes vêm sendo desenhadas para responder a tal cenário, ainda desafiador. Nesse contexto, dentro de um recorte de pesquisa no âmbito de pós-doutorado, escolhemos refletir aqui sobre a contribuição possível dos estudos de gênero à constituição de uma resposta a tal fenômeno.

Nosso *corpus* se insere no campo dos estudos da comunicação praticada em ambiências digitais cuja arquitetura adota o sistema de redes, em uma delimitação que compara a recepção de conteúdos de caráter informativo e de enunciados falsos. No fluxo de dinâmicas comunicacionais, jogamos inicialmente atenção às questões relacionadas ao formato clássico da notícia e à maneira como os conteúdos de desinformação mimetizam seus padrões clássicos.

Como aponta Marli dos Santos (2022), “conhecer os processos de produção jornalística é uma das competências para a literacia em jornalismo” e, portanto, estratégia no combate à desinformação. Porém, a autora destaca que a separação binária excessivamente excludente entre

---

<sup>[2]</sup> O presente trabalho é fruto de pesquisa realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, no âmbito de pós-doutorado na ECA-USP.

conteúdo opinativo e informativo pode gerar ainda mais ruído no processo de desambiguação.

Tal constatação torna-se ainda mais contundente quando o uso de dispositivos de Inteligência Artificial Generativa torna-se corriqueiro entre profissionais da área (Marassi; Nunes, 2024). Uma nova camada de distinções (Bourdieu, 2008), baseadas no domínio da *technè* emergente e capazes de gerar exclusão do mundo do trabalho, capturam a atenção, estabelecem mais uma etapa no colonialismo de dados (Faustino; Lippold, 2022) e tornam visível o realinhamento das fronteiras relacionadas aos regimes de verificação vigentes (Foucault, 2008).

Se os limites clássicos desenhados no campo da classificação de gêneros jornalísticos estão baseados, amplamente, na separação entre formatos considerados informativos, de um lado, e opinativos, de outro (Marques de Melo, 2003), estudos como os de Chaparro (1994) já apontavam quão tênue é essa linha divisória e que os espaços de intersecção estão muito mais presentes do que ausentes nos processos produtivos das redações.

Em resposta a um ambiente de desinformação, resgatar uma visão moralista baseada no imaginário da imprensa tecnicista e isenta, construída no apagar das luzes do modo industrial de fazer jornalismo (Nunes, 2018), acaba, muito mais, por oferecer argumentos falaciosos aos discursos que procuram deslegitimar a atividade jornalística e confundir a opinião pública, em um claro movimento de propagação da “desordem informacional” (Wardle; Derakhshan, 2017). Ao identificar os sempre

presentes indícios de opinião e subjetividade, inerentes a qualquer processo de tradução sgnica do factual em termos de representao semiótica ou intersemiótica (Plaza, 2002), detratores se apressam em acusar jornalistas de fabricar “fake news”<sup>[3]</sup>.

A partir da adoção de uma definição de notícia capaz de dar conta de sua complexidade, multiplicada em ambientes de compartilhamento e ressignificação em rede, explicitar (inter)subjetividades envolvidas e adotar estratégias artesanais de reconstrução do formato clássico do gênero jornalístico podem, como hipótese, contribuir para a desambiguação da informação de qualidade, aquela que promove o diálogo e reconhece os interlocutores como parceiros engajados no ato comunicacional.

É assim que o processo de recepção também se insere aqui, na discussão dos gêneros, por seu caráter de busca consensual de composição em torno de um campo de partilha comum (Rancire, 2009), conceito central para este estudo. O reconhecimento estabelece o vínculo entre os atores de uma determinada dinâmica comunicacional e, por mais que haja variabilidade, pois “os gêneros são mutáveis, surgem e até desaparecem em função de mudanças técnicas e tecnológicas ou mesmo sociais e políticas” (Temer, 2022, p. 371), o caráter de pertenca se coloca como definidor da interação.

---

<sup>[3]</sup> Embora adotemos aqui o termo “fake news”, cabe esclarecer que o fazemos apenas para deixar clara a apropriação indevida, por negacionistas e propagadores de desinformação, de um conceito que carrega imprecisão em sua própria definição, ao associar os conceitos de notícia e falsidade.

Gustavo Cardoso (2023) adota como ponto de partida uma perspectiva que ele classifica como “sociologia da mediação algorítmica” e afirma que “as pessoas são a mensagem” na comunicação em rede, desenvolvendo um diálogo crítico com McLuhan e sua máxima “o meio é a mensagem”. Para dar conta de tal formulação, estabelece a existência de uma rede de interações entre atores-produtores e destinatários, permeados por um sistema produtivo de mensagens. Tal relação seria, portanto, mais dependente de “uma partilha de contexto entre emissor e receptor do que de qualquer pretensa universalidade comunicativa, dependendo do comum interesse de receptor e emissor sobre um dado tema” (*Ibidem*).

No encadeamento em rede de enunciados - noticiosos ou enganosos -, se estabelece o fenômeno que o sociólogo classifica como “comunicação da comunicação”, no qual indivíduos participantes, por meio das literacias dinâmicas das plataformas de Big Techs já estabelecidas, atuam no compartilhamento, circulação e (re)produção da mensagem, podendo reforçar, negar ou alterar os seus sentidos originais. A cada novo compartilhamento em aplicativos de mensagem como Whatsapp ou Telegram, comentários são acrescentados e reverberam em um contrato privado estabelecido pelo grupo e reconhecido como contexto, reforçando comportamentos muito próximos ao que Pariser (2012) associou à predominância do filtro-bolha.

No caso de aplicativos de troca de mensagens privadas, como os dois citados, os laços são reforçados diariamente e a troca de determinados conteúdos constrói uma espécie de cumplicidade entre os membros. Se, muitas vezes, isso surge a partir do desejo legítimo de compartilhar senti-

dos, o imaginário do grupo pode também sofrer com a manipulação dissimulada, em alguns casos forjada por equipes de marketing profissional especializadas em mudança de comportamento, tal como realizado no referencial caso da Cambridge Analytica<sup>[4]</sup> - ressalvado o fato de que o ambiente em questão, na época, tenha sido uma plataforma de redes sociais, o Facebook.

A cumplicidade, com o tempo, gera tolerância a enunciados preconceituosos, a princípio irônicos, depois mais incisivos, até o ponto em que a identidade construída para o grupo já o coloca em oposição aos “outros”, sejam eles quem forem. A partir daí, o princípio da “camaradagem” torna-se mais importante para seus membros do que possíveis freios morais capazes de contestar conteúdos explicitamente violentos, difamadores ou, simplesmente, mentirosos. Todos se calam e um regime de verificação construído em torno desse pacto quase secreto se impõe como regulador dos julgamentos e ações do grupo.

No contexto das mídias sociais digitais, um estudo realizado em 2018 pelos pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral, publicado pela revista *Science* (2018, p. 1146-1155), analisou dados do Twitter de 2006 a 2017, em um total de 126 mil notícias, compartilhadas por cerca de 3 milhões de pessoas, mais de 4,5 milhões de vezes. As notícias foram classificadas

---

<sup>[4]</sup> O escândalo Cambridge Analytica mobilizou o mundo entre março e abril de 2018, quando um colaborador da empresa denunciou o uso indevido de dados dos usuários do Facebook para influenciar eleitores nos processos do Brexit, no Reino Unido, e da eleição presidencial de Donald Trump, nos EUA. A empresa decretou falência em maio de 2018 em decorrência do escândalo.

Referência: <[https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/20/tecnologia/1521582374\\_496225.html](https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/20/tecnologia/1521582374_496225.html)>. Acesso realizado em: fev. 2024.

como verdadeiras ou falsas por seis organizações independentes de *fact-checking*, que chegaram a uma equivalência nas avaliações de 95% a 98%.

Entre as principais conclusões apresentadas, está a de que é 70% mais provável o compartilhamento de uma notícia falsa do que uma verdadeira. Uma das razões estaria no apelo por trás da mentira e no formato sensacionalista, gerando uma percepção de novidade e exclusividade para quem a compartilha. Ao analisar as ações de robôs e de perfis verdadeiros, os números demonstraram, na ocasião, que os robôs aceleram, na mesma proporção, a propagação tanto de notícias verdadeiras quanto falsas e, portanto, a responsabilidade pelo alcance de 70% de notícias mentirosas, imprecisas ou enganosas seria dos perfis humanos.

O estudo rejeitou, acertadamente, o uso do conceito de “*fake news*” e trabalhou com a ideia de “onda de rumores”, que começam em vários perfis simultaneamente e não disparados por um único centro propagador, o que indica um caráter estruturado e deliberado na circulação desse tipo de conteúdo. Essa característica geraria boatos disseminados em diferentes direções, o que influenciaria a percepção de que esses “deveriam ser verdadeiros”. A consequência do conceito de “rumor” é que ele é muito mais difuso e difícil de ser eliminado das redes digitais, reverberando nos aplicativos de mensagens privadas. Uma vez espalhado, sempre pode retornar, por caminhos diversos e em momentos diferentes. Os pesquisadores afirmam, ainda, que o enunciado verdadeiro demora, aproximadamente, seis vezes mais para se espalhar em profundidade do que o mentiroso.

Cabe refletir aqui: até que ponto os aspectos relacionados à formatação da notícia contribuem, de alguma maneira, para números tão discrepantes? Será possível, além dos movimentos já delineados de uso do *fact-checking* e da necessidade imprescindível de regulação das mídias digitais, somar também uma busca intrínseca, no campo da definição, produção e formatação da principal mercadoria ofertada pelo jornalismo em sua fase industrial?

## Recombinações narrativas

Sabemos que os aparatos e espaços sociotécnicos são aderentes a sucessivas recombinações narrativas, tanto nos aspectos textuais quanto imagéticos, respondendo a certas necessidades do processo comunicacional. Algo que se associa ao modo como os gêneros são compostos por formatos “relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura” (Bakhtin, 1986, *apud* Assis; Melo, 2016, p. 43).

É importante perceber que a classificação “relativamente estável” não é utilizada em vão por Bakhtin, que vai lançar mão dos conceitos de dialogismo e polifonia, resgatados por Lucia Santaella, ao fazer a sua associação aos modos e usos comunicativos nas Redes Sociais Digitais (RSD): “[...] a dialogia fica clara quando o usuário publica uma mensagem e esta desencadeia reações discursivas nos participantes. A polifonia é a forma suprema do dialogismo, pois se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço, de uma multiplicidade de vozes” (Santaella, 2014, p. 207-208).

Por mais que o cenário, em que tal reflexão foi produzida, tenha sido alterado em período mais recente pela predominância de uma lógica centralizadora da interação plataformizada (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020), podemos continuar a afirmar que as redes digitais são um campo potencial para a construção de enunciados múltiplos, capazes de gerar variedade e volume, em um processo que até poderia ser aproximado das definições de segmentação tradicional, mas que supera, radicalmente, as possibilidades experimentadas no bojo da comunicação de massa, com a participação múltipla e complexa de atores presentes no sistema de circulação da notícia digital.

Quando pensamos em um jornalismo que se estabelece, simultaneamente, em bases territoriais hiperlocalizadas e em plataformas digitais, vale a pena lembrar que, independentemente do meio, “a construção do discurso informativo parte de mapas culturais” (Hall, 1999, p.226). Porém, quando os conteúdos falsos, descontextualizados ou manipulados circulam livremente, até que ponto a notícia baseada na precisão factual, que procura fazer frente ao problema, consegue adotar formatos capazes de estabelecer elementos dialógicos na interação com públicos específicos?

Assis (2022) aponta que “a hibridização dos gêneros exige mais do que simplesmente olhar para as classificações já existentes e verificar se elas ainda encontram ancoragem na cultura digital”, afirmando a necessidade de ampliar tal análise para as rotinas jornalísticas (Assis, 2022). Estendendo ainda mais esse olhar para outro momento do processo, procuramos perceber a maneira como o contrato comunicacio-

nal se materializa ou não no ato da recepção, dentro de localidades específicas. Como certas populações são atingidas por formatos cuja lógica está (ou não) adaptada ao seu próprio contexto sociocultural?

Trata-se de perceber como recombinações criativas baseadas na interação dinâmica, colaborativa e integrada com os atores comunicacionais constituintes de uma determinada comunidade, seja ela uma localidade periférica como o Complexo do Alemão e seu Vozes das Comunidades ou um grupo de assinantes e patrocinadores de um veículo *non-profit* como a Pública Agência de Jornalismo Investigativo (Nunes, 2018), podem oferecer formatos alternativos capazes de fazer frente à expansão da desinformação e dos relatos manipulados e/ou descontextualizados.

## Hiperlocal, territorial, comunitário

Ao estabelecer como *corpus* de pesquisa as comunidades periféricas e outros tipos de organização territorial aderentes ao jornalismo hiperlocal, além das razões políticas e sociotécnicas envolvidas nesses processos, é pertinente também perceber como as características estruturais das empresas tradicionais de comunicação, especialmente no caso brasileiro, impedem, muitas vezes, o desenvolvimento de uma visão que dialoga com o universo das diferentes localidades, dificultando o entendimento entre as partes. Estas, possuidoras de seu próprio conjunto de expectativas e necessidades, com códigos comunicacionais implícitos, mantêm-se à parte do debate em torno das demarcações do discurso científico e anticientífico (Marres, 2018), entre os limites do verídico e do inverídico,

sob exposição frequente aos conteúdos elaborados deliberadamente para propagar a desinformação e com poucos instrumentos de acesso a processos de desambiguação<sup>[5]</sup>.

A partir desses pressupostos e de estudos anteriores sobre o uso das redes sociais digitais por projetos comunitários baseados em jornalismo hiperlocal (Nunes, 2014), a pesquisa apresentada parcialmente neste capítulo buscou maior aprofundamento na compreensão do cenário atual, desenvolvendo uma cartografia do impacto da desinformação nas comunidades e registrando a forma como os processos criativos detectados nas práticas informativas das localidades são capazes de se reorganizar em linhas de fuga para fazer circular conteúdos qualificados por atributos e percepções sensíveis, a partir de demandas próprias, eventualmente conseguindo evitar os agenciamentos das grandes corporações digitais e fazer frente à circulação de desinformação.

Um caso que fornece dados empíricos a essa questão é o modelo de comunicação da comunidade de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, parte de nosso estudo de caso. A região alcançou resultados acima da média no combate à recente pandemia de Covid-19 dentro do município, especialmente na primeira fase, em 2020 (Instituto Polis, 2020), apesar do contexto socioeconômico desfavorável apresentado pela população,

---

<sup>[5]</sup> Sobre isto, ver a pesquisa TIC Domicílios 2022, realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI), que relaciona o uso exclusivo do celular como dispositivo de acesso à internet com a baixa taxa de verificação sobre a veracidade das informações, característica predominante nas localidades periféricas urbanas: [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143348/resumo\\_executivo\\_tic\\_domicilios\\_2022.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143348/resumo_executivo_tic_domicilios_2022.pdf). Acesso em abr. 2024.

estimada em mais de 100 mil pessoas, na segunda maior favela da cidade de São Paulo.

Os resultados apontam que a ação informativa, desenvolvida pela comunidade em meio a uma série de iniciativas integradas, desempenhou papel relevante, ao fazer frente à circulação de desinformações e negacionismos. Ao realizar o cruzamento dos dados relativos à estrutura de produção e circulação da informação jornalística nessa localidade, uma série de elementos vêm se somar para que seja possível compreender o que houve de especial naquele recorte.

Quadro 1: Mapeamento de Projetos de Comunicação de Paraisópolis

Projeto	Formato	Descrição
Jornal Espaço do Povo	Jornal impresso	Jornal criado em 2007. Circula mensalmente na região de Paraisópolis no formato impresso e com 20 mil exemplares declarados. Acesso a pdfs digitalizados: <a href="https://espacodopovo.com.br/pdf/">https://espacodopovo.com.br/pdf/</a>
Espaço do Povo Digital	Página na internet	Versão digital e online do espaço do Povo, com notícias em tempo real. Acesso: <a href="https://espacodopovo.com.br/">https://espacodopovo.com.br/</a>
Rádio Nova Paraisópolis	Rádio comunitária	Rádio comunitária originária da associação de moradores. Acesso: <a href="https://www.radionovaparaissopolis.com.br/">https://www.radionovaparaissopolis.com.br/</a>
Nova Paraisópolis Digital	Portal de notícias	Portal que reúne diversas entidades de Paraisópolis, integrado com a rede Catraca Livre. Acesso: <a href="https://paraissopolis.org/">https://paraissopolis.org/</a>
Redes sociais	Páginas no Instagram, Facebook, X-Twitter e YouTube	A presença nas redes sociais dos diferentes projetos de Paraisópolis é consistente: Espaço do Povo; Nova Paraisópolis; Cria Brasil; G10.

Grupo Cria Brasil	Agência	Agência de comunicação que se define como agência de território com a linguagem da favela. Desenvolve campanhas, castings, marketing de influência, eventos etc. Acesso: <a href="https://grupocria.com.br/">https://grupocria.com.br/</a>
Cria Podcast	Podcast	Entrevistas e bate-papos com personagens de destaque nas periferias no formato de podcast e videocast. Acesso: <a href="https://tr.ee/-BD3tQlup2">https://tr.ee/-BD3tQlup2</a>
Instituto Crias	Pesquisa de mercado e comportamento	Centro de pesquisas de mercado e de comportamento, que aborda questões da comunidade local e da sociedade em geral. Desenvolve programas educacionais e de pesquisa. Acesso: <a href="https://institutocrias.com.br/">https://institutocrias.com.br/</a>

Fonte: Entrevistas G10; autora.

Paraisópolis conta com uma rede de informação local estruturada, que inclui rádio comunitária, a Rádio Nova Paraisópolis, uma produtora de audiovisuais e podcasts, e um jornal híbrido, Espaço do Povo, impresso com tiragem declarada de 20 mil exemplares, distribuídos mensalmente aos moradores da região, com versão digital em formato de portal de notícias atualizadas diariamente, e presença nas redes sociais (*Quadro 1*).

É importante registrar as nuances das iniciativas desenvolvidas em Paraisópolis e no conjunto de comunidades que fazem parte do G10<sup>[6]</sup>, organização sediada em Paraisópolis, e que agrega lideranças das favelas da Rocinha (RJ), Rio das Pedras (RJ), Heliópolis (SP), Paraisópolis (SP), Cidade de Deus (AM), Baixadas da Condor (PA), Baixadas da Estrada Nova Jurunas (PA), Casa Amarela (PE), Coroadinho (MA) e Sol Nascente (DF).

<sup>[6]</sup> Disponível em <<https://g10favelas.com.br/>> . Acesso em maio 2024

São ações que entrelaçam a organização da própria localidade, algumas delas ancoradas em movimentos sociais de longa data; políticas públicas implementadas ou referendadas por agentes estatais e projetos desenvolvidos pelos chamados empreendedores sociais, que assumem a busca de soluções para problemas coletivos com métodos que objetivam o lucro, com aspectos de desenvolvimento econômico local (ver Quadro 2).

Quadro 2: Mapeamento de iniciativas de Tecnologia Social de Paraisópolis

Ação	Objetivos	Descrição
Casas de Acolhimento	Isolamento durante Covid 2020	Durante a fase de isolamento da pandemia de Covid 19, reorganizou as escolas vazias para oferecer acolhimento e isolamento a moradores.
Presidentes de Rua	Gestão e comunicação face a face	Moradores, especialmente as mulheres, foram convocadas para prestar voluntariamente o apoio na organização das ruas e casas mais vulneráveis.
Costurando Sonhos Brasil	Capacitação profissional e geração de renda	Projeto criado por moradora para apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade, oferecendo formação em corte e costura.
Mãos de Maria	Capacitação profissional e distribuição de marmitas	Projeto elaborado para capacitar mulheres cozinheiras para a produção e distribuição de marmitas em Paraisópolis.
G10 Bank	Microcrédito e financiamentos	Criado como um banco comunitário, oferece microcréditos e financiamentos para empreendedores das favelas.

Fonte: Entrevistas G10; Bizarria et al (2022).

Nesse contexto, a formatação da informação, em seu aspecto como notícia, sofre alterações significativas, não apenas adotando uma lin-

guagem coloquial e inclusiva, no sentido de gerar reconhecimento local, como, muitas vezes, deixando de lado qualquer pretensão universalizante e neutra. Em entrevista realizada durante a pesquisa, Francisca Rodrigues, coordenadora de Comunicação do G10 Favelas, afirmou não acreditar em isenção no “jornalismo de território”. Ela descreve como, em várias situações, se deslocava com a equipe para cobrir uma ação de despejo, por exemplo, e, após a cobertura, estava ao lado dos moradores participando da manifestação.

Os indícios demonstram um processo de desnaturalização de certo modo consolidado sobre o ato de “noticiar”, visto como uma enunciação cuja essência seria sempre a mesma. Coloca-se como questão refletir em torno do pressuposto de que a construção da notícia-mercadoria é fruto de sua própria historicidade. Dessa forma, uma genealogia dos contornos que se estabeleceram em torno de muros intransponíveis nos leva a origens que transcendem os aspectos materiais das mídias e tecnologias envolvidas, relacionando-se aos aspectos socioculturais e até mesmo a um certo tipo de violência simbólica que aparta segmentos da sociedade, reduzindo-os à invisibilidade e negando, portanto, a própria possibilidade de existência.

Não à toa, as variabilidades das redes digitais, com todas as suas contradições, fizeram emergir um tipo de jornalismo cujas notícias podem ser enunciadas por quem as vivencia sejam membros das populações periféricas, de populações indígenas originárias ou dos vários grupos apresentados como “minoritários”. Representantes de uma lógica e de uma cosmovisão negadas constantemente em função da adoção de pa

drões universalizantes baseados no eurocentrismo e no determinismo tecnológico, os “novos” atores agem sob as próprias perspectivas éticas, em busca dos próprios registros históricos, factuais, simbólicos e comunicativos.

## Ainda é notícia?

A concepção da ideia de notícia foi forjada a partir de uma lista de requisitos que o formato deve atender para se encaixar em sua definição como produto. Assim, critérios de atualidade, interesse, relevância relacionada a personagens marcados por fama ou poder, veracidade e clareza passam a ser indicados como as bases de sustentação para a escolha do que é e do que não é notícia no jornalismo industrial (Erbolato, 2008; Lage, 2002; Wolf, 2003; Chaparro, 1994). O ideal de objetividade, ou seja, foco no objeto e não no sujeito, se estabeleceram como regra para o mercado e para as universidades que cumprem o papel de formadoras da mão de obra especializada.

Porém, em uma observação analítica dos ambientes digitais, é possível perceber como recombinações emergem, expressando decisões criativas de resistência, em uma dinâmica de esclarecimento que surge em resposta aos arranjos algorítmicos sistematizados (Saad, 2012). Pretendendo ou não, muitas vezes contribuem para a reinvenção do fazer informativo, atravessado por algoritmos opacos, pelo mercado da desinformação (Rego; Barbosa, 2020) e por sistemas inteligentes controlados por grandes corporações transnacionais.

Nesse escopo, percebemos a importância dos cuidados na adoção de

processos criativos capazes de embaralhar algumas dessas fronteiras dentro do gênero jornalístico, a fim de envolver a comunidade em um ambiente comunicacional interativo, polifônico e dialógico, gerando pertencimento. Segundo Rancière (2009; 2018), o campo da política é mediado por discursos que operam a meio caminho entre o “desentendimento” e a “partilha do sensível”.

O eco do pertencimento movimenta os sentidos e captura a atenção, algo não tão comum ao campo das aplicabilidades em jornalismo, uma vez que as rotinas profissionais industriais pressionam pela padronização do formato notícia como produto consolidado. Faz-se necessário, em nosso entendimento, ampliar tais sentidos e perceber como os formatos forjados na necessidade da produção criativa de dados relevantes são capazes de contribuir no combate à desinformação, trazendo vida e movimento ao discurso informativo, especialmente ao formato notícia.

Dito isso, há muitas camadas de complexidade somadas ao entendimento do espaço do habitar no século XXI. Ao apresentar o conceito de “capitalismo de vigilância”, Zuboff (2020) fala sobre o “lar ou exílio no futuro digital”. Ela conta que, em 2000, um grupo de cientistas e engenheiros de computação na Georgia Tech colaboraram num projeto chamado “Aware Home” (Lar Consciente), em uma espécie de “laboratório vivo” para o estudo da “computação ubíqua”.

As ambiências digitais e suas interfaces opacas (Scolari; Albarello, 2022) oferecem o conforto do lar em sua ubiquidade móvel, garantindo a experiência de “sentir-se em casa”, mesmo em situações reais de descon-

forto e/ou de inadequação. Ao buscar refúgio em dispositivos, o espaço digital se sobrepõe e entrelaça ao espaço físico-geográfico ocupado. No caso citado, Zuboff (*op.cit.*, p. 16-17) aponta como o projeto de *smart home* foi desenhado originalmente para garantir a inviolabilidade do lar em seu “espaço privado”, em um circuito fechado. Porém, tal compromisso teria sido violentamente alterado, permitindo que as informações circulassem e fossem compartilhadas com outros dispositivos inteligentes, empresas e terceiros não-especificados, em uma quebra radical com a ideia do direito à privacidade. Tal exemplo é usado pela autora para caracterizar o capitalismo de vigilância, baseado na coleta de dados preditivos e na modelação do comportamento humano com diferentes finalidades.

Nem todos os espaços físicos encontram-se na mesma condição em sua relação com a tecnicidade digital. Alguns começam a despertar o interesse dos grandes grupos de comunicação e dados à medida que seu potencial mercadológico fica mais evidente e em que os demais encontram-se plenamente explorados. Entre eles, sem dúvida, o periférico, em toda a sua gama de sentidos.

O periférico é um lugar definido em sentido marginal ao que se constitui simbolicamente como centro. Historicamente, abriga corpos rejeitados por outros espaços das cidades e transforma-se, ele mesmo, em um corpo simbólico que é capaz de receber e ofertar o lugar para um habitar que foge à ordem da centralidade em suas próprias origens.

Em pesquisa anterior (Nunes, 2014), avaliamos como relatos construí-

dos a partir de atores com forte presença em seus territórios locais e compartilhados nas redes digitais podem alcançar proporção e interesse globais. Trata-se de perceber que, embora o jornalismo seja sempre local (Meyer, 2002), o entendimento do papel hierárquico desempenhado pelo “lugar do habitar” é proporcional ao potencial de noticiabilidade percebido pelo ambiente midiático que o promove.

Tal condição apresenta-se como um desafio, uma vez que a concepção de localidade está relacionada a uma série de questões contemporâneas atravessadoras, permanecendo intimamente ligada à definição de identidade e pertencimento. A legitimação de grupos baseados em suas territorialidades, como os povos originários, os quilombolas, as comunidades periféricas, assim como outras relacionadas à origem étnica ou religiosa, é estabelecida, em grande parte, em razão do debate que apresenta, desde as últimas décadas do século XX, a descentralização como opção política e administrativa para os impasses das questões federativas e globais (Bourdin, 2001).

Quando detalhamos as características dos “lugares do habitar” periféricos, os dados demonstram que o “local necessário” (*Ibidem*) torna-se uma categoria frequente. Da mesma forma, se a desigualdade dos impactos climáticos é perceptível na maior fragilidade desses locais diante de eventos extremos, o deslocamento posterior dessas populações também será absorvido por outras localidades periféricas, compreendidas como possíveis destinos finais. É de se esperar que as respostas, com novos modelos e concepções do que é a notícia e de como ela pode ser compartilhada, possam emergir a partir da pressão dessas necessidades locais, em espaços midiáticos mergulhados no ecossistema digital.

## Breves considerações

Couldry e Mejias (2019a; 2019b) definem como (neo)colonialismo de dados a coleta preditiva dos dados fornecidos por humanos, ponto de partida e de chegada de uma nova sociedade de consumo, a partir de uma extração opaca e sem regulação transparente, que se transforma em insumo para a lucratividade das corporações digitais.

Se, em relação aos estudos decoloniais, o neocolonialismo de dados parece estabelecer uma situação quase paritária entre Norte e Sul global, ou seja, todos seriam atingidos pelos mesmos mecanismos de extração das informações pessoais e de seu uso para modular comportamentos, na verdade, ao interseccionar as condições em que as inúmeras localidades se encontram, é possível perceber que regiões como Europa e Canadá saem com grande vantagem, ao conquistar precocemente algum grau de regulação de direitos frente às ações das grandes plataformas, enquanto os cidadãos e os países das demais regiões mergulham em obscuras modulações sociopolíticas em busca de proteção.

Tal configuração desigual se repete quando ajustamos nosso foco para olhar o recorte das localidades em uma perspectiva mais próxima, como no caso da pesquisa que alimentou este capítulo. Se o acesso a processos de desambiguação e a capacitação para empreender processos de re-mediação e checagem da veracidade de conteúdos informativos encontram-se supostamente disponíveis ao conjunto da população, as características específicas dos grupos vão se recombinar e resultar em posicionamentos muito distintos.

As localidades periféricas como Paraisópolis (mas não apenas) saíram-se bem no combate à desinformação e na reação imediata à crise provocada pela pandemia de Coronavírus em 2020, fruto de uma rede de solidariedade baseada em aparatos e tecnologias sociais previamente existentes. Isso não significa, entretanto, que estejam imunes ou que obtenham resultados superiores dentro de diferentes condições.

Ao refletir sobre o impacto que o neocolonialismo de dados representa para essas comunidades, vale pensar que tais lugares já estão sob enorme pressão de uma nova onda ideológica que se espalha em diferentes frentes. Para Morozov (2018), as promessas do Vale do Silício não são exatamente falsas, pois fazem parte de uma proposta aberta de dissolução do estado de bem-estar social, ao extinguir o próprio papel do Estado. Compreendem um mundo de circulação de dados em um regime de comércio global 100% desregulado, com a substituição de políticas públicas por soluções encapsuladas em aplicativos, aderentes a uma espécie de nova utopia (compreendida como “lugar que não existe”) e ao imaginário do herói vencedor, empreendedor de si mesmo.

Todas essas ideias circulam com forte adesão nos grupos de bairros das periferias brasileiras, algumas vezes em diálogo com projetos político-religiosos, outras vezes com aspectos de organização social e comunitária, em arranjos não necessariamente excludentes.

Assim, estabelecemos a proposição da necessidade de re-pactuar os contratos comunicacionais, dentro de uma perspectiva da complexidade dos atores envolvidos nas dinâmicas comunicacionais da informação em

ambiente digital. Isso se dá a partir de um recorte capaz de enxergar o papel sociocomunicativo em sua dimensão local ou hiperlocal, específica, geradora de pertença e de identidade aos grupos sociais com os quais (e através dos quais) a dimensão comunicativa é estabelecida.

O papel informativo, mais do que municiar com dados genéricos adicionais, se constitui de fato como comunicativo somente com o reconhecimento de uma “partilha do comum” (Rancière, 2009), de um reconhecimento mútuo e da geração de uma memória partilhada que (r)estabelece a confiança entre as partes.

Como caminhos criativos recombina-tórios do habitar o espaço do comum, os grupos desenham entre si estratégias de formatos que se articulam na formulação da história da comunidade e na sensação de pertença, em uma circunstância em que o agente da informação e da comunicação não se coloca como observador externo, mas como um habitante do território em questão, ainda que transitório em sua circulação simbólica.

Esses novos arranjos estão representados nos projetos de Paraisópolis, aqui abordados, mas também na Voz das Comunidades, no Rio de Janeiro (Nunes, 2014; 2018); no Mídia Periférica, em Salvador (Nunes, 2014; 2018); na Agência Mural de Jornalismo Periférico<sup>[7]</sup>, rede de repórteres distribuídos pela Grande São Paulo; ou no projeto Sumaúma<sup>[8]</sup>, que declara

---

<sup>[7]</sup> Disponível em [Disponível em <https://g10favelas.com.br/>](https://g10favelas.com.br/) . Acesso em maio 2024. Acesso em ago. 2024.

<sup>[8]</sup> Disponível em <https://sumauma.com/> . Acesso em ago. 2024.

declara fazer “jornalismo do centro do mundo”.

Com o comprometimento transparente com as localidades e comunidades envolvidas, essas experiências apontam contratos comunicacionais estabelecidos a partir de cosmovisões mais diversas, capazes de abarcar sentidos marginais, deslocados e desvalorizados até então. São valores-notícia que estabelecem um tipo de noticiabilidade distante dos manuais das grandes redações da grande imprensa dos grandes centros. Essa disposição gera movimento, sempre transitório e dependente de renovação periódica, no sentido de restabelecer a confiança de parte a parte.

Faz parte desse conjunto de estratégias a identificação da força do componente da (re)elaboração da memória coletiva e da cultura como alicerces capazes de fazer frente aos conteúdos de desinformação, dentro de uma ampla gama de ações multissetoriais, que devem envolver, entre outros atores, as instituições de ensino superior públicas e seus pesquisadores, jornalistas e demais profissionais da comunicação, localidades em seus coletivos e projetos, representantes da sociedade e o poder público.

Para tanto, por fim, compreendemos que a definição e a práxis da Notícia se colocam em relação às categorias ontológicas do jornalismo (Saad, 2021) como concepções aderentes a (re)arranjos em seus papéis mobilizadores dentro de modelos abertos, mutáveis e adaptáveis às necessidades e desejos das várias populações de espécies, com seus ambientes, objetos sociotécnicos, linguagem e hábitos culturais múltiplos e intercambiáveis.

# Referências

- ASSIS, Francisco; MELO, José Marques de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf> . Acesso em 05 maio 2022.
- ASSIS, Francisco . **Por que – e a partir de que – estudar os gêneros?** In: Patrício, Edgard. Transformações no mundo do trabalho do jornalismo. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CARDOSO, Gustavo. **A comunicação da comunicação**. As pessoas são a mensagem. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2023.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.
- COULDRY, Nick.; MEJÍAS, Ulises Ali. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019a.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. **Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject**. Television & New Media, v. 20, n. 4, p. 336–349, 2019b.
- ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Raízes da América, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HALL, Stuart. A produção social das notícias: o muggin nos media. In: TRAQUINA, Nelson. (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-262.
- INSTITUTO POLIS. **Paraisópolis tem melhor controle da pandemia que o município de São Paulo**. 31/07/2020.

Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/paraisopolis/> . Acesso em: fev. 2024.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARRES, N. (2018). Why we can't have our facts back. *Engaging Science, Technology, and Society*, 4, 423-443.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3a. ed. – revista e ampliada. Campos de Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MEYER, P. (2002). **Precision journalism: A reporter's introduction to social science methods** (4th ed.). Rowman & Littlefield Publishers.

MOROZOV, Eugeny. Big Tech. **A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

NUNES, Mirian A. Meliani. **Dinâmicas Comunicacionais nas redes sociais digitais: traduções de realidades locais nos discursos midiáticos**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – PEPGCoS – PUC/SP. São Paulo, 2014

NUNES. **Relatos da informação nas redes sociais digitais: caminhos alternativos da produção e distribuição de notícias**. 204 p. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 2018.

NUNES, Mirian A. Meliani; MARASSI, Alessandra. **IA, por favor, faça essa tarefa por mim. Inteligência Artificial Generativa nos ambientes de trabalho**. Revista *Organicom*, Dossiê Comunicação, Organizações e Inteligência Artificial: impactos, sistemas generativos e uso de dados. Nº 44 janeiro-abril, 2024 (no prelo).

PARISER, Eli. **A bolha da filtragem: o que a internet está escondendo de você**. São Paulo: Zahar, 2012.

PLAZA, Julio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização (Platformisation, 2019 – tradução: Rafael Grohmann). **Revista Fronteiras – estudos midiáticos** 22(1):2-10 janeiro/abril 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Trad. Angela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

REGO, A. R.; Barbosa, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

SAAD, Elizabeth (Org.). **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA USP, 2012.

SAAD, Elizabeth . **Reflexões sobre ontologias jornalísticas no contexto de desinformação e crises sistêmicas**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, 23(2):58-72 maio/agosto 2021 Unisinos – doi: 10.4013/fem.2021.232.05  
SANTAELLA, Lucia. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermidia. Bakhtiniana, São Paulo, 9 (2): 206-216, Ago./Dez. 2014.

SANTOS, Marli dos. Opinião e informação não são excludentes: reflexões sobre gêneros jornalísticos, newsliteracy e desinformação no projeto Vaza, Falsiane! In: 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2022). 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022, João Pessoa (PB). **Anais do Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. João Pessoa (PB): UFPB, 2022, n.p. .

SCOLARI, Carlos.; ALBARELLO, Francisco. **Interfaces: redes, ecología y evolución**. Hipertext.net, (25), 1-3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31009/hipertext.net.2022.i25.01> .

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa . **Gêneros jornalísticos: processos, classificações e transformações** - O lugar dos gêneros nas rotinas do jornalismo. In: Edgard Patrício. (Org.). Transformações no mundo do trabalho do jornalismo. 1ed.Florianópolis: Insular, 2022, v. 1, p. 368-373.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science Journal**, v. 359, ed. 6380, p. 1146-1151, mar. 2018. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146/tab-article-info>>. Acesso em: fev. 2024.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Houssein. **Information Disorder**. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. London: Profile Books, 2019.

# A evolução do Gênero Informativo no Telejornalismo: estratégias de comunicabilidade e a permeabilidade dos conteúdos digitais

*Ana Carolina Rocha Pessoa Temer*  
(Universidade Federal de Goiás)

A dinâmica que acompanha a existência e o uso dos gêneros jornalísticos é de permanente mudança e adaptação. Portanto, os gêneros jornalísticos devem ser compreendidos a partir da tensão entre os elementos de permanência, que possibilitam sua rápida compreensão e rápida leitura/decodificação pelos receptores e as necessidades de permanente adaptação (ou resposta) às mudanças que afetam os suportes ou meios que abrigam conteúdos jornalísticos e, sobretudo, as mudanças sociais e as consequentes mudanças nas necessidades e desejos dos leitores, ouvintes e telespectadores do jornalismo.

No entanto, alguns momentos ou situações específicas potencializam e/ou geram uma percepção diferenciada sobre as mudanças que afetam os gêneros jornalísticos. Particularmente para o telejornalismo, o período marcado pela pandemia (2020/2022) decorrente do Coronavírus, com todas as suas implicações sociais, políticas e econômicas – aí incluídas questões como o afastamento social - foi um exemplo dessa relação. A crise sanitária trouxe o retorno de índices de audiência que há muito não eram registrados pela televisão brasileira, pressionando os estudiosos do telejornalismo a reforçarem os aspectos específicos do processo histórico da implantação da televisão no Brasil e da própria percepção estratégica

do Governo Militar sobre a importância do telejornalismo nacional. De forma ampla, o período da pandemia cristalizou a percepção de que o telejornalismo brasileiro possui tanto o alcance (ou, como preferem os empresários, uma audiência) quanto a credibilidade necessários para enfrentar momentos de crise.

Ao mesmo tempo em que reforçava a importância do telejornalismo, a crise sanitária também impôs desafios para os produtores de conteúdos jornalísticos, que se debateram entre os limites impostos pelo confinamento/isolamento social e as consequentes restrições para a produção do material jornalístico. A partir dessa macro situação, o uso estratégico dos gêneros e formatos no telejornalismo, nesse período, envolveu vários aspectos, entre eles a consolidação de mudanças internas, que tornaram mais visíveis a importância das diferentes apropriações ou usos de tecnologias digitais. As mudanças das ações incluem desde a ampliação do uso de ilustrações computadorizadas, até a presença ampliada em diferentes telejornais de **conteúdos participativos**, nos quais receptores espontaneamente (ainda que eventualmente em resposta a apelos e sugestões da emissora, que inclusive reservam espaços formais nos seus sites com essa finalidade) enviam para a emissora imagens obtidas por meio de câmaras de seguranças ou capturadas pelos telefones móveis, fotos diversas e outros tipos de capturas audiovisuais; e os de **conteúdos colaborativos** – nos quais se destaca a participação de convidados/entrevistados previamente agendados, que se inserem nos telejornais a partir de suas próprias casas ou escritórios e usando seus equipamentos, muitas vezes em tempo real.

Em ambos os casos, a tecnologia digital foi um fator importante. Dessa forma, é necessário um olhar ampliado, buscando entender como a permeabilidade elaborada ou capturada via tecnologias digitais afetou os gêneros/formatos telejornalísticos e, particularmente, aqueles considerados informativos, que são a base do telejornalismo diário na televisão de sinal aberto.

Nesse sentido, esse texto faz uma análise das mudanças nos formatos telejornalísticos presentes no material coletado entre os anos 2020 e 2023 em dois telejornais veiculados nacionalmente - “Jornal Nacional” e “Jornal da Record”, no chamado horário nobre (entre 19 e 21 horas), considerado o período de maior destaque em duas redes de grande expressão no Brasil, respectivamente Rede Globo de Televisão e Rede Record. A análise teve como ponto central a observação do material jornalístico sobre a pandemia e a constelação de temas que incluem a rápida expansão do coronavírus, as consequências na saúde pública, a busca pela vacina e outros aspectos decorrentes da crise sanitária, o que inclui o material sobre a ciência e sobre saúde, mas também suas consequências sociais e econômicas.

O foco principal foi compreender as mudanças que afetaram os gêneros e formatos telejornalísticos e, em particular, como o digital permeabilizou os conteúdos telejornalísticos. Entende-se que, durante a vigência da pandemia, a necessidade de acessar as fontes e trazer para as telas diferentes entrevistados e a própria necessidade de dar um tratamento diferenciado às informações complexas sobre a ciência e a pandemia, bem como as suas consequências sociais e econômicas, potencializou o

uso estratégico dos conteúdos participativos e colaborativos, mas afetou outros aspectos que ampliaram e deram maior visibilidade aos usos das tecnologias digitais.

O estudo teve como ponto de partida uma Análise de Conteúdo (2010) realizada a partir da caracterização dos gêneros e formatos delineados por Marques de Melo e Assis (2010), mas igualmente considerando como os formatos foram adaptados para o telejornalismo (Temer, 2002), buscando compreender desde os elementos internos que constituem os aspectos fundamentais desses formatos, mas também como o uso de recursos técnicos – digitais e/ou analógicos – envolve percepções diferenciadas dos interesses dos receptores e do acesso às tecnologias. Os resultados obtidos foram analisados a partir de uma perspectiva de leitura crítica dos dados, buscando compreender a dinâmica dessas mudanças e entender o impacto da permeabilidade dos conteúdos digitais e sua presença nos gêneros e formatos no telejornalismo, bem como as estratégias para a sua utilização. O estudo envolve, também, um aspecto comparativo, uma vez que os telejornais se utilizam dos gêneros/formatos a partir de estratégias diferenciadas e fazem a sua apropriação e hibridização a partir de recursos técnicos e tecnológicos distintos.

## Gêneros Jornalísticos e a produção e o consumo de informação

Em função da abordagem proposta neste estudo, a análise dos gêneros e formatos no telejornalismo, ao mesmo tempo que é adequada a proposta (Temer, 2011), exige reflexões iniciais sobre o próprio conceito de gênero

jornalístico. Da mesma forma, é necessário considerar os aspectos particulares da adaptação do jornalismo à televisão, uma vez que essa relação envolve as contradições entre os limites éticos do jornalismo e um veículo voltado, prioritariamente, para o espetáculo e particularmente dependente de uma audiência, ao mesmo tempo, exigente e volátil.

Em termos etimológicos, a palavra gênero deriva do latim *genus/generis* (família, espécie), mas seu uso remete, desde a Grécia Clássica, à necessidade humana de classificar ou organizar e, portanto, remete a uma tendência humana de pré-classificação que facilita a compreensão e os próprios usos. No caso dos gêneros discursivos, a classificação envolve elementos relativos aos seus usos, inclusive com indicativos de *status* (alguns conteúdos foram rapidamente considerados mais importantes, enquanto outros foram valorizados em função da fácil compreensão etc.), mas também há elementos que caracterizam a sua produção. O gênero jornalístico, portanto, funciona como elemento que direciona produção e consumo, delimitando aspectos da formatação e escolhas de temas/assuntos, como também facilitando receptor e possibilitando uma decodificação prévia do conteúdo pelo receptor.

No fluxo contínuo da programação televisiva, o telespectador espera pistas mais ou menos óbvias – inclusive com denominações específicas – que pré-classificam o conteúdo. Assim, quando pensamos nessa programação, é válido falar em gêneros televisivos (ou gêneros na televisão), o que inclui uma identificação rápida dos conteúdos informativos e, em particular, do jornalismo/telejornalismo. No entanto, da mesma forma que o conjunto dos conteúdos televisivos possibilita

classificações, os conteúdos do telejornalismo são igualmente definidos a partir de classificações prévias, que definem os diferentes gêneros e formatos que orientam sua produção e o consumo.

Uma vez que o telejornalismo é o jornalismo para e na televisão, a referência para a classificação desses conteúdos está nos modelos tradicionais do jornalismo – e em particular no jornalismo impresso. No entanto, no telejornalismo, os gêneros jornalísticos/gêneros telejornalísticos acionam técnicas de redação previamente convencionadas e estratégias de produção que aceleram a divulgação de uma informação, que exigem considerações/classificações diferenciadas. Para os telejornalistas, o conhecimento estrutural dos gêneros e formatos representa um sistema de referência – uma identidade modelar – que permite agir de forma rápida e eficiente, facilitando a abordagem do tema e a produção de textos e imagens. Essas identidades modelares – gêneros e formatos - pré-definem a importância simbólica (status) da informação, permitindo a navegação dentro de um conjunto variado de temas e possibilidades, orientando as reações dos receptores.

Conseqüentemente, os gêneros facilitam tanto a produção quanto a compreensão dos conteúdos, funcionando como contratos de leitura: “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p.31, tradução nossa). Mas os gêneros são também **estratégia de comunicabilidade** (Martín-Barbero, 1997, p. 301), “... uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e a do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos” (Martín-Barbero, 1997, p. 298).

Especificamente no telejornalismo, os gêneros jornalísticos funcionam como uma mediação fundamental entre o sistema produtivo e os receptores, direcionando a formatação imagético textual, os modos de ler o texto e os usos da informação.

Não se trata, no entanto, de uma relação estática. Uma das características específicas da televisão enquanto meio é a baixa tolerância dos receptores a repetição e uma tendência à hibridização, ou seja, ao rompimento de modelos pré-estabelecidos, a *mélange* de formatos e a mistura de conteúdos, em uma busca constante pelo novo, pelo diferente e pelo espetacular. Dessa forma, no telejornalismo os gêneros/formatos jornalísticos têm a estabilidade permanentemente desafiada pela necessidade de variedade nas abordagens textuais e na produção imagética.

Outro aspecto a ser considerado é que a produção do telejornalismo envolve recursos significativos. Nesse sentido, o uso estratégico dos gêneros/formatos jornalísticos atua como elemento que facilita e justifica um ciclo de reaproveitamento e elucidação das informações, de desvelamento de causas e consequências e da própria compreensão dos contextos sociais. Consequentemente, o uso dos diferentes gêneros/formatos no telejornalismo é uma estratégia para ampliação do alcance social do jornalismo, justificando a exposição de informações e de dados que vão além do factual ou do imediatismo da informação, ampliando a importância simbólica do jornalismo.

O uso dos gêneros, no entanto, envolve, também, outros elementos,

como a formação do profissional de imprensa. Jornalistas profissionais devem estar preparados para reconhecer/produzir conteúdos adequados às características/necessidades de cada gênero e, ao mesmo tempo, enquadrando-os (ou formatando-os) conforme as necessidades da ocasião, os interesses dos receptores e das empresas nas quais os conteúdos serão veiculados. Nessa dinâmica, o gênero é um indicativo de intenções, enquanto o formato – termo que remete à noção de formatar, adequar, enquadrar – são subdivisões internas dos gêneros que se definem a partir de elementos que incluem intenções e técnicas, mas também da organização interna das partes ou conteúdo.

Na dinâmica do telejornalismo, os gêneros e formatos devem ser suficientemente flexíveis para serem criativos e introduzirem mudanças sem provocar estranhamento nos receptores. Uma vez que a produção do material para o telejornalismo também exige tanto rapidez quanto eficiência, o jornalista que atua na televisão deve dominar um repertório de possibilidades de construção de narrativas ampla o suficiente para não parecer repetitiva, mas também flexível e aberta para novos elementos, novas técnicas (novos equipamentos ou novos usos dos equipamentos) e para inclusão de temas e abordagens novas e diversas, mas suficientemente organizadas para possibilitar a compreensão do receptor.

Nesse contexto, os gêneros e os formatos permitem aos jornalistas manter o ritmo de produção sem abdicar de abrir espaço para inovações, para criatividade e para adaptações às técnicas e tecnologias que ampliam o próprio alcance do jornalismo. O telejornalismo, portanto, é um espaço dinâmico, o que, por sua vez, exige um permanente olhar crítico sobre sua evolução.

## A importância social do telejornalismo: objetividade e credibilidade

O telejornalismo faz parte da história recente do Brasil, tanto nos aspectos relativos ao desenvolvimento social, como também no político. O telejornalismo brasileiro cresceu a partir de uma proposta política de integração nacional, apostando em elementos técnicos e estéticos, mas também em uma proposta de valorização do factual e de uma (pretensa ou aparente) objetividade. Em grande parte, essa objetividade se apoiava em um texto pouco emocional, e da valorização de um conteúdo imagético que fascinava pela qualidade das imagens.

De fato, ainda hoje, é o conteúdo imagético o elemento mais sedutor no telejornalismo. No entanto, entre o telejornalismo que valorizava a técnica e a ausência de improvisação da década de 1970 e os apelos populares que crescem a partir dos anos 1990, a inclusão de conteúdos colaborativos e participativos que se tornaram mais presentes no período da pandemia, algumas semelhanças ainda persistem: o telejornalismo brasileiro de sinal aberto segue valorizando os conteúdos informativos. No entanto, atualmente essa valorização envolve algumas mudanças.

Em um primeiro momento, a credibilidade do telejornalismo foi conquistada a partir de uma aparente objetividade, em um modelo que se cristalizou nas duas primeiras décadas do “Jornal Nacional”. O reforço a essa credibilidade vem pelo uso estratégico das imagens – que apresentam/representam a verdade e a informação –, reforçando a narração dos repórteres e noticiaristas. Esse modelo prevaleceu até os

anos 1990, mas tem sido desafiado por um telejornalismo mais popularesco, que sacrifica a objetividade e investe em aspectos do sensacionalismo, embora ainda mantendo a valorização da imagem e o apelo ao factual.

O termo factual – que remete a palavra fato – é significativo para o jornalismo. Em princípio, trabalhar com o factual é uma estratégia para fortalecer a credibilidade, uma vez que o fato não é verdadeiro nem falso, é apenas real<sup>[9]</sup>. Mais do que trabalhar com a verdade – outro conceito caro para o jornalismo – o telejornalismo busca trabalhar com fatos, termo que remete ao real. Enquanto o conceito de verdade passa por considerações mais amplas, o real é uma manifestação concreta e sensível. Por exemplo, o potencial de perigo do coronavírus é algo verdadeiro, mas a manifestação da doença comprovada pela febre e outros sintomas - é real. No telejornalismo, o fato é o real exposto por meio de frações da realidade capturada pelas câmeras e mostrado por imagens que, ao serem expostas, comprovam e reafirmam a sua existência.

As imagens, portanto, são um elemento fundamental para o telejornalismo. Essa relação já era evidente no século passado, quando sua captura envolvia deslocamentos e recursos – uso de equipamentos caros e pesados. Por exemplo, um acidente era comprovado pela exposi-

---

<sup>[9]</sup> A expressão *fato real* é uma redundância. Consequentemente, a expressão *fakenews* – em uma tradução livre seria fatos falsos – nasceu de uma proposição incorreta ou uma impropriedade.

ção dos destroços e por depoimentos de terceiros, criteriosamente selecionados para agregar valor à informação e assim por diante. As tecnologias digitais, e a conseqüente miniaturização dos equipamentos de captura de imagens adquiriram novas dinâmicas: câmeras de segurança que cercam ruas e empresas, equipamentos espiões diversos<sup>[10]</sup>, dispositivos que acompanham policiais e milhares de celulares equipados com câmeras que mostram as cenas de desastres, de acidentes, de agressões – e de muitos outros fatos – enquanto eles acontecem. Agregar essas imagens, no entanto, envolve movimentos ou estratégias que afetam as estruturas internas do material exibido no telejornalismo.

A apropriação dos conteúdos digitais foi potencializada pela própria natureza da televisão e por extensão do telejornalismo, cuja relação com a tecnologia é usada como elemento que valoriza a sua **modernidade**. O telejornalismo divulga/valoriza **novas tecnologias**, apontando suas vantagens e possibilidades e tende a se adaptar e a usar, criativamente, novos recursos tecnológicos, apresentando-se como algo voltado para o futuro.

Mas a tecnologia não é neutra. Em muitos casos, sua dinâmica ultrapassa ou se diferencia dos objetivos (e interesses) daqueles que a manipulam. No caso das tecnologias digitais, a primeira expectativa era do seu uso para transmissão e captação de conteúdos, mas seus usos foram muito além dessas previsões.

---

<sup>[10]</sup> A expressão *fato real* é uma redundância. Consequentemente, a expressão *fakenews* – em uma tradução livre seria fatos falsos – nasceu de uma proposição incorreta ou uma impropriedade.

## Aspectos práticos da pesquisa

Em função das bases teóricas conceituais que fundamentam este estudo, foi utilizado, como base de análise, o material colhido sobre a cobertura jornalística durante o período da pandemia, o que, na prática, envolve o material referente ao conteúdo jornalístico efetivamente veiculado na terceira semana dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. Entende-se que este intervalo proporcionou condições importantes para comparação/análise que correspondem ao início e ao final da pandemia<sup>[11]</sup>.

Foi analisado o conteúdo de dois telejornais, o do Jornal Nacional – veículo de maior audiência no telejornalismo nacional e que detém uma longa história que envolve picos de credibilidade e altos investimentos em tecnologia, e o do seu contraponto, o Jornal da Record, que tem vínculos reconhecidos com o sensacionalismo e com setores conservadores da sociedade brasileira, em particular aqueles ligados às religiões evangélicas e neopentecostais.

A análise considerou o conjunto do material sobre as questões relativas à pandemia, observando, inicialmente, a predominância do gênero informativo, mas detendo-se nas mudanças dos formatos característicos do telejornalismo. As referências adotadas têm como ponto de partida a tradição dos estudos sobre gêneros, que se inicia com Bakhtin (1993), mas se renovam na América Latina com Jacques Kayser (*apud* Marques

---

[11] As matérias jornalísticas analisadas foram selecionadas a partir de palavras-chave ou termos relacionados à pandemia, mas com posterior depuração em casos específicos.

de Melo, 1985) e, posteriormente, com Marques de Melo (1992), com Carlos Chaparro (2008) e Lia Seixas (2009), com Marques de Melo e Assis (2010), que realizaram classificações diferenciadas com base na intencionalidade da natureza estrutural dos relatos. Neste trabalho, buscase compreender essa dinâmica a partir da classificação dos gêneros jornalísticos introduzida no Brasil por Marques de Melo (1992), que identificava conteúdos informativos e opinativos. Essa dinâmica foi atualizada em 2010 por Melo e Assis, que propuseram a classificação do jornalismo a partir dos gêneros informativo, opinativo, analítico e diversional. Uma vez que se trata de um estudo sobre telejornalismo, a base envolve, também, as adaptações sobre os formatos no telejornalismo realizadas por Temer (2002).

No total foram analisados 275 conteúdos jornalísticos, distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Material Jornalístico Analisado x Ano e Telejornal

<b>Ano x Número Total de matérias Jornalísticas</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Totais</b>
Jornal Nacional	7	70	47	6	130
Jornal da Record	8	85	47	5	145

Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa documental

Foi igualmente analisado o uso de material participativo e colaborativo, eventualmente contrastando com entrevistas e produção do material ao vivo, bem como o uso de recursos de ilustração, tais como gráficos, animações, fotos e outros.

## A permeabilidade das tecnologias digitais e aspectos de uma hibridização progressiva

A análise aponta a prevalência e a importância do gênero informativo e do formato reportagem, mas fortemente hibridizados com conteúdos analíticos e diversional. A presença do gênero opinativo foi pouco significativa e diz respeito à participação de um único comentarista. Destaca-se que embora a amostragem seja um recorte específico, ela reflete o conteúdo ordinário ou o fluxo contínuo do telejornalismo de sinal aberto.

Quadro 2 – Painel geral do conjunto do material analisado a partir dos formatos

	Entrevista	Reportagem	Nota Seca	Nota Coberta	Boletim	Stand-up	Opinativo
JN2020		6	1				
JR2020		8					
JN2021		43	13	6	6	1	
JR2021		46	15	5	6	13	
JN2022	2	25	10	4	6		
JR2022		28	10	2	5		2
JN2023		3	1	1	1		
JR2023		5					

\*Opinativo/Comentário - Fonte: Elaborado pela autora - pesquisa documental

Consideradas essas características, a análise específica dos formatos telejornalísticos apresenta não só aspectos de continuidade, mas também de mudanças, conforme será delineado nas considerações a seguir.

# Reportagem

A reportagem é o formato mais completo do jornalismo e pode ser compreendido como um documento do cotidiano. No telejornalismo, a reportagem abre espaço para cenas/exposição de imagens - e também inclui entrevistas e/ou depoimentos<sup>[12]</sup> e, portanto, permite a apresentação de opiniões diversas ou até contraditórias, além de possibilitar a inserção de textos orais (texto em off) que permitem explicações e eventuais comentários, além da utilização de recursos digitais e elementos gráficos. Em função dessa variedade, a reportagem exige mobilidade e o uso de equipamento técnicos diversos.

Na amostragem estudada, o formato reportagem foi predominante no Jornal Nacional e relevante em termos qualitativos no Jornal da Record. Mas algumas diferenças merecem ser citadas.

No Jornal Nacional, destaca-se um maior número e de mais variedade de conteúdos colaborativos, além de um maior uso de recursos gráficos para ilustração. O uso de conteúdos participativos é significativo, mas não predominante. Alguns aspectos são específicos, e visam a driblar as restrições impostas à mobilidade no período mais crítico da pandemia: é o caso da utilização de câmeras por médicos e enfermeiros em hospitais.

Destaca-se a ausência do contraditório e um constante reforço à posição assumida pela emissora – inclusive com declarações formais dos notíci-

---

[12] Entrevistas incluem perguntas e respostas e, em geral, são mais elaboradas. Depoimentos são narrativas de caráter pessoal, com pouca ou nenhuma intervenção de repórteres ou noticiaristas.

ristas – na defesa das orientações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde. Chama a atenção a relativa ausência de representantes do Governo Federal e a presença constante de especialistas (médicos, sanitaristas e profissionais de saúde) em conteúdos colaborativos<sup>[13]</sup>. A participação desses entrevistados é intencional e oportuna, pois acrescenta credibilidade à informação e endossa a importância da emissora, demonstrando seu acesso às universidades e aos pesquisadores, reforçando seu alinhamento com o conhecimento científico.

O vácuo nas informações oriundas do Governo Federal foi preenchido, em parte, pelo Governador do Estado de São Paulo, que apresentou informações diárias sobre a evolução local da pandemia, mas essa exposição foi controlada (ou pouco valorizada) pelo Jornal Nacional. Outros entrevistados ligados ao espectro político – e aqui incluímos membros do Supremo Tribunal Federal – tiveram um relativo espaço no telejornal, mas a capilaridade dessa presença foi significativa. Em função da relativa ausência das fontes oficiais e do isolamento social - que ampliou a dificuldade de obtenção de imagens - as reportagens, intencionalmente, focaram em coberturas que expunham os aspectos mais dolorosos da pandemia: as mortes e internações, as filas e dificuldades no atendimento médico e as perdas econômicas, em abordagem muito próxima ao sensacionalismo, o que resulta na valorização dos aspectos emocionais em detrimento do factual.

---

[13] Sobre esse ponto, é importante destacar que Jair Bolsonaro, então no exercício da Presidência da República, era avesso a entrevistas coletivas, comportamento esse que se estendia à sua equipe.

Outro aspecto presente nas reportagens é a presença de notas de rodapé. Trata-se de uma situação na qual, após uma aparente conclusão da reportagem, o tema volta para a complementação dos noticiaristas, que acrescentam elementos novos que são urgentes ou para os quais não há imagens, eventualmente explorando contradições ou informações incorretas, mas também atualizando dados e expondo os contextos nos quais a reportagem foi produzida.

Em termos gerais, os recursos oferecidos pelas tecnologias digitais ampliaram os conteúdos colaborativos – em geral entrevistas – inseridas nas reportagens. Consequentemente, também ampliou a variedade das fontes. Da mesma forma, as transmissões via satélite ampliaram a cobertura nacional da pandemia, o que, no caso da Rede Globo de Televisão, mostra e reforça a relação estratégica que a Rede Globo mantém com suas afiliadas (Temer, 2002), que funcionaram tanto como fornecedoras de conteúdos como **vigilantes** locais do andamento da pandemia.

Em termos gerais, o conteúdo das reportagens do Jornal Nacional inclui elementos do opinativo – presente, principalmente, nas notas pé, mas também em comentários eventuais de repórteres e noticiaristas - e conteúdo de serviço ou utilitário, com a inclusão de serviços de orientações diversas: cuidados para evitar o contágio, datas e locais da vacinação, entre outras.

No caso do Jornal da Record, a importância do formato Reportagem também é evidente, mas o modelo adotado foi mais simplificado. No

Jornal da Record as reportagens tendem a incluir um texto e uma entrevista ou começam a partir de um formato similar ao *stand-up*, ao qual se acrescentam cenas e falas – notadamente material de agência de notícias. Esse modelo é particularmente adotado para os correspondentes estrangeiros e formatado em reportagens mais curtas.

Os assuntos locais são mais valorizados, particularmente os produzidos no Rio de Janeiro e São Paulo, com uma menor presença de material das afiliadas. As matérias são predominantemente gravadas, com pouco conteúdo colaborativo, mas com eventuais conteúdos participativos ligados a denúncias. Em contrapartida, a produção do Jornal da Record acompanha, com maior proximidade, os representantes do Governo Federal, por meio de gravação de falas em situações não formais (na porta dos prédios públicos, etc, o que no jargão jornalístico se convencionou chamar de quebra-queixo). O cuidado com a qualidade estética é substituído por uma perspectiva mais informal, que pode ser entendida como realista, com tomadas mais longas. Infere-se que esse modelo corresponde à contaminação dos critérios adotados nas coberturas policiais ou de violência urbana, que é uma das especialidades da Rede Record.

Acrescenta-se, ainda, que, possivelmente em função da menor duração, a hibridização é menor nas reportagens da Record. No entanto, os aspectos informativos do conteúdo são trabalhados de forma a reforçar a redundância e o sensacionalismo, reforçando dramas pessoais e perdas financeiras.

# Entrevista

Tradicionalmente, o formato entrevista, em sua concepção mais pura, fora das reportagens, é pouco utilizado nos telejornais brasileiros, sendo, preferencialmente, usado para programas especiais e documentários. A situação da pandemia não mudou essa relação, sendo que as duas entrevistas registradas na amostragem/período estudados foram veiculadas no Jornal Nacional e corresponderam a conteúdos colaborativos – entrevista mediadas pela internet e pelo uso de computadores pessoais.

Nesses casos, três pontos devem ser destacados: a exposição do espaço doméstico dos entrevistados se dá por meio de uma tentativa de impessoalidade, com a priorização de escritórios ou locais de trabalho, o que pode ser compreendido como uma proposta de agregar importância/respeitabilidade aos entrevistados. O segundo ponto é a perda de controle, pela equipe jornalística, da qualidade da imagem. Infere-se que, apesar desses entrevistados serem alertados sobre protocolos de enquadramento, a ausência de um profissional de cinegrafia, claramente afeta os resultados. Como último item, a participação dos noticiaristas/entrevistadores se destaca pela formalidade e reflete a falta de intimidade com o formato entrevista. No conjunto, as entrevistas – ou seu uso eventual – enfatizam o status dos entrevistados como especialistas em suas respectivas áreas, reforçando a importância da pauta abordada e indiretamente contribuindo para agregar valor ao tema tratado.

É digno de nota que a ausência do formato no Jornal da Record é uma decisão editorial, já que os seus produtores preferiram abordagens mais factuais e mais centradas em declarações de representantes do Governo Federal.

## Nota Seca e Nota coberta

O formato nota (seca ou apenas com as imagens dos noticiaristas, e coberta, com imagens específicas sobre o tema/assunto abordado)<sup>[14]</sup> são, em geral, curtas. No entanto, em termos de unidades de matérias, sua presença é significativa. Dependendo do assunto, uma nota pode ser o prelúdio de uma reportagem (a ser elaborada com mais tempo e riqueza de informações), mas também podem ser inseridas no telejornal, quando existem informações urgentes ou atualizações de matérias já citadas em outros espaços do telejornal e, até mesmo, em outros telejornais da emissora.

Conceitualmente as notas se aproximam das notícias (fato novo, de interesse público e de interesse do público), mas servem, também, para diversidade audiovisual do telejornal, principalmente quando usam recursos (imagens) de arquivo, reforçando elementos já conhecidos ou valorizando a memória digital do telejornalismo (como no caso de desmentidos ou contradições). Em termos técnicos, o formato exige um esforço interpretativo dos noticiaristas, um esforço para compensar a ausência dos dados, mas seu uso pode acrescentar dramaticidade ao tele-

---

<sup>[14]</sup> Retira-se desse conjunto uma terceira possibilidade de nota, a nota pé, que encerra uma reportagem, uma vez que nesta análise entende-se que elas são parte das reportagens e assim foram contabilizadas.

jornal valorizando a atualidade e a urgência das informações.

Na amostragem analisada, o Jornal Nacional e o Jornal da Record usam o formato nota seca/nota coberta em quantidades similares, mas foram particularmente utilizadas para apontar desmentidos e contradições, em um uso estratégico (ou político) do formato, destacando posicionamentos e possibilidades do Governo Federal no enfrentamento da pandemia.

A maior diferença entre os dois telejornais no uso desse formato está na postura dos noticiaristas: mais indignada e enfática no Jornal Nacional, e mais fria no Jornal da Record. Embora essa frieza possa ser interpretada como distanciamento e objetividade, ela também aponta uma relação de dubiedade dos jornalistas da Record com a questão da pandemia. Outro elemento diferencial é o uso, pelo Jornal Nacional, de recursos digitais de ilustração ou complementação de imagens, particularmente nas notas cobertas.

## Boletim

A referência que delimita esse formato é o boletim diário sobre o tempo/condições meteorológicas, inserção facilmente identificada nos telejornais pela sua constância e crescente importância em função dos problemas climáticos. Mas o formato se repete em situações específicas, como o acompanhamento de eventos esportivos (Boletim da Copa ou das Olimpíadas) ou acontecimentos políticos, econômicos e culturais pontuais.

Na amostragem estudada, o Boletim diário sobre a pandemia, trazendo o

número de contaminações e mortes, tornou-se uma representação televisual da crise, elemento dramático central do telejornal, cujo teor impactante passa a ser referência – e é efetivamente referenciado – em outros conteúdos do telejornalismo. Infere-se que, durante a pandemia, o boletim era um ponto de particular importância para os telespectadores e, portanto, cuidadosamente trabalhado pelos produtores de conteúdos, no Jornal Nacional e no Jornal da Record.

Em termos televisuais, o Boletim é uma entrada ao vivo de um elemento novo no estúdio – um noticiário especializado ou especialmente designado – o que garante o destaque do tema em relação às demais informações. No modelo adotado durante a pandemia, a inserção do boletim oscilou entre a presença ao vivo do jornalista no estúdio ou sua inserção digital nesse ambiente. Ordinariamente, o noticiário é enquadrado em plano aberto, mas com um discreto deslocamento lateral (não centralizado) em relação a informações inseridas digitalmente. Na amostragem estudada, esse modelo foi adotado pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Record, com breves diferenças: no Jornal Nacional, o Boletim, no seu formato diário, permanece no ar por um período maior (é mais longo e mais detalhado), do que o modelo adotado pela Record. Além da divulgação de dados desiguais – reflexo direto das linhas editoriais diferenciadas, adotada pelos dois telejornais – o Boletim divulgado durante o Jornal Nacional tem uma inflexão mais dramática, mais sensacionalizada, mesmo quando divulga aspectos positivos. Por fim, é visível que o Jornal Nacional investe em recursos de ilustração mais aprimorados, com um maior número de gráficos e elementos complementares.

## Stand-up

Em termos de concepção, o *stand-up* se aproxima de uma nota, e assim como a nota, é um formato cuja marca é a instantaneidade e a urgência. Visualmente, no entanto, o *stand-up* é mais rico, uma vez que é apresentado/veiculado ao vivo, em tempo real, em um espaço externo do estúdio do telejornal.

Para os receptores, o *stand-up* induz à ideia de plantão ou acompanhamento permanente de um acontecimento. Na prática, é uma inserção curta de um repórter, em geral filmado em primeiro plano ou plano aberto, em um espaço público facilmente reconhecido pelos receptores, tais como imagens de prédios públicos ou locais visualmente conhecidos e que constituem elementos os quais agregam valor/credibilidade ao conteúdo jornalístico, eventualmente mascarando a falta de informações novas.

Na amostragem estudada, o *stand-up* foi usado para obliterar o baixo acesso às informações oficiais e aos representantes do Governo Federal, apontando atenção e acompanhando das decisões institucionais. No Jornal Nacional, o formato foi mais utilizado no período mais agudo da crise sanitária, reforçando os limites impostos pela pandemia. Destaca-se, ainda, que o uso do *stand-up* torna-se mais efetivo, isto é, mais fácil de ser produzido e transmitido, com a miniaturização que acompanha o desenvolvimento dos equipamentos digitais, em particular no que diz respeito ao seu uso por correspondentes estrangeiros.

Esse aspecto fica particularmente evidente no formato assumido no Jornal da Record, que envolve uma proposta de alongamento das informações, com a imagem se afastando do repórter e um texto em off mais longo, em muitos casos se confundindo com uma pequena reportagem. Em termos estratégicos, o *stand-up* mostra a força econômica ou alcance do telejornal/emissora, apresentando repórteres/correspondentes nos locais onde o fato está acontecendo, ou em pontos-chave que destacam a importância da informação.

## O opinativo no telejornal

Tradicionalmente, no telejornalismo das emissoras de sinal aberto, cuja marca é o controle/exiguidade do tempo, os conteúdos opinativos têm presença escassa, estando, em geral, inseridos no material informativo como notas de rodapé ou em comentários breves e aparentemente espontâneos de repórteres e noticiaristas.

Na amostragem analisada neste estudo, o gênero opinativo aparece no formato puro apenas em um comentário veiculado no Jornal da Record, uma inclusão intencionalmente marcada pelo reforço às dúvidas sobre a vacina/vacinação. Não por acaso, esse comentário está distante da linguagem assumida pelos jornalistas nos conteúdos informativos.

## Um olhar sobre os dados

Em função dos aspectos que delimitam a sua produção, o telejornal não é uma produção espontânea, embora busque passar essa impressão para o receptor. Dessa forma, os gêneros e formatos são usados de forma estratégica e complementar, de forma a levar ao receptor o sentimento de

que tudo que é importante está no telejornal. Na amostragem analisada, esse aspecto se revela no boletim diário, que reforça a gravidade da pandemia, nas notas que apontam a urgência das informações ou mascaram a sua ausência; nas entrevistas que valorizam o *status* do entrevistado, reforçando a capacidade do telejornal de buscar as melhores fontes e no próprio *stand-up*, formato cuja força está na transmissão ao vivo e que reforça seu alcance e sua capacidade de buscar os fatos onde ele acontece.

Embora esses formatos sejam consolidados e facilmente reconhecíveis pelos receptores, como observado nos elementos característicos já descritos, algumas mudanças devem ser destacadas.

A prevalência dos conteúdos informativos, em particular nos momentos de crise, aponta que, mais do que uma imparcialidade real, a aparência de imparcialidade é um aspecto importante para o telejornalismo. Isso não impede que as Redes tenham preferências ou, em uma relação política, candidatos preferenciais, em geral mais próximos da visão empresarial. Essa relação fica clara no Jornal Nacional, mas é ainda mais perceptível no Jornal da Record e se reflete no uso dos formatos informativos.

O formato reportagem, por exemplo, tem elementos diferentes nos dois telejornais. Embora os dois usem o personagem – uma pessoa comum em uma situação exemplar, que comprova a realidade do fato/situação. No Jornal Nacional a abordagem está preferencialmente direcionada para ação – o que o personagem fez para evitar ou superar o problema –; no Jornal da Record a abordagem é direcionada aos dramas individuais.

O uso diferenciado dos gêneros também transparece no Jornal da Record em alguns formatos específicos, como a aproximação do *stand-up* com a passagem do repórter, ou em termos mais diretos, com reportagens que começam com uma postura similar ao *stand-up* e depois são ampliadas.

A forte presença da reportagem mostra a importância do formato, mas também destaca os investimentos feitos para acompanhamento do tema estudado. Em termos de escolhas, o Jornal da Record dá mais ênfase ao acompanhamento imagético dos deslocamentos de indivíduos que tenham cargo públicos, usando textos em off para complementar a informação, enquanto o Jornal Nacional valoriza a inserção de pequenas entrevistas nas reportagens. Da mesma forma, o Jornal Nacional tem uma maior preocupação com enquadramentos e, de forma geral, com a estética do material imagético.

Em ambos os casos, a maior parte das matérias tem poucos dados para tomada de decisões. Mesmo as orientações são dadas de forma afirmativa e não por meio de análises ou processos que fomentem a racionalização/análise dos dados.

Nos demais formatos, o uso de conteúdos participativos e colaborativos consolidou-se durante a pandemia, apontando significativas mudanças nas rotinas de produção telejornalísticas. Destaca-se, particularmente nos conteúdos participativos, a inclusão das Redes Sociais nos telejornais: elas são citadas como fontes, mas também como espaço para comentários e manifestações diversas de pessoas públicas, em um pro-

cesso que legitima esse espaço, mas que também isenta o telejornalismo sobre a qualidade/veracidade destas manifestações.

Outro elemento é o uso dos boletins, que se tornam a síntese da utilização de elementos visuais – tais como diversos recursos digitais e de animação – para prender a atenção do receptor. Na pandemia, os boletins deslumbraram como uma obra de arte trágica, em uma estética que seduz e afeta o receptor, quase que obrigando-o a ficar impactado com os dados.

Como objeto de reflexão, acrescenta-se, ainda, a questão da quase total ausência dos conteúdos opinativos, que parecem ter sido segregados para os canais codificados e/ou pagos, em um processo que indica um aprofundamento das diferenças entre os receptores.

Outro aspecto que merece reflexão na análise do conjunto dos formatos informativos nos dois telejornais é a ausência do contraditório. No Jornal Nacional as orientações e informações são colocadas de forma impositiva, enquanto na Rede Record a abordagem trivial reforça uma opção de não conflito ou não contestação/esclarecimento de parcelas significativas da sua audiência.

## Uma breve conclusão

Analisados os dados, verificou-se que, no período da pandemia, mesmo limitados por aspectos específicos das linhas editoriais das Redes analisadas, o telejornalismo se balizou em exibir materiais informativos

que reforçassem sua Responsabilidade Social e os aspectos éticos que caracterizam o próprio jornalismo. Nesse sentido, houve uma aproximação ou uma valorização da relação da comunicação com a ciência e da divulgação científica. No entanto, fez isso a partir dos limites de sua própria linguagem telejornalística, do uso estratégico das tecnologias digitais e dos gêneros e formatos telejornalísticos e, principalmente, dos interesses políticos e econômicos que permeiam as empresas que alocam e financiam esse telejornalismo.

De forma ampla, a divulgação de informações sobre a pandemia foi um elemento facilitador para ampliação do uso de conteúdos participativos e colaborativo, que atuaram para uma momentânea ampliação das fontes, com a forte presença de pesquisadores e outros atores sociais com formação científica no telejornalismo. Analisada comparativamente, no entanto, a cobertura jornalística nesse período também contribuiu para o aprofundamento das diferenças sociais e culturais que permeiam a sociedade brasileira.

A pesquisa aponta que os limites impostos pela pandemia consolidaram estratégias adotadas para ampliar o uso dos recursos técnicos/tecnológicos e consequentes mudanças na estrutura técnica das emissoras. Reforçando a importância da imagem como fator que agrega credibilidade, os conteúdos participativos consolidaram ou tornaram aceitável a estética do material capturado por dispositivos móveis (celulares) – as imagens centralizadas com tarjas pretas nas laterais e eventuais legendas. O acesso a essas imagens passaram a ser um elemento importante, determinando pautas e formatando tanto coberturas

pontuais como matérias de grande repercussão.

Já o conteúdo colaborativo afeta, principalmente, a estrutura da reportagem, que passa a acessar os especialistas de forma não presencial, com depoimentos capturados pelas câmeras dos dispositivos digitais. Em muitos casos, aliás, o próprio personagem é inserido na reportagem por meio de conteúdos colaborativos. Nessa relação, os textos em off tornaram-se mais breves e, conseqüentemente, as cenas - inclusive as externas - mais curtas. Da mesma forma, o período pandêmico justifica o aumento do uso dos recursos digitais para ilustrações, gráficos e animações, que, em muitos casos, tornam-se um elemento estético de deslumbramento, em uma opção que oblitera uma possível intenção didática, prejudicando uma compreensão aprofundada.

A amostragem analisada aponta, também, que o conteúdo científico ou mesmo a divulgação científica no telejornalismo ainda se baseia em abordagens sensacionalistas, mas trouxe como ponto positivo a valorização dos pesquisadores e dos profissionais de saúde nacionais, em particular aqueles ligados às Universidades Públicas.

Na análise específica sobre os Gêneros e Formatos, a quase hegemonia dos formatos informativos mostra uma mudança estrutural que vai além do já apontado nas formatações internas. Ao contrário de pesquisas anteriores que apontaram a presença de matérias sobre serviços (gênero diversional) e análises (Temer, 2002), na amostragem analisada, a quase hegemonia do informativo carrega elementos de forte hibridização - ou um deslocamento do material de serviço e o analítico como parte - resposta ou explicação de uma cobertura centrada no informativo factual,

em um movimento fortemente apoiado na captura de imagens digitalizadas ou mesmo na produção de imagens virtuais.

Embora esses dados possam ter mudado após o período pandêmico, uma vez que o telejornalismo é dinâmico e adaptável, evidencia-se que os conteúdos digitais mudaram tanto a organização interna dos formatos informativos, como a própria organização – as pautas e os encadeamentos informativos – do telejornalismo, que, cada vez mais, busca se aproximar dos seus receptores, reconhecendo-os como produtores de informação (conteúdos participativos) e também da linguagem utilizada pelas redes sociais e outros espaços da internet.

## Referências

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: MartinsFontes, 1993.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'alémmar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém, Jortejo, 1998.

JODELET, D. Les représentation sociales: un domaine en expansion. In JODELET, D. **Les représentations sociales: un domaine en expansion**. Paris: Presses Universitaire de France, 1989.

MARQUES DE MELO, J. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARQUES DE MELO, J. **Estudos de Jornalismo Comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardodo Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SEIXAS, L. **Gêneros jornalísticos digitais: um estudo das práticas discursivas no ambiente digital.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/liaseixas.doc>. Acesso em 20/06/2012.

TEMER, A. C. R. P.; SOUZA, M. L. R. C. A. E. . A entrevista coletiva na perspectiva do telejornalismo: entre o acesso e o questionamento da informação. In: PEREIRA, A.; MELLO, E.; EMERIM, C. e FINGER, C.. (org.). **Qualificação da informação telejornalística: propostas teórico--metodológicas de combate à desinformação.** 1ed. Florianópolis: Insular, 2022, v. 14, p.57-82.

TEMER, A. C. R. P. Revendo elementos clássicos da pesquisa empírica: Gênero e Análise de Conteúdo como bases de pesquisas empíricas em comunicação. In: BARBOSA, M.; MORAES, O. **Quem tem medo da pesquisa empírica?** São Paulo: Intercom, 2011. p. 411-432.

TEMER, A. C. R. P. **Notícias & serviços nos telejornais da Rede Globo.** Teses (Doutorado em Comunicação). UMESP-Universidade Metodista de São Paulo. 2002.

# O ensino do Perfil Jornalístico: uma análise comparativa entre a escrita autoral e aquela que faz uso da Inteligência Artificial

*Clarissa Josgrillberg Pereira*  
(Universidade Regional de Blumenau)

*Magali Moser*  
(Universidade Federal da Bahia)

## Introdução

Inteligência Artificial (IA) não é um tema novo, mas sua presença e impacto têm se ampliado exponencialmente nos últimos anos. O marco mais recente dessa expansão ocorreu no final de 2022, com o lançamento do ChatGPT, uma IA generativa capaz de simular a linguagem humana e que, em apenas dois meses, conquistou 100 milhões de usuários. No entanto, é preciso evitar uma adesão acrítica e naturalizada a essa tecnologia. Diante da proliferação desse aparato sociotécnico e da influência crescente dos gigantes da tecnologia da informação (Morozov, 2018), torna-se urgente tensionar o conceito de IA e questionar seus impactos nas relações de ensino-aprendizagem. Mais do que explorar suas possibilidades, é preciso desenvolver um olhar crítico sobre os desdobramentos desse avanço, seus usos e consequências, especialmente no ecossistema comunicacional, como buscamos fazer aqui.

Nesse cenário de expansão da IA, começamos a levantar algumas questões como o impacto dessa inteligência na prática jornalística e no ensino do jornalismo. Realizamos um primeiro ensaio sobre a produção jornalística (Pereira, 2023) no qual buscamos identificar o conceito, a categorização e a formatação dos gêneros e formatos jornalísticos. O resultado obtido foi que as respostas ofertadas pelo *software* sobre o conceito e os tipos de gêneros jornalísticos são limitadas e sem clareza; contudo, algumas formatações apresentadas são condizentes com a produção jornalística. A partir disso, surgem novos questionamentos: com o filtro humano, a formatação feita pela Inteligência Artificial pode ou não contribuir com a prática jornalística? E, ainda, como se dá o uso e a experiência desse recurso por aqueles que estão no processo de formação jornalística?

Assim, para este estudo, focamos no formato perfil. A escolha dentro dos estudos de gêneros jornalísticos não se dá de modo aleatório, considerando que o formato se destaca justamente pela humanização do relato e, por que não, também como uma espécie de estimulador de produções criativas na área. Ainda que o jornalismo se caracterize essencialmente pela notícia, nas teorias do campo profissional (Genro Filho, 2012), os perfis não deixam de ser produções que não apenas ampliam a noção sobre a atividade profissional, mas estimulam a escrita criativa. Assim como as reportagens, de modo geral, que embora não centralizadas nas teorias do jornalismo, alargam e desafiam uma compreensão sobre a atividade profissional que vá além da notícia (Moser, 2021). Também provocam reflexões sobre outras funções exercidas pelo jornalismo, além de, essencialmente, informar, consideran-

do sua finalidade mais reconhecida (Reginato, 2019; Dines, 1986; Beltrão, 1980).

É preciso enfatizar ainda que esta escolha, por trabalhar com perfis, tornou-se viável visto que comprovamos, em estudo anterior, que o *software* produziu um texto adequado “[...] em termos de estrutura e de estilo” (Pereira, 2023, p. 9). Com isso, para avançar nessa discussão, optamos por realizar uma pesquisa-ação com os estudantes de graduação do curso de Jornalismo na disciplina de Gêneros Jornalísticos da Universidade Regional de Blumenau (FURB) durante o segundo semestre de 2023.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent apud Baldissera, 2001, p.5).

Para o estudo, a proposta é integrar o projeto que a turma está desenvolvendo em parceria com o maior webjornal da cidade. Conforme noticiado pelo veículo,

A partir desta terça-feira, 3, o jornal O Município Blumenau publica uma série de perfis em parceria com o curso de Jornalismo da FURB. A iniciativa promove textos produzidos durante as aulas da disciplina de Gêneros Jornalísticos, ministrada pela professora Magali Moser, na quarta fase do curso. O perfil é um dos formatos possíveis de textos jornalísticos que busca valorizar uma personagem. As reportagens-perfis assumem um papel focado na experiência do outro, tendo como centralidade uma pessoa.

Na parceria estabelecida entre O Município Blumenau e o curso de Jornalismo FURB prevê que a cada semana, o perfil escrito por um(a) estudante da turma seja publicado no portal, sempre nas terças-feiras (Parceria [...], 2023).

A experiência reflete uma tentativa de aproximação entre a academia e o mercado jornalístico, tendo em vista a frequente dicotomia entre teoria e prática que marca historicamente o campo jornalístico (Meditsch, 1992; 2012). Essa tensão entre a formação acadêmica e as demandas profissionais tem sido um desafio persistente, especialmente diante das rápidas transformações tecnológicas que impactam o jornalismo. Nesse contexto, a iniciativa não se limita a preparar estudantes para o mercado de trabalho, mas também se propõe a criar um espaço de experimentação crítica, onde a interação com a Inteligência Artificial não seja apenas instrumental, mas reflexiva. Tal perspectiva parte tanto do desejo de colocar os/as estudantes em contato com o universo do mercado de trabalho, quanto de promover uma oportunidade de experimentação nessa interação com a Inteligência Artificial, alinhando o processo de ensino-aprendizagem às necessidades exigidas pelo momento.

Ao todo foram nove textos publicados e a partir deles, em conjunto com os/as estudantes, realizamos entrevista ao software sobre a construção de perfis jornalísticos. A técnica da entrevista semiestruturada aplicada a um software partiu do estudo de Carneiro (2023, p. 4) que apresentou a metodologia EAAF “destinada a coletar dados iniciais para uma abordagem exploratória quando o objeto da investigação é uma solução de inteligência artificial que gera textos e consegue dialogar com um interlocutor humano”. Para o autor,

trata-se, portanto, de uma atualização metodológica, ao nosso modo de ver necessária e útil, considerando a escassez de recursos desse tipo entre pesquisadores da Comunicação e, principalmente, sem obrigá-los a fazer grandes movimentos interdisciplinares, como aprender computação ou a programar, mas sim, uma aplicação diferente de algo que já conhecem e sabem fazer bem, ou seja, entrevistar sujeitos para coletar informações (Carneiro, 2023, p. 5).

Assim, primeiramente, foram passadas as informações da pauta de cada aluno para que o Chat GPT redigisse o texto e, num segundo momento, foi feita outra experiência que consistiu em submeter ao *software*, o texto final produzido pelos alunos para revisão e ajuste.

Na sequência, após discutirmos sobre gêneros jornalísticos, apresentaremos a análise comparativa sobre os textos produzidos pelos alunos e pelo *software* e a discussão a respeito da aplicação de questionário aos estudantes para identificar a percepção deles/as em relação ao processo e ao uso da inteligência artificial na produção jornalística.

A discussão sobre gêneros jornalísticos e inteligência artificial é fundamental, visto que a “formatação de textos jornalísticos nos padrões e linguagem específicos da área pode contribuir para maior agilidade na produção jornalística, maior padronização de estilos e de formatos” (Pereira, 2023, p.1). Tratar do tema ainda na formação é preocupar-se com as mudanças frente ao futuro do jornalismo. E as preocupações lançadas neste artigo vão ao encontro de pensar o que, afinal, faz do jornalismo uma atividade humana? Qual é o lugar, por exemplo, do tex-

to autoral perante essas profundas transformações tecnológicas?

Além disso, o interesse em discutir os gêneros jornalísticos parte da concepção da relevância do formato perfil, conforme já explicitado.

Vale destacar a compreensão da qual se parte neste trabalho com relação à definição conceitual de perfil: “composição textual discursiva do sujeito a partir de determinadas angulações que traduzem as perspectivas adotadas na escolha do perfilado, na captação e na edição” (Maia, 2020, p. 52).

## Breve discussão sobre o gênero perfil

O gênero perfil aflorou graças à revista norte-americana *The New Yorker*, fundamental na disseminação desse formato. Para o estudioso Sérgio Vilas Boas (2003), a revista fundada em 1925 pode ter recebido o título de precursora pelo espaço reservado aos perfis, ao lado da *Esquire*, criada em 1933, também nos Estados Unidos. Um dos perfis mais famosos já publicados - Frank Sinatra está resfriado -, assinado por Gay Talese, foi publicado, inclusive, nesse periódico. O texto chamou a atenção, principalmente, porque a impossibilidade de o repórter entrevistar o perfilado não comprometeu a produção, disseminando internacionalmente o texto-perfil a partir de pessoas que conviviam com o personagem perfilado. No Brasil, esse formato de texto jornalístico ganhou destaque sobretudo com revistas que deixaram sua marca na história da imprensa brasileira, como O **Cruzeiro** e **Realidade**, nos anos 1950 e 1960 e, mais recentemente, com a **Piauí**. Outra referência histórica importante sobre a

prática do perfil no país é o **Jornal da Tarde**, criado por Mino Carta, em 1966; com o encerramento de suas atividades em 2012, publicou muitos perfis marcantes.

Essa prática jornalística se associa diretamente às histórias de vida e ao uso de técnicas do chamado “jornalismo literário”, com experimentações como o uso frequente das descrições, ambientações e diálogos. Entre estudiosos dos perfis, há diferentes percepções a respeito. Como ensina Vilas Boas (2003, p. 20), “os perfis são mais atraentes quando provocam reflexões sobre aspectos objetivos e subjetivos comuns à existência de todos nós”. Já Kotscho (2009, p. 41) defendia: “Filão mais rico das matérias chamadas humanas, o perfil dá ao repórter a chance de fazer um texto mais trabalhado – seja sobre um personagem, um prédio ou uma cidade”. De acordo com Marta Maia (2021, p. 127), “o formato mantém uma forte relação com o caráter seletivo da produção, já que muitas histórias são contadas a partir de algum acontecimento específico na vida de alguém, mas muitas outras aparecem por conta da capacidade de observação de repórteres.”

Como lembra a autora Maia (2021, p. 129), “ao falar sobre outra pessoa, acabamos, de certa forma, falando sobre nós mesmos”. Perfis são considerados formatos dentro de gêneros jornalísticos que se caracterizam essencialmente pela possibilidade de humanização e contextualização da narrativa. O foco se volta com atenção para a personagem definida. No modelo classificatório estabelecido por José Marques de Melo (2009), um dos mais utilizados no Brasil, este formato se enquadra dentro do gênero interpretativo, juntamente com a análise, a

enquete, a cronologia e o dossiê. Nesse formato jornalístico, a personagem está em primeiro plano e não deixa de ser uma forma também de oferecer ao público uma narrativa, capaz de seduzir, envolver e dialogar com as emoções humanas, para além do texto noticioso focado na estrutura do *lead*. Como aponta Vilas Boas (2003),

Os perfis cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem. (Vilas Boas, 2003, p. 14).

Com base nessas reflexões, é possível afirmar que o formato perfil ocupa um lugar singular dentro do jornalismo, transitando entre a informação objetiva e a construção narrativa mais elaborada. Tal formato não apenas resiste às transformações do jornalismo digital, mas também se reafirma como um espaço de experimentação e aprofundamento, oferecendo um contraponto essencial à superficialidade da informação e reforçando o papel do jornalismo como uma ferramenta de escuta, interpretação e construção de memória.

## Experiência de ensino sobre perfil

Durante o segundo semestre de 2023, na disciplina de Gêneros Jornalísticos, na 4ª fase do curso de Jornalismo da Universidade Regional de Blumenau (FURB), propusemos como trabalho final a produção de um perfil. Assim, cada estudante precisaria definir uma personagem cuja trajetória justificasse a sua escolha, defendendo a decisão para a turma. Os(as) estudantes também deveriam entrevistar, além da pessoa perfilada escolhida, outras pessoas de sua convivência, produzir e apresentar o

texto final juntamente com opções para ilustrar a publicação. A intenção foi promover a possibilidade de a turma explorar um formato até então não aprofundado em semestres anteriores, além de permitir uma vivência de aproximação entre estudantes e o mercado jornalístico. Em parceria com um dos sites jornalísticos da cidade, O Município Blumenau, lançamos a ideia de publicar os perfis no veículo, valorizando as histórias de personagens da região e contribuindo para a publicização dos textos dos(as) estudantes. É preciso observar que, para muitos deles, foi o primeiro texto autoral publicado ao alcance do grande público, uma motivação a mais.

A ideia foi proposta no início do semestre, de modo que houvesse um tempo adequado de planejamento, preparação e execução da atividade. Cada estudante enfrentou o desafio de escolher uma personagem que pudesse render um bom perfil, com relevância social e que justificasse a publicação. O desafio de definir uma pessoa para o formato se mostrou revelador. Os perfis das personagens escolhidas envolveram as identidades mais variadas: professor, atleta, cozinheira, radialista... Foi entregue uma versão final e, a partir dela, foram trabalhados pontos que exigiram ajustes e adaptações, em diálogo com a professora, pensando na versão da publicação do texto final, no portal. Em alguns casos, foi necessário retomar as conversas com as fontes em busca de novos dados para a apuração, complementando informações faltantes. Houve alinhamento com o jornal de que a escolha da personagem precisaria ter alguma ligação com a área de abrangência do portal: o Vale do Itajaí, com ênfase para Blumenau.

Desse modo, as personagens escolhidas apresentavam forte ligação com a região. A única ressalva imposta pelo jornal foi o cuidado para evitar dar visibilidade para questões político-partidárias, considerando a proximidade das eleições municipais, em outubro de 2024. O processo de edição dos textos passou por uma primeira etapa pelos estudantes e foi assumido pela professora, num segundo momento. Em seguida, as versões foram devolvidas aos estudantes com pedidos de alterações e novas entregas aconteceram, com ajustes e adaptações no encaminhamento para publicação. O editor do Portal O Município Blumenau, Cristóvão Vieira, com quem foi alinhada a proposta desde o início, assumiu o refinamento final dos textos, de acordo com a linha editorial adotada pelo veículo, sempre em diálogo com a professora. Ao todo, nove textos foram publicados, um por semana, do início de outubro ao fim de novembro de 2023.

O primeiro texto, veiculado dia 3 de outubro, apresentou o perfil do professor do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação (CCHC) da FURB, Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, assinado pela estudante Caçane Maloz<sup>[15]</sup>. O segundo é de autoria de O segundo é de autoria de Guilherme Peters e destacou a história de Dona Vera, produtora de chás milagrosos em Ascurra<sup>[16]</sup>. O terceiro perfil focou na trajetória de vida da cozinheira Odília Nicolau Fernandes Bauer, de Jaraguá do Sul, produzido pela estu-

---

<sup>[15]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/me-falta-espaco-para-guardar-meus-livros-fascinado-pela-leitura-professor-inspira-academicos-da-furb/> Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[16]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/conheca-a-historia-de-dona-vera-responsavel-pelos-chas-milagrosos-do-colegio-salesiano-sao-paulo-em-ascurra/> Acesso em: 25 fev, 2024.

dante Bruna Friedel<sup>[17]</sup>. O quarto texto foi sobre a professora Maria das Graças Bittencourt, perfilada pelo estudante Enzo Kawakubo<sup>[18]</sup>. A quinta produção abordou sobre a blumenauense formada em Design, Mayara Simon, cujo texto foi escrito por Gabriel Cestari<sup>[19]</sup>. O atleta solidário Wilson Duarte, uma produção de Isabela Gorges, foi a sexta publicação feita<sup>[20]</sup>. A paradesportista de Blumenau Renata Aparecida Nazário teve sua vida contada por Thiago Marques e foi a sétima publicação feita<sup>[21]</sup>. A luta do jornalista Vilmar Minozzo, que ficou em coma por três meses com Covid-19 foi narrada por Gabriel Langaro e foi o oitavo perfil publicado<sup>[22]</sup>. E, por último, a nona publicação trouxe a trajetória da escritora, advogada e militante Rosane Magaly Martins, que foi perfilada por Anna Coiroló<sup>[23]</sup>.

Num dos casos, a primeira ideia apresentada envolvia uma outra pessoa. No entanto, após tentativas frustradas de conversas e considerando a aproximação do prazo de entrega combinado, houve a compreensão de que seria necessária uma mudança de rumo, o que exigiu flexibilidade do

---

<sup>[17]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/quem-e-a-dona-das-receitas-de-bolos-que-encantam-moradores-de-jaraguá-do-sul/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[18]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/a-professora-de-blumenau-que-transformou-salas-de-aula-a-partir-da-empatia-por-causas-sociais/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[19]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/desafiando-o-silencio-quem-e-a-blumenauense-com-deficiencia-auditiva-que-se-destaca-na-area-de-design/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[20]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/atleta-solidario-muito-prazer-quem-e-morador-de-blumenau-que-quebra-proprios-records-por-aco-es-sociais/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[21]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/conheca-a-paradesportista-de-blumenau-que-faz-da-dificuldade-uma-motivacao/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[22]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/rugido-do-tigre-a-historia-do-jornalista-de-blumenau-que-venceu-a-covid-19-apos-tres-meses-em-coma/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

<sup>[23]</sup> Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/uma-mulher-que-se-renova-conforme-a-vida-pede-e-os-anos-transcorrem/>. Acesso em: 25 fev, 2024.

estudante, que precisou mudar a escolha no decorrer do processo. Entendemos que essa mudança também foi positiva e pedagógica, considerando as rotinas produtivas da atividade jornalística e a característica de dinamismo que a acompanha, exigindo alterações frequentes no planejamento. Entretanto, apesar da necessidade de alteração do plano inicial, não houve quaisquer prejuízos no resultado. Pelo contrário, apesar do tempo escasso, a decisão de troca se mostrou muito acertada e o texto publicado gerou ampla repercussão entre leitores, com manifestações recebidas pelo próprio estudante autor.

Além dos textos, cada estudante ficou responsável por ilustrar as produções. Quando não produziram as próprias imagens, procuraram alternativas junto aos acervos pessoais de cada um dos perfilados. Um dos principais desafios constatados no processo de produção dos perfis pela turma foi explorar o uso de recursos de um texto mais descritivo, não tão engessado como na estrutura do texto noticioso mais comum. Estudantes relataram a dificuldade de adotar um texto mais “solto” e fazer uso de recursos literários, como a reprodução de diálogos na íntegra, ou descrições e ambientações depois de dois anos de ênfase no texto noticioso. Como observado por alguns dos próprios estudantes nos relatos colhidos pela professora após a experiência, esse foi um ponto comum. No entanto, todos também valorizaram a experiência como uma oportunidade de aprendizado de outros modos de se exercitar o texto jornalístico.

Eu já conhecia a Odilia [perfilada] pelo seu trabalho [...]. Sempre a vi como uma pessoa muito reservada, trabalhadora e dedicada em tudo que faz; essas foram as principais

características que me atraíram para desenvolver o perfil. Escolhê-la como perfilada foi uma ótima alternativa, passar um dia inteiro com ela, acompanhar seu trabalho, visitar sua cozinha, sua casa e participar de uma entrega de um bolo de casamento fez total diferença para o resultado da minha escrita. Tomar um café na casa da família e poder experimentar seus bolos caseiros foi um privilégio. Quando, no final do dia, nos sentamos e ela contou toda sua história de vida até aquele momento, eu senti como se estivesse conhecendo uma nova pessoa. O que antes para mim era uma pessoa reservada, agora é uma pessoa que carrega dores e dificuldades, mas que lida com isso da melhor forma possível. Poder colocar toda essa trajetória no papel foi extremamente gratificante. Depoimento da estudante Bruna Marques Friedel.

No processo de formular a pauta, a intenção inicial era perfilar um(a) professor(a); a partir disso, surgiu a ideia de perfilar a Graça [...]. O processo de apuração do perfil foi na maior parte tranquilo. Comecei com algumas perguntas básicas da vida de Graça e gravei no celular tudo o que foi dito e decupado mais tarde [...]. A maior dificuldade para montar o texto foi perder o hábito de redigir com as características comuns ao jornalismo, como o Lead, pirâmide invertida, e poucos adjetivos. Não estava habituado a consumir conteúdo com o formato perfil, ou de livros de romances, há muito tempo, desde que comecei o curso de jornalismo, em 2022. Durante os dias seguintes, fui mantendo-a informada sobre o andamento da produção e previsão de publicar nos jornais, assim como pedidos para revisar o conteúdo redigido a fim de apresentar ao leitor os dados exatos. Outra dificuldade presente foi corrigir trechos de múltiplos-significados no dia previsto para a publicação do perfil – pois justamente a fonte principal demorou um pouco mais que o normal para dar retorno às mensagens. Depoimento do estudante Enzo Saleh Kawakubo.

Contar histórias sempre foi algo que me fascinou. O mundo da literatura e dos livros me acompanham desde pequeno e foram inúmeros os momentos que me vi emocionado com diferentes narrativas. Quando optei pela faculdade de

jornalismo, dentre tantas razões, uma delas foi a possibilidade de contra histórias. Mas, diferente das histórias que sempre li, as histórias contadas por um jornalista são de pessoas reais, com vidas às vezes sofridas, mas sempre emocionantes. A oportunidade de escrever um perfil caiu como uma luva. Esse tipo de texto, que antes eu desconhecia ou ao menos não sabia exatamente o que era, permite não só contar histórias fascinantes como também abre um leque de possibilidade para a criatividade aflorar e para nós jornalistas não sermos tão 'sérios' quanto talvez seríamos produzindo uma notícia, por exemplo. Ao receber a proposta de escrita desse texto, ponderei sobre quem escreveria e sabia que o perfil deveria ser de alguém que fez parte da minha história e que me inspira [...] Ao escolher a Dona Vera, vi uma oportunidade de conhecer mais alguém que sempre admirei, mas que, de fato, não conhecia fora do colégio. Ao conversar com ela, pude confirmar a imagem de mulher batalhadora que tinha dela. Após publicar o texto, receber o feedback de tantas pessoas da comunidade foi extremamente satisfatório e pude perceber o quanto ele fez diferença para todos que conhecem a Dona Vera. Depoimento do estudante Guilherme Peters.

Escrever o perfil sobre o professor Jorge Gustavo foi uma experiência muito enriquecedora. Desde os primeiros dias de aula, pude perceber que ele detinha um vasto conhecimento em assuntos diversos. Quando a professora Magali propôs o trabalho sobre o perfil, diversas ideias sobre quem poderia ser meu perfilado surgiram em minha mente, mas nenhum dos nomes parecia ser suficiente. Eu buscava uma pessoa comum, porém, com uma história que merecesse ser conhecida pelo mundo. [...] Ao abordá-lo sobre a proposta, ele me questionou sobre o motivo de escolhê-lo, ressaltando que era uma pessoa comum. No entanto, ele aceitou ser meu perfilado. Após conversar com sua esposa, alunos e colegas de trabalho, tive a certeza de que meu palpite sempre esteve correto. O professor Jorge Gustavo é um professor fora da curva. Estou profundamente satisfeita com a narrativa que construí, ao imortalizar a vida de uma pessoa comum, mas repleta de relatos motivadores que oferecem reflexões

valiosas. Depoimento de Caçane Maloz

Achei uma experiência incrível, contar a história de alguém desconhecido e com tantos detalhes; foi realmente um desafio, mas ao mesmo tempo muito empolgante. Contar a história rica de Mayara foi uma mistura de experiências, muito por conta de ser a primeira vez escrevendo um perfil. A parte de apuração, de buscar as informações de Mayara foi o que mais achei interessante. Ir atrás de pessoas próximas dela e conseguir informações, inclusive de momentos que seriam de grande importância para a produção do texto foi algo muito legal. Ter essa oportunidade de escrever sobre a história de alguém é emocionante, a Mayara possui deficiência auditiva e ver tudo que ela conquistou e ainda tem diversos sonhos para realizar sendo contados por mim é algo indescritível, principalmente pelo feedback da própria Mayara quando o texto foi publicado, ver que ela amou, me agradeceu e que queria colocar a capa em um quadro no seu quarto, foi de uma felicidade imensa. Muito feliz pela experiência de escrever um texto dessa importância e por ser publicado em um jornal relevante da região. Agradeço a oportunidade da professora Magali trazendo esse projeto para nossa turma; sem dúvida ficará marcado como um dos trabalhos mais importantes durante a formação como jornalista. Depoimento de Gabriel Cestari

Escrever uma reportagem de perfil foi uma experiência única e muito proveitosa, poder descobrir a história de uma pessoa, o jeito que ela vive, como ela trata o próximo, seus amigos, seus inimigos, toda essa apuração e escrita é uma coleta de conhecimento sobre a comunidade ao seu redor.

Poder contar uma história de vários pontos de vista diferentes é muito interessante, além de que a história não precisa ser contada de forma cronológica [...], a reportagem de perfil certamente é um gênero jornalístico muito interessante e, claro, muito divertido de escrever. Depoimento de Thiago Aláudio Marques

Sinceramente, não recordo de ter lido um produto jornalístico como “perfil” antes dessa atividade. Se li, infelizmente não dei a devida importância e isso me chamou a atenção pois sempre gostei de ouvir as histórias de vida das pessoas. Essa atividade abriu a minha mente, não somente como estudante de jornalismo, mas como pessoa. As pessoas são como são, ou melhor, estão como estão, pelos episódios cotidianos. Tudo é mutável. Escrever sobre a Rosane, foi mergulhar de forma muito superficial em uma vida profunda, vasta de vivências e incógnitas. Alguém que, como trouxe na chamada do texto publicado, “se renova conforme a vida pede e os anos transcorrem”. Foi uma atividade repleta de desafios, talvez por ser literalmente, a minha primeira atividade como jornalista, pela escolha da personagem, pelo peso de ser algo que seria publicado, ou pelo simples fato de ouvir e contar. Como contar ou sobre o que contar sobre alguém que as pessoas possivelmente já conheçam... mas o que elas conhecem?! Quem entrevistar para contar sobre alguém que eu mesma não conheço? Esse é o tipo de desafio que quem pensa demais, se depara com muitos dilemas. Como abre alas de uma vida no jornalismo, me sinto honrada por tudo que aprendi, entendi e vivi. Pela condução da professora, pela escolha da persona e pela minha sensibilidade em assumir aos 29 anos que o meu caminho é no jornalismo. Depoimento de Anna Coiroló

Como foi escrever um perfil? Foi um mix de experiências e desafios. [...] Quando liguei para ele [o perfilado, Vilmar Minozzo], pedindo autorização para fazer o perfil, achei que não fosse conseguir. Achei que ele não tinha gostado da ideia. Mas me contou que iria passar por uma perícia e tinha receios de tamanha exposição que um jornal de referência regional poderia proporcionar. Ao entender a proposta, deu tudo certo. [...]. Cada depoimento me fez chorar e refletir como são os ciclos da vida. (Com o atravessamento então, mais uma vez, não segurei a emoção, e dessa vez no expediente de trabalho, rs). “eu li várias vezes o meu perfil e isso me fez refletir...”. “eu não consegui dormir direito após ler isso, passou um filme pela minha cabeça...”. “Gabriel, parabéns pela apuração. Você f

ez eu conhecer minha própria história...”. Faço questão de destacar essas palavras que me foram ditas por Minozzo, logo após apresentar o resultado do perfil. Poucas palavras, e com emoção, me fez reconhecer que todo o trabalho valeu a pena. Se um texto escrito por mim impactou uma pessoa para o bem, logo cumpri o meu papel. Depoimento de Gabriel Langaro

Escrever esse perfil me fez aprender que, fazendo uma boa pesquisa e boas perguntas, uma pessoa aparentemente comum pode se tornar muito interessante aos olhos de quem lê. Mesmo aqueles que não ocupam posições de destaque ou realizam feitos extraordinários podem ter visibilidade por pequenas ações. Escrever o perfil de Wilson Duarte foi uma experiência enriquecedora. Além de ter a oportunidade de produzir um perfil pela primeira vez e aprender, na prática, essa abordagem me proporcionou uma visão mais autêntica da vida do personagem, permitindo-me conhecê-lo melhor e transmitir sua história de forma mais genuína. Depoimento de Isabela Gorges

Nos fragmentos dos relatos colhidos junto à turma após a execução dos trabalhos, é possível perceber os impactos assumidos com a produção para cada estudante, no âmbito individual de sua formação e trajetória. Chama a atenção especialmente a sensação de contribuir para a valorização das pessoas perfiladas na comunidade onde atuam e o protagonismo percebido por cada estudante no processo de construção do trabalho. A parceria estabelecida com o portal O Município Blumenau garantiu visibilidade e amplo alcance aos textos, que circularam por toda a região e resultaram em reações positivas de cada pessoa perfilada, conforme registraram os depoimentos colhidos com estudantes. Também se traduziu nos números de acessos e aos conteúdos produzidos e publicados no site de O Município. A experiência serviu para mostrar

possibilidades da produção do gênero perfil na formação em jornalismo, apresentando oportunidades de experimentar outros formatos e contribuir efetivamente nas comunidades onde estão inseridos.

## O uso da IA no ensino sobre perfil

Antes de apresentarmos os dados propriamente ditos, trazemos uma breve discussão sobre a Inteligência Artificial, em especial a generativa. Afinal, ela traz discussões e problematizações à sociedade, as quais perpassam questões como limitações (de uso e de resposta), propriedade autoral e questões éticas.

Um dos aspectos trazidos é justamente quanto às suas limitações, ou seja, ao utilizar IA é preciso ter um senso crítico apurado. Como menciona Morozov (8/2024, n.p), “[...] a corrida à IA tende actualmente a priorizar a rapidez e não a qualidade, como se viu no passado mês de Maio quando a função AI Overviews do Google recomendou que se pusesse cola na piza e se comessem pedras”.

Outras questões essenciais são o contexto e a complexidade das ações humanas, as metáforas, a ironia, as questões subentendidas que não são facilmente programadas e nem codificadas. “Um exemplo simples servia-lhes para ilustrar esta teoria: mandar alguém despir-se não significa de todo a mesma coisa consoante isso seja dito por um médico, um amante ou um desconhecido encontrado numa ruela sombria” (Morozov, 2024). Ressalta-se que essas questões fazem relação direta às produções textuais, em específico, às jornalísticas.

Aos computadores teria de se pedir que, além de modelizar os processos mentais humanos, dominassem uma variedade infinita de conceitos, comportamentos e situações, bem como o conjunto das correlações entre eles — dito de outro modo, teriam de compreender integralmente o quadro cultural da civilização humana, o único capaz de produzir sentido (Morozov, 2024).

Além disso, Morozov traz uma discussão sobre os interesses de capitais que envolvem o desenvolvimento e a manutenção de IAs. Em um estudo sobre o uso dessas ferramentas por estudantes ingressantes em cursos de bacharelados da UFSCar, há a informação de que “a IA está sendo rapidamente absorvida pela população latino-americana, e em especial a brasileira. Neste cenário, o problema que se impõe, além dos riscos de manipulação, são os riscos da dependência tecnológica do Norte Global” (Libardi, Costa, Miranda, 2024, p.5).

O estudo trouxe o reconhecimento dos estudantes sobre a complexidade que envolve as IA generativas,

[...] reconheceram que a IA<sub>g</sub> tende a reproduzir estereótipos de gênero e raça e que o acesso a essa tecnologia é limitado para aqueles que não têm acesso a dispositivos digitais e internet. A IA<sub>g</sub>, em vez de diminuir a desigualdade social, poderia ampliá-la, destacando a necessidade de um acesso mais equitativo às tecnologias básicas antes de considerar os benefícios mais avançados da IA<sub>g</sub>. Estes resultados nos alertam para a necessidade de que instituições de ensino invistam em capacitação e conscientização sobre o uso ético e responsável da IA<sub>g</sub>, abordando os benefícios e os limites desta tecnologia” (Libardi, Costa, Miranda, 2024, p.17).

Assim, é a partir da compreensão de que o uso de tecnologias, como a da Inteligência Artificial Generativa, envolve questões históricas, sociais e econômicas que partimos para a análise e compreensão dos resultados da entrevista ao *software*, a da comparação da produção textual feita pelo *software* e pelos (as) estudantes.

Assim, após a realização da prática de apuração, produção e publicação de um texto jornalístico autoral produzido pelos alunos do quarto semestre do curso de Jornalismo da FURB foram feitas duas ações. Em um primeiro momento, os alunos foram orientados a testarem o ChatGPT de duas maneiras: enquanto produtor de conteúdo e enquanto revisor de conteúdo. Para isso, eles foram orientados a inserirem os dados que possuíam de suas apurações e a solicitar ao *software* que ele agisse como um jornalista e elaborasse um perfil jornalístico a partir das informações ofertadas a ele. Depois, eles deveriam inserir o texto autoral deles e solicitar ao *software*: “corrija a coesão e a ortografia do trecho a seguir, ofertando mais clareza a ele. Na sequência, explique o que foi melhorado”. Após essas duas atuações, os alunos deveriam salvar as respostas, avaliá-las e responder um formulário com sete questões.

A primeira questão visava a compreender se os alunos já tinham utilizado a ferramenta antes e todos responderam que sim. Quando questionados sobre de qual forma e por qual motivo, cinco respostas mencionaram a correção dos textos e criação de títulos, uma a geração de notícias após a inserção de dados e duas para auxílio em atividades acadêmicas e pesquisas do dia a dia.

Na sequência, eles foram questionados sobre a redação do ChatGPT e apenas um aluno considerou a resposta gerada pelo *software* adequada, embora dependente de revisão humana: “O texto demonstrou um grande potencial e na minha opinião só precisaria de mais um toque de personalização”. Os outros alunos mencionaram que a produção feita não foi adequada e entre as motivações estavam: inserção de conteúdos e informações não condizentes com a realidade e vocabulário desconexo com o universo jornalístico, conforme exemplificam os depoimentos a seguir:

1 - “Na geração de notícias, o ChatGPT tende a substituir vocabulários simples por aqueles utilizados em contextos de literatura - impróprios para a atividade jornalística. Sobre quaisquer outros assuntos, a ferramenta tende a abordar várias possibilidades de forma sucinta.”, 2 - “Acho que na redação do ChatGPT ele não conseguiu ser tão profundo na história, e acabou padronizando uma linguagem só no texto todo.” 3 - “O ChatGPT adjetivou as frases em excesso. Não há indicativos que as ruas de Nova Prata são animadas, conforme descreveu o ChatGPT. Por esta razão, ficou um texto cansativo para leitura”.

Quando questionados sobre a contribuição do *software* na revisão do material, um aluno respondeu que fez muita diferença: “melhorou a escrita do texto significativamente”; dois que a revisão foi boa, mas que é necessária uma revisão humana ao final para garantir que todas as alterações propostas façam sentido: “Boa, entretanto são necessárias melhorias humanas; boa, porém é preciso que um humano revise novamente para garantir que as correções façam sentido”. E os outros cinco afirmaram que não houve contribuição, conforme exemplos a seguir: “Para o meu texto vi que não surtiu tanta diferença”; “Boa, mas sincera-

mente gostava do jeito que estava”; “Foram poucas alterações feitas, colocando frases e palavras que não faziam falta no texto final”.

Mesmo com a discordância sobre a contribuição do software para a elaboração do texto no formato perfil, todos os alunos afirmaram que consideram a ferramenta útil e que a utilizariam novamente. A maioria para a realização de correção ou como ponto de partida para a escrita a partir da inserção de dados por “economizar o tempo da produção” e “gerar inspiração”.

Além dos alunos preencherem um formulário, eles salvaram e encaminharam as respostas geradas pelo ChatGPT. Durante a análise, identificamos algumas questões que não contribuem para a formatação do perfil jornalístico. A primeira delas foi o uso inadequado de palavras, muitas delas adjetivadas e sofisticadas. Para exemplificar, trouxemos um trecho a seguir:

Nascida em 29 de junho de 1955, na **pitoresca** cidade de Santa Mariana, no coração do Paraná, Vera Lúcia de Oliveira é uma figura emblemática que há 22 anos tem deixado sua marca no Colégio Salesiano São Paulo, localizado na **acolhedora** cidade de Ascurra, em Santa Catarina. Vera, como é **carinhosamente** conhecida por todos, é descrita por colegas, alunos e comunidade escolar como uma pessoa **solícita**, carinhosa e **profundamente honesta**. Desde **tenra idade**, demonstrou uma **disposição ímpar** para ajudar, algo que a acompanha até os dias atuais (Resposta ChatGPT, grifo nosso).

As palavras destacadas demonstram o excesso de adjetivo presente já no primeiro parágrafo do texto. O outro ponto encontrado nas respostas

foi a entrega de uma escrita pouco humanizada, com termos sofisticados e que fogem da linguagem jornalística, como no trecho a seguir “Nos meandros do mundo do design, a criatividade é a língua universal que transcende barreiras”.

Quanto à revisão identificamos alguns aspectos importantes para serem levados em consideração na reflexão sobre o ensino da prática jornalística. O primeiro deles é que tanto nas respostas dos alunos quanto na entrega da revisão pelo ChatGPT fica nítido que os alunos que possuem mais domínio da escrita e clareza sobre a produção realizada recebem pouca contribuição do *software*. Como destacou um dos alunos em uma observação acrescida no formulário “Observações: percebi poucas ou quase nenhuma mudança, ele apenas alterou algumas palavras por sinônimos”.

Além dessa questão, há três aspectos centrais que merecem cuidado. O primeiro é que o *software*, no processo de revisão, muitas vezes expande informações, mas, ao fazer isto, acaba inventando fatos que não existiam. O segundo é a padronização da linguagem. Como o próprio *software* justificou em uma resposta: “A linguagem foi padronizada ao longo do texto para manter a consistência e evitar ambiguidades”. Contudo, ao fazer isso, o *software* retira repetições que podem ter sido inseridas propositalmente pelo autor e, muitas vezes, perde especificidades das falas dos entrevistados.

O terceiro aspecto é sobre a organização das ideias para a “melhor fluência” que o ChatGPT faz. Como ele justificou: “Foi feita uma revisão na

paragrafação para separar os diferentes tópicos e momentos narrativos, facilitando a leitura e a compreensão”. Todavia, ao fazer isto corre-se o risco de se perder a hierarquização das informações por grau de importância. Vejamos, no texto original do aluno, o primeiro parágrafo estava assim estruturado:

Na batalha contra o vírus que matou mais de 700 mil brasileiros, Vilmar Augusto Minozzo emergiu como um farol de esperança e resiliência. Gaúcho, nascido em Veranópolis e criado em Nova Prata, vive no Vale do Itajaí há pelo menos 37 dos seus 56 anos de existência - mudou-se para Blumenau em fevereiro de 1986.

Já na reformulação feita pelo *software*, o parágrafo ficou assim disposto:

Nascido nas colinas tranquilas de Veranópolis, mas moldado pelas ruas animadas de Nova Prata, Vilmar Minozzo é uma figura que se entrelaçou profundamente com a paisagem sonora do Vale do Itajaí. Com seus 56 anos de vivência e paixão incansável pelo jornalismo esportivo, ele se tornou uma presença reconhecível e amada em toda a região.

É possível identificar que, com o ajuste do *software*, além da inclusão de palavras adjetivadas que não contribuem para a versão final do texto, foi retirado o gancho central do texto: a superação do vírus Covid. Por fim, a última percepção que se teve ao analisar a resposta do *software* a todos os textos submetidos a ele é que, embora as narrativas sejam diferentes, todas acabaram sendo padronizadas e ficando muito próximas em seus estilos. As especificidades autorais, de modo geral, não foram mantidas.

## Considerações Finais

A experiência da produção do formato perfil com os estudantes demonstrou a importância e o impacto que esse tipo de texto pode assumir. Segundo dados repassados pelo editor-chefe do portal O Município Blumenau, jornalista Cristóvão Vieira, o total de *pageviews* com as publicações alcançou 14.667. Dentre eles, alguns impressionaram, como o caso do perfil da professora Maria das Graças, escrito pelo estudante Enzo Kawakubo. Assim, embora a indústria jornalística direcione para textos de *hard news*, majoritariamente estruturados no formato notícia, não há como negar o poder que os textos mais apurados, sofisticados em termos de experimentação da linguagem e literários possuem.

Além da repercussão, o exercício de produção e publicação do perfil jornalístico impactou significativamente os estudantes, não apenas pelo formato diferenciado e pela visibilidade na mídia local, mas também pelo processo investigativo envolvido. Em um cenário onde a apuração aprofundada tem sido cada vez menos vivenciada tanto por estudantes quanto por profissionais do jornalismo, a experiência ressaltou a importância desse tipo de prática para o desenvolvimento de uma reportagem mais aprofundada.

Por outro lado, no cenário predominante da produção jornalística que exige agilidade e pouco aprofundamento, o uso das ferramentas de inteligência artificial se faz cada vez mais importante e necessário. Contudo, fica nítido, pelos dados coletados e pela própria percepção dos

alunos, que o uso do *software* se dá enquanto agilidade e facilidade, mas não necessariamente pela qualidade.

No experimento aqui relatado a ferramenta não se mostrou eficiente na revisão e nem na produção do formato perfil, embora entregue estrutura adequada ao tipo de texto, conforme já descrito em Pereira (2023). Todavia, isso não quer dizer que não há benefícios do uso da IA na produção de texto jornalístico, e sim que há um caminho necessário a ser percorrido para que essa relação fique cada vez mais fluida e harmônica. Há outros softwares como, por exemplo, *bypasschatgpt* e *undetactable.ai* que humanizam textos de IA, que merecem ser testados e analisados, assim, como a produção dos outros formatos jornalísticos. Todavia, até o momento, o que podemos afirmar é que as IAs podem contribuir, desde que vistas como realmente são: ferramentas para auxiliar e complementar a atividade humana e, portanto, quanto mais domínio e clareza a pessoa tiver sobre suas atividades profissionais melhor uso da IA ela terá.

## Referências

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas: 2001. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5706220/mod\\_resource/content/1/Pesq\\_a%C3%A7%C3%A3o\\_metodologia\\_conhecer\\_agir.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5706220/mod_resource/content/1/Pesq_a%C3%A7%C3%A3o_metodologia_conhecer_agir.pdf). Acesso em: 23 out, 2023.

BELTRÃO, Luiz. Jornalismo Opinativo. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRUM, Eliane. A vida que ninguém vê. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. O olho da rua. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

CARNEIRO DOS SANTOS, Márcio. Entrevistando um Robô: notas sobre a aplicação

experimental da metodologia EEAF usando a ferramenta ChatGPT de inteligência artificial. Revista Comunicação e Inovação. São Caetano do Sul: USCS, 2023. Disponível em [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/8987](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8987). Acesso em 10 de julho de 2023.

DINES, Alberto. O papel do jornal. São Paulo: Summus, 1986.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. (Jornalismo a rigor. v. 6.).

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

LIBARDI, Guilherme Barbacovi; COSTA, Flávia Cesarino; MIRANDA, Suzana Reck. **Entre a apatia e a desconfiança: apropriações da inteligência artificial generativa por jovens estudantes**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, n.º 156, p. 121-138, ago.-nov. 2024. ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X. Equador: CIESPAL. Disponível em: <https://www.revistachasqui.org>. Acesso em 02 de mar. de 2025.

MAIA, Marta. **Perfis no jornalismo: narrativas em composição**. Florianópolis: Insular, 2020.

MAIA, Marta. Perfil. In: Zamin, Angela; Schwaab, Reges (orgs.). **Tópicos em Jornalismo: redação e reportagem** Organizadores: Angela Zamin e Reges Schwaab; Prefácio de Rogério Christofolletti – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2021.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco (org.). **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2020.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir: a função da universidade e os obstáculos para sua realização**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012.

MOSER, Magali. **O método da reportagem**: um estudo a partir de depoimentos de repórteres especiais. Tese de doutorado em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234583> Acesso em 15 out, 2024.

MOROZOV, Evgeny. **Uma outra inteligência artificial é possível**. Le Monde Diplomatique - Edição Portuguesa. 08/2024. Disponível em <https://pt.moneddiplo.com/2024/08/uma-outra-inteligencia-artificial-e-possivel.html> Acesso em 02 de mar. de 2025.

MOROZOV, Evgeny. **Big techs**: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu editora, 2018.

PARCERIA entre O Município Blumenau e Curso de Jornalismo da FURB lança série de perfis. **O Município Blumenau**. Blumenau, 02 out, 2023. Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/parceria-entre-o-municipio-blumenau-e-curso-de-jornalismo-da-furb-lanca-serie-de-perfis/> Acesso em: 23 out, 2023.

PEREIRA, Clarissa Josgrilberg. **O uso da Inteligência Artificial na produção de gêneros jornalísticos**: uma análise experimental com o ChatGPT. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUCMinas – 2023.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & biógrafos**: Jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002

VILAS-BOAS, Sérgio. **Perfis**: como escrevê-los. São Paulo: Summus, 2003.

TALESE, Gay. **Fama e anonimato**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

# Jornalismo em quadrinhos: um gênero híbrido ou uma área do Jornalismo?

*Vinicius Pedreira Barbosa da Silva*  
(Universidade de Brasília e Instituto Brasileiro de Ensino,  
Desenvolvimento e Pesquisa)

## Introdução

A partir da metodologia de revisão bibliográfica não sistematizada de caráter qualitativo, este trabalho propõe discutir se o jornalismo em quadrinhos pode ser considerado um gênero jornalístico híbrido (Lima, 2013; Gomes, 2009; 2012; 2020), retomando trabalhos anteriores (Barbosa da Silva, 2012; 2013) ou se essa definição como gênero precisa ser rediscutida, sendo mais profícuo pensarmos o jornalismo em quadrinhos como uma área de pesquisa e prática jornalística que engloba diferentes gêneros jornalísticos (Barbosa da Silva, 2017; 2020; Paim, 2020; Menezes, 2020a; 2020b; Souza Júnior, 2010; Ramos, 2016).

Argumentamos que a própria amplitude do termo jornalismo em quadrinhos, conforme adotado neste trabalho, se torna uma forma de abarcar os diferentes fazeres e gêneros jornalísticos junto com os quadrinhos enquanto linguagens autônomas. Essa percepção leva em consideração as singularidades dos dois campos, apesar da hibridização, sendo trabalhadas de formas complementares. Há atravessamentos sem a perda dos contornos próprios.

Essa perspectiva reforça a longa relação entre as duas formas narrativas na história da imprensa e no próprio desenvolvimento das temáticas dos quadrinhos e do jornalismo. Os quadrinhos vêm passando por longo processo até se legitimarem, cada vez mais, como produtos de pesquisa acadêmica, com o reconhecimento do seu potencial estético, político e artístico – hoje sendo denominados também de nona arte (Ramos; Vergueiro, 2009; Moreira, 2017; Barbosa da Silva, 2017). Do lado do jornalismo, há o processo de diversificação de narrativas jornalísticas com novas formas de narrar acontecimentos, no contexto do surgimento de novas mídias e suportes.

Conforme exposto em reflexões prévias (Barbosa da Silva, 2020; 2017), sem cair em anacronismos que considerem qualquer manifestação artística ou cultural como quadrinhos – isto é, com algum grau de sequencialidade narrativa na disposição das imagens –, é possível pensar em três movimentos diacrônicos para realmente falarmos em quadrinhos no entendimento moderno. Eles não são estanques e se influenciam transversalmente no tempo.

Com esse intuito, é preciso apontar, como primeiro movimento, a influência de trabalhos que podemos chamar de tradição do ‘desenhar para contar’ (Chute, 2016), isto é, produções de narrativas visuais com o objetivo de serem testemunhos e documentações históricas, podendo materializar situações de traumas, memórias de acontecimentos e experiência de vida; diz respeito a uma era pré-fotográfica e pré-audiovisual, na qual o testemunho era realizado, também, pela arte do de-

senho para além da escrita<sup>[24]</sup>.

O segundo movimento está na evolução da sofisticação sequencial da narrativa de histórias com imagens vindas da arte, tendo como exemplos o ilustrador inglês William Hogarth (1697-1764), a literatura em estampas do suíço Rudolph Töpffer (1799-1846), do pintor alemão Willhem Busch (1832-1908) e o trabalho de Georges Colomb (1856-1945) – mais conhecido pelo pseudônimo Cristophe (Moya, 1986; Chute, 2016).

Por anteciparem alguns dos elementos dos quadrinhos modernos, tais como requadros (molduras dos quadrinhos) e a sequencialidade das imagens, esses artistas abriram espaço para a construção da linguagem em quadrinhos ao combinar, de forma complementar, a relação entre palavras e imagens. Portanto, complexifica-se, ao longo dos anos, as relações estéticas das linguagens, como as sarjetas<sup>[25]</sup> (espaço entre quadros das histórias em quadrinhos) e a disposição sequencial em forma de narrativas para contar histórias.

---

<sup>[24]</sup> Passando pelos trabalhos de representação de testemunhos e traumas, por exemplo, de Jacques Callot (1592-1635), Francisco Goya (1746-1828) ou pelos special artists e artistas repórteres em Revistas Ilustradas. Podemos citar William Simpson (1823-1899), Constantin Guys (1802-1892), Frank Vizetelly (Chute, 2016; Dutra, 2003; Duncan, Taylor e Stoddard, 2016; Paim, 2020; Barbosa da Silva, 2020; Hogarth, 1967), entre outros. Dessa forma, faz-se parte de uma tradição da história da arte e que perpassa também por artistas que trabalhavam como espécies de correspondentes – seja de guerra, reportando viagens, retratando a natureza, produzindo trabalhos satíricos sobre a sociedade e política, entre outras atribuições, a depender das intencionalidades traçadas pelos autores e publicações.

<sup>[25]</sup> O termo varia de acordo com a abordagem adotada. É possível ter outras denominações, tais como: calha, hiato, não espaço. Seu uso pode trazer a ideia de movimento, fixação, elipse, tempo etc. Em outras palavras, é um elemento tensionado simbolicamente entre ausência e presença narrativa.

Por fim, o terceiro movimento traz o papel da imprensa no desenvolvimento dos quadrinhos como os conhecemos hoje, iniciado com os suplementos dominicais e suas narrativas pictográficas. Na imprensa norte-americana temos o papel pioneiro do *The Yellow Kid*, responsável pelo termo ‘jornalismo amarelo’ – por causa da cor da roupa dele –, ou o também chamado jornalismo sensacionalista. O personagem Mickey Dugan, de Richard F. Outcault, é um dos precursores da continuidade e popularidade dos quadrinhos nos jornais, assim como o uso de balões[1] enquanto elemento de linguagem quadrinística. Ainda na imprensa estadunidense, podemos citar também a influência de nomes de artistas como A.B. Frost (1851-1928) e F.M. Howarth (1864-1908) (García, 2012).

A.B. Frost conseguia, em sua obra, representar a passagem do tempo a partir da “encruzilhada da imagem múltipla e sequencial da qual sairão também o cinema e a animação” (García, 2012, p. 63). Já Howarth trabalhava a relação entre as tiras cômicas norte-americanas e o ambiente de suas temáticas – lugares urbanos e interações entre vizinhos – características que influenciarão obras nas quais há o diálogo do requadro e elementos de arquitetura de modo frequentes<sup>[27]</sup>.

Somado a isso, há o surgimento das primeiras séries em quadrinhos consideradas artísticas, como os exemplos de *Little Sammy Sneeze*

---

[26] Representando a fala e pensamento dos personagens e narradores, os balões ganharam diversas formas com intencionalidades estéticas diferentes, a depender do que se quer construir como efeitos de sentido. Da mesma forma, o apêndice (espécie de extensão do balão que indica o emissor) (Ramos, 2009).

[27] Inspiração, inclusive, para algumas obras, tal como a aclamada produção em quadrinhos de Chris Ware, *Building Stories* (2012).

e o surrealismo de *Little Nemo in Sumberland* (1905), ambos de Winsor McCay – para ficarmos em apenas um autor.

No que diz respeito ao Brasil, é importante citarmos o papel de Ângelo Agostini (1843-1910) e sua contribuição. Ele é considerado o precursor dos primeiros quadrinhos brasileiros, com suas publicações e “reportagens gráficas” (Dutra, 2003; Menezes, 2020a). Um recurso utilizado por Agostini já era o de desenhar os fatos<sup>[28]</sup>, aproximando-se de uma história em quadrinhos moderna, por meio de desenhos e das legendas abaixo deles – em jornais como *O Cabrião*, em meados do século XIX. Dessa forma, os leitores podiam ver as cenas através da representação visual feita pelo desenhista (Ramos, 2012).

Tal particularidade entre imagem e texto dá outra dimensão para o denominado desenho ilustrativo (Groensteen, 2015), superando a perspectiva do texto escrito se sobressair como foco principal em relação à imagem. Isso porque os desenhos ilustrativos costumavam apresentar-se de forma mais decorativa e para contemplação, sem influir diretamente no desenrolar da narrativa. Texto e imagem, então, passam a, constantemente, fortalecer a potencialidade expressiva entre si – a relação entre ambos pode ficar mais orgânica, inclusive para o jornalismo em quadrinhos.

Exemplos não faltam dessa relação entre quadrinhos, jornalismo e im-

---

[28] Nesse sentido, pesquisadores apontam que Agostini pode ser considerado um dos possíveis pioneiros do jornalismo em quadrinhos (Dutra, 2003; Ramos, 2016), em uma perspectiva não europeizada ou norte-americana – mas brasileira.

prensa, ainda que, muitas vezes, de forma experimental ou, ainda, sem grandes perspectivas e reflexões sobre a própria produção, que seria precursora do que hoje podemos chamar de jornalismo em quadrinhos. Para citarmos um entre vários, tem-se o trabalho de Robert Ripley, que engloba ilustrações e informações sobre eventos esportivos e conta com a ajuda da pesquisa de Norbert Pearlroth, do jornal *New York Globe*, no começo do século XX ou com os trabalhos posteriores com a consolidação dos quadrinhos tanto mercadologicamente quanto tematicamente (Duncan, Taylor & Stoddard, 2016).

## Condições históricas para a legitimação do jornalismo em quadrinhos

Enquanto as amarras criativas, temáticas e comerciais dos quadrinhos eram questionadas em meados dos anos 1960, principalmente com o surgimento da contracultura e dos quadrinhos *underground*<sup>[28]</sup>, ganha-se a legitimidade de abordagens mais realistas e experimentais dos enredos, fortemente impregnados de crítica social e representações dos cotidianos.

As influências das produções tornam-se transnacionais, com atravessamentos estilísticos e de assuntos, em produções e revistas de

---

<sup>[29]</sup> *Comix* – corruptela, vinda do *underground*, do termo *comics*, isto é, os quadrinhos comerciais norte-americanos. Críticas eram feitas com situações de censura e até autocensura das editoras, como no caso do *Comics Code Authority* nos EUA. Nesse momento histórico, os quadrinhos eram vistos como um dos causadores da delinquência juvenil, sendo deformadoras dos bons costumes e educação infantil por causa das abordagens temáticas – visão influenciada pelo livro e ideias do psiquiatra Frederic Wertham, em *Sedução dos Inocentes* (1954).

vanguardas em diferentes regiões do mundo. Na tentativa de mudar o preconceito sobre os quadrinhos, Will Eisner utiliza a expressão *graphic novel*, de forma a buscar dar respeitabilidade aos quadrinhos como prática sociocultural e de comunicação ao trazer histórias de cunho social e assuntos ‘sérios’, com sua obra “Um contrato com Deus e outras histórias de cortiço” (1978).

Contudo, esse termo é ponto de discussão entre pesquisadores da área. Embora seja, frequentemente, associado a Eisner em muitos estudos, já havia sido utilizado pelo crítico de quadrinhos norte-americano Richard Kyle, em 1964, e também por Henry Steele na revista *Fantasy Illustrated*, de 1966. Segundo Waldomiro Vergueiro (2011) explica, outras obras no formato apareceram antes, entre elas, *Jungle Book* (1959), de Harvey Kurtzman, e *Beyond time and again*, de George Metzger (1976). Esse último é um dos primeiros artistas norte-americanos a ser influenciado diretamente pelos mangás (a grosso modo, histórias em quadrinhos japonesas).

A questão é que *graphic novel* torna-se um termo guarda-chuva não limitado a categorias de um gênero ou a apenas alguns gêneros dos quadrinhos. Ela é tão ampla que engloba estilos e abordagens muito diferentes – desde produções ficcionais a categorias de não ficção (história, biografia, reportagem, documentário, educacional e outros) (Gravett, 2005).

Apesar dessa questão, as *graphic novels*<sup>[30]</sup> conseguem quebrar a barreira entre os quadrinhos industrializados e os alternativos, de modo a criar

condições para um mercado diferenciado temática e esteticamente. Isso ajuda no surgimento de obras de não ficção, inclusive mais autobiográficas, como *Binky Brown meets the Holy Virgin Mary* (1972), de Justin Green, após a veia aberta pelo *underground*. Esse foi uma forte inspiração para diversos autores e artistas ao longo dos anos.

No âmbito do jornalismo, vimos o crescimento de outras perspectivas de narrativas críticas ao jornalismo convencional, principalmente com o Novo Jornalismo (também chamado de *New Journalism* ou Jornalismo Literário). O contexto dessas produções jornalísticas também se dava com os movimentos de contracultura e *underground* e defendia-se a utilização de elementos estilísticos literários para as produções jornalísticas.

As reportagens passam a ser publicadas em formato de livros – nesse caso os chamados livros-reportagens –, com maior liberdade de abordagem e tempo de apuração, em comparação às redações. Outra influência para o jornalismo literário foi a *Geração Beat (os Beats)*, vanguardista na reprodução das próprias experiências dos autores (sexo, drogas, críticas políticas fortes). O lide tradicional era, portanto, contestado com outras formas de narrativas jornalísticas.

Nomes como Tom Wolfe, Norman Mailer, Gay Talese, Michael Herr, Lester Bangs, Truman Capote, Hunter S. Thompson<sup>[31]</sup>, entre outros, surgem com críticas às rotinas de produção das redações e com a propos-

---

[30] Destaque para o crescimento dos álbuns encadernados de histórias em quadrinho, que traziam enredos completos de personagens anteriormente publicados na forma de capítulos em revistas (*comics books*), como *Tintin*, *Spirou*, *Méetal Hurlant* ou *Pilote* na Europa e outras experimentações ao redor do mundo. As *graphic novels* tornam-se uma espécie de ampliação e compilação das histórias em quadrinhos para publicação como livros, com a construção de narrativas mais longas e complexas.

ta de fazerem reportagens mais densas e profundas – buscando retomar as grandes reportagens investigativas, também em termos de estilo e experimentação, inserindo, na reportagem, elementos da narrativa do romance.

Essa efervescência criativa e crítica, tanto no mundo dos quadrinhos quanto no do jornalismo, não demoraria a ter seus entrecruzamentos, especialmente por causa dos formatos para consolidação editorial: livros-reportagens e as *graphic novels*. Na esteira dos quadrinhos baseados em fatos reais – como *Gen – pés descalços*<sup>[32]</sup>, de Keiji Nakazawa, ou *Maus*<sup>[33]</sup>, de Art Spiegelman, abre-se o espaço para produções como a de Joe Sacco, que cunha o termo *comics journalism* (jornalismo em quadrinhos) com sua obra *Palestina* (2011)<sup>[34]</sup> – muito embora tenhamos exemplos de experimentações anteriores, conforme dito.

O trabalho de Sacco é apenas uma maneira de produzir reportagens em quadrinhos, sem prescrição do que deve ser feito na área. No seu início, também bebeu na tradição dos quadrinhos autobiográficos (Souza Júnior,

---

[31] Um dos fundadores do *jornalismo gonzo*, que defende narrativa em primeira pessoa e rejeita o conceito de objetividade jornalística.

[32] Publicado em fascículos entre 1972-1973. O enredo retrata a vivência do autor na explosão da bomba atômica em Hiroshima, sua cidade natal, quando tinha apenas 7 anos de idade, e mostra a capacidade da linguagem quadrinística para o tratamento de temas áridos e espinhosos, explorando questões políticas e sociais complexas, também em termos de geopolítica.

[33] O primeiro volume, em formato de livro, aparece em 1986. Spiegelman narra a história do seu pai, Vladek, sobrevivente do Holocausto, através de desenhos antropomórficos (judeus são ratos, nazistas gatos, poloneses porcos, americanos cães). Foi o primeiro quadrinho ganhador do Pulitzer – categoria especial –, em 1992, ajudando na consolidação editorial dos quadrinhos de não-ficção (sejam autobiografias, memórias, jornalismo etc.).

[34] Narrativa compilada como livro, pela primeira vez, em 1996.

2020). Desse modo, o jornalismo em quadrinhos como nomenclatura, ganha espaço como um **saber-fazer** jornalístico (Gomes, 2020). Em outras palavras, criado na prática para, depois, ser teorizado.

Nessa contextualização e mescla de linguagens, surgem discussões e questionamentos se o *New Journalism* seria mais literatura ou jornalismo ou – do outro lado – se os quadrinhos poderiam ser considerados literatura. Para nós, as duas abordagens nada mais são do que uma forma de procurar rótulos socialmente aceitos ou academicamente prestigiados.

Trabalhos como o de Rocco Versaci (2007), por exemplo, apontam que as obras de Joe Sacco são “Novo Jornalismo revisitado”, enquanto autores como Ana Paula Silva Oliveira e Mateus Yuri Passos (2009) conseguem encontrar as sete características do jornalismo literário em Palestina, de Joe Sacco, identificando tal obra como “jornalismo literário em quadrinhos”.

Baseados na classificação de Norman Sims acerca da reportagem em quadrinhos de Sacco, Oliveira e Passos (2009) identificam: imersão do repórter na realidade; voz autoral; estilo; precisão de dados e informações; uso de símbolos; digressão e humanização. Contudo, dentro da tradição dos quadrinhos de não ficção ou baseados em fatos reais, tais características também podem ser encontradas. Tais características também podem ser encontradas, pois não são apenas literárias do jornalismo literário.

Concordamos, nesse sentido, com a crítica de Juscelino Neco de Souza

Júnior (2010, p. 98), para quem “essas tentativas de classificação e análise da reportagem em quadrinhos a partir do referencial do jornalismo literário surgem da falta de proposições teóricas que se adequem especificamente a essa manifestação”.

Além disso, há uma limitação de conhecimento teórico sobre quadrinhos e acerca de determinadas áreas, como o próprio jornalismo literário, para a legitimação das produções. Conforme argumenta Luiz Fernando Menezes (2020b), em perspectiva parecida, ao analisar os gêneros do discurso no jornalismo em quadrinhos brasileiro:

JHQ [jornalismo em quadrinhos] não é um novo gênero, mas, sim, uma denominação, um rótulo dado a trabalhos de diferentes gêneros do Jornalismo que foram finalizados por meio da linguagem dos quadrinhos, que entendemos como sendo composta pela narração sequencial por meio de elementos verbais e imagem (tradicionalmente desenhadas), sendo que as palavras, quando presentes, apresentam-se por meio de balões que abrigam falas e pensamentos, legendas e onomatopeias (Cagnin, 2014). Por isso, não é possível falar que o JHQ seja um gênero, ou que ele deveria ser denominado reportagem em quadrinhos, já que, na verdade, conseguimos encontrar entrevistas, perfis e notícias com a linguagem das histórias em quadrinhos [...] (Menezes, 2020b, p. 12).

Ou, como Francisco de Assis (2014) afirma em suas pesquisas, “[...] jornalismo literário não consiste em gênero, mas em técnica – uma gama de técnicas, melhor dizendo, propícia ao desenvolvimento de formas de expressão bem elaboradas [...]” (2014, p. 149). É, portanto, uma técnica de utilização de recursos ficcionais da literatura para estilizar os relatos no e

do jornalismo, mas não dá mas não dá sustentação para uma definição categórica ou para identificação do gênero jornalístico. Nesse caminho, o jornalismo em quadrinhos seguiria rumo parecido, na mescla entre técnica, estética e área.

## Atravessamentos entre gêneros dos quadrinhos e gêneros jornalísticos

Com esse escopo, temos outros desafios. A tentativa de definição de Scott McCloud (2006, p. 9) sobre o que seriam os quadrinhos – “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador” - é tão ampla que poderia abarcar desde desenhos rupestres, pintura tradicional egípcia, entre outras manifestações imagéticas. Pela variedade de gêneros, estilos e técnicas na produção quadrinística, é difícil encontrar alguma conceituação unânime do que sejam quadrinhos. Contudo, como apontado anteriormente e pelo próprio McCloud, a relação com a imprensa se torna primordial.

Autores como Thierry Groensteen (2015) chegam a dizer que algum tipo de definição do que são os quadrinhos é inencontrável. Isso porque a dificuldade em conceituar os quadrinhos vem justamente do fato dos seus elementos constitutivos de linguagem não serem obrigatórios em todas as suas abordagens (uso de balões, apêndices, requadros, linhas cinéticas, onomatopeias, etc.). É consenso, no entanto, que a presença do viés de uma narrativa seja ponto essencial. E isso pode produzir entrecruzamentos com as narrativas jornalísticas.

Os gêneros em quadrinhos são diversos, mas durante muito tempo estavam relacionados apenas a conteúdos cômicos (*kid strip*, *animal strip*, *family strip*, entre outros). No final da década de 1920, temas de aventura e ficção científica são introduzidos e as tiras em quadrinhos, diárias, passam a ter a possibilidade de ganhar mais espaço fora dos jornais, com o desenvolvimento dos comic books (gibis<sup>[35]</sup> no Brasil), que nada mais são do que a compilação das tiras para um formato narrativo completo em volumes, em formato de revista. Há o investimento em produções narrativas originais e, com novas produções, novos gêneros e personagens fixos com histórias mais desenvolvidas ganham terreno com o passar do tempo.

Para o pesquisador Paulo Ramos (2009), o excesso de nomes para denominar determinadas produções e gêneros em quadrinhos se dá pela falta de conhecimento das próprias características e de reflexões sobre os próprios quadrinhos, em termos de pesquisa e, também, por preconceito contra seu potencial expressivo. O autor reforça, no entanto, que é preciso falar em gêneros para que haja entendimento e leitura mais aprofundada e crítica dessas produções, inclusive para saber do que trata determinado texto e imagem que, muitas vezes, passam a acompanhar algum processo para que a prática seja compreendida e realizável. O mesmo se aplica ao falarmos dos gêneros jornalísticos e de suas finalidades.

---

<sup>[35]</sup> Ainda que consagrada no Brasil, no senso comum, como sinônimo de revistas em quadrinhos, o termo tem história controversa, pois nos anos 1930 era frequentemente utilizado com conotação racista, primeiro significando “menino negro”, “negrinho”, “tipo feio e grotesco”. Depois, em 1939, a editora Globo lança publicação denominada Gibi, mas que trazia representação estereotipada negativamente de um menino negro – o qual se tornou mascote da obra. Para maiores detalhes, ver: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg3ldpgvgnlo> Acessado em 12 abril 2024.

A partir da perspectiva de Dominique Maingueneau(2006) acerca do termo hipergênero, Ramos afirma que os quadrinhos seriam, então, um grande rótulo que “agregaria diferentes outros gêneros, cada um com suas peculiaridades” (2009, p. 20). Nesse viés, é possível identificar três comportamentos teóricos nos estudos dos gêneros em quadrinhos. São eles: 1) os quadrinhos como um grande rótulo que abriga diferentes gêneros; 2) gêneros de cunho cômico, como charge, cartum, caricatura e tiras ou, num espectro mais amplo, humor gráfico ou caricatura – em termos mais gerais; 3) aproximação de parte dos gêneros, como charges e tiras cômicas, da linguagem jornalística e no fato de serem textos publicados em jornal.

As três perspectivas são válidas e o que muda é o enquadramento em que elas serão pesquisadas. Por exemplo, se pensarmos nas narrativas baseadas em fatos reais no mundo dos quadrinhos, temos a possibilidade de abarcar os quadrinhos de não ficção – dentre os quais podemos apontar a produção dos quadrinhos jornalísticos. Se mudarmos o enfoque para o campo do jornalismo, poderemos entender como jornalismo em quadrinhos. Ou seja, o foco desloca-se para a prática de apuração e técnicas jornalísticas junto à linguagem dos quadrinhos.

Em outra perspectiva a abordagem de autores como Adair Bonini et al (2014) e Lenaide Innocente (2014) identificam, por exemplo, a tira em quadrinhos, em termos de estrutura e função, como um gênero do jornal impresso (ou hipergênero<sup>[36]</sup>, no que diz respeito a suporte). Contudo, com novas práticas jornalísticas a cada nova mídia, essa percepção é passível de ser revista em outros espaços de produções de jornalismo, vis-

to que os suportes cada vez mais se diversificaram com o avanço das tecnologias, de modos de narrar e de fazer jornalísticos para além do jornal tradicional trazidos nesse sentido.

Dessa forma, os fazeres e gêneros jornalísticos aceitariam ser construídos junto com as linguagens dos quadrinhos (entrevistas<sup>[37]</sup>, reportagens, perfis<sup>[38]</sup>, notícias, entre outros) e com influências de gêneros em quadrinhos para sua composição narrativa e estética (obras autobiográficas, biográficas, quadrinhos históricos, relatos de viagens e assim por diante).

No Brasil, a abordagem teórica mais comum acerca dos gêneros jornalísticos é a funcionalista, ou seja, aquela direcionada por modelos classificatórios apontando “a finalidade das composições discursivas da produção jornalística (se informativa, se opinativa, se interpretativa)” (Seixas, 2009, p. 46), além de modelos classificatórios de gêneros discursivos. Conforme discorre Luiz Fernando Menezes (2020a; 2020b), a função e finalidade foi uma abordagem desenvolvida principalmente nos estudos de José Marques de Melo.

---

<sup>[36]</sup> Tendo como ponto de partida a teoria do gênero baseada em John Swales, o hipergênero aqui diz respeito à “metodologia de identificação de estruturas textuais e dos eventos comunicativos que elas perfazem, para que estes possam ser confrontados” (Bonini, 2014, p. 38).

<sup>[37]</sup> Casos de entrevistas em quadrinhos temos trabalhos como o de Pablito Aguiar e do argentino Liniers.

<sup>[38]</sup> Como perfis em quadrinhos podemos citar, por exemplo, *The Fixer* (2003), de Joe Sacco, e *Raul* (2018), de Alexandre de Maio. Este último autor, em parceria com a também jornalista Andrea Dip, produziu a reportagem em quadrinhos *Meninas em Jogo*, o qual ganhou o prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo de 2014.

Essa classificação foi aprofundada a partir dos estudos pioneiros de Luiz Beltrão (1976), que já apontava a necessidade de repensar o jornalismo a cada novo uso dos ‘mídias’ que surgiam para que tivesse sua finalidade primordial de “(...) informar e orientar as populações de uma região determinada e de todo o mundo” (Beltrão, 1976, p. 14). Baseado na teoria funcionalista, Beltrão dividia a produção jornalística em três gêneros – informativo, opinativo e interpretativo. Segundo análise de Luiz Fernando Menezes, Marques de Melo acrescentou e classificou

os textos produzidos pela indústria jornalística por ‘intencionalidade dos relatos’ e ‘natureza estrutural dos relatos’ (SEIXAS, 2009, p. 63), entendendo intencionalidade como a função determinante dos textos (reprodução do real, leitura do real) e natureza estrutural como a relação entre os acontecimentos, expressão jornalística e a apreensão pela coletividade (Menezes, 2020b, p. 17).

Em diálogo com Beltrão e após críticas de Chaparro (2008)<sup>[39]</sup>, Marques de Melo adiciona, então, os gêneros utilitário e diversional, conforme o quadro abaixo.

---

<sup>[39]</sup> O pesquisador faz uma análise das produções noticiosas portuguesas, espanholas e brasileiras e as relações com os gêneros jornalísticos nesses países. Em sua percepção da abordagem brasileira à época, ele via limitações de uma divisão apenas entre opinião e informação. E sua investigação contribuiu para ajustes nas classificações de Marques de Melo.

Quadro 1 – Gêneros e formatos do Jornalismo segundo Marques de Melo<sup>[40]</sup>

Gêneros	Beltrão (1976)	Marques de Melo (2016)
Informativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História de interesse humano</li> <li>• Notícia</li> <li>• Reportagem</li> <li>• Informação pela imagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota</li> <li>• Notícia</li> <li>• Reportagem</li> <li>• Entrevista</li> </ul>
Opinativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Editorial</li> <li>• Artigo</li> <li>• Fotografia e ilustração</li> <li>• Crônica</li> <li>• Charge/Caricatura</li> <li>• Colaboração do leitor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Editorial</li> <li>• Comentário</li> <li>• Artigo</li> <li>• Resenha</li> <li>• Coluna</li> <li>• Crônica</li> <li>• Caricatura</li> <li>• Carta</li> </ul>
Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reportagem em profundidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador</li> <li>• Cotação</li> <li>• Roteiro</li> <li>• Serviço</li> </ul>
Utilitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação pela imagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dossiê</li> <li>• Perfil</li> <li>• Enquete</li> <li>• Cronologia</li> </ul>
Diversional		<ul style="list-style-type: none"> <li>• História de interesse humano</li> <li>• História colorida</li> </ul>

Fonte: Costa, 2010 apud Menezes (2020b, p.18).

Por motivos de espaço neste texto, não iremos discorrer sobre todas as características de cada um deles, mas é interessante pontuar que, nessa perspectiva teórica brasileira, há cinco gêneros jornalísticos diferentes (in-

<sup>[40]</sup> Quadro retirado originalmente de Menezes (2020b), o qual foi organizado a partir de Costa (2010). A última atualização de Marques de Melo, antes do seu falecimento em 2018, está presente em Marques de Melo e Assis (2016).

formativo, opinativo, interpretativo, utilitário e diversional), segundo os quais são classificados de acordo com suas finalidades. A partir deles, há diversos formatos, que dizem respeito a variantes dentro de um mesmo gênero – conforme tabela apresentada.

Nesse sentido, os enunciados e os discursos jornalísticos colocam-se como categorias ou classes, que agrupam determinadas características que podem variar e se interpenetrar. As fronteiras entre um gênero e outro não são estanques, de forma que “buscam tão-somente sinalizar a principal finalidade dos conteúdos jornalísticos, uma vez que as fronteiras entre informação, opinião, interpretação, diversão e serviço não são extremamente rígidas, a ponto de que um gênero possa ser considerado puro” (Assis, 2010, p. 17). Dessa forma, concordamos com a seguinte argumentação de Juscelino Souza Júnior:

A percepção dos quadrinhos como uma mídia e forma artística autônoma nos permite inferir que a introdução da prática jornalística não cria novos gêneros e, ainda menos, uma nova forma de expressão. As HQs simplesmente conseguem comportar alguns gêneros tradicionais do jornalismo impresso (notícia, reportagem, coluna, entrevista, editorial, artigo e resenha, até o momento) adaptando-os à nova mídia e utilizando-se de sua linguagem e potencialidades (Souza Júnior, 2010, p. 23).

Este trabalho filia-se a essa visão, entendendo que a amplitude do termo jornalismo em quadrinhos engloba os diferentes fazeres e gêneros jornalísticos construídos com elementos das linguagens quadrinísticas. É, dessa maneira, uma expressão que “sintetiza o diálogo que pode existir entre os dois campos, mas que não deve ser confundida com um gênero jornalístico e/ou quadrinístico” (Ramos, 2016, p. 208).

Dessa forma, entendemos o jornalismo em quadrinhos como área tal como o caso do webjornalismo, radiojornalismo, telejornalismo, jornalismo impresso (Paim, 2020; Barbosa da Silva, 2017), jornalismo imersivo, entre outros – sendo que, cada um desses campos produz gêneros jornalísticos a partir das particularidades das próprias linguagens e dos suportes narrativos.

Será, portanto, jornalismo a partir da intencionalidade que esse gênero trará e da formação do contrato de comunicação/pacto de leitura com os leitores para legitimar tal produção como jornalística a partir de apuração, condução de entrevistas e produção de conteúdos, também utilizadas nesses campos de produção jornalísticas, ao descrever “o uso da linguagem dos quadrinhos para o exercício de atividades jornalísticas” (Paim, 2020, p. 73).

Ainda segundo o pesquisador Augusto Paim, em grande esforço analítico, há a dificuldade de identificar um “*típico* trabalho de jornalismo em quadrinhos” (2020, p. 69), em face das diferentes concepções dos autores e pesquisadores, em diferentes contextos de produção. Os termos oscilam, referindo-se direta e/ou indiretamente ao jornalismo em quadrinhos. Conforme explica Paim, se levarmos em conta o viés dos quadrinhos jornalísticos, podemos citar as seguintes nomenclaturas já utilizadas: ‘quadrinho de não-ficção’, ‘jornalismo gráfico’, ‘jornalismo visual’, ‘quadrinho político’, ‘quadrinho documental’, ‘quadrinho histórico’, ‘reportagem desenhada’, ‘quadrinhos históricos’, ‘quadrinhos biográficos’, ‘jornalismo ilustrado’, ‘*urban sketching*’, ‘*carnets de voyage*’, ‘*drawing protests*’, ‘*fumetti di realtà*’, ‘ensaio visual’, ‘quadrinho-ensaio’, ‘charge’,

'caricatura', 'quadrinho (auto)biográfico', '*graphic memoir*' e '*graphic novel*' (Paim, 2020). Ou, ainda, 'reportagem gráfica', 'HQ-reportagem' e 'reportagem visual' (Menezes, 2020b).

No caso de quadrinho documental e de não ficção, há a problemática da falta de especificidade dos dois termos, relegando as singularidades do jornalismo a outros contextos não necessariamente jornalísticos – mas com atravessamentos nos campos de conhecimento da História ou das biografias, com outros métodos de produção. Ressalte-se que, até mesmo um quadrinho ficcional pode se tornar um documento com o passar dos anos, “se tornando um registro de uma época” (Paim, 2020, p. 70).

Há pesquisadores, como Felipe Muanis (2013) e Moacyr Cirne (2005), que propõem a nomenclatura dos quadrinhos de não ficção como quadrinhos documental. No caso de Muanis, as histórias em quadrinhos de cunho jornalístico seriam aquelas nas quais o autor se retrata como personagem do próprio relato, tendo sido chamados genericamente de quadrinhos jornalísticos. Embora na análise de Muanis essa característica e a emergência dos quadrinhos autobiográficos sejam explicadas, ele traz, também, o cinema para a discussão, afirmando que “todos os relatos autorreferentes em quadrinhos têm sido genericamente chamados de quadrinho jornalístico” (Muanis, 2013, p.45). O pesquisador propõe uma ampliação da ideia de quadrinho jornalístico para quadrinho documental, de modo a reforçar o diálogo da autoreferencialidade com o cinema documentário.

De certa forma, esse paralelo ocorre por serem narrativas visuais e, tam-

bém estratégias de produção estética. Como exemplo, o autor traça relações em trabalhos de jornalismo em quadrinhos com o documentário do cinema *vérité*, de Jean Rouch (nos momentos em que retrata seus medos, erros e acertos, testemunhos)<sup>[41]</sup>. Contudo, enxergamos que essa tentativa recai nos mesmos equívocos das comparações do jornalismo em quadrinhos com o novo jornalismo. Moacy Cirne (2005, p. 58) já alertava para essa possibilidade crítica ao explicar que:

[...] a rigor, nunca tivemos um quadrinho-documentário, nunca tivemos um quadrinho baseado em episódios e/ou fatos que estejam 'acontecendo' como dados concretos do real nosso de cada dia. Um 'quadrinho-verdade' – aparentando com o 'cinema-verdade', por exemplo – soará estranho para qualquer quadrinheiro, seja ele criador, pesquisador, ou simplesmente leitor. Mesmo as biografias quadrinizantes que conhecemos de personalidade da política, da ciência, da arte, e assim por diante, não passam de relatos romanceados, sejam eles bons ou não. Decerto, há o caso de um quadrinho que se pretende jornalístico, no campo do quadrinho-reportagem.

Podemos depreender, nesse caso, que o gênero informativo com o formato jornalístico reportagem traz uma discussão interessante, visto que foi o mais frequentemente utilizado para produzir jornalismo dentro do jornalismo em quadrinhos como área. Contudo, como termo para prática e análise, o jornalismo em quadrinhos não se limita a reportagens como formato dos gêneros jornalísticos na seara das pesquisas brasileiras. Por isso, o termo “quadrinho documental” acaba sendo muito

---

[41] A autora Hilary Chute (2016) também pincela algumas dessas possíveis relações.

amplo, indo além do aspecto jornalístico e obras com outras características podem ser colocadas, também, sob o guarda-chuva<sup>[42]</sup> dessa expressão (exemplos de Guy Deslile, Marjane Satrapi, Will Eisner, Emmanuel Guibert, entre outros).

Para Augusto Paim (2020), as singularidades do jornalismo ‘ilustrado’, ‘visual’ e ‘gráfico’ para se referir ao jornalismo podem fazer alusão a trabalhos que utilizem a imagem apenas como acompanhantes de um texto jornalístico, ou melhor, um acessório – tal como o desenho ilustrativo citado anteriormente. E isso restringiria o uso das narrativas em quadrinhos aos desenhos, ignorando obras que utilizam também fotografias para tanto – como no exemplo anterior de Emmanuel Guibert ou na reportagem em quadrinhos, São Francisco<sup>[43]</sup>, de Gabriela Güllich e João Velozo.

No caso de *‘urban sketching’*, *‘carnets de voyage’* e *‘drawing protests’*, são terminologias que deixam clara “a presença do autor do trabalho no local dos acontecimentos” (Paim, 2020, p. 71), podendo ser um exercício artístico e autoral ou como característica de reportagens e notícias. Mas isso não significa trazer um modelo único, necessário para a produção de narrativas jornalísticas em quadrinhos.

O que torna o quadrinho uma produção jornalística ou o jornalismo

---

[42] Obras com características de autobiografias, relatos de viagens e outros. Embora com base em experiências de vida e realidade dos personagens, em grande parte, não possuem viés jornalístico – tampouco métodos de apuração.

[43] Entre indicações de diversos prêmios importantes, a obra foi vencedora do Prêmio HQMix 2020, na categoria de Publicação Independente de Autor.

entendido como **prática** e **saber-fazer**. Essa profusão de termos muitas vezes mais confunde do que esclarecem sobre as características próprias do jornalismo em quadrinhos como área – com seus atravessamentos.

Embora incipientes para o que hoje se entende como jornalismo em quadrinhos, pode-se perceber nesse contexto a existência de diferentes produções com vieses e influências jornalísticas em variados níveis. Para deixar claro, portanto, pode-se diferenciar os termos em jornalismo **em** quadrinhos e **de** quadrinhos.

A primeira nomenclatura evoca, essencialmente, a narrativa das linguagens jornalística e quadrinística trabalhadas, na prática, de forma conjunta durante a apuração e escolhas estéticas. É obra baseada em processos jornalísticos de apuração para apresentação de informações no formato **em** quadrinhos. Sobre o jornalismo **de** quadrinhos, pode-se dizer que é aquele especializado em discutir sobre a linguagem e produções na área dos quadrinhos – sendo algo mais amplo. É possível acrescentarmos o jornalismo **com** quadrinhos – adaptações de reportagens que não foram especificamente pensadas para esse meio, como o uso de quadrinhos em infográficos, isto é, quando se utilizam alguns dos recursos quadrinísticos para dinamizar as produções informativas (Barbosa da Silva, 2017).

De forma similar, Paulo Ramos (2016) afirma que podem existir até quatro pontos de diálogo entre o jornalismo e os quadrinhos, os quais são articulados da seguinte maneira pelo pesquisador: 1) jornalismo **em** quadrinhos – são as ocorrências nas quais os gêneros do jornalismo (e os formatos reportagem, entrevista, notícias, perfil etc.) são produzidos como

história em quadrinhos (como espécie de suporte de linguagem, um complementando o outro); 2) jornalismo **com** quadrinhos – apropriação da linguagem dos quadrinhos para produzir material informativo – uso de balões, por exemplo; 3) quadrinhos **com** jornalismo – narrativas que utilizam as características do profissional de imprensa para dar sequência às histórias (exemplos de Homem-Aranha, Super-Homem, Tintin, entre outros); ou seja, são narrativas nas quais os personagens principais são jornalistas ou fotojornalistas<sup>[44]</sup>); e 4) jornalismo **sobre** quadrinhos – aquele especializado sobre resenhas e notícias das produções quadrinísticas.

## Considerações finais

Neste trabalho procuramos, a partir de revisão bibliográfica e teórica, conduzir discussões e reflexões sobre o jornalismo em quadrinhos poder ser considerado como área ou como gênero híbrido. Para tanto, tomamos como base uma das perspectivas brasileiras de pesquisas sobre gêneros no jornalismo. Cientes de que os gêneros não são estáticos e podem ter interconexões e atravessamentos entre si, defendemos que o jornalismo em quadrinhos é uma área do jornalismo na qual diferentes formatos (reportagens, perfis, crônicas etc) dos gêneros jornalísticos (informativo, opinativo, interpretativo, utilitário, diversional) podem ser abordados na combinação de dois campos autônomos como linguagem – quadrinhos e jornalismo.

---

<sup>[44]</sup> Por exemplo, histórias que focam na atividade jornalística dos personagens Peter Parker e Clark Kent – e seus alter-egos Homem-Aranha e Super-Homem, respectivamente –, o que traz consequências éticas em seus trabalhos como jornalistas na imprensa (Kanno, 2006).

Desse modo, além de aceitar influências de gêneros em quadrinhos para sua composição narrativa e estética, como os de não-ficção, é preciso entender o jornalismo em quadrinhos como uma área de pesquisa e produção, não simplesmente mais um gênero híbrido jornalístico surgido historicamente. Faz-se importante lembrar que, no âmbito da não-ficção, encontramos produções autobiográficas, biográficas, históricas, memórias, diários, relatos de viagem, jornalísticas, entre outras, embora não sejam nosso objeto de pesquisa neste trabalho.

Elementos como representação do autor nas histórias, humanização, precisão de dados e informações não são exclusivos do jornalismo, tampouco da literatura – ou do jornalismo literário. Os quadrinhos também possuem histórico com a utilização dessas ferramentas na construção de narrativas com seus respectivos gêneros “dos” e “nos” quadrinhos.

Dessa forma, levando em consideração as singularidades e potencialidades tanto do jornalismo como dos quadrinhos, temos diversos exemplos de produções que fazem uso dos diferentes gêneros jornalísticos com a linguagem dos quadrinhos. Focamos em uma análise não exaustiva da utilização de gêneros jornalísticos no jornalismo em quadrinhos, entre outras abordagens de gêneros jornalísticos produzidos em quadrinhos.

Diante do exposto neste artigo, argumentamos ser mais profícuo pensarmos o jornalismo em quadrinhos como área do jornalismo que trabalha em conjunto com as linguagens jornalísticas e quadrinísticas –

ambas com igual importância para a narrativa –, como modos de potencializar questões dos gêneros e formatos do jornalismo, em termos de suas finalidades, em serem informativo, opinativo, interpretativo, utilitário e/ou diversional. Tal como outros campos do jornalismo, a relação jornalismo e quadrinhos reverberam de forma similar para outras áreas do jornalismo e mídias – tal como do radiojornalismo ao webjornalismo, por exemplo – com suas características e singularidades.

## Referências

ASSIS, Francisco de. **Gênero diversional**. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). Gêneros jornalísticos no Brasil. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 141-162.

ASSIS, Francisco de. **Jornalismo diversional: função, contornos e práticas na imprensa brasileira**. (444p.). Tese (Doutorado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/712>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BARBOSA DA SILVA, Vinícius Pedreira. **As histórias em Quadrinhos como Gênero Jornalístico Híbrido: o Jornalismo em Quadrinhos**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012.

BARBOSA DA SILVA, Vinícius Pedreira. **Narrativas jornalísticas em quadrinhos: Representações de identidade palestina em Joe Sacco**. 210fp. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília (UnB), 2017.

BARBOSA DA SILVA, Vinícius Pedreira. **Os quadrinhos como fazer jornalístico**. In: 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo SBPJor, 2013.

BARBOSA DA SILVA, Vinícius Pedreira; LADEIRA MOTA, Célia (Orgs.). **Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas**. Florianópolis: Insular, 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo: Filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BONINI, Adair. **O projeto gêneros do jornal – da organização retórica**. In: BONINI, Adair; FERRETI-SOARES, Vanessa; JUNIOR, Carlos; LIMA, Vanessa (Orgs.). Os

gêneros do jornal. Florianópolis: Insular, 2014, p. 15-23.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

CHUTE, Hillary L. **Disaster drawn**: visual witness, comics, and documentary form. London: Havard University Press, 2016.

CIRNE, Moacy. **A escrita dos quadrinhos**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

Continuum, 2007.

DUNCAN, Randy; TAYLOR, Michael Ray; STODDARD, David. **Creating comics as Journalism, Memoir & Nonfiction**. London: Routledge, 2016

DUTRA, Antônio Aristides Corrêa. **Jornalismo em Quadrinhos**: a linguagem quadrinística como suporte para reportagens na obra de Joe Sacco e outros autores. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ, 2003.

GARCÍA, S. **A novela gráfica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GOMES, Iuri Barbosa. **Notas sobre o Jornalismo em Quadrinhos no Brasil**: das pesquisas acadêmicas aos livros-reportagem. In: BARBOSA DA SILVA, Vinícius Pedreira; LADEIRA MOTA, Célia (Orgs.). **Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas**. Florianópolis: Insular, 2020, p. 111-129.

GOMES, Iuri Barbosa. **Jornalismo em Quadrinhos: território de linguagens**. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 32, 2009, Curitiba, PR. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0894-1.pdf>>. Acesso 08 junho 2024.

GOMES, Iuri Barbosa. **Jornalismo em quadrinhos: território de linguagens**. In: MELO, José Marques de; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 145-154.

GRAVETT, Paul. **Graphic novel: everything you need to know**. New York: Collins, 2005.

GROENSTEEN, Thierry. **O sistema dos quadrinhos**. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2015.

HOGARTH, Paul. **The artist as reporter**. London: Studio Vista / New York: Reinhold, 1967.

INNOCENTE Lenaide Gonçalves. **A tira em quadrinhos**. In: In: BONINI, Adair; FERRETI-SOARES, Vanessa; JUNIOR, Carlos; LIMA, Vanessa (Orgs.). Os gêneros do jornal. Florianópolis: Insular, 2014, p. 201-213.

KANNO, Maurício de Paula. **Jornalismo nas histórias de super-heróis: os quadrinhos de Clark Kent e Peter Parker**. 156p. TCC, Universidade de São Paulo, 2006.

LIMA, Marcelo Oliveira. **O jornalismo em quadrinhos enquanto gênero: uma análise a partir da obra de Joe Sacco**. 79p. TCC, Universidade Federal da Bahia, 2013.  
MAINGUENEAU, Dominique. Discurso Literário. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2016.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: MBooks, 2005.

MENEZES, Luiz Fernando. **Gêneros do discurso jornalístico no Jornalismo em Quadrinhos**. In: Barbosa da Silva, Vinícius Pedreira; Ladeira Mota, Célia (Orgs.). Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2020a, p. 95-111.

MENEZES, Luiz Fernando. **Gêneros do discurso no Jornalismo em Quadrinhos brasileiro**. 148p. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 2020b.

MOREIRA, Djenane A. **Jornalismo em HQ: A narrativa de Joe Sacco na Guerra da Bósnia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). 150p. Universidade de Brasília, 2017.

MOYA, Álvaro de. **História das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUANIS, Felipe. **O quadrinho documental e a tradução da cidade**. In: Revista 9ª Arte, v. 2, São Paulo, 2013, p.45-57.

OLIVEIRA, Ana Paula S.; PASSOS, Mateus Y. **Joe Sacco: Jornalismo literário em quadrinhos**. In: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1126-2.pdf>>. Acessado em 8 jun 2024.

PAIM, Augusto. **Apontamentos sobre a área do jornalismo em quadrinhos e o gênero da reportagem**. In: BARBOSA DA SILVA, Vinícius Pedreira; LADEIRA MOTA,

Célia (Orgs.). **Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas**. Florianópolis: Insular, 2020, p. 63-95.

RAMOS, Paulo. **Jornalismo em quadrinhos ou jornalismo com quadrinhos?** In: RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Paulo. **Baseado em fatos reais**. In: RAMOS, Paulo. **Revolução do gibi: a nova cara dos quadrinhos no Brasil**, 2012, p. 273-311.

RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro. **Muito além dos quadrinhos: análise e reflexões sobre a 9ª arte**. São Paulo: Devir, 2009.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação**. Covilhã: LabCom Books, 2009.

SOUZA JÚNIOR, Juscelino Neco. **Autobiografia e reportagem em quadrinhos**. In: Barbosa da Silva, Vinícius Pedreira; Ladeira Mota, Célia (Orgs.). **Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas**. Florianópolis: Insular, 2020, p. 161-181.

SOUZA JÚNIOR, Juscelino Neco. **Imagem, narrativa e discurso na reportagem em quadrinhos de Joe Sacco**. 158p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94406>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VERGUEIRO, W; RAMOS, P; CHINEN, N (Orgs.) **Enquadrando o real**. São Paulo: Criativo, 2016, p. 196-229.

VERGUEIRO, Waldomiro. **De marginais a integrados: o processo de legitimação intelectual dos quadrinhos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

VERSACI, R. **This book contains graphic language – comics as literature**. London: Continuum, 2007.

# A prática do jornalismo sindical sob a ótica do conceito de intelectual orgânico – entre a técnica e o engajamento

*Adriana Cristina Alves do Amaral*  
Universidade Metodista de São Paulo

Neste texto, propomo-nos a refletir sobre a prática do jornalismo sindical como gênero jornalístico, baseando-nos na revisão de literatura e experiência empírica como pesquisadora acadêmica, jornalista e diretora sindical. Dialogaremos com os achados resultantes dos conceitos de Intelectual Orgânico (Gramsci, 2020), Mídia Radical (Downing, 2004) e Decolonialidade (Villanueva, 2023), para discorrer sobre uma atividade profissional que soma à técnica o engajamento político. Nosso ponto de partida foi a dissertação de mestrado da autora, intitulada *O Jornalismo Sindical no Enfrentamento da Reforma Trabalhista de 2017: Uma análise de conteúdo dos jornais sindicais*.

Acreditamos que jornalismo sindical é uma forma de comunicação direcionada para um público-alvo, com características sinérgicas e/ou complementares, e tem o objetivo de informar para mobilizar categorias laborais em suas demandas trabalhistas. Um jornalismo especializado, engajado, que tem se expandido da sua versão impressa para a digital, mas nem sempre exercido por jornalistas profissionais e/ou jornalistas sindicalizados em seu próprio sindicato.

Não há um consenso em torno de o jornalismo sindical ser ou não um gênero jornalístico; às vezes é confundido com assessoria de imprensa ou

comunicação corporativa. Jornalistas que trabalham em sindicatos costumam se identificar como jornalistas alternativos, comunitários, engajados entre outras definições. A literatura utiliza várias formas de abordagem: jornalismo de informação sindical, comunicação sindical, imprensa trabalhista, jornalismo/imprensa popular dentre outras.

Ao longo deste estudo, esperamos confirmar a nossa hipótese de que o jornalismo sindical (voltado aos trabalhadores de uma base laboral ou associado a uma central sindical e/ou federação) é um gênero jornalístico. Também, que o jornalista sindical é intelectual orgânico e o jornalismo sindical é anti-hegemônico e decolonizador.

Buscaremos compreender em que gênero comunicacional está inserido o jornalismo sindical. Seria uma modalidade de comunicação popular, como definiu Fígaro (1993, 2016) ou estaria inserido no conceito mídia radical, como defende Downing (2004, 2008) ou mesmo um gênero de jornalismo especializado, direcionado à classe trabalhadora, visando à transmissão de ideias, como acredita Gianotti (1998, 2004).

Amaral (2020) ressalta tratar-se de “um meio importante de difusão de informação, que tem o seu papel consolidado ao longo da história”. Um jornalismo de resultados muito delimitados, mas longe de ser definido consensualmente. “A comunicação plena, absoluta, total é impossível” (Marcondes Filho, 2008, p. 14).

As mídias alternativas integram, de acordo com Downing, o conceito de Mídia Radical, que se contrapõem à informação formal, oficial, hegemôni-

ca. Forma-se assim uma contrainformação que “expande o âmbito da informação de reflexão e da troca, a partir dos limites hegemônicos” (Downing, 2004, p.81).

Podemos afirmar que o jornalismo sindical apropria-se das tecnologias de informação e suas técnicas para a prática jornalística. Contudo, mesmo sendo um gênero de jornalismo voltado para os trabalhadores, lembramos que falta representatividade entre a categoria laboral, o que configura um desafio para os sindicatos. “Poucos são sindicalizados ou participam das atividades sindicais” (Fígaro, 1993, p.6897).

Ao tratar-se o binômio comunicação e trabalho no campo da comunicação, propõe-se a reflexão sobre o conceito da comunicação como aquele necessariamente orientado pela práxis humana, a qual demanda a compreensão do sujeito na dinâmica da vida social e nas relações entre as classes em suas dimensões históricas (Fígaro, 1993, p.6725-6726).

A autora alerta para o modelo das empresas de comunicação brasileiras, no qual “os conglomerados de mídia estão entrelaçados aos grandes oligopólios internacionais” (Fígaro, 1993, p.6832), o que, em certa medida, prejudica a democratização dos meios de comunicação. Além disso, segundo a autora, ao relacionarmos comunicação e trabalho, é preciso abranger e compreender as relações de classe, afinal, “não há modelos prontos e acabados. Há a história e a experiência do passado para nos ensinar a trilhar novos caminhos” (Fígaro, 2008, p.147).

Entendemos que o conceito de Mídia Radical abrange mídia alternativa, engajada e anti-hegemônica, como propõe Downing, a partir da perspecti-

va gramsciana. Perguntamo-nos: seria o jornalismo sindical efetivo ou trata-se de uma questão de organização social?

Gramsci argumentava que a perspectiva oposta de futuro da nação, a hegemonia socialista, seria construída com o passar do tempo através do engajamento das massas — totalmente distinto da subordinação dos trabalhadores assalariados e pequenos agricultores, característica da hegemonia capitalista (Downing, 2004, p. 47).

Dialogando com Gramsci (1982, 2020), entendemos que o jornalista sindical, muito além de um técnico, acaba por comprometer-se com o processo histórico, tornando-se, assim, um intelectual orgânico. Ou seja, o jornalista envolve-se no contexto da luta sindical e realiza um jornalismo orientado para o trabalhador e com a própria condição de trabalhador, quando a formação acadêmica reflete na prática profissional. Ou seja, ao mesmo tempo em que exerce a sua função laboral, identifica-se, engaja-se e colabora para o processo de transformação social a partir do seu trabalho na difusão de informação.

Quando realiza um jornalismo popular que comunica para uma classe, a trabalhadora, o jornalista que atua em ambiente de sindicato se dispõe “a fazer uma disputa hegemônica. É querer afirmar, construir, consolidar uma nova hegemonia” (Gianotti, 2004, p.1490). Como trabalhador/jornalista influencia diretamente os demais trabalhadores, das diferentes categorias.

Falar em jornalismo sindical é falar em jornalismo especializado. Jornalismo dirigido a um público bem definido. Jornalismo para uma classe, seu estilo de vida, seus valores. Uma classe com história, sua cultura, seu futuro e, conseqüentemente, sua linguagem particular. (Gianotti, 1988, p.10).

A comunicação sindical, como outras formas midiáticas, no entanto, não é praticada exclusivamente por profissionais, principalmente após a ausência da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo. É comum agentes/assessores/diretores sindicais acumularem funções de “comunicadores” ou “influenciadores” e serem promovidos a jornalistas. Muitos, inclusive, conseguem comprovar a atividade e conquistam registro profissional. Alguns se sobressaem nas funções enquanto outros dificultam a prática de um jornalismo de qualidade, perpetuando chavões e retóricas.

O alto comando do sindicato é fonte de informação privilegiada, a quem o jornalista sindical recorre continuamente... Se, por um lado, é uma maneira cômoda e eficaz para obter as informações, por outro lado, ela pode resultar em uma familiarização perigosa para o profissional, na medida em que ele tenderá a acomodar-se e satisfazer-se destas fontes oficiais, renunciando à busca de fontes alternativas. É enorme o risco de reproduzir constantemente as manifestações e opiniões dos dirigentes e de fazê-las passar por informações (Araújo, 2009, p.81-82).

Mas, onde fica a voz do trabalhador na comunicação social, que nem sempre está presente? “Na base da categoria há companheiros que, se convidados e incentivados, podem integrar a equipe de comunicação” (Santiago, Gianotti, 1997, p.120). Os autores entendem que o trabalhador é fonte tanto de informações quanto dá feedbacks sobre as ações de comunicação sindical. “A base da comunicação sindical é palpável, concreta. Está intimamente ligada à ação... Ela é esclarecedora, formadora e, ao mesmo tempo, aglutinadora” (Santiago, Gianotti, 1997, p. 41).

## Jornalismo voltado aos trabalhadores

Com público-alvo específico, audiência constante e estendida à comunidade em que o trabalhador está inserido, trata-se de jornalismo que não visa ao lucro ou monetarização, sendo distribuído gratuitamente, porém subsidiado pela categoria, por meio da contribuição, imposto e ou filiação sindical. Apesar de as principais pautas desenvolvidas serem direcionadas à informação sobre as demandas sindicais e conscientização sobre os direitos trabalhistas, as mídias sindicais costumam abordar temas sociais, políticos, econômicos e prestação de serviços.

Iniciamos este estudo com uma revisão de literatura e somaremos a esta uma análise empírica, durante prática profissional, de quem acumulou as funções de pauteira, repórter, redatora e editora nas mídias impressas e digitais sindicais voltadas aos trabalhadores da base da pirâmide econômica, formada por trabalhadores dos segmentos de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana da cidade de São Paulo, no Brasil.

Nossa base de investigação é gramsciana, a partir do conceito de Intelectual Orgânico, mas alicerçada nos conceitos de Mídia Radical (Downing, 2004), Decolonização (Villanueva, 2023). Para isso, apoiamos na dissertação de mestrado, (2022) de nossa autoria, que analisou a cobertura dos jornais de três centrais sindicais durante o período de aprovação da Reforma Trabalhista (Lei nº.13.467) entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, no ano 2017, além de análise exploratória.

Ao analisarmos as edições de três jornais de sindicatos pertencentes a três centrais sindicais diferentes, concluímos que faltou um posicionamento mais claro dos veículos, ao informarem à população sobre a pauta comum: a Reforma Trabalhista. Naquele momento, os sindicatos viviam um período de indefinição quanto à sua própria sobrevivência enquanto entidades representativas e os jornalistas sindicais um tempo de incerteza profissional, frente à diminuição das redações sindicais e migração para as mídias digitais.

Os três jornais foram contundentes em suas colocações, apresentaram o problema ao trabalhador, porém não foi o bastante para reverter a aprovação da Reforma Trabalhista. Enfatizamos, contudo, que o papel da imprensa sindical é promover a difusão da informação para gerar conscientização, mas a mobilização requer contato e diálogo diário com os trabalhadores em ações sindicais distintas e diversificadas, enquanto a discussão política envolve outras vertentes de negociação que extrapolam a vontade/interesse da classe trabalhadora (Amaral, 2020, p.119).

Adiantamos considerar os jornalistas sindicais como formadores de opinião anti-hegemônica, decolonizadora e de contracomunicação, apesar de haver ideologias conseqüentes das variadas posições políticas dos dirigentes sindicais a quem os jornalistas estão submetidos. Por outro lado, eles vivenciam a precarização do trabalho (Braga, 2015; Rosso, 2017; Standing, 2019), pois nas redações dos sindicatos costuma faltar mão de obra especializada, o acúmulo das funções é constante e há vivência de subordinação a não técnicos, os dirigentes sindicais.

Conforme Gramsci (1982, p. 164), entendemos ser “dever da atividade

atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam num país”. O jornalista que atua em mídia sindical, apesar da técnica necessária na prática profissional, distingue-se do jornalista que trabalha em mídia tradicional pelo engajamento envolvido nas atividades laborais e seu entorno, mas também pelas relações de poder envolvendo as diretorias dos sindicatos e das centrais sindicais e sindicatos patronais. Dificilmente o jornalista sindical deixa de imergir na luta de classe, mas quando isso acontece, ele pode se tornar um crítico dos movimentos sindicais.

Nesse sentido, refletimos que a comunicação decolonial, no exercício do jornalismo sindical, baseia-se na “compreensão crítica” (Quijano, 2000) e na “comunicação humanizadora” (Villanueva, 2023). Sua prática, de certa forma, também exerce a comunicação para o desenvolvimento social (Gumucio-Dragon, 2011), pois se utiliza das técnicas utilizadas na mídia tradicional. Idealmente, um jornalismo que reflete sobre a realidade vivida e não se restringe apenas à questão laboral, mas também ao sentimento de pertencimento, por meio de conteúdos (reportagens, editoriais, crônicas, fotografias, dentre outros gêneros e formatos jornalísticos) que reflitam a realidade do leitor e participação comunitária, promovendo o engajamento do trabalhador e da comunidade onde este está inserido.

O jornalismo sindical, ao abordar pautas direcionadas às respectivas categorias laborais e publicar informações sobre interesses do trabalhador, decoloniza a cobertura midiática hegemônica. Um jornalismo que, na medida do possível, desvela “o padrão de dominação/exploração e

conflito articulado em torno do eixo capital-trabalho mercantilizado” (Quijano, 2000, p. 74, tradução nossa) do sistema capitalista. É decolonizador por “reconhecer e ressignificar identidades do trabalhador” (Villanueva, 2015, p.80, tradução nossa).

[...] A decoloniedade é tanto um horizonte de compreensão crítica da realidade social desde a história concreta dos povos subordinados AP domínio colonial e neocolonial como o desafio epistemológico e político libertador que se desprende de tal visão (Villanueva , 2023, p.142 – tradução nossa).

Ao apropriar-se dos meios para fazer uma comunicação alternativa (e idealmente participativa) em contraponto à hegemônica, os sindicatos, assim como as comunidades, corroboram para a emancipação social por seu caráter educacional coletivo. Uma comunicação que gera “propostas de ação” (Gumucio-Dragon, 2011).

A criticidade de uma pauta que envolva o sujeito pode corroborar para tomada de consciência, gerando ou não mudanças de postura pessoal e/ou coletiva. O jornalismo sindical implica e requer comprometimento com o processo de mudança a partir do exercício profissional. “O importante é que seja um estímulo para todos, pois nenhuma publicação pode substituir o cérebro pensante ou determinar ex-novos interesses intelectuais e científicos” (Gramsci, 1982, p.180).

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência própria da função, não apenas no campo eco-

nômico, mas também no social e no político (Gramsci, 1982, p.3).

Levando-se em consideração que o jornalismo integral, segundo o autor, não pode atender às necessidades de uma categoria, a segmentação profissional oferece a oportunidade, inclusive, de decolonizar a comunicação. No atual cenário de plataformação, algoritmos e práticas neoliberais, que influenciam sobremaneira o jornalismo como negócio, o jornalismo sindical, em certa medida, aproxima o jornalista dos leitores ao descentralizar a informação direcionada aos interesses da classe trabalhadora.

Nesse cenário, questionamos por que os sindicatos não ampliam a sua comunicação, visando, também, os trabalhadores não contemplados pela categoria que representam legalmente? Os grupos sociais, ponderamos, agregam perfis distintos de trabalhadores e uma comunicação abrangente poderia, inclusive, gerar maior audiência e até mesmo sindicalização. Através dos meios digitais, pela agilidade e pelas possibilidades de compartilhamento, as notícias chegam mais rapidamente até os leitores, diversificando-os.

Entendemos que a comunicação sindical, em certa medida, atualiza o conceito de *Ágora*, das reuniões das elites da Grécia Antiga aos achados de Habermas (2003). De acordo com o autor, para uma comunicação emancipadora é necessário o entendimento. “Dentro da esfera pública politicamente ativa os conflitos podem ser descarregados sobre uma base de interesses relativamente homogêneos e em formas relativamente razoáveis de deliberação” (Habermas, 2003, p. 232-234).

Até mesmo Assembleias de Trabalhadores e Convenções Coletivas de Trabalho são realizadas e discutidas, atualmente, em ambientes digitais. A *Ágora virtual*, que “conecta os usuários” (Recuero, 2009), até mesmo em Assembleias de Trabalhadores realizadas em ambientes virtuais.

Uma questão importante a ser debatida, no entanto, é se as plataformas digitais podem reforçar a prática de “injetar a informação”; remetendo à perspectiva da *Agulha Hipodérmica*<sup>[45]</sup>. Consideramos que as mídias digitais podem gerar a desinformação justamente pela falta da troca e da interação, tão importante para propiciar a reflexão, o engajamento e a luta coletiva. Ou seja, os pilares da comunicação sindical.

Provocando-nos a analisarmos a função “ideológica” do jornalismo, Moraes (2013) destaca que “a diversidade só se alcança com o fortalecimento das vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais” (Moraes, 2013, p. 607-609). O que Hall (2014, p. 120) entende como reconhecer-se através do contraponto com o diferente: “O sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas...”.

Ponderamos com Gramsci (1982) que mesmo no cenário da produção ‘mediatizada’, o intelecto se forma a partir de relações histórico-sociais, que estão em constante movimento. Talvez, caberia ao jornalista sindical dialogar e até mesmo pautar a mídia hegemônica e assim colaborar para

---

[45] Conceito desenvolvido pelo pesquisador Harold Lasswell em seus estudos comunicacionais

o processo de decolonização das pautas. Inclusive, como “mídia que contribuiu para a difusão de diferentes movimentos sociais em épocas de cerceamento da liberdade” (Downing, 2004, p.216).

Gianotti (1988) alerta que as palavras podem ser “chaves ou trancas” enquanto Gramsci (1982) é taxativo ao afirmar o papel do profissional de jornalismo - independentemente de onde ele atua, se na mídia segmentada ou não - para a difusão da informação mais ampliada, promovendo a contracomunicação.

É dever da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam num país. Todos. Isto é, com a exclusão apenas dos que têm um caráter arbitrário e amalucado, se bem que mesmo estes, com o tom que merecem devem pelo menos ser registrados (Gramsci, 1982, p.164).

No entanto, “identificamos o caráter contracomunicacional dos jornais sindicais, gerando informações que vão na contramão da mídia hegemônica” (Amaral, 2020, p.118). Mesmo o jornalismo sindical apresenta camadas de interesses que podem direcionar ou comprometer a formação de opiniões do leitor/trabalhador.

Do ponto de vista profissional, os jornalistas sindicais talvez mereçam mais atenção por parte dos sindicatos, em seu papel de formadores de opinião. Não apenas do trabalhador, mas dos diferentes perfis profissionais que atuam no sindicato. Ponderamos encaixar-se no perfil de “intelectual orgânico” que ao mesmo tempo é um trabalhador e representa uma parcela da classe trabalhadora, faz parte da categoria laboral e tem poder de fala para os demais, podendo assim, a partir das próprias necessidades de indivíduo/trabalhador, refletir, ecoar e somar as características de diferentes grupos de indivíduos. (Amaral, 2020, p. 119-120).

Além disso, a diversidade das categorias representadas, os locais e condições laborais envolvidas, por maior que seja a padronização da mídia sindical, sempre gerará a multiplicidade informacional (Strongren, 2017). Um desafio para os jornalistas que informam os trabalhadores, inclusive nos sindicatos patronais.

## Contadores de histórias de luta e resistência

O jornalismo sindical do Brasil evoluiu da histórica imprensa operária em imprensa política reivindicatória. Atualmente, ela extrapola questões de classe e de ordem para debater a realidade nacional, influenciando na construção social e política.

Ressaltamos que, historicamente, líderes e até jornalistas sindicais acabaram por participar de projetos políticos, como no caso da fundação do Partido dos Trabalhadores. O Brasil tem no cargo executivo, na Presidência da República, um trabalhador, ex-sindicalista eleito em seu terceiro mandato. Lembramos, ainda, a forte presença dos líderes políticos e comunicadores sindicais advindos dos sindicatos a partir do processo de abertura política e da promulgação da Carta-Cidadã de 1988, e também em cargos nos governos, dos populares aos mais conservadores.

Em certa medida, os jornalistas sindicais, como sugere Gramsci (2020), formam um fio condutor e registram a história ao desvelar a desigualdade nas relações de classes, com foco no trabalhador, e as lutas decorrentes delas. O jornalista sindical não pode ser indiferente, na medida em que, com o seu trabalho, tem de “tomar partido” ao investigar e reportar con-

teúdos de interesse de uma classe laboral.

Em tempos de precarização laboral e plataformização (que gerou um novo tipo de relação de trabalho, sem vínculo formal, e que condicionou a chamar o profissional de empreendedor no bom sentido, para os otimistas, ou precarizado, para os críticos) o próprio jornalista sindical tem visto esse fenômeno ser reproduzido no próprio mercado de trabalho. Ou seja, dominar a informação não necessariamente “dá forma”, gera a cultura (Flusser, 1982), conhecimento e o engajamento que poderia garantir a proteção dos próprios direitos laborais, mas, na prática, a teoria nem sempre se aplica. E, assim, a perda de direitos no universo neoliberal é crescente entre a categoria.

Momesso (2013) nos ajuda a refletir a respeito dos processos que os próprios sindicatos enfrentam, sobretudo com o surgimento do sindicalismo de resultados, que também implica na qualidade da informação e do desempenho do jornalista que atua em sindicatos. Concordamos com o autor que há um “confronto de princípios” quando o sindicato se utiliza das premissas do marketing visando aos negócios. “Corre no mesmo leito do neoliberalismo” (Momesso, 2013, p.156).

Talvez, o maior desafio do jornalista sindical seja se comunicar. Isso porque, em certa medida, a liberdade de imprensa, muitas vezes, é limitada pela lógica dos sindicatos. Algumas vezes, resultado da falta de autonomia imposta pelos dirigentes sindicais aos jornalistas, outras pela própria condição de intelectual, que fica restrito às sedes sindicais ou trabalha em ambiente virtual, não frequenta as bases laborais ou até

mesmo não se identifica com os trabalhadores que deveria informar.

Além disso, de que sindicatos nós estamos falando? Daquele representado por trabalhadores da base produtiva, por sindicatos históricos, sindicatos de fachada, sindicatos patronais? Na prática jornalística, é muito distinto comunicar aos profissionais liberais, como médicos e engenheiros, aos celetistas como professores, bancários, metalúrgicos ou terceirizados, e a boa parte dos prestadores de serviços.

Ou seja, falar em jornalismo ou comunicação sindical parte muito do conhecimento das instituições representativas e do perfil profissional dos jornalistas que atuam em ambiente sindical. Não podemos nos esquecer das interseccionalidades envolvidas, incluindo os debates sobre identidade, raça, gênero, que permeiam os debates sobre racismo e antirracismo, feminismo e misoginia, LGBTQIA+fobia, dentre outros.

## Uma categoria nem tão conhecida assim

Há ainda os jornalistas que informam a categoria jornalista, que atuam nos sindicatos e na Federação dos Jornalistas (Fenaj), apesar de o nível de sindicalização ser inversamente proporcional aos índices de pejetização (PJ/MEI) e prestadores de serviço terceirizados. Um segmento que sentiu fortemente o impacto da Reforma Trabalhista, que reduziu o número de jornais de sindicatos e, conseqüentemente, a contratação, reduzindo esse mercado de trabalho.

A pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro – Características Sociodemográficas, Políticas, de Saúde e do Trabalho*, realizada pela Rede

de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETIJ), vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e concluída em 2021, não especifica jornalista sindical como uma categoria pesquisada. A participação sindical formal, apesar dos números apontados na pesquisa serem relativamente expressivos, 68,6% dos 2.017 respondentes declararam-se filiados aos seus sindicatos (número bem mais expressivo se compararmos à pesquisa realizada em 2013, quando 25,2% declararam-se sindicalizados), embora, de acordo com o IBGE (2020), apenas 11,2% desses, os jornalistas brasileiros afirmaram contribuir para as suas entidades de classe.

A história do moderno jornalismo sindical no Brasil, pós 1980, nos conta Araújo (2009), emergiu e se consolidou à “margem do jornalismo profissional”. Para o autor, uma “prática socialmente engajada”, que “além de informar, exerce plenamente o seu papel militante”, mas que, devido à hierarquização dos poderes nos sindicatos, “resulta que a redação e seus jornalistas veem sua capacidade de ação fortemente diminuída” (Araújo, 2019, p. 27).

Nessa contradição reforça-se o papel do intelectual orgânico, acreditamos. É quando o jornalista extrapola a própria função ao incorporar características de luta, de engajamento. Quando se dá a prática dialógica freiriana da troca e aprendizado coletivo. Ou seja, a dialética entre a base/diretoria/jornalista sindical, num diálogo entre ouvir, compreender, dialogar, negociar, votar, acatar.

Rodrigues (1968) nos sinaliza que o presente revisita o passado.

Jamais o sindicato deixou de ser político, aqui como em qualquer outro lugar. O simples fato de aglutinar determinadas categorias de indivíduos com interesses e objetivos comuns tem a mais alta relevância política e social (Rodrigues, 1968, p.158).

O jornalismo de comunicação sindical é feito a partir de todas as mídias disponíveis, dependendo do tamanho e recursos dos sindicatos. Além dos tradicionais tabloides, ou jornais em frente e verso como recurso utilizado para informar os trabalhadores durante campanhas/ações e acordos sindicais, a comunicação voltada aos trabalhadores é difundida nas rádios sindicais, emissoras de televisão sindicais, sites e nas diferentes mídias digitais, dos podcasts aos vídeos.

Seja nos pontuais mosquitinhos<sup>[46]</sup> ou no *TikTok* e demais dispositivos na web, muitas vezes a técnica jornalística esbarra nas tradições práticas da imprensa sindical. A modernização das ferramentas se confronta com discursos tradicionais e também com a reprodução do modelo de difusão convencional de informação, utilizado na imprensa hegemônica. Devido à diversidade das realidades nos diferentes sindicatos, não ousamos afirmar que há um jornalismo sindical, mas jornalismo sindical praticado através de comunicações distintas. Lembrando que em outros países, o jornalismo sindical costuma estar associado a jornalismo institucional, assim como à assessoria de imprensa.

---

<sup>[46]</sup> Publicações, normalmente frente e verso, direcionadas a mobilizações pontuais.

## Reverberando a voz do trabalhador

O jornalismo sindical foi criado para informar as massas trabalhadoras, visando conscientizá-las para as lutas comuns, não apenas por salário, como também por melhores condições laborais. Uma informação que não se limita ao trabalhador, mas que tem condições de chegar às famílias, à comunidade e se tornar uma força coletiva quando a temática é social e comum a diferentes nichos profissionais.

Dialogando com Momesso (2013), a academia teria muito a colaborar com o desenvolvimento do jornalismo sindical debruçando-se em pesquisas direcionadas ao trabalhador, principalmente nesse momento, de precarização das relações trabalhistas, mas que percebemos uma retomada, mesmo discreta, das relações formais<sup>[47]</sup>. O autor acredita na “profissionalização e expansão da comunicação sindical” e que “a pesquisa poderia apontar a existência de êxitos ou problemas na comunicação”. (Momesso, 2013, p. 157), apesar de diferenciar estudos acadêmicos dos técnicos e de opinião.

A comunicação é viva, se transforma e pode ou não gerar transformações sociais. O jornalismo sindical baseia-se na informação coletiva, norteadas para a mobilização e pelo desejo de resultados que impactem na vida do trabalhador e da coletividade onde ele está inserido. Para Momesso, “o desafio é como ter acesso e como manejar os meios

---

[47] <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/janeiro/novo-caged-emprego-formal-teve-crescimento-de-16-5-em-2024#:~:text=O%20saldo%20de%20empregos%20em,Trabalho%20e%20Emprego%2C%20Luz%20Marinho>

de massa com participação, do ponto de vista da classe trabalhadora e do projeto societário do sindicalismo” (Momesso, 2013 p.164). A tecnologia, por mais democrática que seja, não substitui a qualidade da informação e a força da tomada de posição pela luta de classes.

## Considerações Finais

Um gênero jornalístico ainda em processo de validação, dado às diferentes visões e ausência de uma definição, o jornalismo sindical é histórico no Brasil. Foi praticado nos anos 1880 pelos trabalhadores livres, começou a ser organizado com o movimento dos trabalhadores migrantes italianos que se mobilizaram frente às ameaças do capitalismo, nos primeiros anos da revolução industrial, e foi se solidificando como uma prática comunicacional validada pelos movimentos sociais nos anos 1980.

O jornalismo sindical tem linguagem própria, é praticado nas diferentes mídias, porém mantendo sua característica de engajamento, visando à mobilização da base de trabalhadores. O jornalista que atua em ambientes de sindicato, por outro lado, é um profissional que se molda na prática sindical, na rotina das lutas trabalhistas e, por isso mesmo, ou desiste da função ou se engaja na luta trabalhista, personificando o intelectual-orgânico.

A partir da experiência como jornalista sindical, pesquisadora dos estudos sobre trabalho, a autora deste artigo entende que a atuação em sindicatos costuma ser transformadora, tanto pessoal como profissional-

mentes positiva ou negativamente. Inclusive, por desvelar a própria realidade laboral, muitas vezes longe da ideal nas relações de poder e prática diária. Nesse contexto, o intelectual orgânico costuma praticar a informação decolonizadora, na busca ideal da comunicação emancipadora.

Na véspera da aprovação da Reforma Trabalhista, quando os sindicatos temiam fechar as portas e os jornalistas sindicais temiam perder os seus empregos, o que aconteceu com muitos, “os sindicatos precisam se reinventar” era repetida com exaustão. A partir disso, o jornalismo sindical foi se adaptando. As mídias digitais foram tomando lugar das mídias escritas e o relacionamento entre os jornalistas e os trabalhadores passou cada vez mais a ser virtual. O que acaba por afastar ainda mais o jornalista sindical da realidade da base, gerando novos desafios para uma comunicação sindical que não se faz com likes e compartilhamento, mas com difusão de informação construída com os trabalhadores e com a relação deles com os seus sindicatos, que se diferem nas práticas comunicacionais.

Com a precarização laboral advinda da Reforma Trabalhista, temos consciência de que as relações trabalhistas que envolvem os jornalistas, inclusive os que praticam o jornalismo sindical, mudou consideravelmente. Em alguns sindicatos, o corporativismo nem sempre leva o jornalista à autonomia para desempenhar o seu trabalho com liberdade e baseando-se nas boas práticas. Muitas vezes, as informações sobre campanhas de filiação costumam ganhar mais atenção do que as de conscientização, quando informação e conscientização deveriam se

somar.

Como profissional de jornalismo em ambiente sindical, inúmeras vezes a autora teve de explicar o que era ou não notícia, informação e boas práticas, para não sucumbir às repetições de padrões que comprometiam a qualidade informativa. Num contraponto, a ética permeava o desempenho profissional colocando limites, na maioria das vezes, pautando e ocupando os vazios informativos deixados pela não cobertura da mídia hegemônica.

Ainda muito distante de finalizar este debate, convidamos os acadêmicos das áreas de comunicação, trabalho e jornalismo sindical a debruçarem-se no estudo deste segmento, no qual o jornalista volta-se para o trabalhador. Em meio ao debate sobre a obrigatoriedade do diploma de jornalista (Proposta de Emenda à Constituição, PEC 206/12) convivemos também com a discussão sobre o que é ser jornalista profissional, comunicador e formador de opinião.

Acreditamos que o jornalismo sindical integra o amplo conceito de Mídia Radical, pelo seu compromisso com os trabalhadores, como um jornalismo combativo e engajado, por isso alternativo e comunitário. É, também, um gênero jornalístico com foco na informação e opinião, com a proposta de informar e conscientizar a classe trabalhadora para a mobilização de classe e social.

Nas salas de aula da graduação pouco se ensina a respeito do jornalismo sindical, sua história e importância para as comunicações e as relações

sociais; aos jornalistas sindicais vale lutar enquanto categoria de trabalho para fortalecer o jornalismo sindical, que também é prática de luta pela transformação social. Por isso, como autora, sigo em pesquisas voltadas para o trabalho, agora somando gênero e migrações, e a nova experiência assumida de ser diretora de base do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, um cargo voluntário.

## Referências

AMARAL, Adriana Cristina Alves do. **O jornalismo sindical no enfrentamento da reforma trabalhista de 2017: uma análise de conteúdo dos jornais sindicais.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical: atores e práticas de uma forma de produção jornalística.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.  
BRAGA, Ruy. **A Pulsão Plebeia - Trabalho, Precariedade e Rebeliões Sociais.** E-book. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado – do populismo à hegemonia Lulista.** São Paulo: Boitempo, 2015.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais.** Com a colaboração de Tamara Villarreal Ford, Genève Gil, Laura Stein. Trad. Silvana Vieira. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

FÍGARO, Roseli. **Relações de Comunicação no Mundo do Trabalho.** São Paulo: Annablume, 2008

FÍGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho: abordagem teórico-metodológica para o estudo do trabalho dos jornalistas.** Trabalho artístico e técnico na indústria cultural. Tradução. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.

FLUSSER, Victor. **“A contra-informação como ato cultural”.** In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação,** pp. 159-164. São Paulo: Cortez Intercom, 1982.

GIANNOTTI, Vito. **Muralhas da Linguagem.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

- GIANNOTTI, Vito. **O que é Jornalismo Sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes** - escritos de 1917 [recurso eletrônico]. Tradução e aparato crítico: Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora civilização, 1982.
- GUMUCIO-DRAGON, Alfonso. **Comunicación para el cambio social: clave Dell desarrollo participativo**. Colombia: Pontificia Universidade Javeriana, 2011.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MARCONDES FILHO, C. **Para entender a comunicação: conceitos antecipados com a nova teoria**. São Paulo: Paulus, 2008.
- MOMESSO, Luiz Anastásio. **Comunicação Sindical: limites, contradições, perspectivas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013
- MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólicia à democratização da informação**. [E-book]. Boitempo; Faperj, 2013.
- LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.
- QUIJANO, A. **El fantasma del desarrollo em América Latina**. Venezuela: Revista Venezuelana de Economía y Ciencias Sociales, 2000, Vol.6, No.2 (mayo-agosto),PP.73-90.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Meridional, 2009.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1968.
- ROSSO, Sadi Dal. **O Ardil da Flexibilidade – os trabalhadores e a teoria de valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SANTIAGO, Claudia; GIANOTTI, Vito. **Comunicação sindical: falando para milhões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

STANDING, Guy. O Precariado – **A nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STRONGEN, Fernando Figueiredo. **Imprimindo a anarquia**: o jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, 2017. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VILLANUEVA, Erick R. Torrico. **Comunicación (re)Humanizadora**: Ruta decolonial. Equador: Ciespal, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall; Kathryn Woodward. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

# AUTORES:

## **Adriana Barsotti Vieira**

Professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). E-mail: [adrianabarsotti@id.uff.br](mailto:adrianabarsotti@id.uff.br).

## **Adriana Cristina Alves do Amaral**

Doutoranda, mestre em Comunicação Social e Jornalista pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Diretora de Base do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Email: [adrianacristinaalvesdoamaral@gmail.com](mailto:adrianacristinaalvesdoamaral@gmail.com).

## **Ana Carolina Rocha Pessôa Temer**

Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: [anacarolina.temer@gmail.com](mailto:anacarolina.temer@gmail.com).

## **Antonio Hohlfeldt**

Professor convidado da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do GP Gêneros Jornalísticos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Email: [a\\_hohlfeldt@yahoo.com.br](mailto:a_hohlfeldt@yahoo.com.br).

## **Cicélia Pincer Batista**

Professora de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, da ECA-USP. E-mail: [cicelia.batista@espm.br](mailto:cicelia.batista@espm.br).

## **Clarissa Josgrilberg Pereira**

Professora do curso de Jornalismo da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e docente colaboradora no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática na mesma Instituição. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Email: [clarissap@furb.br](mailto:clarissap@furb.br).

## **Daniel Azevedo Muñoz**

Jornalista pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), mestre e doutorando em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Madri (Espanha). Email: [danielmunhoz321@gmail.com](mailto:danielmunhoz321@gmail.com).

## **Gean Oliveira Gonçalves**

Professor de Jornalismo do Centro Universitário FIAM-FAAM. Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social da mesma instituição. E-mail: [gean.goncalves@fmu.br](mailto:gean.goncalves@fmu.br).

## João Batista de Abreu

Jornalista, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em rádio pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL)/ Radio Nederland Training Centre. Email: [joabajr@uol.com.br](mailto:joabajr@uol.com.br).

## Lia Seixas

Docente de jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na mesma instituição. Email: [liaseixas@gmail.com](mailto:liaseixas@gmail.com).

## Luciano Víctor Barros Maluly

Doutor em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e livre-docente pela mesma instituição, onde também atua como docente do curso de Jornalismo. Estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, em Portugal. Email: [lumaluly@usp.br](mailto:lumaluly@usp.br).

## Magali Moser

Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora substituta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora de pós-doutorado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) na mesma instituição. Email: [magali.moser@gmail.com](mailto:magali.moser@gmail.com).

## **Maria Elisabete Antonioli**

Jornalista formada pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo (ECA/USP), com pós-doutorado na mesma instituição. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Gêneros Jornalísticos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM). Email: [elisabeteantonioli@hotmail.com](mailto:elisabeteantonioli@hotmail.com)

## **Marli dos Santos**

Jornalista e pesquisadora, vice-presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM), e membra do grupo articulador da Rede Latino-americana de Cátedras e Observatórios de Comunicação, Informação, Cultura e Desenvolvimento Social. Email: [marli.santos598@gmail.com](mailto:marli.santos598@gmail.com).

## **Miriam Meliani**

Doutora e mestre no Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela mesma instituição. Professora, jornalista e historiadora. Pesquisadora do COM+ da Universidade de São Paulo e do InterLab CCM21 da PUC-SP. Email: [mimeliani@gmail.com](mailto:mimeliani@gmail.com)

## **Monica Martinez**

Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (UNISO). Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-

USP). Possui pós-doutorado pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Email: monicamartinezpsi@gmail.com.

## **Pedro Aguiar Lopes de Abreu**

Jornalista e professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pedro é membro do Laboratório de Estudos de Mídia e Relações Internacionais (LEMCRI) da UERJ e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: pedroaguiar@id.uff.br.

## **Vinícius Pedreira Barbosa da Silva**

Jornalista, pesquisador e professor, é doutor em Comunicação no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Foi pesquisador visitante na City University of London, como bolsista de Doutorado Sanduíche do PDSE/Capes. Email: pedreirabarbosavinicius@gmail.com

## **Tyciane Vaz**

Mestre e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É jornalista e pesquisadora, com foco em gêneros jornalísticos. Foi assessora de comunicação do Senado Federal em Brasília. E-mail: tycianevez@gmail.com.

